

Revista de História Oral

Oralidades

Jan-Dez 2014 - Nº 13



Poder e desvitalização: gêneros

ISSN - 2317-0301

Revista de História Oral
ORALIDADES

ANO 8 N. 13 - JAN-DEZ/2014

Núcleo de Estudos em História Oral - USP

Universidade de São Paulo

Reitor: Marco Antônio Zago
Vice-reitor: Vahan Agrophian

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Sérgio Adorno
Vice-diretor: João Roberto Gomes de Farias

Departamento de História

Chefe: Oswaldo Luís Angel Coggiola
Vice-chefe: Sara Albieri

Programa de Pós-graduação em História Social

Coordenador: Marcos Napolitano
Vice-coordenador: Francisco Palomanes Martinho

DIVERSITAS FFLCH/USP

Coordenador: Antônio Ribeiro de Almeida Junior
Vice-coordenador: a Sandra Regina Chaves Nunes

Núcleo de Estudos em História Oral - USP

Av. Professor Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo, SP - Brasil
Tel: (11) 3091-3331 (ramal 238)
E-mail: oralidades.neho@gmail.com

Coordenador do Neho

José Carlos Sebe Bom Meihy

Docentes

Alfredo Oscar Salun, Andrea Paula dos Santos, Fabíola Holanda, Glauber Cícero Ferreira Biazio, Juniele Rabêlo de Almeida, Leland McCleary, Lourival dos Santos, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maurício Barros de Castro, Samira Adel Osman, Sara Albieri, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Zilda Márcia Gricoli Iokoi.

Pesquisadores

Cássia Milena Nunes de Oliveira, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Paiva Guimarães, Glauber Cícero Ferreira Biazio, Gustavo Esteves Lopes, João Mauro Barreto de Araújo, Leandro Seawright Alonso, Márcia Nunes Maciel, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Natanael Francisco de Souza, Ricardo Sorgon Pires, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Thomas Machado Monteiro, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez, Xênia de Castro Barbosa.

Oralidades - Revista de História Oral

Número 13 - jan-dez/2014
ISSN - 2317-0301
Site: oralid.vitis.uspnet.usp.br
E-mail: oralidades.neho@gmail.com

Editor

José Carlos Sebe Bom Meihy

Editores executivos

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fabíola Holanda Barbosa, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Márcia Nunes Maciel, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maurício Barros de Castro, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez

Dossiê - Responsáveis

Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Vanessa Paola Rojas Fernandez

Conselho editorial

Claudia Moraes de Souza (Diversitas – USP), Sandra Nunes (Diversitas – USP), Hélio Braga da Silveira Filho (Diversitas – USP), Júlio César Suzuki (USP), Leland McCleary (USP), Maurício Barros de Castro (UERJ), Renato da Silva Queiroz (Diversitas – USP), Samira Adel Osman (UNIFESP), Sara Albieri (USP), Suzana Lopes Salgado Ribeiro (NEHO – USP), Teresa Cristina Teles (Diversitas – USP), Zilda Márcia Gricoli Iokoi (Diversitas – USP)

Conselho consultivo

Alessandro Portelli (Università La Sapienza di Roma), Alberto Lins Caldas (Universidade Federal da Alagoas – UFAL), André Castanheira Gattaz (FIB – BA), Aurora Ferreira (Universidade Agostinho Neto, Angola), Dante Marcello Claramonte Gallian (UNIFESP), Dolores Pla Blugat (Instituto Nacional de Antropología e Historia, México), Jacqueline Ellis (Jersey City University, EUA), Lucília de Almeida Neves (UNB), Michael LaRosa (Rhodes College, EUA), Mary Marshall Clark (Columbia University, EUA), Steven Buttermann (Universidade de Miami, EUA), Yara Dulce Bandeira de Ataíde (UNEB – BA), Yvone Dias Avelino (PUC – SP)

Consultores *ad-hoc*

Agradecemos a gentileza e trabalho de todos que contribuíram para a avaliação dos artigos deste dossiê.

Produção executiva

Marcel Diego Tonini, Teresa Cristina Teles, Vanessa Generoso Paes, Michelle O. Santos

Revisão

Marcel Diego Tonini

Tradução

Roberta Barni

Projeto gráfico

Michelle O. Santos e Felipe Bartolleti Sartori

Projeto de capa

Michelle O. Santos e Felipe Bartolleti Sartori

Imagem da capa

Semeadora, de Cândido Portinari, 1955

SOLICITA-SE PERMUTA

{Dossiê

História oral e gênero: possibilidades e desafios teóricos e procedimentais— 19

Oral history and gender: possibilities and theoretical and procedural challenges

Marcela Boni Evangelista

“Lugar de mulher é em qualquer lugar” – a trajetória de três mulheres na direção do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e Região— 37

“A woman’s place is everywhere” – the path of three women towards the metalworkers union from Belo Horizonte/Contagem and Region

Carolina Dellamore

Que Bom Te Ver Viva: Memórias, Sensibilidades e Resistências— 63

Que Bom Te Ver Viva:

Memories, Sensibilities and Resistance

Cleonice Elia da Silva

Denúncia e resistência: narrativas e relações de gênero em Parnaíba-PI (1995 A 2014)— 87

Complaint and resistance: narrative and gender relations in Parnaiba -PI (1995 2014)

Naira de Assis Castelo Branco

“Pescadeira sim!” – Narrativas de pescadoras sobre trabalho e relações de gênero em Ilha Grande, Piauí— 107

“Pescadeira yes!” - narrative of fishermen about work and gender relations in Ilha Grande, Piauí

Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Thalita Nascimento de Souza

Apresentando notas sobre (re/des)empoderamentos de pessoas transgêneras e ex-transgêneras a partir de discursos religiosos e de gênero — 131

Presenting notes on (re/dis)empowering of transgender and ex-transgender people from religious and gendered discourses

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão P

Gênero e sexualidade: entre os ditos, não-ditos e interditos nas tramas das lembranças— 153

Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. — Ano 8, n. 13 (jan./dez. 2014). — São Paulo : NEHO, 2007 -

Anual.

ISSN - 2317-0301

1. História oral. 2. Oralidade. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Núcleo de Estudos em História Oral.

21ª, CDD 907.2

{Provocações

Carolina no masculino— 175

Carolina in a masculinity way

Anna Paula Soares Lemos e José Carlos Sebe Bom Meihy

{Linha e Ponto

Narrativas de mulheres militantes na escola: uma experiência de ensino com a história oral— 189

Narratives militants women at school: a teaching experience with oral history

Janaina Neumann Rodrigues de Souza

{História Oral de Vida ou Entrevista

“Nós e minha mãe também fomos escravos. A gente só se libertou depois que virou comunidade.”: História de vida de Dona Eugênia— 201

Lourival dos Santos

“Ah, dona Wanda falou ‘Onde já se viu professora preta?’”: História de vida de uma mulher negra professora— 209

Míghian Danae Ferreira Nunes

Gênero e fases na história de vida de Maria de Lourdes Tarchiani Prata, moradora do Lar dos Velinhos de Campinas— 229

Vanessa Paola Rojas Fernandez

“História das relações de gênero”: entrevista com as professoras— 253

Marcela Boni Evangelista e Vanessa Generoso Paes

{Resenhas

Resenha de: Rovai, Marta. Osasco 1968: A greve no masculino e no feminino. Salvador: Editora Pontocom, 2013.— 267

Luccas Eduardo Maldonado

Memórias da prostituição brasileira: Vozes que ecoam pelo mundo
Resenha de Meihy, José Carlos Sebe Bom. Prostituição à brasileira: cinco histórias. São Paulo: Contexto, 2015.— 275

Fabiana de Pieri e Paola Barbosa Dias

Normas de publicação — 280

Publication rules

As pesquisas em história oral e gênero têm convergido cada vez mais em seus pressupostos e semelhanças. No Brasil, a partir do final da década de 1970, especialmente com a transição democrática e o movimento feminista, estes estudos têm proporcionado a leitura sobre as experiências de grupos excluídos e discriminados pelo próprio fazer historiográfico. Questões como a vida cotidiana e privada, as sexualidades, subjetividades e identidades, emaranhadas à política, à cultura e à reivindicação por políticas públicas, colocam em evidência a importância da história oral como instrumento para que se façam ouvir e entender vozes que ao longo da história foram ignoradas, esquecidas ou silenciadas.

No entanto, mais do que apresentar uma “história dos de baixo” ou “dos vencidos/oprimidos”, enfatizar relatos de mulheres, homossexuais e transexuais é apontar para diferentes formas de resistência e denúncia, para a reinvenção contínua de pertencimentos e para a luta pelo reconhecimento de pessoas e grupos, muito além de sua mera vitimização. Trata-se de uma forma de pensar a história de forma mais sensível, ampla e diversa, para além das categorias e estereótipos.

Nesse sentido, o dossiê *Poder e desvitimização: gêneros*, da **Orali- dades: Revista de História Oral**, apresenta uma composição que acompanha a discussão em voga sobre o tema que nos inspira - gênero - e abarca possibilidades sempre inéditas de reflexões que se mostram interdisciplinares, estimulada pelos procedimentos da história oral. Os artigos que o compõem revelam memórias e histórias de “empoderamento” de gênero em meio às mesmas relações de opressão, escapando da visão binária que coloca determinados grupos em posição estática de fragilidade, como mulheres e homossexuais/transexuais, e outros essencialmente como dominadores, no caso os homens.

Abrindo o Dossiê, o artigo *História Oral e gênero: possibilidades e desafios teóricos e procedimentais*, de Marcela Boni Evangelista, promove reflexão sobre as relações entre história oral e gênero, a partir de sua trajetória profissional. Historiadora, a autora elenca referências bibliográficas da História Social e da História Cultural para pensar as contribuições da história oral para os estudos de gênero e

para a produção de conhecimento, em diferentes intersecções.

A questão da participação política e ocupação de espaços públicos pelas mulheres, que inaugura em muitos sentidos as pesquisas de História das Mulheres e as discussões de gênero, surge aqui como âncora que permite lançar redes em temas tradicionais, como o mundo do trabalho. Em *“Lugar de mulher é em qualquer lugar”*: trajetória de três mulheres na direção do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e região, Carolina Dellamore aborda a participação feminina na diretoria de um sindicato, analisando a dinâmica do trabalho sindical e as funções exercidas por três metalúrgicas específicas, a partir de suas narrativas. No artigo, a autora parte dos referenciais da história oral para adentrar o universo dos sindicatos. Mais especificamente o dos metalúrgicos de Minas Gerais e Contagem. Para isto se vale de três experiências que tratam de momentos fundamentais de nossa história política, abrangendo o período ditatorial, quando as mulheres pela primeira vez ocuparam, timidamente, espaços de direção eminentemente masculinos, e chega aos nossos dias, apontando os avanços e recuos perceptíveis em sua participação pública e política, no enfrentamento, inclusive, de posturas machistas entre seus companheiros de luta.

O ambiente da ditadura civil-militar é também mote do artigo *Que bom te ver viva: memórias, sensibilidades e resistências*, de Cleonice Elia da Silva. A partir da obra cinematográfica de Lucia Murat, militante e cineasta, a autora apresenta elementos centrais da relação dos historiadores com as fontes audiovisuais. A possibilidade de cruzamento entre os gêneros documentário e ficcional revela-se opção para representar experiências traumáticas de mulheres que tiveram seus corpos violados por sevícias, mas que também resistiram sobrevivendo, denunciando e tornando-se mães na crença ainda de continuidade e esperança. Seus relatos, permeados por cenas performativas da atriz Irene Ravache (alter ego da cineasta Murat), mexem no dolo histórico da tortura, em especial sobre mulheres. Para a autora, o filme, exibido em 1989, mas ainda atual, mostra como o passado permanece em aberto, lançando o debate crítico sobre um discurso conciliatório relativo à violência histórica e apresentando suas contradições.

Assunto fundamental quando se trata das discussões sobre gênero, a violência contra mulheres está presente também no artigo *Denúncia e Resistência: narrativas e relações de gênero em Parnaíba-PI (1995/2014)*, de Naira de Assis Castelo Branco. O texto apresenta reflexões amparadas em relatos de mulheres de Parnaíba, no Piauí, que vivenciaram a experiência de violência física e/ou simbólica, envolvendo o espaço doméstico como lócus de conflito e desconstrução de relações harmônicas. As especificidades regionais são levantadas para alocar a pequena cidade no mundo das violações dos direitos das mulheres. Entretanto, a autora vai além, ao esboçar traços de pesquisa comprometida com a desvitimização das mulheres que sofrem violência. “Elas nunca pertenceram ao silêncio, mas à banalização desta triste prática. A pesquisa não é para que elas falem; é para que, enfim, a sociedade as ouça, as enxergue e as tire da invisibilidade”.

Também do Piauí ecoam outras vozes femininas. Desta feita, vozes de pescadeiras. Sim, pescadeiras! A pesca, prática pouco considerada a partir do referencial feminino, tem neste artigo o espaço para ressignificar aspectos relativos ao trabalho e ao universo doméstico. Com aparato teórico fortemente elaborado, eleva a condição deste grupo de mulheres a protagonistas de suas histórias e da História das Mulheres. Em *“Pescadeira sim!”: narrativas de pescadoras sobre trabalho e relações de gênero em Ilha Grande, Piauí*, as autoras Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Thalita Nascimento de Souza apresentam a condição de trabalho e de gênero de pescadoras na cidade de Ilha Grande, em Piauí, a partir de seus próprios relatos. As autoras criticam o consenso presente na literatura acadêmica quanto à temática pesqueira, naturalizando a ausência feminina na pesca e legitimando a figura masculina como agente único do ofício. O termo “pescadeira”, criado e usado pelas próprias entrevistas, ressalta a importância das mulheres nesta atividade, que é familiar e comunitária, e questiona a ordem simbólica de gênero.

No artigo *Apresentando notas sobre (re/dê)empoderamento de pessoas transgêneras e ex-transgêneras a partir de discursos religiosos e de gênero*, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho amplia a discussão de gênero, saindo da História das Mulheres para a

escuta de experiências ainda pouco estudadas pela historiografia: a de pessoas transgêneras. Num diálogo com a Antropologia, o autor procura refletir sobre as relações entre sexualidade e religião, a partir de narrativas, muitas vezes dolorosas e de invisibilidade social, sobre “fluxos identitários”, permeados por temores, culpas e encorajamento. Considerações sobre seu trabalho de campo também são discutidas, destacando o que denomina de “história oral ciborgue”, numa tentativa de se apontar novas formas de se pensar e fazer a história oral, a partir de instrumentos como a *internet*.

A sequência traz o texto *Gênero e Sexualidade: entre os ditos, não ditos e interditos nas tramas das lembranças*, de Sirlene Mota Pinheiro da Silva. Resultado de trabalho realizado com egressos do Curso Gênero e Diversidade na Escola, oferecido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a autora analisa as influências da família e da religião na construção da sexualidade e do gênero na escola. Por meio de relatos de professores e professoras que aplicaram em suas práticas as propostas fomentadas pelo curso em questão e recorrendo às análises de Pierre Bourdieu, ela observou que o gênero e a sexualidade são apresentados tão somente como divisão de papéis e comportamentos masculinos e femininos, como sexos antagônicos e práticas sexuais, visão binária por parte de professores e de alunos que pode implicar violência contra aqueles que não se adaptam aos ideais impostos.

Na seção **Provocações**, o artigo *Carolina no masculino*, de José Carlos Sebe Bom Meihy e Anna Paula Lemos, constrói uma crítica ao processo de “mitologização” da escritora Carolina Maria de Jesus, vista sempre como mulher dedicada, boa mãe, lutadora e pobre, que apesar das tragédias que viveu, foi reconhecida como escritora, quase como “vítima feminina exemplar”. Demonstrando uma leitura mais atenta da produção da escritora, os autores reclamam uma visão de um perfil mais humano de Carolina, com interpretações mais complexas e contextualizadas de sua obra, questionando inclusive sua suposta vanguarda enquanto mulher negra e feminista. A figura emblemática de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, migrante e favelada, permite entrever questões fundantes como etnia, classe social e poder que fazem convergir tantas outras discussões

em torno das relações de gênero. Ao apresentar novo olhar sobre sua figura e produção, o artigo insere dois aspectos que centralizam e se complementam ao longo do dossiê: as questões de gênero em seu âmbito coletivo e pessoal, e a necessidade de uma perspectiva histórica que nos forneça bases para reflexões que se operem menos por estereótipos e mais por contextos e histórias marcadas por contradições e ressignificações que, enfim, justificam nossa preocupação em tratar a desvitimização.

A seção **Relato de Experiência** foi inaugurada nesta edição com o artigo *Narrativas de mulheres na escola: uma experiência de ensino com a história oral*, no qual Janaína Neumann Rodrigues de Souza apresenta um relato de experiência docente. Professora da rede municipal de Barueri-SP, a autora constatou que a escola tende a reproduzir e perpetuar a desigualdade de gênero, a menos que metodologias de desconstrução desta problemática sejam incorporadas pelo atual sistema educacional. Foi o que ela fez, apresentando a seus alunos histórias de vida de mulheres que assumiram posturas de lideranças no chamado Movimento Sem Terra. Neste relato, ela demonstra a utilização da história oral como recurso pedagógico e campo de conhecimento, por meio da leitura e análise de tais histórias em sala de aula.

Na seção **História Oral de Vida ou Entrevistas**, reunimos três histórias de vida e uma entrevista. Em *“Nós e minha mãe também fomos escravos: a gente só se libertou depois que virou comunidade”*: história de vida de Dona Eugênia, Lourival dos Santos apresenta a história de luta e reconhecimento de uma mulher idosa, pertencente a uma comunidade quilombola do Mato Grosso do Sul; em *“Ah, Dona Wanda falou ‘onde já se viu professora preta?’*: história de vida de uma mulher negra professora, Míghian Danae Ferreira Nunes apresenta a história de uma mulher negra, professora da educação infantil de São Paulo e o enfrentamento do racismo; em *Gênero e fases na história de vida de Maria de Lourdes Tarchiani Prata, moradora do Lar dos Velhinhos de Campinas*, Vanessa Paola Rojas Fernandez apresenta a trajetória e as memórias de uma mulher idosa numa instituição de longa permanência para idosos em Campinas/SP; e, finalmente, em *“História das relações de gênero: entrevista com*

as professoras”, Marcela Boni Evangelista e Vanessa Generoso Paes apresentam, ainda, uma conversa com as professoras Stella Maris Scatena Franco Viladarga, Antônia Terra de Calazans Fernandes e Maria Cristina Correia Leandro Pereira, responsáveis pela disciplina de Relações de Gênero, no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

Na seção **Resenhas**, os livros *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino* (2014), de Marta G. O. Rovai, e *Prostituição à brasileira: cinco histórias* (2015), de José Carlos S. B. Meihy, são apresentados e analisados por Luccas Eduardo Maldonado e por Fabiana de Pieri e Paola Barbosa Dias, respectivamente. Lançados recentemente, os livros apresentam dois temas distintos, ditadura e prostituição brasileiras, mas ressaltam a diversidade de experiências – seja no espaço privado ou público - na construção de identidades e performances de gênero.

Agradecemos a contribuição de todos os autores neste Dossiê, na certeza de estarmos alargando as reflexões em torno do papel da história oral no entendimento da diversidade humana, para além das visões essencialistas e binárias que acabam por simplificar as relações sociais de gênero.

Marcela Boni Evangelista

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Vanessa Paola Rojas Fernandez

{Dossiê

História oral e gênero: possibilidades e desafios teóricos e procedimentais

Marcela Boni Evangelista¹

Resumo

No presente artigo proponho uma reflexão sobre as relações entre a temática de gênero e a história oral enquanto campo de produção de conhecimentos. Para isto, inicialmente abordo, em linhas gerais, o debate entre História e Gênero, para em seguida apresentar as especificidades da história oral. Duas pesquisas servem de mote para desenvolver a discussão: *Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei* e *O aborto em questão: moral, subjetividades e direitos*, ambas realizadas por mim. O objetivo é acrescentar ao debate atual aspectos que podem revelar as possibilidades oferecidas pelo conjunto de procedimentos atinentes à história oral para as pesquisas que se debruçam sobre as questões de gênero na contemporaneidade.

Palavras-chave

História Oral; Gênero; História; História das Mulheres.

1 Doutoranda em História Social (FFLCH-USP). Bolsista FAPESP. Pesquisadora do NEHO-USP (Núcleo de Estudos em História Oral da USP). Email: marcela.boni@gmail.com.

Oral history and gender: possibilities and theoretical and procedural challenges

Abstract

In this article I propose a reflection about the relationship between the theme of gender and oral history as knowledge production field. For this, initially I aboard an overview of the debate between History and Gender, to then present the specifics of oral history. Two surveys serve as a motto to develop the discussion: *To suffer in paradise? Young mothers experiences in conflict with the law* and *Abortion in point: moral, subjectivities and rights*, both held for me. The goal is to add to the debate aspects that can reveal the potential of the set of procedures relating to oral history to research that focus on gender issues in contemporary times.

Keywords

Oral History; Gender; History; Woman History.

Introdução

O presente artigo tem como inspiração uma série de indagações que vem se acumulando e complexificando desde minha pesquisa de Mestrado, iniciada em 2007². Ao longo destes anos, tanto o trabalho acadêmico e tudo o que este envolve, quanto a vivência pessoal, incentivaram-me a uma atenção cada vez mais intensa à temática de gênero.

No que diz respeito à história oral, esta foi, desde o momento em que tomei conhecimento de suas possibilidades teóricas e metodológicas, a opção para o desenvolvimento de meus projetos e análises dentro e fora da Academia³.

A procura por suporte teórico para empreender reflexão apurada que envolvesse estes dois universos, que tanto me são caros, foi uma constante. Muitas são as referências que contribuíram para meus investimentos em diferentes pesquisas (SANTOS, 1996; RIBEIRO et al 2011; ROVAI, 2012). No entanto, pouco material havia disponível que relacionasse especificamente história oral e gênero em seus aspectos teóricos. Daí a proposta de desenvolver uma reflexão que tem como pergunta central: qual a contribuição da primeira para os estudos do segundo?

Procurando desenvolver tal discussão, o texto foi estruturado, de início, com um breve panorama acerca das discussões que envolvem gênero e história. Em seguida, abordo a especificidade das potencialidades e desafios da utilização da história oral como conjunto de procedimentos que favorecem os estudos de gênero utilizando minhas experiências de pesquisa. Para finalizar, aponto reflexões que, espero, possam estimular ainda mais o debate em andamento e contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas e proposições.

2 EVANGELISTA, Marcela Boni. *Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História/FFLCH-USP, 2011.

3 Além das pesquisas de ordem acadêmica, tive oportunidade de atuar em diferentes espaços profissionais nos quais pude acionar os pressupostos da história oral como a AlfaSol, onde atuei em projetos acerca de experiências sobre alfabetização e EJA (2010); o Museu da Imigração, onde participei da realização de entrevistas com imigrantes que compõem um dos módulos da exposição de longa duração (2011-2012); o Memorial da Resistência de São Paulo, no Programa de Coleta de Testemunhos (2013), voltado para o registro de entrevistas com ex-presas e ex-presos políticos, entre outros.

Gênero e História

A discussão sobre Gênero e História atravessa décadas de debate em que se cruzam duas vertentes principais: a História Cultural e a História Social. A primeira tem como importante referência a obra de Joan Scott (1990) que, ao propor a categoria de gênero como útil às análises históricas, amplia o escopo das pesquisas que tomam as mulheres como objeto de estudo. De acordo com Scott, o desafio colocado é teórico:

Ele exige não somente a relação entre as experiências masculinas e femininas no passado, mas também o laço entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise. (SCOTT, 1990, p.6 e 7)

Embora a denominação *gênero* faça referência à sua ampla diversidade, inicialmente foram as mulheres o foco de atenção dos estudos. A partir desta perspectiva, procurou-se desnaturalizar os papéis sociais assumidos publicamente como inatos a mulheres e homens. Os discursos produzidos sobre estes se mostravam, então, fonte apropriada para pensar as relações de gênero em diferentes tempos e espaços, estas inevitavelmente conectadas ao presente e ao compromisso com transformações sociais e políticas. Para isso, se fazia necessário relativizar tais experiências e atentar para suas variações:

O termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens. (SCOTT, 1990, p.13)

A proposta em questão apontou, contudo, lacunas que os críticos desta vertente apresentaram como problema a ser solucionado, como a despreocupação em narrar as experiências a partir das quais se produziam os discursos e, conseqüentemente, a falta de elaboração de fontes para conduzir as reflexões históricas. O contraponto oferecido pela História Social teria como base a perspectiva da História das Mulheres. Pautada em métodos atinentes à Historiografia,

estaria comprometida com a investigação de fontes e a descrição das experiências vivenciadas ao longo do tempo, mas não somente isso:

Há duas tarefas cada vez mais urgentes que se apresentam à história das mulheres: produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas também estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular descobertas que decorressem desses às questões gerais que há muito estão postas à história. (TILLY, 1994, p.29)

A descritividade desta abordagem também seria alvo de questionamentos. O principal deles voltado à naturalização dos papéis sociais que muitos estudos embasariam ao construir imagens que, por atravessarem o tempo, induziriam a um modelo universalizante:

O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez, é descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero. Este tipo de análise deve incluir uma noção de política bem como uma referência às instituições e à organização social... (SCOTT, 1990, p.15)

Teríamos, então, a História Cultural procurando desconstruir pressupostos que enquadram grupos e comportamentos, enquanto a História Social estaria preocupada em construir objetos de estudo e proposições mais globais sobre as relações sociais entre homens e mulheres:

De fato, a história descritiva das mulheres, mesmo quando utiliza a abordagem da história social ou econômica, contribuiu amplamente para a revisão dessas abordagens ao utilizar fontes, tais como documentos pessoais ou arquivos públicos, que revelam tanto as existências individuais quanto as coletivas. (TILLY, 1994, p.48)

O que teria mais valor? A experiência descrita pelos trabalhos de História das Mulheres ou o discurso sobre esta experiência apresentado pelas pesquisas que adotam a perspectiva culturalista da História? Importa, antes mesmo de aprofundar diferenças, reconhecer o que ambas têm em comum: a preocupação de trazer à tona as mulheres para a construção do discurso histórico, seja como objeto de estudo, seja como produtoras destes conhecimentos. Afinal, grande parte dos estudos sobre o tema são realizações de pesquisadoras. Nos dois casos, considera-se a categoria de gênero como suporte

indispensável:

Penso que para alcançar seus objetivos tanto no domínio do conhecimento quanto no do político, a história das mulheres tem a necessidade de empregar os métodos de análise da história social, além de usar a descrição e o conceito de gênero. (TILLY, 1994, p. 51)

Para além do dilema anunciado, edificam-se outros segmentos fundamentais para a reflexão. Falamos dos marcadores sociais da diferença ou das interseccionalidades, elementos que complexificam os estudos ao vislumbrarem aspectos sem os quais é impossível discorrer acerca da experiência humana. Etnia/raça, classe social, religião, orientação sexual, posicionamento político são algumas das categorias que impulsionam as análises. Sem este suporte a discussão sobre gênero ou mesmo da História das Mulheres, em diferentes conjunturas sociais, se mostram inertes:

Além disso, esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas atuais e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjugação com uma visão de igualdade política e social que inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1990, p.19)

A evidência de que há diferenças entre mulheres e homens no tocante ao acesso a espaços públicos ou mesmo aos mais prosaicos direitos ao longo da História é suficiente para que verifiquemos que as interseccionalidades são fundantes em inúmeras outras distinções. Se a mulher branca pertencente às classes abastadas sofre discriminações quando comparada aos homens da mesma estirpe, o que dizer de mulheres negras? O que dizer sobre mulheres homossexuais? E de mulheres pobres, negras e homossexuais?

A cada marcador associado à vida de um ser humano mulher evidencia-se grande rol de discriminações. E aqui não aprofundamos a análise de acordo com o universo que diz respeito à diversidade de gênero que, felizmente, na contemporaneidade se faz cada vez mais presente, levantando experiências sobre homossexualidade, transexualidade, entre outras possibilidades identitárias.

Tendo em vista a amplitude da questão, verificamos que a discussão inicial sobre a vantagem entre História Cultural ou História Social é detalhe importante, porém menor que a intenção que movimenta ambas as abordagens. Menos excludentes do que parecem,

mostram-se complementares em seus objetivos e, desta forma, se lançam como possibilidades inéditas, que se abraçam sempre em construção da produção de conhecimentos.

Idealmente, a convergência de História Cultural e Social seria a solução para alguns problemas de método. Afinar a descrição da experiência e sua análise, ou seja, poder aproximar a narração das histórias, a identificação e construção de objetos de estudo com a reflexão a respeito dos discursos produzidos e sua interpretação seria algo, sem dúvida, desejável. Lidamos, contudo, com circunstâncias que invocam a seleção e apropriação de suportes que precisam se definir para não se perderem em obscurantismos que, provavelmente, prejudicariam os próprios objetivos que nos lançam à pesquisa.

Qual seria, então, o formato adequado para convergir tais linhas de pensamento?

Acreditamos ser impossível estruturar qualquer pesquisa levando em consideração todas as perspectivas. Até porque as escolhas teóricas e metodológicas partem do pesquisador, suas convicções e autonomia para desenvolver o trabalho. Mesmo a pesquisa mais comprometida com a objetividade de métodos e teorias está condicionada às prerrogativas que estruturam seus pontos de vista (assim como todo documento histórico produzido oficialmente, vale lembrar, apresenta as marcas de seus produtores):

Logo o trabalho de história elaborado através da chamada história oral envolve uma ideia de pertencimento com os sujeitos, com o tempo do historiador, mesmo quando a pessoa que realiza a pesquisa não percebe suas ações. Essas condições ficam claras quando ocorre a escolha do objeto pesquisado. Não me aflige que determinados setores ignorem essas condições, porque seriam imbuídos de um distanciamento científico, um ato de estar fora a equacionar suas fórmulas pela adoção de referências aparentemente universais de análise, que espelham também um pertencimento. (MONTYSUMA, 2012, p.58)

É indispensável, portanto, atentar para os objetivos de cada trabalho. Importa muito mais o que foi indicado pelos projetos do que aquilo que se almeja externamente dos resultados. Assim, uma pesquisa que se debruce sobre mulheres na Idade Média, a partir de documentos de um determinado conjunto de fontes, não pode ser responsável - a não ser que a isto se proponha - a tratar a situação das

mulheres indígenas na sociedade brasileira colonial.

Talvez estejamos preocupados demais em fazer críticas e pouco dispostos a reconhecer os limites que se fazem presentes em todas as pesquisas. Mais do que isso, pouco atentos às contribuições que cada estudo guarda naquilo que vem a público. A crítica deve estimular continuamente o debate, mas sem perder de vista o que cada trabalho elege como escopo. Em busca de alternativas que almejem concatenar diversas abordagens, estamos frequentemente reelaborando métodos e construindo aparatos teóricos. Um ganho inestimável para a produção de conhecimentos.

História Oral e Gênero

O ponto que me interessa mais precisamente diz respeito a um modo específico de relacionar teorias e métodos, que é a história oral. Adotamos a definição de história oral de MEIHY & HOLANDA (2010), suporte para os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO-USP) ao longo de 25 anos de trajetória. Vertente que acopla pressupostos interdisciplinares, tem a preocupação de partir da experiência vivida e sua descrição para compreender elementos estruturantes, neste ponto se aproximando da História Social. Por outro lado, tem como horizonte valorizar as peculiaridades das experiências e, portanto, pretende desnaturalizar elaborações que se baseiem em modelos e símbolos que inviabilizam a verificação de particularidades que fogem à regra, atentando para propostas da História Cultural.

Com o intuito de partir do específico para se aproximar do estrutural, mas também das variações possíveis, a história oral atende a alguns dos elementos que inicialmente se mostram como antagônicos. Além disso, é possível em alguns casos - quando há tempo e disposição para tanto - relacionar os documentos produzidos pelas próprias pesquisas com outras fontes observando características da história oral híbrida:

A história oral híbrida implica uma equiparação dos códigos orais aos demais. O sentido para essa abordagem pode vir tanto da oralidade como de textos escritos ou documentos iconográficos. Tudo que con-

correr para o esclarecimento ou elucidação de algum caso tem valor e peso iguais. (MEIHY, 2005, p. 96)

Tais observações acerca da história oral podem ser identificadas a despeito do tema de pesquisa. No caso desta reflexão, parto dos debates sobre gênero e é sobre este ponto que me debruçarei adiante. Pesquisas de história oral que se dedicam a discussões de gênero apresentariam algum aspecto favorável?

No ano de 2009, a Revista de História Oral, veiculada pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO), publicou o dossiê “Memória, Relações de Gênero e História Oral”, organizado por Joana Maria Pedro, Ivonete Pereira e Mariana Joffily. Na ocasião, foram reunidos artigos resultantes de pesquisas apresentadas no “Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul” e alguns outros cuja temática versava em alguma medida sobre história oral. Em sua maioria, estudos amparados por referencial teórico em que a história oral surgia como complemento:

É importante ter claro se o projeto da história oral pretende tratar as fontes orais como mero recurso de referência, como técnica, como método ou – como proposto mais modernamente por alguns – como uma disciplina independente. (MEIHY, 2005, p.47)

Aspecto que pretendo abordar neste artigo aplica-se à apropriação da história oral como operação central de pesquisa e apresenta dois pontos fundamentais: a elaboração documental, cujo processo envolve uma série de etapas e procedimentos específicos, e a análise temática a partir deste corpus exclusivo. Também interessa a sugestão de considerar, sempre que possível, os diversos “lados da questão”. Uma vez que se assume o trato com documentos elaborados em função de intenções de pesquisa específicas, é possível abarcar perspectivas complementares e, muitas vezes, contraditórias:

O entendimento ampliado de processos sociais implica a busca, por mínima que seja, de interação entre as partes. Democraticamente, deve-se ouvir os lados envolvidos em processos que os juntam. (MEIHY & RIBEIRO, 2011, p. 23)

No que diz respeito à temática de gênero, esta alternativa contempla prerrogativa interessante à medida que favorece considerar diferentes pontos de vista de mulheres e homens, vítimas e perpe-

tradutores, assim como integrantes de grupos antagonistas. A possibilidade de ouvir, analisar e publicizar diferentes versões sobre uma mesma experiência coletiva é, portanto, elemento que se aplica tanto à História Cultural quanto à História Social. Temos a narrativa que descreve as experiências, elaborada a partir da realização de entrevistas, bem como a possibilidade de analisar os discursos sobre as mesmas, lembrando que quando um entrevistado conta sua história está, ao mesmo tempo, interpretando situações e contextos, além de sugerir ao pesquisador fontes complementares para a elaboração de suas análises.

Não pretendo afirmar, com isso, que a história oral é caminho único ou mesmo a solução para os dilemas identificados entre diferentes correntes do saber historiográfico. Procuo tão somente apontar que é esta uma das formas possíveis de produzir saberes que pode atender a algumas das angústias que contornam os processos de pesquisa.

Como forma de ilustrar tais considerações, apresentarei duas de minhas experiências de pesquisa: a primeira resultou na minha dissertação de mestrado, defendida em 2011; e a segunda compõe o estudo que venho desempenhando em nível de doutorado, ambas desenvolvidas no âmbito do Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Maternidade adversa: experiências de mães de jovens infratores

O primeiro trabalho teve como ponto de partida a experiência de mulheres, mães de internos da Febem, atual Fundação Casa. A ideia era contatá-las como fonte de pesquisa, uma vez que outras possibilidades eram não apenas escassas, mas produzidas a partir de referencial que dificultava a aproximação de suas histórias de vida, estas sim alvos de minha preocupação enquanto iniciante no caminho que viria a trilhar com a história oral.

Documentos publicados pela imprensa, produzidos pelas instituições às quais estivessem vinculadas, que poderiam ser a própria Fundação Casa, ou ainda associações de direitos humanos que registram informações em relatórios ou documentos equivalentes, eram algumas das opções. Com isso, teria certamente arsenal para construir corpus documental vasto e repleto de informações, dados e estatísticas. Muitos trabalhos poderiam ser elaborados com estes documentos e sua importância seria indiscutível.

No entanto, queria mais que informações por isso, fui ouvi-las... Construí um conjunto de documentos inexistente até então e os interpretei buscando dialogar com autores que se dedicavam aos temas abordados pelas narrativas. Os resultados foram viesados pela intersubjetividade que perpassou o processo de trabalho e meu lugar de pesquisadora. Mas, qual pesquisa não é?

A opção teórica, procedimental e o recorte que fiz foram determinantes para me aproximar de seu universo pessoal e estou certa do ineditismo das fontes produzidas, as quais podem fornecer novos caminhos para a produção de conhecimentos acerca de um tema, dentre tantos, que sem a atenção às experiências vividas não existiriam.

Por outros documentos e meios seria possível apreender o que diferentes segmentos ou sujeitos falam sobre estas mães ou mesmo o que elas dizem em determinados momentos, sendo parca mente registrados. Mas nada comparável à sua possibilidade de contar o que viveram... Nas palavras de Raílda, uma das colaboradoras da pesquisa:

Mesmo depois que o Daniel saiu da Febem eu conti-

nuei militando. Apesar da ajuda dos advogados do sindicato, eu não posso dizer que tinha conhecimento dessas coisas... O que posso dizer é que tudo isso, esse envolvimento, mudou totalmente a minha vida! Se tivesse que fazer tudo de novo eu faria porque tudo é mais fácil quando acontece na casa do vizinho, mas quando é na nossa pele, muda. (Maria Raílda Silva Alves)

Este breve excerto é sugestivo para pensar sobre o protagonismo destas mulheres. Longe de se colocarem como vítimas – o que muitas vezes pode fazer parte do senso comum – a experiência da maternidade adversa foi porta de entrada para a vida pública e militante, resignificando seu papel diante da sociedade e de si mesmas.

Não ouso afirmar que somente a história oral permite tal desenvoltura e amplitude, mas não tenho dúvidas de seus investimentos neste segmento e em sua grande contribuição para além da informação histórica.

Aborto: entre o tabu e a necessidade de publicização

O mesmo pode ser dito sobre o tema que percorre minha pesquisa atual “O aborto em questão: moral, subjetividades e direitos”. Nos últimos anos, tema constante na mídia e diversos espaços públicos e oficiais, assim como em âmbito privado e íntimo, tem alavancado as mais múltiplas opiniões. A cada dia é possível escolher o tipo de fonte sobre o tema e elaborar pesquisas significativas com diferentes escopos teóricos e metodológicos.

Meu questionamento, assim como qualquer outro, poderia ser atravessado por discursos que estão sendo produzidos em abundância. Minha escolha: ouvir pessoas e suas experiências garantindo o anonimato quando desejado. Conhecer menos os dados e informações do que as trajetórias que, em algum momento, culminaram com a decisão pela interrupção de gestações não planejadas ou desejadas. Compreender os aspectos que envolvem tais escolhas e seus desdobramentos até o ponto que estes percorrem o mundo para além da subjetividade, envolvendo olhares e preconceitos de terceiros, aspectos legais e médicos. Elementos que provavelmente dados oficiais e estatísticas negligenciam, com a intenção maior de tornar tais histórias públicas sem constranger seus protagonistas. A opção é, portanto, atentar para o que estas vivências carregam de coletivas

e acreditar no seu potencial enquanto fonte para a elaboração de políticas públicas comprometidas com aspectos até então esquecidos.

O tema do aborto, além da escassez de fontes oficiais promovida pela criminalização desta prática no Brasil, apresenta ainda entraves relacionados ao fato de ser este um tabu em nossa sociedade, passado por questões de ordem religiosa e ética, como atesta a fala de uma das colaboradoras da pesquisa:

Eu ficava procurando dentro mim uma vontadezinha que fosse de levar aquela gravidez adiante, mas não encontrava... Ficava mal com isso, porque pensava “o único caminho que eu tinha, que a minha consciência realmente aceitava era o aborto”. Se eu fosse para outro caminho seria uma coisa imposta pela sociedade. Apesar de nunca ter sido religiosa, fui criada no catolicismo, “aquele” catolicismo. Sou católica, mas não sou praticante. Mesmo assim, o peso da religião acaba vindo e eu ouvia minha mãe dizendo “quando você ficar grávida, desde o momento que você ficar grávida, você se apaixona pela criança”. Meus deus, então eu sou uma monstra! Cadê esta paixão que não vem? Ai é que fui procurar uma clínica... (Entrevistada 1⁴)

Mesmo com a presença insistente de grupos militantes que reforcem a demanda por uma discussão pública laica e comprometida com a saúde das mulheres, o aborto envolve ainda aspecto essencial no que diz respeito às questões de gênero: a presença masculina e as especificidades desta experiência.

Ignorar a relevância do papel dos homens em discussão amparada pelos pressupostos que discutem gênero seria apagar o “outro lado da moeda”. Neste sentido, a pesquisa apresenta a preocupação de incluir em seus objetivos esta perspectiva, ainda que de forma complementar. A aproximação de tais experiências e suas subjetividades permite tanto a elaboração de fontes que faltam às pesquisas quanto favorece análises que pretendem identificar estruturas históricas relativas ao tema, assim como suas variações, contribuindo com desnaturalizações que a atenção restrita a documentos elaborados pela mídia ou por grupos comprometidos com pontos de vista específicos tornaria ainda menos prováveis.

Durante o processo de trabalho sobre aborto, me deparei com

⁴ O nome da colaboradora, por enquanto, será mantido em sigilo, pois trata-se de pesquisa em andamento e que envolve o anonimato dos colaboradores envolvidos.

inúmeras referências que retratam os homens como algozes. Certamente o são em muitos casos, especialmente os fartamente mencionados, em que não assumem as responsabilidades dos cuidados com os filhos, estes direcionados unicamente às mães. Qual não foi meu espanto ao ouvir experiências de aborto e paternidade que deslocavam totalmente esta impressão! E se falamos da imposição de papéis às mulheres com relação à maternidade, quanto não nos falta acerca do que é condicionado aos homens em sua obrigação de se posicionar objetivamente diante de sentimentos e frustrações?

Trabalhos nestes moldes frequentemente são alvos de críticas que variam entre a fidedignidade das fontes até a falta de diálogo com diferentes tipos documentais. A estas críticas, a resposta mais plausível recupera o que me motivou a escrever o presente artigo. A impossibilidade de contemplar todos os tempos, espaços, sujeitos e fontes envolve a necessidade de considerar como centrais quais os objetivos e propostas estão delineados em cada projeto de pesquisa, bem como os resultados que contribuem com debates sobre os temas e métodos aplicados.

Neste sentido, acredito que a história oral, enquanto aporte teórico e procedimental, é alternativa para muitas pesquisas, em especial para aquelas que se debruçam sobre questões de gênero, permitindo o olhar e o ouvir sobre o novo, o imprevisível e o subjetivo.

Reflexões Finais

Por que, então, a história oral poderia ser compreendida como suporte válido para os estudos de gênero?

Falta de fontes documentais? Esta justificativa há muito tem sido questionada, uma vez que a própria ausência de registros pode ser considerada base para reflexões.

Unilateralidade dos documentos? Também aqui há a possibilidade de elaborar reflexões que cadenciam as análises sobre o assunto.

Um dos diferenciais da história oral, ao partir de documentos produzidos no tempo presente, no processo dialógico e colaborativo, é atentar para os dois pontos elencados, mas não apenas a estes.

A criação de fontes inexistentes, acionadas pelas preocupações

da contemporaneidade, permite a um só tempo acrescentar elementos aos já disponíveis e estimular a interpretação de experiências que configuram preocupações sociais por seus protagonistas. Afinal, a cada elaboração discursiva sobre si, o narrador recupera lembranças e constrói em trabalho de memória reflexões sobre sua própria experiência:

O ato de relatar a si mesmo, portanto, adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência com transições plausíveis, mas também recorre à voz e à autoridade narrativas, direcionadas a um público com o objetivo de persuadir. (BUTLER, 2015, p. 23)

O ineditismo proporcionado pela história oral é acrescido pelo tipo de fonte, carregada de subjetividade. Ao assumir a subjetividade como um dado, pesquisador e colaborador se posicionam e os resultados obtidos lançam possibilidades que estão, de um lado, atreladas às escolhas objetivas do método e da reflexão teórica e, de outro, passíveis de interpretações que as extrapolam e envolvem os temas que dinamizam os estudos.

Podemos elencar temas tabus como o aborto, o abandono de crianças, doenças graves, criminalidade, comportamentos alternativos e dissonantes. Ou ainda assuntos que, por sua atualidade, não possuem amplos registros e fontes como os relacionados a técnicas de reprodução, uso de tecnologias que dão suporte a fontes inéditas, como redes sociais e avanços digitais. O potencial da história oral alcança, neste sentido, grupos que têm nestas pesquisas espaço original, o que permite que suas vozes sejam ecoadas com menos interferência.

É evidente que o papel do pesquisador não pode e nem deve ser negligenciado, entretanto trabalhos que se apoiam em conceitos como os de *colaboração* e *transcrição*, assumem a participação dos seus “objetos de pesquisa” para além do registro inicial das entrevistas. (MEIHY, 2005; MEIHY & RIBEIRO, 2011, MEIHY & HOLANDA, 2010)

Por colaboração entendemos a “ação de trabalhar junto”, considerando a alteridade que define a relação entre as partes, cada qual com seus repertórios de experiências e propósitos diante da pesqui-

sa. Esta noção considera que o entrevistado é agente no processo de elaboração documental que sucede a entrevista, sendo partícipe das etapas de produção textual na medida em que tem a possibilidade de acrescentar, alterar e vetar o documento final produzido, o qual somente pode ser publicizado após a autorização formal e sua validação.

Diferencia-se, desta forma, de outras práticas de pesquisa que após o registro de narrativas e, normalmente, sua autorização legal, as utilizam sem o compromisso de retorno dos resultados para os grupos sem os quais o estudo não existiria, sugerindo aspectos de ordem ética.

No que diz respeito ao conceito de transcrição, trata-se de aspecto estruturante da composição documental que atenta diretamente à colaboração. Sendo o produto final a ser analisado e publicizado, o texto transcrito passa pela leitura e validação do entrevistado.

Há ainda o compromisso de devolução pública dos frutos dos trabalhos que, por seu alicerce em meios acadêmicos, conferem legitimidade a experiências que de outra forma poderiam ser acomodadas no fluxo contínuo da vivência sem registro algum.

É necessário, contudo, reconhecer que muitos são os desafios que se colocam. Um deles é a impossibilidade de ouvir todos os sujeitos relacionados aos temas estudados, o que reforça a presença de obstáculo intransponível. As condições de pesquisa são, assim, sempre permeadas por conjunturas que circunscrevem e limitam os resultados possíveis. O tempo é provavelmente um dos maiores entraves para a obtenção de resultados que, inevitavelmente, são passíveis de ampliação e contestação.

O método escolhido e suas prerrogativas, ainda que alicerces para o bom desenvolvimento do trabalho, constituem escolhas que impedem a utilização de todos os meios disponíveis, fazendo com que o pesquisador sempre tenha a sensação de que poderia ir além.

Por fim, é indispensável reconhecer que a subjetividade do pesquisador interfere no discurrir de sua atuação, trazendo a necessidade de esclarecimentos permanentes sobre suas escolhas procedimentais e análises temáticas, sem contar o suporte teórico com o qual escolhe dialogar.

Os documentos, de modo geral, indicam caminhos e permitem análises, mas não são capazes de explicar ações, decisões, comportamentos por aqueles mesmos que vivenciaram as circunstâncias estudadas...

Talvez nos distanciemos das prerrogativas científicas tradicionais ao assumir o trato com a subjetividade... Talvez estejamos reforçando a necessidade que impera em reconhecê-la como parte do trabalho científico...

Os resultados, no entanto, sempre são mais importantes que os obstáculos. E o grande motor dos trabalhos de história oral é o compromisso em reconhecer e fazer ecoar outras vozes. Sim, O OUTRO também tem voz! Ao tratar da condição das mulheres, Simone de Beauvoir esclareceu:

Nenhum sujeito se define imediata e espontaneamente como o inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOIR, p.18)

A despeito de críticas, acredito na ressignificação de métodos e teorias, sem negligenciar o mais importante: a produção consciente de conhecimentos para o futuro!

Somos todos outros até que sejamos ouvidos a partir de nossos próprios repertórios de experiências. As mulheres e suas histórias configuram exemplo cabal que, diariamente, deixam de ser o “outro” e vêm construindo espaços de ação e reflexão, passando a edificar um “eu” autônomo e atuante. Ao dialogarem com o meio social no qual estão inseridas através das mais variadas formas de expressão e manifestação, lançam suas vozes aos ventos. E a história oral nos dá subsídio para fazer ecoá-las...

Referências Bibliográficas

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. (v.2). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- EVANGELISTA, Marcela Boni. *Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei*. Salvador: Editora Pontocom, 2015.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005)
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. *História Oral. Como fazer, Como pensar*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia Prático de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MONTYSUMA, Marcos F. Freire. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos. In: *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Universidade da UFPE, 2012.
- REVISTA HISTÓRIA ORAL. *Dossiê Memória, Relações de Gênero e História Oral*. Associação Brasileira de História Oral (ABHO), Volume 12, números 1-2, Janeiro/Dezembro, 2009.
- RIBEIRO et al. *Narrativas e experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *A greve no masculino e no feminino [Osasco, 1968]*, São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- SANTOS, Andréa Pàula dos. *Ponto de Vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol 16, nº2, Porto Alegre, jul/dez, 1990.
- TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *CADERNOS Pagu*. (3), Campinas, 1994.

“Lugar de mulher é em qualquer lugar” – a trajetória de três mulheres na direção do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e Região¹

Carolina Dellamore²

Resumo

Este artigo aborda a participação feminina na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e Região. Por meio da trajetória de três metalúrgicas que se tornaram dirigentes sindicais, em contextos distintos, analisa as funções exercidas por elas na entidade e a dinâmica do trabalho sindical. As narrativas das sindicalistas também revelam as relações de gênero estabelecidas nesse espaço de representação política, bem como os avanços e recuos da participação das mulheres no sindicato.

Palavras-chave

Mulheres; Sindicato; Política.

1 O nome completo do sindicato analisado é Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem, Ibité, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Anteriormente, foi chamado de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais de Belo Horizonte, Contagem e Região, contudo os metalúrgicos e as metalúrgicas o chamam apenas de Sindicato dos Metalúrgicos. Será utilizada aqui a forma reduzida do nome e em alguns momentos apenas sindicato para efeito de fluência do texto.

2 Doutoranda em História - PPGH/UFMG, linha de pesquisa: História e Culturas Políticas. Bolsista FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais). Pesquisadora do Núcleo de História Oral da UFMG. Email: carolinadellamore@yahoo.com.br.

“A woman’s place is everywhere” – the path of three women towards the metalworkers union from Belo Horizonte/Contagem and Region

Abstract

This article discusses women’s participation on the board of the Union of Metalworkers of Belo Horizonte /Contagem and Region. Through the trajectory of three metals that have become union leaders in different contexts analyzes the roles of them at the organization and the dynamics of union work. Their narratives also reveal gender relations established in this space of political representation and the advances and retreats of women’s participation in the union.

Keywords

Women; Union; Policy.

A partir daí você vai fazendo curso e descobre que o movimento sindical, diferente do que muitas pessoas pensam, que ele surgiu a partir da organização masculina, não é; foi a partir de organizações femininas. As mulheres lutando por melhorias nas condições de trabalho, menos carga horária, então não foram os homens. Os homens foram que, os primeiros relatos de reuniões que montou os sindicatos, mas os primeiros grupos organizados foram de mulheres e só não tem muito mais coisa escrita porque é o homem que escreve. (Antônia Lopes, 29/04/2015).

A fala de Antônia Lopes, metalúrgica e dirigente sindical, vai ao encontro das análises de Michelle Perrot (2001, p.185), quando a autora afirma que “Da História, muitas vezes a mulher é excluída”, sendo que essa exclusão ocorre, primeiramente, no nível do relato, passando a ausência da mulher, posteriormente, a constituir a representação do acontecimento político, como se de fato ela nunca estivesse estado ali. Dessa maneira, o poder de definir a presença e a ausência dos sujeitos na história passa por quem a escreve.

Em termos historiográficos, os estudos sobre as mulheres, segundo Rachel Soihet (2009), apareceram somente a partir dos anos de 1960, quando, juntamente aos chamados subalternos, tais como os camponeses, escravos e demais pessoas “comuns”, as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da história.

As mudanças na historiografia e a emergência desses estudos foram fortemente influenciadas pelo Movimento Feminista, inicialmente nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, na década de 1960 e, um pouco mais tarde no Brasil, em meados dos anos de 1970 (SOIHET; PEDRO, 2007). Nesse momento, as feministas questionavam a diferenciação entre homens e mulheres sob o ponto de vista biológico, pois consideravam que eles eram categorias construídas social e historicamente e não determinadas pelo sexo. Essa discussão contribuiu para o surgimento do conceito de gênero, pelo qual se passou a estudar o papel feminino nos âmbitos público e privado, as desigualdades e as relações de poder entre mulheres e homens.

Neste sentido, escrever a história a partir deste conceito pressupõe considerar as diferenças entre os sexos e analisar como as hierarquias são construídas e legitimadas (SCOTT, 1995). Posteriormente, a categoria gênero também propiciou pensar as mulheres,

não como uma identidade única, mas a partir de recortes de raça, etnia, classe, geração, lugar de origem e sexualidade; ampliando as possibilidades de análise.

Alguns campos dos estudos históricos, no entanto, como a história política tradicional, ainda carregam certa resistência com relação à inclusão de questões sobre as mulheres e gênero (SCOTT, 1995). Contudo, considera-se a política como umas das áreas na qual ele pode e deve ser utilizado para a análise histórica, buscando, com isso, potencializar a primeira como um território a ser explorado pelo segundo. Dessa forma, Scott (1995, p.73) afirmou que “inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante”.

O presente trabalho pretende incorporar a história das mulheres à história dos trabalhadores, a partir do exame da experiência operária feminina, mais especificamente da vivência do mundo do sindicato, compreendendo presença e ausência como a participação ou não delas ocupando cargos na diretoria da entidade, ou seja, espaços de poder e decisão.

Para a análise da atuação das mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos foi utilizado como recurso teórico-metodológico a história oral, tendo em vista que as fontes orais tornam-se muitas vezes peça fundamental para o exame da participação feminina em determinados períodos históricos. Nesse caso, o trabalho teve como base a trajetória de três dirigentes sindicais: Conceição Imaculada de Oliveira³, Antônia Lopes⁴ e Maria Ferreira⁵, cujas práticas e vivências foram analisadas levando em consideração contextos diversos, tais como o período da ditadura militar, a redemocratização, os anos de 1990 e aspectos dos dias atuais.

A opção aqui foi a entrevista temática, cuja escolha, segundo Verena Alberti (2005), é a mais adequada para o caso de assuntos que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos entrevistados, seja em termos cronológicos, uma atuação num determi-

3 Entrevista realizada por Thiago Veloso e Isabel Leite, no dia 23 de setembro de 2009, em Belo Horizonte/MG.

4 Entrevista realizada pela autora, no dia 29 de maio de 2015, em Contagem/MG.

5 Entrevista realizada pela autora, no dia 15 de setembro de 2015, em Contagem/MG.

nado período ou conjuntura, uma função ou experiência. Dessa forma, as entrevistas temáticas levam em conta a especificidade do que se está pesquisando e versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. Em última instância, tal metodologia apresentou-se como recurso privilegiado, pois possibilitou a percepção das representações construídas pelas próprias mulheres entrevistadas acerca da sua atuação.

Assim, procurou-se associar as discussões de gênero à metodologia da história oral para recuperar as narrativas femininas sobre a participação política no sindicato, visto que as memórias construídas sobre a atuação dessa entidade, principalmente no espaço público, são basicamente masculinas.

No caso do sindicato analisado, a diretoria só veio a contar com a participação de uma mulher em 1967, cuja gestão foi cassada pela ditadura militar antes de terminar seu mandato. Somente em 1987, cerca de 20 anos depois, as mulheres voltaram a fazer parte da direção da entidade em um contexto marcado pelo fim do regime autoritário e pelo ressurgimento dos movimentos sociais, com novo fôlego, na cena pública. Nesse sentido, a análise busca, por meio das trajetórias das três dirigentes sindicais citadas, compreender a presença e a ausência das mulheres na direção do Sindicato dos Metalúrgicos ao longo de sua história.

Uma mulher na diretoria do sindicato

Fundado em 1934, sob o nome de Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais, pouco tempo depois a entidade passou a denominar-se Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, devido ao crescimento de indústrias na capital mineira. Em 1957, começou a atuar também em Contagem, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em função da implantação da Cidade Industrial nessa localidade nos anos anteriores que, de acordo com Delsy Gonçalves de Paula (1994), em 1966 contava com cerca de 105 indústrias em funcionamento, atingindo sua capacidade total⁶.

O pleno funcionamento das indústrias da Cidade Industrial na

6 Ao longo dos anos, o sindicato ampliou sua área de abrangência para as cidades de Ibirité, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

década de 1960 foi acompanhado pela exploração dos trabalhadores e também das trabalhadoras que nesse período já constituíam grande parte da mão de obra operária. O trabalho, contudo, nesse parque industrial era marcado pela divisão sexual, como aponta Magda de Almeida Neves (1994). As mulheres atuavam principalmente nas empresas têxteis, alimentícias, eletrônicas e em pequenas metalúrgicas, enquanto aos homens ficavam destinados os empregos ligados à produção de cimento, às siderúrgicas e à metalurgia pesada.

Michelle Perrot (2001) ao analisar o tema das mulheres na França do século XIX, explicou que foi este século que acentuou a “racionalidade harmoniosa” da divisão sexual. Surgiu a ideia de que cada sexo tinha sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços e seus lugares quase predeterminados. A autora explica que, paralelamente, existia um discurso dos ofícios que fazia a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis, destinando “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos” (PERROT, 2001, p.178). Da mesma forma, a categoria gênero, segundo Scott (1995), tornou-se uma forma de indicar as ‘construções culturais’, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Nos anos de 1960, além da divisão sexual do trabalho, algumas construções acerca do papel das mulheres na sociedade se faziam presentes. A elas continuavam destinadas as funções de mães, esposas e donas de casa e a ideia de que política não era coisa para mulheres era corrente. Para aquelas que trabalhavam fora de casa, a máxima da política como espaço masculino continuava valendo; elas enfrentavam todas as questões do mundo do trabalho, mas na hora de reivindicar direitos, isso ficava a cargo dos homens, pois o sindicato não era considerado lugar para elas, afastando, com isso, a maior parte das trabalhadoras da luta contra a exploração e por melhores condições de trabalho.

Dessa forma, o fato de algumas delas se inserirem em partidos, organizações de esquerda e nos sindicatos, colocando-se como agentes de transformação social, por si só já era uma ruptura com a estrutura vigente, uma vez que ocupavam posição submissa na cena política. Como afirma Marcelo Ridenti (1990): “A norma era a não

participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas-de-casa” como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964” (p.1)⁷. Algumas mulheres, contudo, ingressaram em um duplo mundo masculino, o da política e o do trabalho, como foi o caso de Conceição Imaculada.

Filha de um ferroviário e de uma dona de casa, Conceição, nascida em Marinhos/MG, no dia 12 de junho de 1946, começou a trabalhar, aos 16 anos, em uma metalúrgica de esmaltados da Cidade Industrial, em 1962, quando também tomou conhecimento da luta operária por meio de panfletos jogados no chão no caminho da fábrica:

[...] um dia eu tô indo pro trabalho e vejo umas pessoas jogando papeizinhos, que eram panfletos, né? Eu peguei aquilo e li, e achei muito simpático, porque me identifiquei imediatamente com aquilo, porque era denúncia dos problemas que existiam dentro das empresas. Depois eu li aquilo, achei interessante, e comecei a comentar com as pessoas que tavam indo pro trabalho. Então já fui falando com as pessoas que eu tava encontrando, e peguei uns e já fui levando também, e tinha, claro, gente olhando. Depois tal foi a minha surpresa que na rua que eu morava, [...] morava um senhor, que era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e era um militante comunista. [...] Ai quando eu tô vindo ele me chamou no portão, e falou comigo. Perguntou como eu chamava, me cumprimentou e falou pra mim, quando eu falei aonde que eu trabalhava: ‘-Ah! Porque eu vi você hoje lá na Cidade Industrial, vi que você tava lendo uns papéis, tava contando’. Começou uma conversa assim toda, né?... ‘-E achei você muito inteligente, gostei do que você tava falando, se você gostou daqueles papéis, pra mim pareceu que você gostou muito’. Ai eu falei: ‘- Claro, gostei. É exatamente o que tá acontecendo’. E aí comecei a contar pra ele tudo de ruim que tava na fábrica. (Conceição Imaculada, 23/09/2013).

Na fala da entrevistada percebe-se que as condições em que se encontravam os trabalhadores da Cidade Industrial foram o motivo

⁷ Marcelo Ridenti refere-se aqui a movimentos femininos como a CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, criada em 1962, no Rio de Janeiro e a LIMDE, Liga da Mulher Democrata, fundada em Belo Horizonte, em 1964. Ambos os movimentos apoiaram o golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart e instalou a ditadura no Brasil. É preciso considerar ainda as Marchas da Família com Deus pela liberdade, manifestações realizadas em março de 1964 em várias capitais contra Jango e que contou com grande participação feminina.

que ocasionou sua integração à luta. É notório como o interesse de Conceição pelo que era dito nos panfletos chamou a atenção do líder comunista e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Benigno Silveira, fazendo-o convidá-la para participar das reuniões do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, ainda, como ela mesma os percebeu como interlocutores para tratar do que acontecia na fábrica em que trabalhava:

Porque na fábrica naquele tempo, existia situações muito precárias, a Cidade Industrial era muito nova, tava tudo começando. O maquinário não era avançado, a tecnologia ainda era muito atrasada, e naquele momento tava um avanço muito grande, eu num sabia nada disso, eu vou entender isso mais tarde, mas naquele momento tava um avanço muito grande do movimento sindical que tava cortando pra ter mudança, então eles estavam meio nervosos. E tava, assim, um autoritarismo muito grande, exigências muito grandes, problemas de acidente no trabalho também, porque as condições de trabalho eram muito ruins. Então eu falo, conto uma porção de coisas pra ele, né. E ele fala pra mim que é isso mesmo, que nós temos que lutar contra todas essas coisas e que pra isso precisamos nos organizar e aquela coisa toda. E perguntou pra mim se eu gostaria de participar da organização e falou pra mim que a gente tem que lutar que sem luta a gente não consegue mudar essas coisas. E falou: ‘-Na minha casa vai ter uma reunião essa noite, se você quiser trabalhar junto com a gente pra ajudar a mudar essas coisas você pode vim. Só que isso não pode falar pra ninguém, porque se as pessoas ficam sabendo que você tá participando [...] você pode ser demitida da empresa também. Às vezes o pessoal não gosta muito e você pode sofrer perseguição até política e tudo, então, tem que fazer isso com muita discrição’. (Conceição Imaculada, 23/09/2013).

Outro dado interessante que apareceu nessa entrevista foi em relação às considerações feitas pelos membros do Partido sobre o trabalho de Conceição via sindicato. O PCB discutiu e decidiu que ela não deveria se filiar ao sindicato, pois por ser mulher isso poderia chamar a atenção, já que não era comum, naquela época, a participação feminina na entidade sindical:

Porque se eu me sindicalizasse como mulher, naquela época desconfiava de tudo, né? Então ia chamar atenção. Então ali eles decidiram que eu ia ficar trabalhando com eles, mas que eu não ia me sindicalizar, mesmo se outras pessoas me convidas-

sem e tudo não era pra mim aceitar, falar que não, que eu queria ficar em algumas reuniões e tudo, mas que eu não queria sindicalizar, que minha família não gostava, inventar umas coisas assim. Aí eu pra não, que eles falam naquela época queimar, né? Você não podia se queimar. (Conceição Imaculada, 23/09/2013).

Já no ano de 1963 ficaram visíveis a preocupação do líder comunista, ao convidar Conceição para a reunião do Partido, recomendando discrição, uma vez que o PCB, nessa época, encontrava-se na ilegalidade e, ainda, o cuidado de não expor a nova militante no trabalho aberto do sindicato, principalmente pelo fato dela ser mulher. Depois do golpe civil-militar em 1964, essa discrição transformou-se em clandestinidade quase absoluta, considerando que todos os partidos e organizações de esquerda existentes até então tornaram-se ilegais, foram perseguidos, tendo suas principais lideranças cassadas.

O golpe, seguido da instauração da ditadura, procurou reprimir imediatamente todos os movimentos populares, inclusive, o movimento dos trabalhadores, tão em evidência nesse contexto. Houve intervenção imediata nas Confederações e Federações do trabalho e nos sindicatos. Segundo Jacob Gorender (1987) “de 1964-1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos, a metade deles de trabalhadores da indústria.” (p.141). Assim como em todo o país, os trabalhadores da Cidade Industrial, em Contagem, tiveram suas organizações desarticuladas, tanto na base quanto nos sindicatos. Além disso, foi criada uma legislação com o objetivo de enfraquecer o sindicalismo brasileiro⁸. O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem sofreu intervenção nos primeiros dias de abril, teve seus dirigentes afastados, sendo nomeada uma Junta Governativa para dirigir a entidade, lá permanecendo até as eleições sindicais de 1965⁹.

Conceição, mesmo nesse contexto de repressão, continuou atuando internamente nas fábricas, conversando com os trabalhadores, distribuindo panfletos e boletins produzidos pelo Partido, com o

8 A política salarial passou a ser organizada a partir dos Decretos 54.018/64 e 54.228/64, das leis 4.725/65 e 4.903/65 e os decretos leis 15/66 e 17/66. Implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pela lei 5.170/66.

9 Ata da 1ª reunião da Junta Governativa do Sindicato, 17 de abril de 1964. f.1. Esse documento encontra-se no livro de atas do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região e pode ser consultado no Arquivo da entidade.

objetivo de conscientizá-los para a condição de exploração em que viviam e denunciar a ditadura. Ela começou pelo seu local de trabalho, passando depois a entregar os boletins em todas as fábricas da região, criando laços de amizade e vínculos de luta:

Então eu peguei aqueles boletins, pus na minha bolsa, levei o envelope na, que eu levava uma bolsa, tinha que levar marmitta, num tinha restaurante, a gente tinha que levar comida de casa, o uniforme também pra trocar lá, então eu enfiar aquilo tudo no meio da minha marmitta e do meu uniforme, cheguei lá escondi, e depois que eu vesti o uniforme enfiar por dentro da calça. Nosso uniforme era uma calça comprida, com bota e uma blusa. Então eu enfiar assim, e em cada lugar que eu ia, se eu ia tomar água, que era em outra seção, [...] aí eu olhava pros lados não tinha ninguém eu tirava alguns e punha ali, né? Aí eu ia no banheiro e aproveitava que tinha que passar em outra seção, por sorte minha, eu trabalhava na primeira seção, e era um galpão muito grande. Aí eu passava e deixava. Todo lugar que eu... dava um jeitinho, né? Eu punha... Eu ia numa máquina buscar uma peça, [...] num tinha ninguém observando eu enfiava o papelzinho. Então eu fiquei assim, treinada em colocar papelzinho pra todo lado. E com isso depois eu passei de outras reuniões, e eles assim, ganhando mais carinho pelo negócio, né? Já comecei a falar com colegas de outras fábricas. Aí eu já virei uma pessoa que coordenava outros grupos. (Conceição Imaculada, 23/09/2013).

Aos poucos, Conceição foi ganhando mais espaço no PCB, participando de reuniões e coordenando grupos dentro das fábricas. Contudo, por discordar da postura do Partido Comunista Brasileiro, ela e outros integrantes romperam com o PCB, fundando a dissidência armada mineira denominada Corrente Revolucionária (Corrente). Em 1967, participou da eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos em que concorreram a Chapa Azul, formada pelos interventores nomeados, após o golpe de 1964, pelo Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais, e a Chapa Verde, de oposição, cuja proposta era a renovação do sindicato. A Chapa Verde, da qual Conceição Imaculada fazia parte, foi eleita para um mandato de dois anos, de agosto de 1967 a agosto de 1969. Ela rapidamente tornou-se uma referência, ao lado de Joaquim de Oliveira e Luiz Fernando, pois eram os membros mais atuantes do sindicato, com presença constante nas portarias das fábricas (BRANCO, 2008).

Conceição foi a primeira e única mulher até então a fazer parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Este fato ganha maior importância já que as mulheres voltaram a participar como dirigentes desta entidade somente em 1987. A entrevistada comentou que, por ser mulher e no meio metalúrgico tão marcadamente masculino, o seu nome não foi aceito tão facilmente para compor a Chapa Verde:

[...] É a primeira vez, né? Que uma mulher vai pra diretoria do sindicato na parte mais executiva e de metalúrgicos, podia ver no perfil, no gráfico até aí então. A metalúrgica foi uma coisa assim que não foi muito fácil negociar, mas no fim eles aceitaram. Porque eu me destacava mesmo, né? Pelo fato de ter visto aquilo, eles viram que não ia ter muito jeito, porque eu tinha todo mundo ali, porque eu tava muito envolvida no trabalho e pra fazer uma coisa, pra levar a marcha eles tinham que me levar também. (Conceição Imaculada, 23/09/2013).

Entretanto, os demais componentes da chapa, ao perceberem o envolvimento dela no trabalho e seu destaque junto aos trabalhadores, não tiveram alternativa, a não ser aceitá-la.

Nas atas consultadas do sindicato foi possível identificar uma participação intensa de Conceição. Em todas as reuniões, entre agosto de 1967 e junho de 1968, quando a diretoria da entidade foi cassada novamente, ela sempre tinha algo a dizer e a propor e ainda fazia críticas aos demais dirigentes quando estes assumiam uma postura que ela julgava “conservadora”. Foi possível perceber que a forma como ela atuava no sindicato era fruto e reflexo também da sua militância, tanto no PCB como na Corrente. Conceição e Luiz Fernando, também integrante da diretoria do sindicato, criaram um canal de comunicação com os operários, o jornal *O Metalúrgico*, usado para informar e denunciar questões relativas ao universo do trabalho, à exploração nas fábricas e à ditadura civil-militar.

O sindicato passou a articular seus trabalhos dentro das empresas, em comissões de fábricas que, devido ao contexto, funcionavam de maneira clandestina. As comissões tinham como função distribuir boletins e realizar o trabalho de orientação e mobilização dos operários dentro e fora das fábricas. Praticamente todas as empresas da Cidade Industrial, em alguma medida, tinham trabalhadores or-

ganizados em comissões.

As comissões surgiram após o dissídio de 1967, estimuladas pelas organizações de esquerda que compunham o sindicato: reuniram-se nele militantes dos Comandos de Libertação Nacional (Colina), da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente), da Ação Popular (AP), da Política Operária (POLOP), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ainda trabalhadores independentes. Dessa forma, sindicato e trabalhadores conseguiram organizar as greves de 1968, em abril e outubro, sendo que foi a primeira de caráter operário no país, depois da instauração da ditadura. Tanto a participação de Conceição Imaculada quanto de várias outras mulheres, dentre elas operárias, esposas de operários e militantes de organizações de esquerda, foi intensa e ainda carece de estudos mais aprofundados, pois ao que consta, a narrativa da greve, bem como a memória construída em relação a esse fato político, é masculina¹⁰.

Com o fim da greve de outubro de 1968, duramente reprimida pela polícia, ficou mais difícil a participação no movimento operário. O sindicato sofreu nova intervenção, o que também dificultou o acesso dos trabalhadores à entidade. Além disso, a diretoria eleita em 1967 foi cassada e não pôde terminar seu mandato. Conceição foi presa em 1969, sendo trocada pelo embaixador suíço em 1971, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), partindo em seguida para o Chile.

Do final de 1968 a meados de 1969, não há registros de atividades do sindicato em seus livros de ata. Segundo essa documentação, somente em agosto de 1969, após eleições, uma nova diretoria foi empossada¹¹. Apesar da desconfiança despertada pelos novos dirigentes da entidade, os trabalhadores mais politizados procuravam participar das assembleias e reuniões convocadas pelo sindicato para se informar sobre o que estava acontecendo e tentar fazer algum tipo de pressão. As listas de presença nas as-

10 Segundo Marta Rovai (2011) a memória construída sobre a greve operária de Osasco ocorrida em 1968 é masculina. A autora buscou, por meio da história oral, recuperar a participação das mulheres nesse evento político e os efeitos da repressão na vida de esposas, irmãs, sobrinhas e amigas de militantes e operários presos, torturados e/ou assassinados pela ditadura militar. Assim, de um lugar secundário, de colaboração apenas, elas passam a protagonistas da história, demonstrando, a partir de suas narrativas, as múltiplas formas de atuação política nesse período.

11 Ata de reunião para eleição do presidente da entidade, 30 de agosto de 1969.

sembleias demonstram que a grande maioria desses participantes era de homens; também eram eles que faziam uso da palavra nas reuniões, conforme ficou registrado nas atas.

No início da década de 1970, contudo, teve início a rearticulação do movimento operário, buscando a retomada do sindicato. Essa movimentação também significou a construção de um importante espaço de luta política pelas mulheres trabalhadoras.

Mais mulheres na direção do sindicato – um longo caminho

Reunidos clandestinamente, operários e operárias descontentes, membros de partidos e organizações de esquerda e setores mais progressistas da Igreja Católica, incluindo militantes leigos, organizaram a oposição sindical. Esses atores, juntos, passaram a atuar na transformação do movimento sindical, mas também, na articulação deste com os movimentos populares nos bairros da Cidade Industrial e de seu entorno¹².

Nesse contexto, as mulheres constituíram seu espaço de inserção, se organizando junto a esses movimentos e em associações de bairros para reivindicar melhorias na infraestrutura dos bairros da região da Cidade Industrial, como saneamento básico, coleta de lixo, asfalto, acesso à creche, à educação e à saúde. Criaram os clubes de mães, com o apoio da Igreja Católica, o que, se de início representou a oportunidade de sair de casa, do isolamento para compartilhar seus problemas com outras mulheres, aos poucos significou buscar formas de transformar a realidade local (NEVES, 1994). Além disso, as mulheres atuaram na oposição sindical e no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), que contou com a participação de algumas operárias.

Entretanto, se por um lado, muitas mulheres, trabalhadoras, esposas de operários e/ou moradoras da Cidade Industrial, foram protagonistas da reativação das lutas de massa empreendidas pelos

12 Para uma discussão mais aprofundada acerca da articulação entre movimento sindical e movimentos populares ver: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Nesse trabalho, o autor analisa como os trabalhadores rejeçaram a política tradicionalmente instituída e politizaram questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, “inventando” assim novas formas de política.

metalúrgicos, como as greves da categoria em 1979, colaborando de maneira ativa na arrecadação para o fundo de greve e até mesmo em piquetes nas portas das fábricas, Magda de Almeida Neves (1994) identificou a dificuldade enfrentada por algumas para participarem de organizações políticas nesse período, que ia desde a própria omissão da mulher em relação a esse espaço até a oposição da família e dos maridos. A autora relatou vários exemplos, dentre eles, o caso da esposa de um sindicalista que não aceitava sua inserção política nesses movimentos, chegando a ponto de queimar panfletos mimeografados por ela ou de deixá-la trancada fora de casa, tendo a mulher que dormir no quintal ou contar com a ajuda do filho para pular a janela e entrar em casa.

Ângela Araújo e Verônica Ferreira (2000), ao investigarem o sindicalismo e as relações de gênero, analisam o considerável aumento no número de mulheres sindicalizadas, principalmente entre 1970 e 1978. As autoras argumentam que isso se deu muito em função da retomada da combatividade do movimento sindical no final dos anos 1970, no Brasil, e do impacto do movimento feminista, que ganhou a cena pública nesse contexto, sobre as trabalhadoras.

No que diz respeito ao sindicato, compreendido como um espaço de política predominantemente masculino, por isso pouco frequentado pelas mulheres operárias, percebe-se que à medida que a força dos movimentos sociais crescia, as mulheres foram, gradativamente, tornando-se mais presentes no Sindicato dos Metalúrgicos, participando de mobilizações, greves e atuando nas campanhas de sindicalização nas fábricas em que trabalhavam. A oposição sindical, nesse sentido, atraiu uma maior participação feminina para o movimento operário. Contudo, é preciso considerar que mesmo apresentando uma proposta mais democrática, que questionava o autoritarismo, a distância dos dirigentes sindicais em relação à categoria, pregava a autonomia sindical e considerava a fábrica como local de luta privilegiado, tanto a oposição sindical quanto o velho sindicalismo “compartilhavam uma tradição cultural machista que se manifestava nas representações paternalistas ou segregacionistas em relação à mulher trabalhadora” (ARAÚJO; FERREIRA, 2000, p.314).

Nas eleições de 1978, para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, apenas uma mulher compunha a Chapa dois, organizada pela oposição sindical. Já nas chapas um, da situação e vitoriosa, e três, não houve mulheres inscritas. Contudo, ainda que na Chapa dois tivesse apenas uma mulher, isso já era significativo, diante do quadro geral de pouca representatividade feminina na composição dos grupos que concorriam às eleições sindicais.

Magda de Almeida Neves (1994) identificou uma considerável presença de mulheres na campanha eleitoral da oposição, o que significou um aumento ainda que pequeno na participação delas no sindicato. Tanto que no dissídio coletivo de 1979, pela primeira vez, foram pautadas reivindicações específicas femininas, como estabilidade de 60 dias para gestantes e creches nas empresas com mais de 20 mulheres empregadas (NEVES, 1994). Em 1980, a partir de pressões dessas operárias, foi realizado o I Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem. Encampado pelo sindicato, uma das resoluções desse Congresso foi a criação do Departamento Feminino na entidade, cuja atuação se circunscreveu a um período curto do ano de 1980, uma vez que depois do Congresso, as lideranças femininas foram todas demitidas e não conseguiram emprego nas metalúrgicas da região (NEVES, 1994).

Dessa forma, a participação das mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos e no movimento operário constituiu-se de pequenos avanços e muitos recuos. Na gestão de 1987, elas tiveram algum espaço na diretoria da entidade, sendo que dos 42 dirigentes sindicais eleitos, somente três eram operárias: Inês Maria Pongelupe, Selma Ferreira Aguiar e Vânia Maria Vaz.

O que se observa, entretanto, é que nem sempre a composição de uma diretoria significa ampliação nos espaços de poder. No geral, conforme apontou Paola Cappellin (2009), as mulheres assumem cargos como secretária e bibliotecária dentro da estrutura do sindicato, atuando em funções mais burocráticas e administrativas e não em cargos de direção cujas atribuições são efetivamente políticas. “Poucas sindicalistas participam das negociações e só excepcionalmente representam a categoria fora da entidade, mesmo que tenham um alto grau de escolaridade” (CAPPELLIN, 2009, p.661).

Em 1993, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual o Sindicato dos Metalúrgicos sempre esteve ligado, para tentar minimizar essa questão da pouca representatividade das mulheres nas entidades sindicais, estabeleceu cotas mínimas na disputa por cargos diretivos. Essa medida ainda está em vigor. Contudo, é preciso avançar para além disso, pois o fato de haver a presença feminina na direção da entidade não significa uma participação efetiva no sindicato.

Antônia Lopes, atual diretora da Federação Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais (FEM), foi dirigente no Sindicato dos Metalúrgicos de 1996 a 2005, num contexto bastante distinto do período de Conceição Imaculada. Antes de tornar-se metalúrgica, contudo, Antônia foi doméstica e costureira, ofício que aprendeu aos 14 anos num curso de corte e costura, por correspondência, promovido pelo Instituto Universal Brasileiro. Nascida no interior de Minas Gerais, em Brumal, distrito de Santa Bárbara, começou a trabalhar cedo, pois de acordo com ela “na roça você começa a trabalhar na hora que começa a andar, né?”. Segunda filha de uma família de sete irmãos, Antônia nunca gostou da vida na roça, sempre quis sair de casa e conhecer o mundo: “Eu era abusada; uma vez meu pai me deu uma bezerra, eu pedi pra vender porque eu queria fazer um curso de inglês, lá na roça”.

Quando completou 18 anos, Antônia saiu de casa e foi morar em Santa Bárbara/MG para estudar; depois seguiu para Brasília acompanhando uma família conhecida da sua, onde fez um curso técnico em contabilidade. Em 1983, devido a problemas familiares Antônia foi para Belo Horizonte. Lá, enfrentou muitas dificuldades financeiras até conseguir, em 1988, uma carta de indicação para uma fábrica metalúrgica, onde trabalhou como soldadora até 2006, quando a empresa fechou. A entrevistada tinha, nessa época, 35 anos, idade difícil para conseguir emprego como operária, pois as empresas contratavam preferencialmente mulheres jovens, solteiras e sem filhos.

Antônia sindicalizou-se em 1992, sendo convidada por outra trabalhadora para fazer parte da Comissão de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da empresa. “O pessoal viu que eu não

tinha medo de falar o que tava acontecendo”. Por isso, também foi eleita para compor a Comissão Interna para Prevenção de Acidentes (Cipa) e, em 1996, entrou para a diretoria do sindicato. Participou dessa gestão, além de Antônia, somente Rita Evaristo, duas operárias num universo de 44 integrantes. O diferencial dessa gestão é que depois de muitos anos, uma mulher, no caso Rita de Cássia, participava como parte da diretoria executiva, com o cargo de coordenadora de imprensa, fato que não acontecia desde 1967, período em que Conceição Imaculada esteve à frente do sindicato e respondia pela secretaria.

Na entrevista, Antônia, que começou sua atuação nas comissões dentro da empresa, falou da dificuldade de participação política em espaços importantes como esses, pois na fábrica em que ela trabalhava, mesmo com uma mão de obra 90% feminina, no momento de constituição da Cipa, por exemplo, quem participava, em sua maioria, eram os homens. Ela contou que como dirigente sindical conversava com as mulheres sobre a importância de ocupar esses espaços de decisão, mas que não adiantava e concluiu dizendo: “A gente deixa muito para os homens decidir por nós”.

Em relação a essa discussão sobre a mulher e o poder político, Michelle Perrot (2001) apontou para a necessidade de se interrogar a própria atitude feminina em relação ao poder político, pois em sua visão é isto que constitui o problema. “A ideia de que a política não é assunto das mulheres, que nesse campo elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos” (p.184). A autora ainda afirmou que elas tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, interiorizando as normas tradicionais.

Há uma grande dificuldade feminina em assumir um lugar de poder no sindicato, segundo Antônia. Para ela, as mulheres precisam estar preparadas politicamente para dar conta de várias situações, que vão desde a dinâmica do trabalho sindical, o não reconhecimento da fala das operárias em reuniões e assembleias, o assédio das dirigentes pelos próprios trabalhadores, problemas nas relações familiares, dentre outras questões.

No trabalho em porta de fábrica, quando os sindicalistas, tanto

homens quanto mulheres, aproveitam os horários de entrada e saída dos operários para panfletarem, distribuir o jornal do sindicato e informar o trabalhador, Antônia revela que já enfrentou assédio: “tem aqueles que são engraçadinhos, mas eu não deixo sem resposta não. Eu chamo o engraçadinho e converso. (...) Nunca teve duas vezes”. Para finalizar, ela afirma que esse tipo de ação na porta de fábrica é muito importante, pois enquanto a empresa “tem todo o tempo pra fazer lavagem cerebral no trabalhador, o sindicato não; então ele não pode perder um minuto”, referindo-se aos “engraçadinhos”.

As relações familiares, ou melhor, o casamento, segundo Antônia, pode se constituir como um entrave para que a mulher possa tornar-se sindicalista, pois se é casada, o marido não vai facilitar para que seja dirigente sindical, nem mesmo quando ele também é, “porque ele não vai ficar o tempo todo com ela. (...) vamos dizer que ele confia em mim, mas e a casa que ficou, os filhos. Então não é fácil. A mulher precisa ser muito forte, muito determinada quando ela quer ser dirigente sindical”.

Maria Ferreira, em sua entrevista, corrobora com Antônia Lopes quando fala sobre seu próprio exemplo. Em seu caso, o marido também é dirigente sindical, por isso, “a conciliação com a família eu acho que dá certo, porque nós dois somos sindicalistas”. Mãe de quatro filhos, muitas vezes, quando precisa viajar, sua mãe é quem cuida deles. Atualmente, devido ao acordo feito com a empresa onde trabalha, Maria está em tempo integral no sindicato. Sempre preocupada com sua atuação e tendo em conta a responsabilidade disso, conta que relutou um pouco em fazer parte da diretoria quando foi convidada por Rita Evaristo, também dirigente, no final dos anos de 1990.

Nessa época, ela trabalhava, estudava e já era mãe. Mas desde que se tornou metalúrgica, em 1988, sempre acompanhou as reuniões e assembleias do sindicato, pois a presença de sindicalistas nas três fábricas em que trabalhou foi constante:

Quando eu via o pessoal do sindicato na porta da fábrica, principalmente na campanha salarial, começar a falar do que tava acontecendo e tudo, então assim, tinha aquele arrepio, sabe? Aquela coisa assim, de você sentir que você tinha que tá ali junto. (Maria Ferreira, 15/09/2015).

Contudo, antes de “tá ali junto” e de aceitar o convite de Rita, elas conversaram por vários meses: “ela me explicava, falava um pouco da luta, eu via também, né?”. Maria, então, passou a participar das assembleias do PLR e da Cipa na fábrica onde trabalhava, ajudando a eleger seus membros, e intensificou seu trabalho de militância. Em 1999, ela aceitou compor a chapa para concorrer às eleições para o sindicato e desde então faz parte da diretoria, atuando principalmente à frente da Secretaria das Mulheres. Nessa primeira gestão, além de Maria Ferreira, participaram as seguintes mulheres: Antônia Lopes, Vânia Aparecida Rodrigues e Simone Anízia Dias.

Questionada sobre a relação entre homens e mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos, na época em que entrou para o movimento sindical e hoje, Maria Ferreira considera que as coisas melhoraram:

a gente tinha aqui companheiros que dizia que lugar de mulher é em casa. Então, por que que nós estamos na fábrica? Então, lugar de mulher é em qualquer lugar, né? Principalmente dentro da fábrica. A gente dizia pra eles: “- então na hora de vim na assembleia as mulheres estão aqui, né? Pra poder fazer número, então pra poder participar e pra poder comunicar com as mulheres na base nós estamos juntos, né? (Maria Ferreira, 15/09/2015).

Esta fala de Maria demonstra que se, muitas vezes, a presença das mulheres é levada em consideração - como no trabalho do sindicato junto aos operários, em suas bases, ou nas assembleias para garantir quórum - o mesmo não ocorre em termos de uma presença efetiva nas esferas do poder e da política como integrantes da diretoria.

Sobre essa mesma questão acerca da relação entre homens e mulheres no sindicato, Antônia Lopes, antes de responder, fez uma pausa e só então acrescentou: “Eu diria que é uma relação boa, mas não é diferente da sociedade”. Ela utiliza como exemplo uma situação familiar: “eu sou uma filha que tem um irmão mais velho homem e um irmão mais novo homem; meu pai me deixava de lado pra consultar meu irmão”. Para ela, no sindicato é a mesma coisa: “Eles valorizam mais uma fala do homem, a postura do homem, e eu não calo; todas as observações que eu tenho que fazer, eu faço. Então isso incomoda bastante”. A narrativa de Antônia pode ser lida a partir da análise de Michelle Perrot (2001, p.186) sobre a inserção política da mulher quando diz que a mulher militante “tem

dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes”.

Além disso, Antônia Lopes apontou que há uma situação muito frequente combatida a todo tempo por ela, que é o homem, dirigente sindical, colocar uma mulher para seguir e vigiar a outra dentro do sindicato. “Quando eu vejo, não deixo de criticar também. Não é assim, não pode ser assim. Isso é retrocesso”. O caso apresentado pela entrevistada demonstra a desconfiança de alguns dirigentes em relação às suas companheiras de diretoria e também como algumas mulheres, por motivos diversos, compactuam com determinados jogos de poder e hierarquia.

Já em termos de estrutura, Maria considera que o trabalho das sindicalistas ganhou um pouco mais de espaço. Elas passaram a ter acesso a todos os departamentos da entidade, o que não era comum logo que ela entrou para a direção do sindicato. As dirigentes também conseguiram uma sala para realizar o trabalho: “depois de muita discussão a gente conseguiu, porque não é fácil, ter uma mesa com computador, com a condição de você poder receber uma pessoa, uma companheira, pra poder chegar, fazer uma reunião”. Outra coisa é que a demanda das metalúrgicas para realização de encontros e seminários foram e continuam sendo discutidas nas reuniões da diretoria executiva, demonstrando maior abertura desse espaço. Contudo, Maria concluiu: “É lógico que a gente tem que fazer a parte da gente, porque se deixar só por eles não vai fazer, a gente na verdade é que tem que empurrar eles”.

Este empurrão ocorreu, também, nas mesas de negociação que se constituem como outra instância a ser enfrentada pelas mulheres. Antônia Lopes relatou que nas negociações do Sindicato dos Metalúrgicos com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), visando toda a categoria, “você entra muda e sai calada”. Ela continuou explicando que normalmente quem fala é o presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, o representante nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e os representantes das centrais sindicais, todos homens.

De toda forma, Antônia ponderou que ainda que ela “entre muda e saia calada”, assim como outras mulheres que participam dessas mesas, já há diferenças quando há mulher na mesa de negociação:

Porque a gente manda a pauta pra eles, aumento de salário, vamos ampliar a questão da saúde, licença maternidade, etc. Aí eles chegam e fazem assim: aumento de salário ok, PLR ok, e vamos negociar, licença maternidade não tem acordo. Então a primeira coisa que corta são as questões referentes à mulher e tendo uma mulher lá isso já fica. (Antônia Lopes, 29/04/2015).

Maria Ferreira complementou a consideração de Antônia ao afirmar que, apesar dos homens estarem mais preparados e abertos para argumentarem sobre essas questões nas negociações, o fato de “ter uma mulher impõe mais”. Essa situação demonstra a pouca importância dada pelos homens às questões referentes à mulher, o que fica como algo menor dentre as reivindicações pautadas, tanto pelos representantes dos empresários, que já de início procuram retirar esses temas da pauta, quanto de alguns dirigentes sindicais que não defendem essas propostas de maneira mais contundente.

Diante disso, percebe-se que mesmo as mulheres fazendo parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e o fato de pautarem a todo tempo, como Maria Ferreira apontou, que “o sindicato não é um sindicato de homens, mas de homens e mulheres”, a inserção efetiva delas na entidade assumindo cargos de liderança ainda é pequena. Ângela de Araújo e Verônica Ferreira (2000) elencam alguns pontos que podem ajudar a compreender essa situação. Um deles é o não reconhecimento das especificidades femininas pelos dirigentes sindicais, tornando a luta das mulheres muitas vezes como complementares às dos homens; diante disso, nega-se a importância de demandas específicas femininas ou ainda produz-se um enquadramento destas a partir das representações masculinas. Outro aspecto diz respeito à forma como o sindicato se organiza. Estruturadas a partir do cotidiano masculino, coisas simples como os horários e a duração de reuniões não levam em conta que muitas trabalhadoras têm responsabilidades domésticas; sendo este também um fator de desmobilização.

As autoras ainda chamam a atenção para o fato de que também

no sindicato as mulheres estão expostas às convenções sociais que ditam o lugar que elas podem ou não frequentar e a prevalência, ainda, da ideia de que sindicato não é lugar de mulher. Sendo assim, muitas se sentem sub-representadas e/ou excluídas das posições de liderança e de poder, mesmo quando fazem parte da direção do sindicato (ARAÚJO; FERREIRA, 2000). Essa situação pode ocasionar uma baixa disposição para a participação nas atividades sindicais de um modo geral, pois muitas operárias não se identificam com o movimento sindical da forma como ele se organiza.

Dessa maneira, conforme analisa Mary Garcia Castro (1995), para além de garantir a entrada das mulheres em cargos de poder, seja em sindicatos ou partidos, a reflexão deve ir em direção à habilidade feminina, principalmente daquelas empossadas nos cargos de liderança, de se fazerem de “fato agentes de interesse de gênero, de representar todas as mulheres trabalhadoras” (CASTRO, 1995, p.36). Ao tornarem-se “agentes de gênero”, as sindicalistas têm questionando os enquadramentos acerca da representação feminina, a estrutura organizacional dos sindicatos, as formas de tratamento entre dirigentes, as relações sociais homem/mulher na entidade e também nas fábricas, criando condições para a mudança de mentalidade no interior da entidade, não somente dos trabalhadores, mas também das trabalhadoras.

Considerações Finais

Conceição, Antônia, Maria e tantas outras mulheres que ocuparam e ocupam esse espaço de poder e tomada de decisão no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região, enfrentaram (e ainda enfrentam) muitos desafios como dirigentes sindicais. As desigualdades de gênero ainda marcam o mundo do trabalho no Brasil e definem também a constituição de lugares de poder e de representação.

Nesse sentido, refletir sobre as trajetórias das dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, os cargos e funções exercidas por elas, a dinâmica do trabalho sindical e as relações de gênero estabelecidas neste espaço de representação política, conectando-as à história do sindicato e do movimento operário na região da Cidade Industrial,

possibilitou a análise dos avanços e recuos da participação, ainda que pequena, das mulheres na direção da entidade e como as demandas femininas foram tratadas ao longo de sua história.

Conceição fez parte da diretoria do sindicato, tendo que lidar com as questões de gênero próprias de seu contexto, enfrentando o machismo no partido em que militava, na fábrica onde trabalhava e na própria entidade, além de romper com os papéis tradicionais impostos às mulheres de seu tempo, adentrando no universo da política considerado terreno de homens; e, lutando contra a ditadura militar. Antônia e Maria entraram para o sindicato em um contexto bastante diferente, em que a luta do movimento feminista dos anos de 1970 havia transformado a vida social e obtido muitas conquistas, dentre elas a carta constitucional de 1988, garantido alguns direitos específicos importantes.

Apesar de Antônia, Maria e outras lideranças femininas ainda enfrentarem o machismo nas instâncias de representação política, não há como negar a visibilidade que essa questão conquistou ao longo dos anos. Mas os desafios continuam e não dizem respeito apenas às mulheres e à representação feminina, constituem-se também como questões a serem pensadas e apropriadas pelo homem no sindicato, pois conforme observou Scott (1995, p.75) o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Afinal, como afirmou Maria Ferreira: “*lugar de mulher é em qualquer lugar...*”.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de História oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Ed. 34, 2000. p.309-346.

CAPPELLIN, Paola. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla (coord.). *História das mulheres no Brasil*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 3, n.1, set. 1995. p.29-51.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário: 1964/1984: A resistência à ditadura 1964/1971*. São Paulo: Novos Rumos, 1987. v.1.

GONÇALVES DE PAULA, Delsy. *No labirinto das minas – a modernidade postergada*. 1994. 107f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v.2, n.2, 1990. p. 113-128.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Rompendo a invisibilidade: narrativas femininas sobre os bastidores da militância política em 1968 na cidade de Osasco. *Perseu: história, memória e política*, São Paulo, n.7, ano 5, 2011, p.41-57.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação*

& Realidade. Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p.71-99.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 362-400.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n.54, 2007. p.281-300.

Referências das entrevistas

OLIVEIRA, Conceição Imaculada de. Entrevista realizada por Thiago Velloso e Isabel Leite, no dia 23 de setembro de 2013, em Belo Horizonte/MG.

FERREIRA, Maria. Entrevista realizada por Carolina Dellamore, no dia 15 de setembro de 2015, em Contagem/MG.

LOPES, Antônia de Jesus. Entrevista realizada por Carolina Dellamore, no dia 29 de abril de 2015, em Contagem/MG.

Que Bom Te Ver Viva: Memórias, Sensibilidades e Resistências

*Cleonice Elia da Silva*¹

Resumo

Neste artigo apresento alguns apontamentos oriundos da análise do filme *Que Bom Te Ver Viva* (Lucia Murat, 1989). A partir da análise do filme é possível discutir o papel das mulheres nas organizações de militância contra a ditadura militar e, principalmente, como as mulheres entrevistadas pela cineasta, em finais da década de 1980, rememoram a militância e os atos de violência dos quais foram vítimas. Esse filme pode ser considerado como um porta-voz contra a tortura no Brasil e um questionador de uma pretensa “conciliação histórica” promovida pela Lei de Anistia e pela redemocratização.

Palavras-chave

Lucia Murat; Militância feminina; Tortura; Memória; Resistência.

¹ Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora de História na Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

Que Bom Te Ver Viva: Memories, Sensibilities and Resistance

Abstract

In this article I present some notes resulting from the analysis of the film *Que Bom Te Ver Viva* (Lucia Murat, 1989). From the film analysis is possible to discuss the role of women in militancy organizations against the military dictatorship, and especially how the women who gave interviews to the filmmaker, in the late 1980s, recall the militancy and violence of which were victims. This film can be considered as a spokesperson against torture in Brazil, and a questioning of a “historical reconciliation” promoted by the amnesty law and the democratization.

Keywords

Lucia Murat; Militancy women; Torture; Memory; Resistance.

Com este artigo pretende-se analisar alguns dos principais aspectos que caracterizam o filme *Que Bom Te Ver Viva* (Lucia Murat, 1989). Parto da premissa de que a cinematografia da cineasta tem como particularidade o caráter militante e o da resistência. Estes aspectos presentes na produção de filmes da referida cineasta não se manifestam apenas no campo temático privilegiado por ela, mas também no estético. Um exemplo disso é o fato de ela resistir em realizar filmes para a televisão, afirmando que o foco de suas produções são as salas de cinema.

Uma parte da cinematografia da cineasta, entre outros aspectos, tem como principal característica a constituição de uma **memória** e de um **discurso histórico** a respeito de alguns elementos atuantes no período da ditadura militar. Seus filmes priorizam perspectivas que ressaltam a militância da esquerda, a resistência, a diferença e a violência.

Conforme destaca Daniel Aarão Reis, há uma concepção, desde os anos 1980, “para a elaboração da conciliação nacional e de um pacto democrático” de que a sociedade brasileira suportou a ditadura “como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo” (REIS, 2014, p. 8). A ditadura, nas palavras do referido autor, foi uma noite escura, “tempo de trevas”, que foi vencido. Apesar do silêncio imposto de forma autoritária à sociedade, alguns segmentos desta resistiram. Destaca-se a luta revolucionária:

Assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas (REIS, 2014, pp. 8-9).

Como destaca Jacob Gorender, a esquerda abandonou a possibilidade de manter uma postura pacífica; a luta armada tornou-se, na concepção desses grupos, a via mais eficaz para resistir ao autoritarismo militar:

À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se que a luta armada, não travada contra

o golpe da direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos (GORENDER, 1998, p. 87).

Entre muitos dos que se envolveram com os movimentos de resistência à ditadura militar no Brasil, está a cineasta Lucia Murat, presa pela primeira vez em 1968 no congresso da UNE. Em entrevistas, ela afirma que o seu cinema é de experiências, resiste em denominá-lo como político, por mais que esse seja o termo mais comum para fazer referências aos seus filmes. Sua cinematografia é marcada, conforme o mencionado, por uma convergência temática, de problemáticas acerca da violência e da diferença:

Minha relação com o cinema passa pela necessidade de refletir a vida, a experiência da prisão, da tortura, da derrota política e da fantasia. Do ser jovem e fantasiar, achar-se capaz de fazer as coisas opostas à sua educação, de trabalhar com a utopia. O cinema foi, num certo sentido, uma maneira de passar toda a minha experiência. Não sei se passar para frente ou jogar para fora. Acho que é mais jogar para fora, vomitar e falar sobre tudo isso, uma maneira de sobreviver e toda aquela história (NAGIB; ROSA, 2002, p. 324).

Sobre os relatos produzidos por ex-militantes da luta armada, Denise Rollemberg chama a atenção para o fato de esses indivíduos terem a necessidade de contarem suas histórias. Para muitos há uma associação entre o falar e a resistência. Suas biografias seriam uma forma de perpetrar a sobrevivência de uma geração:

Enquanto lembram e contam o passado, o elaboram, dão um sentido a si mesmos, aos outros, ao passado e ao presente. Da parte dos leitores das autobiografias, a quantidade responde – ou responderia – ao interesse de se conhecer uma história silenciada. Num primeiro momento, muitos destes leitores eram os que não sabiam, esta espécie de personagem constante da história que atravessa os tempos em diferentes partes do mundo assistindo a toda espécie de crime sem nada ver. Em seguida, vieram as novas gerações. Assim, no encontro do precisar falar e do querer ouvir; a explicação para a quantidade de autobiografias (ROLLEMBERG, 2006, p. 83).

Os filmes de Lucia Murat não tratam de autobiografias no seu sentido *stricto sensu*. É possível afirmar que as experiências da cineasta, como seu envolvimento com a militância de esquerda e da sua prisão pelos militares, são as motivadoras, servem de inspiração,

para as questões que estruturam as histórias de seus filmes. Com exceção do longa-metragem *Uma Longa Viagem* (2011), a cineasta não aparece nos filmes como um dos “personagens” da trama.

Em síntese, uma característica que se sobressai nas obras de Lucia Murat diz respeito à estrutura de sentimentos, conceito cunhado por Raymond Williams “para descrever como nossas práticas e hábitos mentais se coordenam com as formas de produção e de organização socioeconômica que estruturam em termos do sentido que consignamos à experiência do vivido” (CEVASCO, 2001, p. 97).

As obras da cineasta até o momento são: *O Pequeno Exército Louco* (1984), *Que Bom Te Ver Viva* (1989), *Oswaldianas* (1992), *Doces Poderes* (1997), *Brava Gente Brasileira* (2000), *Quase Dois Irmãos* (2004), *Olhar Estrangeiro* (2006), *Maré, Nossa História de Amor* (2007), *Uma Longa Viagem* (2011), *A Memória Que Me Contam* (2012), *A Nação Que Não Esperou Por Deus* (2015). Sendo *Que Bom Te Ver Viva*, *Quase Dois Irmãos*, *Uma Longa Viagem* e *A Memória que Me Contam* obras sobre a ditadura militar brasileira.

Como veremos adiante, o seu segundo longa-metragem, *Que Bom Te Ver Viva* (1989), já foi objeto de estudos, assim como o documentário *Olhar estrangeiro* (2006), que inspirou uma pesquisa de doutorado em linguística na Universidade de Brasília. A pesquisadora Suzana de Carvalho Lustosa parte da crítica que a cineasta faz em seu documentário sobre a forma estereotipada que os estrangeiros retratam o Brasil para entender como a brasilidade é representada pelos próprios brasileiros nos filmes. O objetivo geral de sua pesquisa foi desenvolver uma leitura do imagético e “associá-la ao passado de representação identitária do brasileiro” (LUSTOSA, 2013).

No entanto, a obra da cineasta sobre a ditadura militar brasileira ainda não foi estudada no seu conjunto. Seus filmes, assim como os demais, podem ser considerados fontes legítimas para o trabalho do historiador. Há alguns anos os historiadores vêm estudando o cinema a partir de uma perspectiva que visa não apenas entender as conjunturas e características que marcaram os seus contextos. Nessa abordagem, a imagem fílmica é a principal fonte da pesquisa histórica. Marc Ferro é precursor desse tipo de pesquisa, entre-

tanto, sua teoria é cercada de tensões e problemas. Na atualidade alguns historiadores, entre eles Eduardo Victorio Morettin (2003) e Marcos Napolitano (2006), demonstram quais seriam as tensões e problemas dos pressupostos teóricos de Ferro e formulam novos procedimentos metodológicos para análise fílmica.

A obra fílmica passa a corresponder a mais um dos “novos objetos” de estudos da geração de historiadores da Nova História. Na atualidade, muitos dos pressupostos defendidos por Marc Ferro passaram por uma revisão, pois pesquisadores enxergam alguns limites na metodologia e concepção defendidas pelo historiador francês acerca da função do cinema na pesquisa de cunho histórico:²

As críticas que a nova historiografia, brasileira e estrangeira, vêm fazendo a Ferro enfatizam o caráter da manipulação intrínseco à linguagem do cinema, focando as escolhas dos realizadores manifestadas no enquadramento, diálogos e edição, entre outros elementos. Além disso, apontam para certas lacunas na maneira com Ferro pensa a relação entre história e cinema: com a linguagem intrínseca ao filme, seja ela documentário ou ficção, infere no registro de um evento, de um processo ou de um personagem de valor “histórico”? Como o filme com tema histórico, documental ou ficcional traduz o presente ao representar o passado? Quais são as tensões internas do filme, pensadas a partir de sua estrutura narrativa na tentativa de registrar ou representar fatos históricos? (NAPOLITANO, 2006, p. 243).

II

Lucia Murat afirma que os filmes que a influenciaram foram aqueles que ela assistiu em sua adolescência. Para a cineasta, a adolescência é o momento em que as coisas mais nos atingem, “deixando marcas profundas” (NAGIB; ROSA, 2002, p. 323).

Os cineclubes, assim como para outros cineastas brasileiros, tiveram uma importância significativa na formação de Lucia Murat. Ela conheceu, por exemplo, o cinema soviético através desses espaços. Frequentar tais lugares e assistir a esses filmes, para a mesma, foi uma forma de resistência à ditadura. A censura que marcou boa parte da história da cultura brasileira foi muito operante no período

² Acredito que o artigo citado de Eduardo Victorio Morettin apresenta as reflexões mais significativas sobre os “pontos problemáticos” da abordagem sugerida por Marc Ferro.

da ditadura militar, os filmes que tinham um cunho político, ou até outros que não possuíam essa característica, foram frequentemente censurados:

A Guerra Acabou, de Alan Resnais, muito me marcou e foi objeto de discussão. Nosso grupo de amigos encontrou nesse filme todas as opções da esquerda, que era o significado de nossas vidas. O cinema se fazia presente enquanto revolução, utopia, mas também propondo valores. Era um momento de grandes mudanças, a mulher ganhava participação ativa na sociedade, na política, na vida sexual. Havíamos sido educadas para casar e, de repente, rompemos com isso.

O cinema, que em um primeiro momento era a forma como a jovem Lucia lidava com as questões do mundo, com os anseios e as expectativas da revolução, anos depois se tornou uma forma para ela lidar com um passado doloroso. A cineasta, assim como outros jovens, foi presa em 1968 no congresso da UNE em Ibiúna:

Fiquei encarcerada em São Paulo por uma semana quando o AI-5 entrou em vigor. Tornei-me, assim, uma pessoa marcada. A partir daí, caí na clandestinidade, abandonei a vida legal e, em certo sentido, a vida cultural. Permaneci ligada à ação guerrilheira até meados de 1971, quando fui novamente presa. Minha vida se definia pela chamada revolução, nada mais existia (NAGIB; ROSA, 2002, p.323).

Após o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em 1969, Lucia Murat passou a viver totalmente na clandestinidade. Viveu durante um tempo na Bahia e, quando descoberta, conseguiu não ser presa. Por três meses ficou trancada dentro de um apartamento, até que foi levada para o Rio de Janeiro. Em abril de 1971, foi presa. Ali foi torturada, assim com as mulheres que aceitaram dar seus depoimentos em *Que Bom Te Ver Viva*.

No referido filme, ela não fala de si diretamente, tal como fez anos depois em *Uma Longa Viagem* (2011). Há uma espécie de *alter ego* seu e das outras presas, interpretado de forma exemplar pela atriz Irene Ravache. Tanto em *Que Bom Te Ver Viva* quanto em *Uma Longa Viagem* a cineasta optou em trabalhar com a linguagem documental e a ficcional, explorando as possibilidades de trabalhar

com as duas linguagens de forma integrada e não enxerga tensões e limitações entre elas. Tratando-se do primeiro filme mencionado, objeto de análise deste artigo, a escolha em trabalhar com os dois gêneros deu-se devido à sua constatação de que nenhum e nem outro seria capaz de trabalhar com a verdade. Ao intercalar os depoimentos das militantes de esquerda com as encenações de Ravache, apostou em duas formas de representações que lidam de forma distinta com a verdade, esta jamais vista como absoluta pela cineasta. Para ela, as presas que foram torturadas não conseguem, através de seus relatos, descrever o horror de tal fato. A ficção tem uma capacidade maior de trazer à tona para o espectador esse horror.

Outros pesquisadores debruçaram-se sobre esse filme de Lucia Murat e produziram análises a respeito. Aqui não me comprometo a fazer um levantamento sistematizado de todos os textos publicados sobre o segundo filme da cineasta, o seu primeiro sobre a ditadura militar brasileira, apenas apresento de forma sintética as principais premissas de alguns autores que, assim como eu, se interessaram pela obra.

Jônatas Xavier de Souza (2013) em sua pesquisa de mestrado destaca, a partir das premissas de Regina Behar (2010), que no tempo presente e no decorrer do século XX “as representações cinematográficas contribuíram para a constituição e difusão de culturas históricas, de modo a tornar inevitável o interesse dos historiadores pelas imagens em movimento com todas as implicações advindas da ‘impressão de realidade’” (SOUZA, 2013, p. 3).

Tratando-se de filmes sobre a ditadura militar, esse aspecto assume novas especificidades, pois se percebe que há uma predominância de obras que lidam com as experiências e com as memórias daqueles que vivenciaram esse período de nossa história. Assim como o lembrado por Souza (2013: VIII), os filmes são um importante meio de produção, divulgação e recepção de experiências individuais e coletivas do presente e do passado.

O referido pesquisador, em seu trabalho, teve como principal propósito refletir sobre a importância do *Que Bom Te Ver Viva*, também a do filme documentário, com um registro da memória individual e coletiva, a importância que eles possuem como material

vinculado às dimensões sociais e identitárias “que se justificam a partir de sua filiação a uma cultura histórica constituída no tempo dos eventos, da conjuntura, da produção cinematográfica” (SOUZA, 2013, p. 5). Ele percebeu que as fontes audiovisuais têm uma grande relevância para os estudos sobre as memórias do período da ditadura militar. No que diz respeito ao filme *Que Bom Te Ver Viva*, afirma que ele não representa somente:

a memória de mulheres sobre suas vivências na militância política e nos cárceres do período ditatorial, mas ele já é efeito de uma elaboração memorialística produzida anos depois e que passa a constituir/criar as representações imagético-discursivas desse passado. [...] o filme é produto de uma produção que constrói e elabora as memórias e histórias de sujeitos imbricados nesse processo (SOUZA, 2013, p.123).

Kátia da Costa Bezerra (2014), adotando como ponto de partida o filme *Que Bom Te Ver Viva*, analisa como as narrativas produzidas por mulheres que se envolveram na militância contra a ditadura atribuem significados para experiências que normalmente são negligenciadas ou, nas palavras da autora, “silenciadas”. Ela percebeu que o filme constrói quadros da memória que se distanciam de alguns modos que corriqueiramente são representados. Neste sentido, afirma que o que se pode inferir a partir da maneira como a cineasta optou por organizar e apresentar os depoimentos das oito mulheres é que o filme consegue se distanciar de alguns discursos predominantes que visam dar legitimidade para uma memória totalizadora, a qual se articula a partir do binarismo: heróis *vs.* terroristas, vítimas *vs.* algozes:

Trata-se de um processo de construção da memória que, marcada por uma linguagem “militarizada”, promove uma postura “não reflexiva e que exclui a possibilidade de perguntar questões sobre a natureza da experiência” (Avelar, 2004, p. 65, tradução nossa). *Que bom te ver viva* foge dessa dinâmica ao trazer a dimensão do sofrimento, as tensões internas bem como os momentos de perplexidade, fraqueza, alegria e revolta na tentativa de rearticular novas leituras sobre esse período da história do país (BEZERRA, 2014 p. 41).

As mulheres que participaram da luta armada quebraram tabus, o principal deles diz respeito ao fato de terem entrado em um mun-

do cuja predominância era masculina. Considerando-se as questões inerentes ao gênero, a luta armada para elas teve um significado diferente do produzido sobre os homens, uma vez que tiveram influências, motivações e vivências específicas tanto no ponto de vista pessoal quanto no social. Tais experiências estão relacionadas com as dinâmicas e características das organizações de esquerda e as prisões nas quais estiveram presas. Essas são as premissas de Angela Medeiros e Thalita Ramalho (2010), que nortearam a análise de *Que Bom Te Ver Viva*. Análise que teve como objetivo principal entender como essas experiências influenciaram a vida de mulheres militantes da esquerda.

Em síntese, Medeiros e Ramalho buscaram compreender como o filme de Lucia Murat representa as militantes que se envolveram com a luta armada no contexto da ditadura militar brasileira. Ambas, assim com eu, consideram o filme um importante porta-voz do contexto sociopolítico e cultural do período da recente democracia restabelecida no país.

Que Bom Te Ver Viva é um dos principais filmes nacionais que fala de forma escancarada e direta da tortura, a qual possuía grau de legitimidade dentro das instâncias de repressão. O principal foco do torturador é “despir o corpo e tentar alcançar a alma do torturado, estabelecer uma cunha entre o corpo e mente” com a intenção de acabar com a inteireza, integridade e a privacidade de sua vítima (MELINO; OJEDA, 2010, pp. 29-30).

III

O filme *Que Bom Te Ver Viva*, conforme já mencionado, estrutura-se a partir do gênero ficcional e o documentário. No primeiro caso, temos um monólogo de uma personagem, um *alter ego* da cineasta e também das oito entrevistadas. Tratando-se da vertente documentário, encontramos um estilo bem recorrente dos cineastas ao trabalhar com o gênero, que é a utilização dos relatos e das imagens de arquivo (nesse caso foram utilizadas imagens de notícias de jornais, algumas delas dizem respeito às narradoras). Outro recurso bastante utilizado em documentários tidos como tradicionais, a narração, também está presente nesse filme de Lucia Murat; todavia, a

cineasta utiliza-se dele de forma mais poética e lúdica. A *voz off* do filme não relata de forma distanciada e objetiva eventos relacionados à vida das mulheres, mas se aproxima da vida dessas de forma sutil. A narração foge da dramaticidade, é marcada por um caráter lúdico, crítico e questionador.

A dramaticidade do filme é construída pela trilha sonora, pelas constantes celas de prisões que fazem a passagem de um *take* para o outro. E é evidente que ela se apresenta nos relatos das oito mulheres, ora de forma mais evidente, expressa nas lágrimas, no discurso de indignação; ora de forma quase imperceptível, a partir de um olhar que expressa uma dor remanescente, nos silêncios entre uma fala e outra.

Entre as oito entrevistadas, uma não quis se identificar e optou por fazer um relato a partir de uma carta. Maria do Carmo Brito, Estrela Bohadama, Maria Luiza Rosa (Pupi), Rosalinda Santa Cruz (Rosa), Criméia Almeida, Regina Toscano e Jessie Jane relatam aspectos sobre a vida na militância de esquerda, suas experiências na prisão, essas marcadas, sobretudo, pela tortura, e falam também de superação.

O que é relatado nas entrevistas, no plano ficcional ganha um grau de dramaticidade maior. Ou seja, a personagem interpretada por Irene Ravache lida com o passado de uma forma mais trágica do que as entrevistadas; as situações cotidianas encenadas pela atriz remetem de forma constante ao fato de a personagem ter sido presa e torturada no passado. O *alter ego* torna a dor das oito mulheres entrevistadas latente, predominando um discurso de indignação.

“*Por que sobrevivemos deve ser substituído por como sobrevivemos*”, uma das primeiras falas ecoadas no plano ficcional do filme, que remete às dificuldades, ou de forma mais enfática, às atrocidades as quais foram sujeitos os presos políticos da ditadura militar brasileira.

As entrevistadas participaram de organizações de esquerda diferentes: Maria do Carmo militou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Estrela no Partido Operário Comunista (POC); Pupi esteve ligada ao movimento estudantil; Rosa envolveu-se diretamente com o movimento armado; Criméia lutou na guerrilha do Araguaia e Regina militou no Movimento Revolucionário Oito de

Outubro (MR-8).

A militância das mulheres em organizações de esquerda no período correspondente às ditaduras militares na América Latina, manifestou-se de forma significativa. Todavia, devemos considerar as dinâmicas próprias de cada um dos países, assim como ressalta Cristina Scheibe Wolff, podendo ser notado um descompasso entre os países da América Latina no que se refere aos efeitos da Revolução Sexual, em síntese, a propagação dos movimentos feministas:

Um descompasso se criou também quanto aos efeitos da chamada Revolução Sexual e do feminismo internacional nesses países. Isso interessa muito quanto estamos discutindo as relações de gênero. Por exemplo, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o Ano Internacional da Mulher, o que em vários países oportunizou a criação de organizações feministas, a realização de encontros de discussão das ideias feministas. No Brasil este também foi um ano marcante para o movimento feminista. Com a chancela da ONU, criaram-se organizações e espaços de discussão que estariam totalmente interditos nos anos anteriores (WOLFF, 2010, p. 140),

Muitas das jovens entraram na militância de esquerda a partir do movimento estudantil. As décadas de 1960 e 1970 foram épocas de expansão das universidades. Cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia começaram de forma mais ampla a ser frequentados por elas. Devido ao cunho político inerente às discussões desses cursos, eles eram “focos de recrutamento para o movimento estudantil” (WOLFF, 2010, p. 146).

Mesmo envolvendo uma parcela pequena dos jovens da América Latina, pois no período referido o acesso à universidade ainda era restrito, o projeto de luta armada assumiu “ares de discurso de uma geração, um projeto da juventude”. Entre eles estiveram muitas mulheres (WOLFF, 2010, p.149). Para eles a militância era uma ferramenta para a mudança social (OBERTI, 2010, p. 13).

Levando-se em consideração questões de gênero, e seguindo as premissas de Alejandra Oberti (2010, pp.13-14), os relatos das guerrilheiras ligadas às organizações que combateram os regimes militares na América Latina não devem ser considerados apenas a partir de um perspectiva que acredita recuperar aquilo que esteve às margens. Apesar de dificuldades encontradas por algumas delas

para se integrarem às organizações, suas atuações foram importantes para os movimentos, sem desconsiderar as características que cada um deles possuía; e no contexto atual tal atuação é reconhecida.³ No entanto, seria negligência ignorar que:

As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura, que não admitia que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. Neste sentido, o Estado autoritário direcionou uma violência específica a elas, gerando distintas consequências e sequelas entre mulheres e homens.⁴

O número de mulheres documentado que se envolveu com a luta política é inferior ao dos homens. De acordo com o *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, entre os 436 casos de morte e desaparecidos apresentados no documento, 11% são mulheres. Dos 70 guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, 12 eram mulheres⁵.

IV

A primeira história que nos é apresentada no filme é a de Maria do Carmo Brito⁶, que foi presa em 1970 e torturada por dois meses. Em uma negociação foi trocada pelo embaixador alemão, Ehrenfried Von Hollebe. Libertada, passou dez anos no exílio. O marido, companheiro de militância, Juarez Guimarães de Brito – o Juvenal – suicidou-se. Ele e Maria do Carmo haviam feito um pacto de morte, o qual ela não seguiu. “*Me senti muito culpada por não ter morrido*”, declara. A gravidez foi uma forma encontrada por ela para lidar como o sentimento de culpa: “*Descobri como era bom ser mulher!*”.

3 Entre outros trabalhos que analisam a participação feminina nas organizações de resistência à ditadura militar no Brasil, menciono Mulheres que foram à luta armada, de Luiz Maklouf Carvalho.

4 Trecho presente no Relatório Final da Comissão da Verdade “Rubens Paiva”. Tomo I – Parte II – Verdade e Gênero. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/>. Acesso em: 17/10/2015.

5 Idem.

6 Para saber mais sobre atuação de Maria do Carmo Brito na luta armada recomendo o livro de autoria de Martha Vianna, Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito.

Então, como afirma a narradora, com a maternidade resgatou a sua possibilidade de vida, tendo dois filhos... Como veremos mais adiante, não é apenas a tortura o aspecto que aproxima as mulheres entrevistadas no filme. Perceberemos também que a maternidade assume uma importância muito semelhante na vida delas.

Já no relato dessa primeira entrevistada, fica evidente que a tortura praticada contra as mulheres assumiu proporções e especificidades ligadas às questões de gênero. Confessa às câmaras de Murat que estar presa e ser torturada mobilizou uma luta constante para se manter inteira. “*Eu me lembro que estava menstruada eles para me pendurarem no pau de arara me punha uma calça de homem, nojenta, toda suja (...)*”.

Rosalinda Santa Cruz – a Rosa – logo no início do filme afirma: “*Éramos torturadas sem roupa, nosso corpo era um objeto de tortura!*”. Regina Toscano fala, posteriormente, na degradação sexual que sofreu. Sobre essa realidade que marcou a tortura, principalmente de mulheres, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade apresenta as seguintes constatações:

Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo. Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana. Nesse espaço desempoderado, os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em *loci* de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas. Nesses mesmos espaços de violência absoluta, também foi possível feminilizar ou emascular homens [...]⁷

Choques nos órgãos sexuais, estupro, xingamentos, entre ou-

⁷ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014. p. 402.

tros, foram ações comuns contra as presas políticas. Tais ações, nas palavras de Maria Luiza Rosa – Pupi – promoveram a sua degradação enquanto ser humano. Ela chama a atenção para o fato de que os seus amigos, os quais declaram os seus pontos de vistas sobre a tortura, lidam com o tema como um campo desconhecido. Em suas falas, demonstram pouco conhecimento ou até mesmo um desconhecimento desta prática, tão comum no período autoritário brasileiro. Maria Luiza conta sobre eles. Um questiona: “*Quem irá assistir um filme sobre tortura?*”. A amiga de Regina não pensa nesta como uma torturada: “*É muito difícil pensar nisso!*”, desabafa. A colega de trabalho de Maria do Carmo diz não ter estrutura para ouvir falar sobre esse passado.

As falas desses amigos demonstram que no período de realização do filme o assunto tortura era um assunto ainda velado, pouco se falava a respeito no Brasil, apesar dos esforços de alguns segmentos da sociedade brasileira, principalmente aqueles representados pelos parentes de mortos e desaparecidos e pelos “ex-militantes”. O livro *Brasil: nunca mais*, por exemplo, representa um longo trabalho preparado a partir dos fins da década de 1970, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo. Esta obra é um importante marco no cenário de denúncias contra a ditadura militar. Nela é possível encontrar processos arquivados no Supremo Tribunal Militar (STM), os quais foram copiados em segredo, revelando para a sociedade as violações dos direitos humanos promovidos pelos agentes da repressão, “com a cumplicidade, ativa e passiva, dos tribunais, militares e civis, e do conjunto das instituições republicanas” (REIS, 2014, p.9).

Maria Luiza afirma que “*É impossível discutir*” e que a sensação de solidão toma conta dela quando está em pauta o falar sobre as sevícias das quais foi vítima. Para Estrela, esta prática é um assunto que incomoda tanto que seus familiares e amigos preferem que ela esqueça: “*Eles de alguma forma reivindicam para que eu esqueça (...) para que eu não entre em contato com uma coisa tão dolorosa.*” O seu marido afirma que esse é um trauma que não pode ser esquecido, mas também não pode “*ocupar a vida inteira da pessoa. O equilíbrio é difícil, o sofrimento é garantido pelo resto*

da vida.”

A memória pode ser considerada como um fenômeno individual, algo íntimo; também como algo que pertence a uma coletividade e a um contexto social, como bem destacou Maurice Halbwachs. Ela é marcada por “flutuações, transformações, mudanças constantes”. Ao mesmo tempo em que a memória possui essas características, ela tem na maioria das situações “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 201). Na época em que o filme foi realizado, a tortura posta em prática no decorrer do período da ditadura militar não era de conhecimento da sociedade em ampla escala, sendo que os depoimentos dos amigos das entrevistadas demonstram esse aspecto. Então, é possível afirmar que o filme de Lucia Murat lida com memórias individuais, as quais mantêm vivos eventos do passado e trazem à tona elementos imprescindíveis para revelar fatos obscuros das práticas violentas legitimadas pelo governo militar.

Falar a respeito dessa mancha na história do país requer uma mobilização muito grande e, sobretudo, a efetivação da justiça, ou seja, o julgamento e a condenação daqueles envolvidos com os atos de tortura, sendo que essas questões na nossa atualidade ainda não estão bem resolvidas. Tal impunidade que marca a justiça em nosso país é lembrada no filme, principalmente, pela personagem ficcional que com a sua indignação declara: “*Ficamos apenas com as nossas pequenas vinganças!*”.

Há, nesse filme de Murat, uma crítica direta à forma como a imprensa produz seus discursos sobre os torturadores e os torturados. A imprensa não consegue cumprir seu papel de porta-voz da sociedade e revelar de forma idônea circunstâncias relacionadas aos crimes cometidos no decorrer da ditadura militar. Uma cena do filme que ilustra essa afirmação é a que a personagem do plano ficcional lê uma notícia de jornal, na qual o torturador é chamado de médico e os militantes de esquerda de terroristas: “*Se pelo menos tivessem colocado um ex antes de cada nome (...) ex-torturador e ex-terrorista*”, indaga. As questões ligadas a um passado mal resolvido para essa personagem, conforme o já dito, afetam diretamente suas experiências cotidianas. A falta de informação por parte daque-

las pessoas que pertencem ao seu círculo de convivência e a falta de idoneidade da imprensa corroboram para que essa não resolução com o passado assuma proporções significativas.

Rosalinda – a Rosa – enxergava pouca mobilização na sociedade brasileira contra a tortura, uma vez que os movimentos de denúncia eram liderados na maior parte dos casos por torturados e familiares. “*É uma luta manter a denúncia*”, afirma. Ela tem um irmão, Fernando, desaparecido: “*O preso desaparecido é a invenção mais terrível criada pela repressão*”, pois, segundo ela, é uma morte sem corpo. Sem o corpo não há convicção da morte, a esperança de vida mantém-se. Em seus relatos, menciona o sentimento de medo, solidão e de total desproteção. Sentimentos aos quais esteve sujeita ao ser mantida em cárcere e torturada. O torturador é dotado de uma prepotência e desafia o limite do corpo do torturado, a capacidade de resistência.

Criméia lutou na guerrilha do Araguaia e continua ativa na militância política.⁸ Declara de forma enfática: “*Eu continuo cobrando, não fiz parte desse acordo de silêncio!*”. A gravidez a marcou muito, mas não quis repetir a experiência: “*Foi uma sensação gostosa.*”; “*Eles tentam acabar comigo, mas nasce mais um.*”. Poder gerar um filho, para ela, foi um sinal, uma manifestação de liberdade. Neste sentido, Jessie Jane afirma que o nascimento de sua filha possibilitou a abertura de uma brecha para as emoções fluírem novamente. Para Maria Luiza, os filhos trazem esperança junto. Em suma, na maternidade essas mulheres encontraram novos sentidos para suas vidas. É a partir dela que elas buscam lidar com as lembranças do passado e com o seu presente de forma menos conflituosa.

Alejandra Oberti analisa os significados da maternidade assumidos pelas militantes de organizações contra as ditaduras militares, na América Latina. Ela se apresenta como uma opção quase indisputável: “*Havia muchas razones para tener hijos, entre ellas que se transformarían en los hombres nuevos del mañana (...)*”. A maternidade não se contrapunha à causa da revolução:

8 Relatos mais detalhados sobre a atuação de Criméia na guerrilha do Araguaia podem ser encontrados em, *Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia*, capítulo de autoria de Margareth Rago.

La maternidad era un deber militante que no se contradecía con la exigencia de una entrega absoluta a la causa de la revolución. Una revolución que, a su vez, demandaba que los cuerpos de varones y mujeres se dispusieran por igual a la producción de un futuro en el cual verían realizados los ideales revolucionarios (OBERTI, 2010, p.18).

V

Na atualidade não restam dúvidas da importância que as mulheres tiveram nos movimentos de resistência às ditaduras militares na América Latina, apesar das dificuldades encontradas por algumas para se integrarem às organizações de esquerda, conforme menciona Cristina Scheibe Wolff (2010, p.151): “Vivia-se esta contradição - por um lado admitia-se a importância das mulheres, mas, por outro, era difícil incorporá-las como iguais”. Ainda de acordo com Wolff, é possível considerar que houve uma incorporação do feminismo pelos homens e mulheres das organizações de esquerda, “mesmo de forma lenta e com a negação do nome ‘feminismo’”:

O fato é que mesmo com as ditaduras e com a filosofia de esquerda daquela época, colocando a luta de classes à frente e acima de qualquer outra luta ou transformação social, a revolução das mulheres já estava se fazendo, pela própria incorporação destas aos movimentos e organizações que lutavam contra as ditaduras (WOLFF, 2010, p. 152).

A articulação entre memória e gênero permite uma intervenção crítica sobre os discursos da militância, pois as sensibilidades femininas dão novos significados para as experiências vivenciadas a partir de uma ótica masculina. Nos depoimentos analisados por Alejandra Oberti (2010, p. 15) foi notado um posicionamento por parte de algumas ex-militantes, que defende que as mulheres são mais críticas do que os homens, que elas possuem uma formação política mais desenvolvida do que eles. Um ponto importante a ser destacado é que, para a autora, a análise que as ex-militantes fazem do passado são influenciadas por “*elementos discordantes que vienen del presente*”. Em síntese, o presente influi naquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. “*Construyen un yo narrativo donde conviven en tensión la reconstrucción del pasado y la organizaci-*

ón de una memoria que desde ele presente incorpora nuevos elementos” (OBERTI, 2010, p. 16).

Os relatos de mulheres que participaram da militância nas organizações de resistência às ditaduras militares não reescrevem a história, mas sim evidenciam uma memória que poderia ficar opaca ou até mesmo não inteligível na história, “construída” a partir de outros relatos:

Esos relatos no tratan de rehacer la historia incluyendo esta vez a las mujeres, dándoles el lugar que les fuera negado. Más bien proponen una memoria que valoriza cuestiones que podrían parecer intrascendentes, que no están inscriptas, y no lo estarán, en los grandes hechos de la historia. El desasosiego por la pérdida de los seres queridos, el estupor ante la derrota de los ideales; pero también la conciencia de los límites de esos ideales, trazan una memoria que permite distanciarse de las versiones estatuidas, proponer otras formas de relacionarse con los sucesos del pasado y redefinir las dimensiones con las que se analizan el pasado reciente para establecer una memoria crítica (OBERTI, 2010, p. 28).

Acredito que o filme *Que Bom Te Ver Viva* foi um dos primeiros esforços em nosso país em preencher as lacunas de uma história que tem muito ainda que ser analisada. As Comissões da Verdade não pouparam esforços para trazer à tona as violações dos direitos humanos que operaram na ditadura militar. No entanto, as devidas condenações ainda não foram realizadas e não se sabe ao certo se algum dia serão.

Apesar de terem buscado caminhos para a superação, os relatos das mulheres do filme de Lucia Murat demonstram que os atos de atrocidades cometidos em um passado não muito longínquo não devem ser esquecidos: “*Não podemos esquecer. Não tem esse negócio de esquecer não!*” declara convictamente Jessie Jane.

Os corpos dessas mulheres e de muitas outras também podem ser entendidos como um espaço político nas mãos dos torturadores (SAPRIZA, 2010). Essas, nas suas condições de mulheres, sofreram atos de violências diferentes dos presos políticos que se encontravam em condições semelhantes às delas:

Embora mulheres e homens tenham compartilhado os espaços de luta – seja na guerrilha armada, seja em organizações que adotavam outras estratégias de luta, como agremiações estu-

dantis e partidos políticos –, a experiência das mulheres durante o conflito representa algo distinto. A violência praticada ultrapassou o ataque à integridade física, para atingir a “subjetividade feminina” das vítimas – isto é, construções culturais que produzem significados a respeito da identidade das mulheres, ou do seu papel na sociedade. Então, a violência sexual praticada contra a mulher, ou ainda a ameaça aos seus filhos ou familiares, trazem consequências específicas para a vítima do gênero feminino, uma vez que estão profundamente conectadas ao que significa, culturalmente, “ser mulher” (ROESLER; SENRA, 2013, p.38).

As discussões apresentadas neste texto dizem respeito a algumas premissas iniciais de um projeto de pesquisa de doutorado e, por essa razão, ainda necessitam de maior aprofundamento. No entanto, esse aspecto não me impede de concluir que o filme *Que Bom Te Ver Viva*, 26 anos após a sua produção, continua agenciando questões que despertam interesses em nossa contemporaneidade. Na minha leitura, além de ser um porta-voz de uma denúncia, ele também questiona e critica um discurso conciliatório da história. Quando o que está em questão são as memórias da ditadura militar, sobressaem-se os conflitos.

Referências Bibliográficas

- BEHAR, Regina. Conterrâneos velhos de guerra: o cinema escreve a história “vista de baixo”. In: JUNIOR, Raimundo Barroso Cordeiro; CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves (Orgs.). *Cultura história e historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.
- BEZERRA, Kátia Costa. Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história. *Estudos de Literatura Contemporânea*, n.43, jan./jun. 2014, p. 35-48.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 2014.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 5ªed, 1998.
- LUSTOSA, Solange de Carvalho. *Brasilidade no cinema nacional: problematizando os processos de identidade*. Brasília, 2013. Tese em Linguística – UnB.
- MEDEIROS, Angela; RAMALHO, Talita. Que bom te ver viva: Memória das Mulheres. *O Olho da História*, n.14, jun. 2010.
- MELINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História: Questões & Debate*. Curitiba, n. 38, 2003.
- NAGIB, Lúcia; ROSA, Almir. *O cinema da retomada: depoimentos de 90 cineastas dos anos 90*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla B. (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- OBERTI, Alejandra. Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. vol. 5, n.10, 1992. p. 200-2012.

RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Relatório Final da Comissão da Verdade “Rubens Paiva”. Tomo I – Parte II – Verdade e Gênero, 2015.

ROESLER, Claudia Rosane; SENRA, Laura Carneiro de Mello. Gênero e justiça de transição no Brasil. *Revista jurídica da presidência*, v. 15, n. 105, fev./mai. 2013. p. 35-67.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: FILHO, João Roberto Martins (Org). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2006.

SAPRIZA, Graciela. Memoria y memorias de mujeres en el relato de la ditadura (Uruguay, 1973-1985). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SOUZA, Jônatas Xavier. “*Que bom te ver viva*”: memórias e histórias de mulheres que sobreviveram à violência da ditadura. João Pessoa, 2013. Dissertação em História – UFPB.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como sua memória: a história de Lia*, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

Referência filmográfica

Que Bom Te Ver Viva (1989)

Elenco: Irene Ravache,

Montagem: Vera Freire;

Fotografia: Walter Carvalho;

Som direto: Heron Alencar;

Diretor-assistente: Adolfo Orico Rosenthal;

Direção de produção: Kátia Cop e Maria Helena Nascimento;

Cenografia e figurino: Beatriz Salgado;

Música original: Fernando Moura;

Trilha sonora: Aécio Flávio;

Roteiro, e direção e produção executiva: Lucia Murat;

Distribuidora: Taiga Filmes e Video; Woman Make Movies.

Denúncia e resistência: narrativas e relações de gênero em Parnaíba-PI (1995 A 2014)

*Naira de Assis Castelo Branco*¹

Resumo

O objetivo do artigo é analisar, a partir de relatos orais colhidos no ano de 2014, a violência de gênero, comumente tratada como violência doméstica, sofrida por mulheres parnaibanas, entre as décadas (1994/2015) na cidade de Parnaíba – PI e fomentar a discussão acadêmica sobre os limites éticos da pesquisa histórica sobre experiências traumáticas envolvendo demandas sociais do tempo presente. Procura refletir, também, sobre práticas culturais construídas socialmente, que hierarquizaram os sexos através da dominação masculina sobre a mulher, por meio da violência física ou simbólica, trabalhando os conceitos de “dominação masculina”, de Pierre Bourdieu (2012), além das discussões sobre gênero realizadas por Joan Scott (2002), e sobre mulher, por Michelle Perrot (2005).

Palavras-chave

História Oral; Gênero; Ética; Violência.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2014), Especialista em História Social e da Cultura pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2015).

Complaint and resistance: narrative and gender relations in Parnaíba -PI (1995 2014)

Abstract

The objective of the article is analyze starting from oral histories collected in 2014 Gender Violence, commonly treated how domestic violence suffered by women parnaibananas, between the decades (1994/2015) in the city of Parnaíba – PI dealing with gender violence stories from one decade 1990 and foster an academic discussion on the ethical limits of historical research about traumatic experiences involving social demands of the present time. Seeks to reflect also about as built cultural practices socially , which divided sexes through male domination over women , through physical or symbolic violence , working the concepts of “male domination” by Pierre Bourdieu (2012), in addition to discussions on gender conducted by Joan Scott (2002), and on women , by Michelle Perrot (2005).

Keywords

Oral History; Gender; Ethics; Violence

A proposta para falar sobre (des)vitimização de gênero certamente é mais que desafiadora para alguém que se dedica à militância no combate à violência doméstica. Isso me fez repensar a minha pesquisa que fala dos traumas e afetividades de mulheres da cidade de Parnaíba, no Piauí, que sofreram violência de gênero nas formas físicas e simbólicas, no período de 1995 a 2014.

Por mais paradoxal que pareça, olhar para mulheres que sofreram violações físicas e psíquicas não somente na *condição* de vítimas, é possível. Quando nos esforçamos para entendê-las como pessoas que têm uma existência que carrega múltiplas vivências e que algumas destas as enquadram na *situação* de vítimas; deixamos de ignorar todos os percursos que as levaram àquele ponto em suas vidas e as formas como tentam se reinventar. A escolha pelo tema traz consigo um apelo íntimo, uma tomada de posição enquanto historiadora diante de um cenário que não pode mais ser ignorado:

A demanda social incessantemente exercida sobre os historiadores – em particular os do tempo presente, solicitados pela consciência altamente historicizada de nossos contemporâneos – convém responder sem hesitação, destemidamente, mas com independência é claro, respeitando escrupulosamente as regras do ofício. (BÉDARIDA, 2006, p. 227)

A cidade de Parnaíba no Piauí é um dos cenários onde se “salta aos olhos” o enorme número de mulheres que sofrem violência de gênero, seja ela de forma física ou simbólica, no âmbito público ou privado. A hierarquização dos sexos está presente em todos os setores, mesmo após a irrefreável emancipação feminina nos quesitos intelectual, financeiro, afetivo e cultural, advinda desde os anos 1960. Elas ou nós, mulheres, somos atravessadas cotidianamente pelas práticas culturais que nos impuseram papéis sociais e condições diferenciadas em relação aos homens.

É pelo enorme número de mulheres assassinadas, violentadas sexual, moral e psicologicamente que se faz urgente a tomada de posição enquanto historiadora na escolha do objeto de estudo, que contempla a cidade de Parnaíba-PI, mostrando-a como um dos espaços dessa violência de gênero existente em todo o mundo e que apresenta o Piauí como o terceiro estado no Brasil nesta prática , segundo dados da Comissão Nacional de Justiça.

As estatísticas têm silenciado histórias singulares de mulheres parnaibanas, como as de várias outras brasileiras, que foram agredidas e assassinadas como a vendedora Deusimar de Souza, como consta no boletim de ocorrência registrado na década de 1990, em Parnaíba: “morta com uma punhalada nas costas” pelo ex-esposo. Ela e outras mulheres viraram números, dados dos conflitos de gênero. Segundo o estudo *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), existe uma média de 5.664 mortes de mulheres no Brasil por causas violentas a cada ano; 472 a cada mês; 15,52 a cada dia; ou ainda um óbito a cada hora e meia. A região Nordeste lidera o ranking com a maior taxa de feminicídios² do país, com 6,9 mortes violentas a cada 100 mil mulheres. Há ainda outros fatores que não cabem nos números.

As consequências das violências sofridas por elas trazem ainda outra questão a ser considerada: além de medidas protetivas e a garantia de punibilidade, esse tipo de violência afeta a saúde dessas mulheres, que internalizam por anos o trauma sofrido. Além das marcas físicas, existem nas vítimas desse tipo de violência sérios danos psicológicos análogos aos sobreviventes de guerras, como apontam vários estudos:

No início da década de 70 a pesquisa foi feita por duas feministas nos Estados Unidos (Burgess & Holmstrom, 1972). Elas concluíram que os efeitos da violação, da violência doméstica e do abuso sexual são de facto os mesmos que os encontrados em sobreviventes de guerra. Mulheres que foram vítimas de violência ou de violação descreveram os seus medos durante estas experiências violentas como sendo de receio de perder a vida e como um medo intenso de morrer ou de ficar mutiladas para sempre. Depois do evento elas sofreram de problemas de insônia, náuseas, pesadelos, sobressaltos, sustos, mostrando sintomas de dissociação e de “anestesia” corporal e emocional. Nos últimos trinta anos uma série de estudos foram realizados e hoje existe uma nova literatura cujos resultados estão publicados e o tema já é discutido publicamente nos órgãos de comunicação social. (SLEGH, 2006, p. 12)

2 O feminicídio, termo utilizado a partir da lei que entrou em vigor em 09/03/2015, lei 13.104/15. A nova lei alterou o código penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, o feminicídio: quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Trabalhando com os conceitos de “dominação masculina”, de Pierre Bourdieu (2012), além das discussões sobre gênero realizadas por Joan Scott (2002) e sobre mulher, por Michelle Perrot (2005), fui construindo as análises históricas acerca daquele tipo de violência. Sem jamais descartar a importância que os estudos prévios têm na construção de uma pesquisa, percebi que era preciso ir além.

Nesse sentido, a história do tempo presente traz a oportunidade de diálogo direto com nosso objeto: não se trata mais de existências já findadas pela morte e pelo passar dos anos; não falo de documentos envelhecidos a serem descobertos. As pessoas de que eu trato são minhas contemporâneas, mulheres que simbolizam a possibilidade do trauma para todas as outras. Então, o conceito de história do tempo presente e o uso da história oral, enquanto metodologia se tornaram imprescindíveis, trazendo a possibilidade de a partir da fala de quem vivenciou vários tipos de violência. Esse processo de escuta, mais do que enriquecedor, é transformador para quem o utiliza, pois nos permite ouvir as histórias de pessoas e grupos que seriam ignorados em outras circunstâncias e permite expandir o nosso conhecimento sobre a sociedade em que vivemos.

É preciso trazer a fala feminina para a pesquisa; analisá-las a partir delas mesmas, como se entendem enquanto mulheres inseridas em uma sociedade androcêntrica, que considera o homem como medida para todas as coisas, e como vivenciam a opressão através da propagação da cultura machista. Por isso, foi importantíssimo trazer os discursos das vítimas a partir das entrevistas para compor a pesquisa. A história oral trouxe a possibilidade de elas mesmas se retratarem, ampliando a investigação e a metodologia, criando novos tipos de materiais sobre as mulheres e novas concepções sobre as relações de gênero. Sobre isso, afirma Sílvia Salvatici:

A história oral de mulheres não apenas traz de volta à superfície parcelas da experiência histórica feminina, mas também contribui para enfocar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas. A história oral de mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas. (SALVATICI, 2005, p.31).

Foram realizadas dez entrevistas, no ano de 2014, com mulheres que sofreram violência de gênero desde a década de 1990 até perío-

dos mais recentes. Sua idade variava entre 29 e 49 anos, sendo sete “donas de casa”, sem qualquer fonte de renda, uma professora, uma diarista e uma empregada doméstica, de vários bairros da cidade, na tentativa de assim compor um cenário da cidade sobre a violência de gênero. As entrevistadas se voluntariaram para a pesquisa, a partir de uma abordagem feita dentro do espaço da Delegacia da Mulher de Parnaíba, onde foi explicado que se tratava de uma pesquisa acadêmica para fomentação de debates e que seria mantido o sigilo sobre suas identidades, cumprindo também as formalidades de cessão de direitos e publicação das narrativas. A escolha por fontes orais tornou-se imprescindível, já que os Boletins³ de ocorrência analisados tratavam, na verdade, da fala dos escrivãos que registraram o fato. O registro que se encontra nos boletins, portanto, era filtrado pela subjetividade do homem que, ao adequar o discurso que ouvia, interferia na fala das vítimas, interpretando-as a partir do olhar masculino e, muitas vezes, machista...

As entrevistas

No processo de escuta das narrativas, nós, pesquisadores, frequentemente nos flagramos insatisfeitos com o que nos é contado. Parece-nos, inicialmente, que aquela narrativa só nos serve para comprovar nossas prévias teorias. No entanto, isso evidencia, de imediato, a inexperiência de quem acaba por abraçar a história oral como metodologia. Foi assim que eu me encontrei, inicialmente, com as colaboradoras, que gentilmente decidiram dividir suas dolorosas experiências. Articulado intelectualmente como usaria o material recolhido para a pesquisa em função de minhas hipóteses, enchi-me de certezas rasas: as narrativas que eu iria escutar apenas complementariam o texto já prévio estabelecido, o que logo caiu por terra por várias razões. Este aspecto foi apontado, também, por Daphne Patai, ao entrevistar mulheres no Recife:

³ Ao iniciar a pesquisa foi contatado que só existiam dados digitalizados a partir de 2006, ano de implantação da Lei Maria da Penha, por isso foi necessário analisar os livros com registros ainda manuais da Delegacia da Mulher de Parnaíba do final de 1994 a agosto de 2006. Totalizando um total de 4.120 ocorrências que tratavam exclusivamente de violência motivada pelo gênero.

Se estivéssemos lendo isso tudo (*narrativas*) e pressupondo certa sofisticação da parte do narrador, observaríamos como esta narração exige a participação mais ativa do leitor na reconstrução das relações entre as partes da história. Mas nós esperamos um narrador comum que dê sentido ao nosso texto, e tendemos a ser intolerantes quando ele não o faz. Isso significa que esperamos um narrador que dê o nosso sentido. (PATAI, 2010, p. 54)

Até ali, eu havia lido inúmeros relatos de violência nos registros de boletins de ocorrência, precavendo-me com as mais variadas estatísticas sobre o tema. Os referenciais teóricos em que me apoiava não me prepararam para o impacto daquela experiência. Eles serviriam como elementos norteadores, mas somente as narrativas me deram o verdadeiro rumo da pesquisa. A suposta postura puramente de uma neutra pesquisadora ruiu-se no tom da voz, nas lágrimas, nos tremores das mãos e na crueldade das marcas espalhadas na pele de quem eu ouvia. Impossível não me impactar e repensar minha postura e meus próximos passos, mas era preciso, como lembra Alessandro Portelli, manter a postura de pesquisadora:

A tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e a gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas. (PORTELLI, 2006, p. 106)

A partir daquele momento, outros questionamentos vieram. Como lidar com pessoas que, muito mais que fatos, compartilham suas experiências de dores e indignação? Uma das primeiras entrevistadas pôs-se a chorar, narrando o que a havia levado a denunciar o seu marido com o qual tinha dois filhos pequenos. Eu interrompi a entrevista no intuito de desistir para que ela, que já se encontrava em uma situação dolorosa, não tivesse que reviver esses momentos comigo. E qual não foi minha surpresa quando ela, em meio às lágrimas, disse-me que queria continuar. Sua vontade de externar aqueles sentimentos era bem maior que o meu constrangimento em ouvi-la naquele estado de fragilidade. Isso trouxe outro impasse para a pesquisa. Quais impactos aquela entrevista traria para minha cola-

boradora já psicologicamente fragilizada? Como lidar com situações extremas que acarretaram traumas? Relembra-los seria o mesmo que os reviver?

As entrevistas que exploram os meios empregados por uma pessoa para se recordar de seu passado podem ser gratificantes para o entrevistador, mas também podem ser perturbadoras ou até prejudiciais para o entrevistado. Ao contrário do terapeuta, os historiadores orais podem não estar por perto para juntar os pedaços da memória que foi desmantelada e que já não é mais segura. (THOMSON, 2006, p. 70)

A questão que eu ainda não havia percebido é que aquelas mulheres também esperavam algo de mim. Tinham a expectativa de serem ouvidas em toda sua tristeza e dor, mas principalmente a raiva e o inconformismo que cada uma carregava. As subjetividades que elas trouxeram a partir de suas falas me mostraram o quanto tinham falhado os números, que em minha concepção até então as representavam. Nenhum gráfico poderia carregar em suas demonstrações lógicas a subjetividade trazida pelas dez entrevistadas. Apesar de suas singularidades convergirem em um mesmo ponto, a violência de gênero, todas traziam algo de diferente na maneira como resistiam àquela violência e no que cada uma elegeram como seus limites.

Depois de escutá-las, percebi o quão íntimo eram aqueles relatos. Outra preocupação tomou conta da pesquisa: o que elas esperavam como retorno? Qual a diferença de uma pesquisa científica que tentava retratá-las, para as inúmeras matérias jornalísticas? A primeira conclusão a que cheguei era que era preciso explicar, de forma mais didática possível, de que se tratava de um “estudo”. Não poderia iludi-las: apesar da imensa vontade de ajudá-las, a pesquisa não traria uma mudança efetiva em suas realidades; esta seria apenas um possível ponto de partida para tal mudança, sendo que a função da qual me encarregava era fomentar as discussões sobre o tema.

Diferentemente das matérias jornalísticas, é preciso tomar cuidado para não colocar as experiências de violência como curiosidades ou banalidade. Morreria a ética de quem pretende divulgar infortúnios da vida pessoal de mulheres já penalizadas sob o pretexto de estudar a vida privada. É necessário repensar os objetivos da pesquisa, principalmente quando se tratam de traumas e violações.

Sempre que trago seus depoimentos à tona, explico que a verdadeira intenção do estudo não é tirá-las do silêncio histórico, pois essas mulheres não são silenciosas.

Há muito tempo elas lutam contra a violência: delegacias especializadas no atendimento à mulher, no Brasil, estão diariamente abarrotadas. Há pedidos de socorro aos familiares, as tentativas de separação, os gritos... Elas nunca pertenceram ao silêncio, mas à banalização desta triste prática. A pesquisa não é para que elas falem; é para que, enfim, a sociedade as ouça, as enxergue e as tire da invisibilidade.

Quem são elas?

Como se trata de histórias íntimas em que foi necessário criar uma relação, antes de tudo, de respeito e confiança, ficou acordado que elas seriam identificadas apenas por suas iniciais como forma de preservá-las. Para este texto, pretendo contar a história de quatro mulheres que participaram da pesquisa. Uma delas é a L. R. S., que na época tinha 45 anos, minha terceira entrevistada. Ela tinha procurado a Delegacia da Mulher para denunciar seu ex-companheiro, com quem teve dois filhos. Inconformado com a separação que já durava dois anos, continuava a ameaçá-la de morte. O fim da relação havia se dado pelas inúmeras vezes em que ele havia lhe agredido fisicamente. Quando lhe perguntei o que mais lhe havia marcado nessa relação, ela narrou de forma triste e confusa o que lhe aconteceu em sua última gravidez:

Foi, foi ele sim. Ele pegou e eu estava grávida dele. Quando chegou ali na universidade Federal, ele olhou para trás, só que no momento eu não notei, só que ele olhou assim para trás eu estava sentada (*na garupa da bicicleta*), só que eu não estava segurando ele nem nada, aí quando ele olhou, eu já estava era no chão. Foi que ele me empurrou. Só sei que já estava com um barrigão. E tinha uma bolsa que ele tinha me dado, a sorte foi essa bolsa (*que a protegeu*) eu caí e me ralei toda, toda, toda. Aí eu me levantei e fiquei assim abaixada. Quando eu levantei estava toda ralada, toda coisada, veio um carro preto prestar socorro e ele estava preocupado era com a bicicleta dele. Aí esse carro preto, nem sequer, para ele ter pelo menos educação de dizer assim “muito obrigado”, o rapaz perguntou

assim, para onde é? Pro Dirceu (*hospital*) ou para o SAMU?
Aí ele disse assim: Não sei. (L. R. S, 45 anos. 20/02/2014)

A possível “motivação” para a agressão é um tema muito recorrente na fala das entrevistadas: o *ciúme*, a ideia da traição para muitos homens, é o gatilho para o uso da violência contra suas companheiras, não apenas a traição consumada, mas tudo aquilo que o faça crer que sua virilidade está sendo posta em prova. Essa desconfiança permanente está tão arraigada ao cotidiano que é possível encontrar na própria narrativa da L. R. S, algumas atitudes dela que o levaram a agredi-la, e que, de alguma forma, foram justificáveis:

É por que uma vez... tinha o Marcelo, um colega lá da dele que frequentava a nossa casa, ele é até meio cego né, aí eu na mente boa, uma vez sem querer, eu sonhando, dormindo, não sei como foi, eu chamei o nome dele (Marcelo) aí ele bateu em mim, aí também, um dia eu ajudei a levar ele para ele vir para o bairro, aí é assim, ele se vingou (L. R. S, 45 anos. 20/02/2014)

Para entender como a violência de gênero se manifesta por meio da agressão doméstica, Bourdieu chamou a atenção para o que considerou o *paradoxo da doxa*. Seria o fato de o dominado consentir a dominação e a sua permanência, o que se traduz numa submissão resultante do que ele chama de violência simbólica:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BORDIEU, 2012, p. 07-08).

Durante a entrevista, me chamou a atenção sua condição psicológica, pois sua fala, além de ser melancólica como as outras, tinha certa confusão ao relatar os fatos para organizá-los, segundo a ordem cronológica. Depois, ela confessou-me ser depressiva e que fazia uso de forte medicação:

Não. Sempre quando eu morei com ele, sempre, sempre era assim. Sempre não, ele é aquela pessoa, assim, psicopata que

incute qualquer coisa. Que logo ele, todo dia, meu Deus, chegava bêbado, aí botava coisa na cabeça dele, aí ficava me cobrando e não sei o que... Aí eu disse: Tu tá ficando doido?! Que eu não fiz isso, que aquilo, que aquilo outro. Nesse dia em que ele me bateu, bateu no irmão dele. Até os meus comprimidos que eu tomo, que eu tenho depressão, ele pegava... Ele chegou umas horas da noite e eu disse assim: “Fulano cadê meus remédios?”. E ele respondeu: “estão aqui, mas eu tomei e dei um para um chegado meu”. Eu disse assim: “Rapaz, não faz isso não, porque para conseguir é uma luta. (L. R. S, 45 anos. 20/02/2014)

Somente quando percebeu que a sua vida estava em risco e pensando em como ficariam seus filhos à mercê de um pai violento e usuário de drogas é que ela conseguiu dar fim à relação. Para ela, isso não seria possível sem a ajuda da mãe, já que não tinha nenhuma fonte de renda, pois seu ex-companheiro restringia sua vida profissional e delegava a ela a função de dona de casa e mãe, sem que ela pudesse exercer qualquer vínculo profissional, mesmo vivendo em condição de pobreza. No caso da instância doméstica, segundo Bourdieu, o primeiro passo que o agressor toma para assegurar sua dominação é limitar ou restringir totalmente a liberdade de sua companheira, pois sem a proteção da família, dos amigos e da comunidade ela se torna mais vulnerável e dependente.

Para que o homem sustente seu papel de dominador, lhe é cobrado uma série de requisitos, fazendo com que muitas vezes ele também seja vítima da dominação, mesmo estando no papel de controle, já que a grande maioria não consegue exercer todos os “poderes” de provedor, chefe de família, destemido, ousado e tantas outras condutas que lhes são atribuídas e esperadas. Em todo momento, o sexo masculino deve justificar sua masculinidade para que não seja diminuído, ou “pior”, para que não seja feminizado:

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo o homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade [...] A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo. (BOURDIEU, 2012, p. 64 e 67).

F. F. S., 38 anos, foi minha quarta entrevistada e a mais marcante, pela forma articulada que falava, apesar de sua pouca escolaridade. Segundo ela, estudou apenas até a quinta série do ensino fundamental. Acredito que a minha surpresa veio desse senso comum e preconceituoso de que o conhecimento pertence apenas aos letrados. É fascinante poder enriquecer o conhecimento acadêmico com subjetividades de pessoas que por falta de oportunidade e uma série de outros fatores ficaram de fora da comunidade científica.

A entrevistada decidiu denunciar seu companheiro, de quem me disse estar disposta a se separar definitivamente, depois de uma briga em que o mesmo a agrediu fisicamente, mas o que realmente a estava motivando era a calúnia que ele havia feito. Nesse sentido vemos o quanto é forte o poder das representações. A cultura machista impõe um rígido comportamento às mulheres e elas próprias passam a se cobrar e se definir por esses estereótipos. A violência simbólica, segundo Bourdieu, opera no poder por imposição e se dá por meio de significações, no domínio das representações, e implica censura ou negação de outros modos de ver o mundo, para assegurar a dominação. Nesse sentido, a fala de F.F.S. é significativa:

Foi uma acusação falsa do meu marido (*a motivação da denúncia*) que dizia que eu estava traindo, estava com um homem dentro de casa e as agressões físicas e verbais dele. Eu já vivo com ele há 22 anos, faria 23 agora em agosto, tenho três filhos com ele, uma moça de 21, um rapaz de 19 e um de 17. Toda vida ele me traiu, ele gosta de farra, bebedeira, jogar baralho, ele joga de três, quatro noites, nunca na vida eu traí ele e agora ele foi e disse que eu estava traindo ele dentro da minha própria casa. Ele chegou em casa e disse que a porta da cozinha, não sei como aconteceu, mas a porta da cozinha estava aberta, ele disse que alguém estava pulando o muro e com isso ele concluiu que eu estava traindo, disse que encontrou uma calcinha minha no outro quarto, que a casa sendo minha, minha calcinha poderia estar em qualquer lugar, aí com isso ele disse que tem provas né. Essas são as provas que ele diz que tem e um vizinho que também disse que ouviu alguém pulando o muro, mas ninguém viu quem era. Só que agora eu pergunto? É prova suficiente para dizer que eu estava traindo? E com isso ele veio me agredir. (F. F. S. 38 anos. 25/02/2014)

A maioria dos homens, depois de casados, preserva os hábitos que mantinham antes do casamento, porém as mulheres são cobra-

das a terem um comportamento “típico de esposas”, o que restringe os contatos afetivos com outros parceiros ou companheiras. Isso se explica porque o adultério é uma falha não somente atribuída a elas, pois a sociedade de certa forma responsabiliza o homem traído pela conduta da companheira. No imaginário machista, o comportamento sexual das mulheres é relacionado com o desempenho e virilidade do homem. As traições, ao invés de marcarem uma iniciativa sexual das mulheres, seriam a prova de um desempenho falho nesse quesito por parte dos homens. A narrativa de F.F.S. apresenta esta concepção:

A mulher, ela é muito prejudicada, porque como ele mesmo abre a boca e diz: “O homem é como um café preto, pode fazer e desfazer. A mulher não, a mulher é como leite, se cair uma sujeirinha em cima dela...pronto. Está suja para sempre!”. Então, foi isso que ele quis fazer comigo, você está entendendo? A minha relação com ele, eu convivi com ele 22 anos, nunca na minha vida eu o trai, aguentei tudo o que aguentei, e agora que não tem mais nenhum filho para ele dar pensão, ele está querendo se sair de mim dessa forma? Se sujando, me expondo. A forma como ele está querendo se sair de mim, a maneira como ele está querendo me expor para todo mundo, para a sociedade em geral. Porque a vida todinha, os meus vizinhos sabem como é minha vida... (*choro*) E eu nunca na vida falhei com ele, e agora ele vem dizer que eu estava com um homem dentro da minha casa. Isso aí me magoou muito. Não, não foi nem só a agressão física o fim não. Foi a ofensa, a ofensa foi o que mais me doeu, nem dois tapas que ele me deu, não doeu tanto como a ofensa que ele causou em relação a minha vida com ele. (F. F. S. 38 anos. 25/02/2014)

O companheiro de F. F. S. faz uma analogia binária, ao retratar a mulher como o leite, algo puro e ao mesmo tempo frágil em sua composição, não podendo ser adicionado quaisquer outros elementos sem que ele deixe sua essência, e o homem como a figura metafórica do café, algo forte e que tem sua essência preservada em qualquer situação, dada a sua “*natureza*” diferenciada. Essa representação é marcante em sua fala e tida como verdade. A sua indignação provém da imaculação de sua imagem, que a afeta de tal maneira que faz com que a agressão física fique em segundo plano.

F. F. S. trabalha há 20 anos como empregada doméstica e, como outras mulheres que tem autonomia financeira, hesita menos quando se trata da separação. As relações que envolvem violência são mais facilmente rompidas quando a sobrevivência não depende exclusivamente do parceiro. Daí a importância da emancipação financeira feminina em casos como estes. Quando a questioneiro sobre o que ela imaginava ser uma relação afetiva ideal, ela mostrou claramente que discordava do modo como se constituiu o seu relacionamento. Para ela, numa relação harmoniosa seria necessário equiparar os papéis e a importância de cada um:

Eu acho que uma relação ideal... é que nem a da minha patroa e do meu patrão. Eu tenho uma patroa e um patrão que o tratamento deles, não é que eu esteja com inveja não, mas é um tratamento impecável. É os dois, um completando o outro, é um respeitando o outro, é um concordando com o outro, a minha relação nunca foi assim, a minha relação toda a vida tinha que ser do jeito que ele queria, por que senão, se não fosse do jeito que ele queria, nada prestava. E eu acho assim, que a pessoa, quando existe amor de verdade, a pessoa tem que ser assim, um tem que completar, um tem que sentar e conversar sobre o que incomoda, ele nunca quis sentar para conversar comigo, quando a gente sentava para conversar só dava briga. (F. F. S. 38 anos, 25/02/2014)

Outra entrevistada, M. C. S. A., de 38 anos, teve uma dupla formação acadêmica, História e Pedagogia, trabalhando como professora na rede pública e mostrou-se disposta a denunciar seu ex-marido, que a estava ameaçando de morte. Mais uma vez a questão da independência financeira fica evidente como fator decisivo quanto à denúncia. Quando lhe perguntei se ela tinha a pretensão de fazer todos os procedimentos jurídicos, ela foi enfática:

Com certeza, sempre mantive meus filhos, desde o início do casamento, inclusive eu mantinho, durante três anos era eu que mantinha ele mesmo, mas aí depois ele começou a trabalhar hoje ele é agente comunitário de saúde, já se mantém com as próprias pernas do próprio salário, mas nunca deixei de arcar com todas as despesas, sempre fui eu que arqueei com todas as despesas dos meus filhos, seja ela educacional, saúde, diversão, vestuário, tudo, tudo sou eu. (M. C. S. A., 38 anos, 24/04/2014)

O que me chamou atenção em sua fala foi a identificação da

violência psicológica a que era submetida, dificilmente reconhecida no dia a dia, até mesmo pelas vítimas. Atribuindo sempre a uma causa, os homens agressores justificam sua violência argumentando que a mulher não cumpriu com suas obrigações, não o respeitou devidamente ou que não está cumprindo seu papel de esposa e amante. Entre as dez entrevistadas, somente M. C. S. A. reconheceu que sofria violência de ordem psicológica:

Em algumas vezes ele foi agressivo fisicamente e o que ele mais usava era a questão psicológica, dizendo que se eu deixasse ele, ia se matar. Em algumas vezes ele chegou a botar a faca na barriga dizendo que ia se matar, que eu tinha que transar com ele, que eu tinha que ficar com ele e isso foi... o tempo foi passando... Mas chegou um período em que eu não aguentei mais, porque eu falei: "Poxa, eu preciso me valorizar, eu preciso ver que minha vida está passando e eu estou me acabando, eu estou adoecendo". E aí eu procurei um advogado e pedi o divórcio litigioso. Já aconteceu nosso divórcio, mas, porém, ele continua fazendo o que ele fazia, a questão psicológica. Eu sei que a violência não é só física, ela psicológica e eu também estou aqui por isso. (M. C. S. A., 38 anos, 24/04/2014)

A minha décima entrevistada, D. V. S. S., com seus 43 anos, aparentava bem mais: era dona de casa, mãe de 8 filhos (dois deles vivos). Apresentava-se com roupas muito simples, um tanto gastas; sua fala demonstrava sua pouca escolaridade, marcada por uma infância na lavoura, pois só pôde estudar até a 2ª série do ensino fundamental. Ela casou ainda na adolescência, com 16 anos, e permaneceu com seu companheiro durante 25 anos, segundo ela, um homem áspero. Disse-me nunca ter sido feliz no casamento, já que o mesmo só a havia tratado com gentileza nos três primeiros meses; depois o que sucedeu foi uma rotina de agressões e medo.

Seu discurso era tão denso que fui incapaz de questioná-la sobre o que teria acontecido com os outros seis filhos. Apanhou quase que diariamente. Vítima da violência e do alcoolismo de seu parceiro, já havia decorado as cenas que se sucediam dia após dia. Ao saber que seu parceiro estava a caminho de casa, bêbado, como na maioria dos dias, saía de casa com seus filhos, antes dele entrar em casa. Quando não conseguia abrigo na vizinhança, via o sol nascer ao relento. Apanhou incontáveis vezes sem revidar e sem saber o porquê de ser

agredida.

Há pouco mais de dois anos, em um dia, após outro episódio violento, decidira sair de casa e não mais voltar, mas não sem esquecer que fora várias vezes advertida por seu companheiro que se o denunciasse ou tentasse se separar, ele a mataria. Mesmo assim, ela saiu. Inconformado com a separação, ele ainda a persegue e a ameaça. No dia anterior à entrevista, havia invadido sua casa:

Passsei 25 anos com ele, tive 8 filhos, mas só tem dois vivos, dois rapazes um de 22 e um de 17. Estava com 25 anos que eu estava mais ele. E todo a vida foi assim de sofrimento todo o tempo. Ele bebe muito e é muito violento. Ele me batia muito, aí da última vez que eu saí de casa, eu estava na casa de uma vizinha e ele entrou lá para me matar. Me separei dele, repartimos o que nós tínhamos, eu fiquei com a metade e dei a metade para ele, mas ele não desiste não. Ele quer que eu viva com ele obrigada e eu não quero mais. Ele é muito violento, ele tinha invadido lá com uma faca atrás de mim, aí depois eu liguei para ele e ele disse que era por que eu tinha perdido, eu ia perder a casa e minha vida também. Ele dizia que no dia que eu denunciasse ele me matava. Até que eu tomei uma decisão. Nesse tempo também nós morávamos no interior. Nós viemos embora para cá (Parnaíba) e foi o tempo que eu denunciei ele. Aí lá da casa da minha irmã eu vim para cá para denunciar ele, aí daqui eu fui para a polícia e aí pegaram ele. Ele passou só três dias preso aí pagou a fiança e saiu. (V. D. S. 45 anos, 01/04/2014)

Mesmo com seu tom de voz baixo e um tanto tímido, vi nela a mais decidida das mulheres que conheci. Disse-me que antes de sair de casa havia pedido ao seu filho mais novo que vigiasse o pai, para lhe dar a localização exata de onde ele estava quando ela ligasse. Seu objetivo era denunciá-lo e sair da delegacia juntamente com a polícia para ter certeza que iriam prendê-lo. Fez como há dois anos, quando ele havia novamente tentado matá-la, mas que, apesar de ter sido preso na época, só teria ficado por dois dias e quitado a fiança, voltando a ameaçá-la:

Eu vim denunciar ele, que é para ver se eles conseguem pegar ele para prender, por que só mandando ofício ele não vem não ele se esconde, ele já aprontou uma com a irmã dele e ele veio dar parte dele e quando chegou o ofício lá ele passou um bocado de dias escondido. E ele não veio. Só sei que se mandar ofício ele

não vem não. Ele foge passa dois meses no mundo e depois aparece de novo. Eu queria que ele fosse era preso logo. Que na hora que eu saísse daqui já fosse junto com a polícia para pegar ele, por que só pega se for assim. Da outra vez nos pegamos foi assim, eu deixei meu menino mais novo prestando atenção onde é que ele ficava e vim para cá, daqui eu fui junto com a viatura e nós pegamos, mas se não for com a polícia não pega não. (V. D. S. 45 anos, 01/04/2014)

Considerações finais

No Nordeste brasileiro, a cultura regional propicia ainda mais a relação de dominação entre gêneros. No cotidiano, quando é estabelecida uma relação de igualdade ou de superioridade feminina no campo afetivo, o homem nordestino responde socialmente por denominações pejorativas como “Canoa”, “Barriga Branca”, “Pau mandado”, dentre outras expressões regionais que são utilizadas para definir aquele tido como fraco por não manter o “controle” de sua casa ou simplesmente levar em conta as preferências de sua companheira ao tomar decisões. A virilidade masculina é sempre posta à prova, tida muitas vezes como uma questão de honra, quase sempre ligada à aspezeza e à valentia.

Naturalizou-se, mesmo nos grandes centros nordestinos, o ideal de masculinidade ligado a comportamentos rudes. Condutas estas ainda mais presentes nas periferias e no interior, e que construíram verdadeiros estereótipos acerca do homem nordestino. Repassadas de geração em geração, as características mínimas de um verdadeiro “Cabra Macho” tornaram ainda mais difícil a condição das mulheres nessa região. Ao percebermos que a violência contra as mulheres é uma prática mundial, o fato de ser nordestina acrescenta apenas alguns elementos regionais dos valores machistas disseminados no mundo inteiro.

A violência de gênero não está localizada em um espaço específico, tão pouco pertence a uma classe social menos favorecida. Ela está presente desde a maneira simbólica nas relações entre homens e mulheres nos mais diversos grupos. O que encontramos na maioria dos relatos ou nos dados é a mulher vítima de vários tipos de violência injustificáveis e totalmente desproporcionais. Ao contarem o enredo que levou a mais um triste episódio de violência, as falas dessas mulheres se cruzam e nos mostram alguns gatilhos que geraram as

agressões em vários casos distintos.

O casamento ou a simples união não oficializada traz no cotidiano algumas das marcas do machismo enquanto conduta, principalmente no que se refere ao sexo. É comum que os homens, na figura de provedor do lar e chefe de família, exerçam seu poder no âmbito doméstico, criando normas e sanções à esposa e aos filhos. No entanto, quando esse poder é ruído pelo desejo individual de sua companheira ou filhos, dá-se o conflito.

Nessa escrita sobre *elas* ou *nós*, a primeira necessidade é a de desconstrução. A história foi sendo escrita, até há bem pouco tempo, unicamente por homens, que perpetuavam, por meio de suas produções, a dominação masculina. Isso implicou, muitas vezes, no gênero feminino sendo minimizado em sua importância e participação na história, sendo este representado por discursos machistas que não condiziam com o que as mulheres pensavam sobre si, sendo de fato mais idealizadas do que vistas, como afirmou Michelle Perrot:

As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viam como faziam. (PERROT, 2005, p.11)

Além de ouvi-las e transmitir suas mensagens através do registro escrito, é preciso ainda fazer uma profunda reflexão sobre a ética que envolve o processo de escuta, a entrevista, e a escrita. A pesquisa não trata apenas de histórias de mulheres, neste caso, mas de histórias traumáticas, de momentos em que sua dignidade foi ferida e que a condição de vítima diz respeito unicamente àquela vivência específica. Não é dessa forma, como vítimas, que a maioria se vê ou quer ser vista. Elas têm uma história além da violência, que deve ser entendida como uma parte de suas experiências de vida e não como o que elas são.

A intenção não é divulgar infortúnios da vida pessoal de mulheres parnaibanas, mas discutir a partir de suas falas, a importância de se repensar as relações de gênero que empoderam culturalmente homens a ponto de se ver naturalizada, no cotidiano, nos discursos e no próprio silêncio, a submissão, humilhação e agressão impostas socialmente a elas.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. *Revista história oral*. V.8, n.1, 2005, jan-jun, p. 29-42.
- SLEGH, Henny. O Impacto Psicológico da Violência Contra as Mulheres. Edição nº 15, maio de 2006. *Revista Veja*. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/lib/bulletins/OV15.pdf>. Acesso em: 20 de Maio. 2014
- THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

“Pescadeira sim!” – Narrativas de pescadoras sobre trabalho e relações de gênero em Ilha Grande, Piauí

Marta Gouveia de Oliveira Rouai¹

Thalita Nascimento de Souza²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada com mulheres pescadoras e marisqueiras em Ilha Grande, no estado do Piauí. Por meio da história oral e da observação, procuramos conhecer e compreender as atividades realizadas no Delta do Parnaíba, pelas moradoras da região, além das relações de gênero que envolvem o exercício de seu ofício no espaço privado da casa e na pesca. As narrativas nos revelaram perspectivas de submissão, mas também de enfrentamento e reinvenção contra discursos e práticas de exclusão de seus companheiros que entendem a pesca como exclusiva do mundo masculino e que as colocam, muitas vezes, na situação de invisibilidade.

Palavras-chave

Pescadeiras; Gênero; Narrativas; Ilha Grande-PI.

1 Professora Adjunta da Universidade Federal de Alenas (UNIFAL/MG). Pós-doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo História do Brasil: memória, cultura e patrimônio (UNIFAL/MG) e do Grupo Cidade, Cultura e Identidade (CCI -UESPI/PI).

2 Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI/PI). Membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Identidade (CCI-UESPI/PI) e moradora de Ilha Grande, PI.

“Pescadeira yes!” - narrative of fishermen about work and gender relations in Ilha Grande, Piauí

Abstract

This article aims to present a survey of fisherwomen in Ilha Grande, in the state of Piauí. Through oral history and observation, seek to know and understand the activities carried out in the Delta do Parnaíba, the residents of the region, beyond to gender relations involving the exercise of their office in the private space of the house and fishing. The stories revealed perspectives of submission, but also conflicts and reinvention against speeches and exclusionary practices of their colleagues who understand fishing as exclusive male world and the place often in the invisibility situation.

Keywords

Pescadeiras; Gender; Narratives; Ilha Grande-PI.

*Por que acordar no meio da noite
Sentir do vento o açoite
vestir uma roupa fria?
Seguir madrugada adentro
Ondas altas, fortes ventos
Porque pescar é preciso.*

*Por que curtir tanto sol
Enrugar o rosto, calejar as mãos
Navegar com força
E até esquecer os desejos do coração?
Por que navegar é preciso.*

Luzanete Lima³

Este artigo tem como objetivo apresentar a condição de trabalho e de gênero de pescadoras na cidade de Ilha Grande, no Piauí, a partir de seus relatos. A região se localiza no Delta do Rio Parnaíba, um dos maiores do mundo, onde geralmente a arte e o ofício da pesca – seja no rio ou no mar - estão associados à figura masculina, apesar de não ser novidade a participação das mulheres nesta atividade. Embora elas acompanhem muitas vezes seus maridos, ou saiam por conta própria para pescarem (por necessidade ou por prazer), há certa resistência na comunidade em reconhecer este afazer como uma função feminina, decorrendo disso problemas de ordem econômica e social.

Mesmo no âmbito da pesquisa nacional ainda são poucos os trabalhos acadêmicos voltados à participação feminina nesse setor⁴. As

³ Poesia “Pescar é preciso” feita por Luzanete Lima, pescadora de Taiba, São Gonçalo do Amarante –CE. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso dia 03/09/2015.

⁴ De acordo com Motta-Maués (1999) e Denise M. Cardoso (2002), o número de trabalhos sobre pescadoras ainda é reduzido no Brasil, embora sejam trabalhos relevantes, mas mal catalogados e registrados.

mulheres são apresentadas, na maioria das vezes, como coadjuvantes na pesca artesanal, ou na divisão de tarefas, o que acaba por minimizar a sua ação e importância neste sentido. Um fator importante a ressaltar é que a categoria da pesca artesanal sofre variações de lugar para lugar, uma vez que os costumes culturais e sociais fazem parte da construção dessas peculiaridades e as diferenças se deem de acordo com o tipo de prática, seja no mar ou no rio. Mesmo assim, essa diversidade é pouco estudada. Segundo Maria C. Maneschy, Deis Siqueira e Maria L.M.Álvares (2012), ainda é reduzido o interesse – seja do ponto de vista político, seja acadêmico - em evidenciar as atividades das mulheres na pesca, o que se reflete na falta de estatísticas e informações em relação às suas atividades, vistas sempre de forma secundária⁵. Simone Maldonado (1986), por exemplo, faz uma abordagem sobre como se divide o papel feminino e masculino na pesca marinha, atribuindo à mulher à função de realizar o que a autora chama de “trabalhos de terra”:

No Brasil ocorre com frequência considerável que os membros de famílias que não fazem parte das tripulações, que são em geral mulheres e crianças, desempenhem tarefas consideradas de terra. Algumas dessas tarefas, no entanto, ocorrem no mar raso, diferentes tanto na sua natureza como no valor da produção pesqueira propriamente dita, que se dá no mar alto e cujas tarefas são especificamente dos homens. (MALDONADO, 1986, p.19)

Antônio Carlos Diegues, ao tratar sobre o trabalho da mulher em uma comunidade pesqueira no litoral paulista, afirma que “a pesca era uma atividade eminentemente masculina, ainda que em alguns lugares a mulher participasse na puxada da rede” (1983, p. 181). Discursos como esses muitas vezes geram consenso na literatura acadêmica que trata da temática pesqueira, quase que naturalizando a ausência feminina na pesca. Caracterizam e legitimam, de certa forma, a figura masculina como agentes únicos capazes do ofício, deixando à margem a atuação da pescadora, que além desta prática, tem um compromisso social e cultural com o lar e família.

⁵ As autoras destacam que a ausência de trabalhos sobre a condição feminina na pesca tem gerado certa mobilização feminina, cabendo destaque, nesse sentido, à realização do IV Simpósio Pernambucano sobre Mulher e Relações de Gênero, em 2010 com a temática “A participação da mulher na pesca artesanal”.

Denise Machado Cardoso (2002), ao se referir à divisão e à hierarquização do trabalho entre gêneros nas comunidades pesqueiras, aponta para a necessidade de pensá-las sob o ponto de vista da construção sociocultural, desnaturalizando-as e revelando as relações de poder que as sustentam:

A desconsideração do trabalho feminino pode ser melhor compreendida a partir da perspectiva de gênero por se tratar de algo que é uma construção social pois, “naturaliza-se” o trabalho da mulher como algo inerente ao domínio doméstico. Quando ocorre sua inserção no domínio público o seu trabalho é visto como “ajuda” ao trabalho do homem. (CARDOSO, 2002, p.8)

Sobre o perigo de naturalizar a dicotomia trabalho feminino e masculino nas comunidades pesqueiras, Cardoso (2002, p.8) chama a atenção: “Se em uma sociedade o espaço aquático é predominantemente masculino e o terrestre é predominantemente feminino, certamente isso não é uma garantia de que seja uma regra a ser generalizada a outras sociedades”.

Procurando entender a importância do trabalho feminino e as imagens que as próprias mulheres fazem de sua condição social e de gênero, procuramos ouvi-las, entendendo que a história oral possa representar uma forma de expressão feminina contra certa invisibilidade ou falta de reconhecimento por parte de seus maridos, pais e filhos, ou até mesmo, ainda, dos trabalhos acadêmicos. Como afirmou Silvia Salvatici (2005), a história oral e a história de gênero têm apresentado similitudes em seus objetivos e propósitos. Por meio da oralidade, as mulheres podem (não necessariamente o fazem) questionar uma história ou memória tradicional, romper silêncios, discordar e contar sobre si mesmas. Nesse sentido, é que, durante o ano de 2015, procuramos ouvir, em diferentes visitas, três pescadoras da cidade de Ilha Grande, no Piauí, com a finalidade de entender como as relações de gênero se estabelecem em torno da interação com os recursos ambientais e dos valores tradicionais que permeiam a família e a própria organização da comunidade, assim como perceber como em meio à divisão e à hierarquização as trabalhadoras se posicionam, reproduzindo ou não os papéis a elas atribuídos⁶.

⁶ Esta pesquisa aconteceu em decorrência de outra anterior, mais ampla, realizada

As pescadoras em Ilha Grande, Piauí: entre a casa e o rio

Alguns estudos têm demonstrado como as mulheres colaboram nas múltiplas atividades nas comunidades, incluindo o trato nas funções da casa e também na produção para as exigências de mercado⁷. Em Ilha Grande, muitas vezes, não desenvolvem apenas as atividades da pesca, mas também a extração do marisco, a produção artesanal de seus instrumentos específicos, como a tarrafa e as redes, além de trabalhos extras, relacionados à elaboração de mercadorias, tais como a criação de roupas e bijuterias, que costumam vender na comunidade ou para os turistas que frequentam a ilha.

Embora algumas mulheres não pesquem diretamente, ou seja, não vão ao mar ou ao rio, elas ajudam seus companheiros, seja no trato do peixe quando ele chega à sua casa, com a finalidade de ser comercializado, ou no preparo da pesca, organizando a refeição para ser levada por eles durante a jornada de trabalho. Mesmo participando dos afazeres ligados à pesca, elas não recebem nenhuma remuneração por isso, nem são sindicalizadas, uma vez que não são consideradas pescadoras. Sobre essa relação de gênero nas comunidades pesqueiras, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012) afirmam:

O fato de compatibilizarem encargos domésticos e geração de renda, enfrentando o peso das representações sociais sobre papéis de gênero, concorre para reforçar os baixos valores monetários de seus trabalhos. E, por conseguinte, para excluí-las do estatuto profissional. Mas a falta de reconhecimento de seus trabalhos e essas outras questões exprimem uma miopia própria ao setor pesqueiro, uma disfunção a ser corrigida com a reforma de dispositivos legais ou vigilância na aplicação de direitos existentes. (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012. p.717)

Em Ilha Grande, as mulheres são tidas como “colaboradoras” de seus maridos, pois a prioridade deve ser a casa. Um elemento que têm em comum em sua trajetória de vida é que se casaram cedo (com pescadores, na maioria das vezes), tiveram filhos, aprenderam a pescar quando pequenas e, quando adultas, se tornaram donas de casa.

Embora elas pesquem e se afirmem como pescadoras, o seu es-
nos anos de 2013 e 2014, com 12 pescadores e pescadoras no Delta do Parnaíba.

⁷ Ver trabalhos de Woortmann (1992) e Mota-Maués (1999).

paço de ação social, reconhecido pela comunidade, não deixa de ser o lar, transitando entre a casa e o rio. Diferente do marido, que ao chegar da pescaria toma seu banho e deita-se em uma rede à espera que o pescado fique pronto, a esposa, além da labuta no rio, quando chega em casa tem o dever, ainda, de realizar os serviços domésticos e o cuidado com filhos e companheiro:

Quando eu saía de manhazinha pra pescar, eu já fazia o cafezinho pro meus meninos tudim, não deixava eles com fome. Quando eu chegava, ia fazer o peixe pra eles comer, varria a casa, banhava e arrumava eles. Nunca deixei minhas obrigações com minha casa. (DONA SOCORRO)

Para essas mulheres, a responsabilidade maior ainda é com a casa e a família. Desde pequenas já exerceram a função de cuidar dos irmãos, na ausência dos pais. Quando jovens, antes de serem mães, atuam como esposas, cuidadoras do lar e de seus maridos, considerados provedores da casa. A maternidade é papel majoritário: todas as entrevistadas são mães e algumas criam os netos. O dever da criação é um sentimento moral muito forte que elas carregam, pois é com ele que preparam as novas gerações para o mundo:

Criei meus filhos tudim, graças a Deus! Agora estou criando meus netos, todos perto de mim. Mesmo os que estão morando fora, que saíram de casa, mas saíram daqui já todos criados. Nenhum saiu por causa de briga, saiu porque passava fome. Foram criados tudo do meu lado, foram conhecer o mundo e hoje só tem meus netinhos. (DONA SOCORRO)

Falar dos papéis na casa, no entanto, não significa excluir o trabalho fora dela. As narrativas sobre o dia a dia estão sempre entrecortadas pela atividade da pesca: “quando saio pra pescar, me levanto de manhazinha, faço um café pra meus filhos e marido”. Dona Socorro deixa claro o quanto exercer a maternidade está também condicionada ao exercício de sobrevivência nas águas: “Quando tava grávida só parava de pescar o tempo do resguardo, porque quando a gente é mãe tem que ficar aquele tempo com filho, mas era só terminar aquele tempo que eu corria pro rio”.

Os relatos revelam o exercício de uma jornada dupla de trabalho, deixando perceptível a ausência do marido no auxílio das atividades domésticas e da criação dos filhos. Dona Maria Luiza, outra

pescadora, fala da rotina de quando sai para pescar e apresenta uma justificativa ao fato de sua casa apresentar “bagunça”:

Quando a gente sai pra pescar, levanta de madrugada, arruma uma coisa aqui, faz uma comida... Mas vou lhe dizer, casa de pescadeira não é arrumada não, porque a gente arruma né? Mas quando chega, joga tudo: é um landuá aqui, é uma tarrafa ali, uma rede acolá... “Hoje vamos pescar? Vamos”. Aí pega as redes, já joga acolá. Ai não tem como ficar arrumada não, né? (DONA MARIA LUIZA)

O cotidiano dessas mulheres parece ser crivado de obrigações, rompendo com qualquer visão preconcebida de que morar na Ilha represente uma vida calma, com um tempo alargado para o descanso. Há muito trabalho e muitas dificuldades, que fazem com que elas estejam sempre planejando táticas de sobrevivência e envolvendo-se em atividades que permitam superar, por exemplo, a falta de escolaridade. As entrevistadas, como a maioria das pescadoras na Ilha, não tiveram contato com estudos formais, mas conseguem visualizar a importância deles na vida das novas gerações, assim como dos recursos tecnológicos e do próprio turismo na região. Ao contrário do que muitas vezes se possa considerar, sua condição de pobreza e, geralmente, de analfabetas, não significa falta de opção ou que vivam à margem de uma sociedade que se moderniza, ou ainda que se vejam em segundo plano dentro da atividade de pesca, condicionada também pelo mercado que se amplia no pequeno litoral piauiense.

A escolaridade delas ficou muito restrita, tanto pelas condições na época que correspondia à sua infância e adolescência (já que a Ilha Grande não tinha muita estrutura no que diz respeito à educação) como pelo fato de serem meninas, pois tinham que ajudar suas mães nos afazeres domésticos. As entrevistadas, como a maioria das mulheres na Ilha, pouco estudaram, sendo que uma delas não teve contato nenhum com escola. Isso reforça nelas a oralidade e a vontade de conversar. A falta de escolaridade, no entanto, não tirou delas o conhecimento necessário à sua sobrevivência nem a consciência de sua situação social ou da importância de estarem sempre informadas, como demonstra dona Francisca:

Eu até fui na escola. Meus pais me mandaram pra lá, mas não tinha cabeça não! Parei de ir porque minha cabeça não

dava, de jeito nenhum. Era difícil porque os pais da gente não tinham condição de dar muita coisa assim pra gente. Então quando tava pequeno ia, mas ficava maior, eles arrastavam pra roça. Os pequeno ia e os grandes acompanhava eles. Então, logo larguei a escola, mas eu gosto de ver as coisas. Vejo a televisão, o jornal, pra ficar atenta das coisas que acontece. Não dá pra viver sem informação, não, moça! Você que faz a faculdade sabe que conhecimento vale ouro. Dominar a caneta é muito bom! Eu mesma queria ter aprendido a ler, eu não domino a caneta, mas sei de tudo que acontece no mundo. (DONA FRANCISCA)

A ausência de estudo em suas vidas não as coloca em condição de inferioridade pois, segundo elas, o que precisam adquiriram ainda quando eram crianças. Os saberes e fazeres da pesca artesanal foram repassados por seus pais, trabalhadores do rio e do mar:

Eu comecei a pescar com 15 anos com meu pai. Ele ia despesar e eu ia mais ele. Ele ia na frente com a enxada e o facão cortando o mato e taldando a água, e eu ia atrás, com paneiro de lado, o landuá do outro, pegando os peixes que ia subindo⁸. Depois da água taldada, eu pegava e botava dentro do cofo, até chegar na tapagem onde tinha tampado o igarapé, de uma ponta a outra, e depois nós íamos tirar a rede⁹. Foi assim que aprendi a pescar e dos 15 anos pra cá nunca mais parei. (DONA FRANCISCA)

Em Ilha Grande, ainda é pequena a luta das mulheres pelo reconhecimento de seu trabalho e por direitos legais que as protejam. Porém, existem aquelas que começam a chamar para si o olhar da comunidade e que veem na possibilidade da escuta a oportunidade de serem percebidas e valorizadas, como demonstrou uma das entrevistadas: “Eu fico feliz de mulheres como vocês virem aqui e fazer uma pesquisa sobre a gente. Eu vi ninguém fazer isso. Porque a gente existe!”.

A expressão “a gente existe” revela um desejo coletivo de marcar posição diante do mundo (pesqueiro ou não); de autoafirmação e de identificação feminina com as próprias pesquisadoras, apesar de reconhecida a diferença social (“mulheres como vocês”). Para nós foi surpresa a elaboração de uma identidade entre elas, que procu-

⁸ O termo “despesar” significa recolher, com rede ou tarrafa, os peixes que ficaram presos nos açudes e currais. Paneiro e landuá são instrumentos de pesca. Paneiro é um pequeno cesto de vime; o landuá uma pequena rede presa a uma madeira, para recolher siris.

⁹ Cofó é um pequeno cesto feito de folhagem, utilizado para carregar objetos, durante a pesca.

ram diferenciar-se (ao mesmo tempo em que pertencem) do espaço meramente doméstico e da divisão binária do trabalho. Elas se identificam como “pescadeiras” de Ilha Grande, aquelas que vão ao rio ou ao mar buscar o sustento de suas famílias, mostrando que elas têm, sim, um lugar importante na pesca do Delta.

Articulando uma nova identidade: a “pescadeira”

Quando se fala do ofício da pesca na comunidade, logo de imediato aparecem duas figuras imponentes: o pescador e o catador de caranguejo. A mulher que a pratica é considerada como não existente, principalmente na fala masculina¹⁰. Buscar por pescadoras na comunidade, de início, parecia ser um grande desafio, porém encontrá-las não foi tarefa difícil, na medida em que elas mesmas logo se identificavam: mães de famílias, filhas de pescadores que acabaram por se casarem com pescadores e, como disse uma de nossas entrevistadas, Dona Socorro: “A pescadeira também casa com a pesca”.

A “pescadeira” parece ser um termo arranjado por elas a fim de elaborar sua identidade e manter certa negociação com os homens. Assim, a sua relação com a pesca é quase que naturalmente dada pela condição de terem nascido e se casado com pescadores, não exatamente por serem capazes de exercer a atividade (embora assumam claramente que a exerçam, com eles ou sozinhas). É comum encontrá-las pescando em Ilha Grande, porém elas mesmas procuram se manter num universo de invisibilidade, não pretendendo subverter a ordem vigente do domínio masculino sobre a pesca, ou pelo menos o imaginário que se tem sobre ela. Ao mesmo tempo se mostram como trabalhadoras do rio e do mar, tão capazes de realizar o que eles praticam. Nessa situação de ambiguidade vão se constituindo como “pescadeiras” e não pescadoras.

O nome “pescadeira” representa uma escolha, a atribuição de valor a uma função que elas exercem. Pela linguagem elas parecem rejeitar a sua invisibilidade como trabalhadoras e ressaltam sua importância. A desvalorização do ofício feminino na pesca é algo que

¹⁰ No ano de 2013, realizamos uma pesquisa com moradores das ilhas ao redor do Delta do Parnaíba, entre Piauí e Maranhão, e o que podíamos ouvir dos pescadores era que “mulher ali não pesca”.

está culturalmente construído nas comunidades pesqueiras. Nesse contexto a mulher é duplamente excluída, uma vez que a própria atividade já é um setor esquecido socialmente, do ponto de vista da produção e da divisão social do trabalho. Segundo Antonio C. Diegues (2003), aqueles que vivem dela são vistos como marginalizados, atrasados e até mesmo um entrave à chamada modernização. Para André Nogueira (2006), embora haja uma “valorização” por conta da espetacularização das comunidades tradicionais pesqueiras por conta do turismo, os pescadores ainda são vistos sempre associados à pobreza e à visão restrita, do ponto de vista econômico:

De modo geral, acredita-se que esses homens enraizem-se na miséria porque vivem sempre para o dia de hoje, preocupando-se somente com as oscilações da maré do momento. Raramente olham para o dia de amanhã; consomem logo o que pescam. Do resultado da pescaria, separam um bocado do apurado para casa e o resto se esvai em farras e bebedeiras. (NOGUEIRA, 2006, p.33)

Nesse quadro, se o pescador é entendido como um trabalhador, muitas vezes, “menor”, do ponto de vista do próprio capitalismo, a mulher é ainda mais subestimada, uma vez que não é vista nem mesmo como trabalhadora. A própria atividade doméstica é vista como “dom”, “obrigação”, “função natural” do sexo. Quando atua como pescadora (ou “pescadeira”), não é reconhecida, embora sua relação com o rio e com o mar (o Delta do Parnaíba permite o contato com os dois, embora ela atue mais no rio) seja também intensa e marcada por tantas outras práticas (lavar animais ou a roupa, por exemplo).

Na cidade de Ilha Grande, ela reconhece que transita não como uma figura secundária, mas desempenha de forma eficiente e direta a atividade da pesca nos rios que formam o Delta do rio Parnaíba, exercendo assim um papel relevante dentro de sua família e da comunidade. Mesmo assim, com as mudanças sociais que ocorreram em relação às relações de gênero, em comunidades tradicionais ainda é muito forte a afirmação do masculino, muitas vezes reproduzida pelas próprias mulheres das comunidades, pois mesmo que elas deem a devida importância ao seu trabalho, continuam a afirmar a delimitação de espaços entre homens e mulheres, numa constante negociação de papéis e num “jogo de submissão e subversão”. O

masculino é muito dominante na cultura ilhagrandense: são ele os chefes de famílias, que tomam as decisões, que detêm em suas mãos as ordens sobre os membros da casa e sobre as funções que cada um deve exercer. Porém, a fragilidade dessa dominação e da submissão feminina se revela nas narrativas delas:

A gente pesca sim, mas vou lhe dizer: é importante ter homem na pesca, porque muitas vezes nós, mulheres, não damos conta do trabalho, de ter que trazer o que pega. Olha, minha filha, às vezes trazemos as canoas cheias de marisco e precisa deles pra ajudar com a força. **Mas logo vou lhe dizer, que se não tiver homem a gente vai do mesmo jeito.** (DONA LUIZA; grifo das autoras)

Dona Luiza, esposa de pescador, faz menção ao papel masculino na pesca: a representação da força, principalmente, como atributo inato aos homens. O pescador é o chefe, o protetor, aquele que resolve os problemas femininos, próprios de sua condição de fraqueza. Dona Francisca, pescadora, também aponta para a importância do marido no seu ofício, o da segurança e responsabilidade do homem em prezar pela família:

Quando eu tava grávida, sempre ia pescar e o Elói, meu marido, me acompanha nesses momentos porque todo mundo sabe que cobra tem raiva de mulher grávida, e quando eu caía na água, ele ficava no mato vigiando por causas das cobras, né? Se não fosse ele, as cobras podiam me pegar, menina! (DONA FRANCISCA)

Importante notar nas duas narrativas que, embora o homem seja considerado aquele que é dotado de virilidade e força, que seja apontado como o protetor/provedor das mulheres, elas não deixam de evidenciar a presença feminina na pesca. A ajuda dos homens é importante (e, cabe destacar, aqui são eles que representam a colaboração secundária e não elas), mas sem eles as “pescadeiras” realizam o serviço da mesma forma. As falas deixam escapar a participação feminina delas nas atividades, embora o machismo presente no cotidiano dessas comunidades impeça a visibilidade da mulher no ofício de forma assumida e clara. As próprias entrevistadas vivem essa ambiguidade, pois embora sejam e considerem-se pescadoras, elas não conseguem desvincular sua identidade do domínio daquilo que é lhe imposto como seu lugar: “eu sou pescadora, mas também sou esposa e mãe”. Aquelas que enfrentam as noites de perigo, o

frio, as marés, as assombrações e os perigos da pesca – assim como os homens, muitas vezes – são socialmente vistas como “as esposas de pescador”. Se chegarmos à Ilha Grande e perguntarmos: “você conhece Fulana que pesca aqui no rio?”, a resposta será sempre se referindo à companhia a quem ela parece pertencer: “Sim! É esposa de Fulano”.

Para Maneschy, Siqueira e Álvares (2012) apesar das mudanças e avanços quanto aos direitos femininos e às relações de gênero, as sociedades contemporâneas preservam a “injustiça socioeconômica e cultural”, mantendo a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo; entre o marido, trabalhador, e a mulher, reprodutora, cuidadora e submissa, que tem sua identidade definida pelo outro. Nesse sentido, em outra oportunidade, um dos pescadores entrevistados, ao ser perguntado sobre se considerava certo a mulher pescar, afirmou:

Tá errado, tá errado demais!... Tá errado assim pelo seguinte motivo... Dois motivos eu vou lhe falar: quando um marido é pescador, a mulher dele fica cuidando do peixe dele, vai cuidar do peixe. Chega a hora do almoço, ela vai cuidar do almoço. Então a mulher não tem nada a ver com pescaria, ela vai cuidar do almoço da pescaria. Então, naquele momento, que ele tem o cadastro dele como chefe do órgão, que nem eu tenho aqui o órgão, então mulher não pesca. É meu direito, é o grande direito que eu tenho! Se minha mulher não pesca e eu pesco, então ela vai cuidar do meu almoço. Então o que é meu almoço, é o caranguejo, é o siri, é o camarão, é o peixe que eu trago. (...) Maldito o pescador que pega sua esposa e deixa ela ir pescar, por que ela não tem direito, ela tem direito sim de se colonizar e de pegar o seguro desemprego dela para no dia que eu morrer, ela se aposentar. Ela vai me proteger, ela vai me proteger... (...) Então eu já vou aposentar e ela vai junto comigo, então ela não tem o direito de pescar, por que o direito dela é cozinhar o almoço para mim que sou pescador. (SENHOR GLAUCO)¹¹

A hierarquização do trabalho não se realiza apenas pela questão econômica, mas pelas relações de gênero que vão sendo construídas desde a infância, entre as gerações, quase que determinando as ocu-

¹¹ A entrevista com o senhor Glauco fez parte do conjunto de outras narrativas realizadas no ano de 2013, em que também abordamos as relações de gênero com homens e mulheres das ilhas de Piauí e Maranhão.

pações de cada um, como naturais. Os homens tendem a transmitir aos seus filhos pequenos os saberes da pesca, a levá-los como companhia para o rio e o mar, a ensiná-los que “pesca é coisa de homem”. A narrativa masculina, exemplificada pela fala do senhor Glauco, revela a preocupação com certa ordem “natural” familiar e social, assim como com o prestígio e os direitos. Embora, muitas vezes – e as narrativas mostram – as meninas também sejam levadas com os pais para os barcos e atuem diretamente na atividade, quando adultas atribuem-se a elas outras funções produtivas ou reprodutivas. Embora detenham os mesmos conhecimentos que os homens em relação à pesca, esta não se traduz em um direito feminino, mas um abuso e uma maldição (na fala do senhor Glauco) para os pescadores que concordam e permitem que suas esposas exerçam a função, principalmente se ela for no mar. O mar, considerado “lugar de homem”, pelos perigos e desafios que apresenta, reforça qualidades no imaginário coletivo e masculino, ligadas à virilidade, à força e à destreza. Destituída dessas características, a mulher não pode exercer o direito de ser pescadora. O direito torna-se um privilégio de gênero e se as mulheres atrevem-se a atuar como pescadoras, não merecem a mesma remuneração que os homens (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012. p.718). Daí a sua dupla exclusão.

Isso, no entanto, não significa que as “pescadeiras” ignorem seus direitos, pois revelam a consciência e o desejo de serem reconhecidas, em suas entrevistas. No entanto, seus temores quanto a assumirem a profissão de pescadora estão muito mais ligados à segurança do casamento, pois em uma comunidade pobre estar casada é um grande respaldo social e moral. Levando isso em conta, convivendo com os homens da família, elas tendem a silenciar as opiniões expressas nas entrevistas para não “abalar” a ordem de gênero no espaço doméstico.

No entanto, as narrativas revelam que o fator que coloca as mulheres em posição quase de invisibilidade na pesca é a insistência cultural na minimização dos trabalhos realizados por elas dentro da pesca artesanal, o que chamam de trabalhos secundários. Para as entrevistadas, isso seria mais uma forma de colocá-las à margem social, desvalorizando suas atividades. Muitas vezes a divisão de ca-

tegorias como marisqueira, pescadora de camarão, dentre outras, é utilizada como forma de reforçar a hierarquização social e de gênero, pois é muito comum pescador afirmar: “mulher não pesca, só cata marisco”.

Dona Luiza, presidente da associação de marisqueiras da comunidade de Tatus, localizada na Ilha Grande, é firme quando indaga sobre a divisão entre a cata do marisco e a pesca, como “coisa de mulher e de homem”:

Olha! Não existe diferença entre a marisqueira e a pescadeira não! Aqui a mulher que entra no rio é os dois ou mais, porque a gente sai pra pegar o marisco, chega lá, não tá dando bom, a gente vai pegar o peixe. Não tem essa de pegar só um ou outro não! Pega um peixe aqui, um camarão ali, o marisco... Esse negócio de divisão é coisa inventada, mas foi feita só pra organizar mesmo uma forma de nós, mulheres, termos os direitos na pesca. (DONA LUIZA)

Como ela, dona Francisca acredita que a separação de funções não existe. Não porque os homens não a defendam, mas devido ao fato de a própria necessidade de sobrevivência da família levá-las a esse trabalho, indiferente de qualidades consideradas inerentes a um ou ao outro sexo:

Sempre que a gente sai pra pescar, sabe que vai pra trazer comida pra dentro de casa. Então, não tem essa de “Ah! Hoje eu vou pegar meu paneiro e pegar só marisco”. Claro que não! Porque se não tem peixe, traz um camarão; se não tem marisco, traz um siri. A gente se preocupa é em trazer alguma coisa pra dentro de casa. (DONA FRANCISCA)

Na fala das entrevistadas o que incentiva a mulher a se aventurar dentro da pesca é a necessidade, rompendo, na prática, com os estereótipos criados pelos grupos de trabalhadores, predominantemente masculinos. Apesar disso, o pensamento binário é reproduzido por gerações dentro do ofício e é aceito como verdade absoluta pela comunidade, relegando “ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo” (Woortman 1992, 42). Para Cardoso,

A desconsideração do trabalho feminino pode ser melhor compreendida a partir da perspectiva de gênero, por se tra-

tar de algo que é uma construção social, pois “naturaliza-se” o trabalho da mulher como algo inerente ao domínio doméstico. Quando ocorre sua inserção no domínio público, o seu trabalho é visto como “ajuda” ao trabalho do homem. Essa dicotomia entre domínio público/privado é apenas uma dentre tantas que compõem a forma de ver e organizar o mundo [...] A desvalorização do trabalho feminino é apenas um aspecto das relações sociais entre os sexos existentes em nossa sociedade, pois não é apenas no nível público que ocorre a relação hierarquizada entre masculino e feminino, e nem tampouco tal hierarquização se limita a aspectos produtivos. (CARDOSO, 2002, p. 3-4)

A antropóloga Denise Machado Cardoso faz uma análise sobre essa desvalorização do trabalho feminino para além do papel produtivo. A mulher pescadora está imersa na condição de inferioridade em relação à sua cidadania, destituída de direitos trabalhistas e sociais. Por mais que realize o mesmo trabalho sob condições semelhantes, ela é sempre vista como apêndice da figura do homem, tendo sua identidade definida por ele, dentro e fora de casa. O fato é que as entrevistadas demonstram que elas subvertem essa ordem de forma cotidiana no próprio fazer; e expressar-se sobre isso é também uma forma de negar que essa submissão exista em sua forma absoluta.

É importante enfatizar que as “pescadeiras” não são um grupo isolado no mundo considerado masculino: na cidade de Ilha Grande do Piauí, em toda a sua extensão, é possível encontrar aquelas que exercem esse ofício. Em todo o Delta do Rio Parnaíba encontram-se detentoras dos saberes e domínios pesqueiros, mas também domésticos; mulheres que transitam, assim, entre o rio e a casa, numa posição que rompe, na prática, com o discurso binário o qual, muitas vezes, ambigualmente, ajudam a reproduzir.

“Pescadeira sim!”: a afirmação identitária das mulheres de Ilha Grande do Piauí.

Michelle Perrot (2005) afirmou que a história dos homens é onipresente, ocupando os mais variados espaços e temporalidades. As mulheres sempre foram representadas e definidas por eles de forma secundária, restritas ao espaço privado. Sobre elas construiu-se

um silêncio que se recusa, muitas vezes, a ouvir sobre a diversidade de papéis que elas assumem. Suas vozes e ações, no entanto, estão também em toda parte, escoando, deslizando para fora do controle e da perspectiva masculina de suas experiências. A descoberta das mulheres por e sobre elas próprias ainda está sendo escrita de forma ruidosa e crescente.

O caminho que a mulher percorreu para que tivesse sua presença reconhecida na história foi um caminho longo que ainda hoje vem acompanhado de muitos desafios. Para falar sobre ela, inserida no processo histórico, é preciso perceber que não existe uma “grande história”, um sujeito abstrato e generalizante “mulher”, dotada de características e ações específicas, correndo o risco de naturalizarmos também sua trajetória. Como afirmou Joan Scott (1995), é preciso sempre entender os papéis e os espaços público e privado como relacionais e não determinantes de um sexo ou outro; compreender que a constituição do feminino e do masculino envolve a pluralidade de sujeitos que tornam-se, desta forma, fontes inesgotáveis de análise.

No caso, as “pescadeiras” de Ilha Grande estão longe de ser entendidas como mulheres submissas e conformadas com sua condição restrita ao espaço privado da casa; também estão distantes da posição de “feministas”, resistentes ao domínio masculino e procurando ocupar o lugar deles ou a eles igualar-se. São sujeitos de sua história, norteadas pelas relações com a paisagem ribeirinha, com as tradições morais de suas famílias, ainda marcadas pelo caráter patriarcal, mas que ao mesmo tempo apontam para mudanças trazidas pelo contato cada vez mais acirrado com as novas informações midiáticas e com a cidade. Esta última representou, nos últimos anos, o acesso ao mercado mais amplo de venda e consumo, a possibilidade de inserção de seus filhos no mundo acadêmico (via ampliação de universidades públicas na região), a entrada da tecnologia na Ilha (via energia elétrica, televisão e computador), ocasionando alterações nas próprias relações familiares e de trabalho.

A falta de instrução escolar também não impediu que essas mulheres se apropriassem de certos espaços de liderança política dentro da comunidade. Dona Maria Luíza é uma figura representativa em Tatus, atuando como presidente da associação das marisqueiras¹². É

12

As mulheres formaram a Associação de Marisqueiras, pela qual fazem parcerias

conhecida por toda comunidade como tal e luta por melhorias no trabalho de suas companheiras, atuando com parcerias e projetos com órgãos que atuam dentro da ilha:

Eu corro atrás de tudo, tenho medo não! Eu vou mesmo! Eu chego, converso e resolvo. Eu não me calo e nem tenho vergonha. Sou pescadora, mas não sou muda... né?! Vou lá pra UESPI com as meninas aqui vender nossas coisas. Converso com professor, com aluno, converso demais... Vocês tão vendo que gosto de falar! (DONA MARIA LUIZA)

A ação de mulheres como ela vai ao encontro do que Regina Di Ciommo (2007) já havia identificado em outras comunidades pesqueiras: a eficiência delas em exercer papel de negociadoras, estabelecendo elos entre o grupo de moradores e agências governamentais, ONGs e institutos financeiros, enquanto seus companheiros permanecem no rio ou no mar¹³. Essa atuação tem crescido na medida em que não apenas elas compreendem sua importância, como os próprios homens podem ser levados a perceber que as reivindicações femininas, ligadas ao reconhecimento de seus diferentes papéis – entre a casa, a igreja e a pesca – podem significar também uma consciência ecológica e o empoderamento dos membros comunitários – independente de gênero – no tocante à autoria e controle dos recursos naturais dos quais dependem frente às instituições que interferem e pretendem controlar seus afazeres e saberes, em nome dos interesses do mercado¹⁴.

com a Prefeitura e demais instituições, procurando realizar oficinas em que possam aprender novas habilidades que requalifiquem seu trabalho como pescadoras ou mesmo artesãs.

13 No final de 2013, participamos de uma manifestação organizada por elas, em que tentavam impedir que turistas entrassem no Delta, chamando a atenção deles para dois grandes problemas na Ilha: o avanço das dunas sobre suas casas e a ausência de políticas públicas para resolvê-las. Foram elas que, no mesmo ano, negociaram com o Estado o plantio de mudas em suas próprias casas, para que fossem distribuídas ao longo das margens do rio Parnaíba, de forma a conter a invasão da areia sobre a comunidade. Entretanto - elas denunciavam – o Estado não cumpriu a sua parte.

14 Maneschy. Siqueira e Álvares lembram que a articulação, de forma mais organizada e consciente, das pescadoras em várias regiões do país, promoveu a criação da Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, ampliando a concepção da atividade pesqueira, uma vez que a “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os “[...] trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal”, nos quais é grande a presença das mulheres (2012, p.728).

Nesse sentido, a construção de uma identidade pesqueira, para elas, é algo considerado natural ao seu modo de vida e não algo extraordinário. A pesca está associada à sobrevivência, ao reconhecimento e ao prazer de se sentir independente e dizer “eu não espero por meu marido; eu vou atrás”. A pobreza não é um problema, pois elas têm a capacidade e a solidariedade da comunidade para a superação das dificuldades. Em suas narrativas, a pobreza não se relaciona à falta de bens materiais, mas morais; pobreza é não dividir o que se tem com quem precisa; é ver o pescado se acabando e deixar o medo de ir ao rio tomar conta do espírito; é não encontrar o peixe; é ver rios secando e sendo degradados por um turismo desenfreado que agride brutalmente o Delta do rio Parnaíba. Daí o sentido de se organizarem, de se envolverem em lutas que são de homens e mulheres, com a finalidade de serem vistos e ouvidos:

Pra mim, pescar é uma coisa muito normal, tem muito mistério, não. (...) É só pegar uma canoa e ir nesse rio. Sempre tem mulher nas águas, como meu marido diz: são as flores do rio. **Estamos aqui e pescamos, e nós existimos.** (DONA FRANCISCA; grifos das autoras)

O maior medo da minha vida é ir pescar e não ter mais nada no rio, e de tomarem o que é nosso! É de ver meu vizinho passando fome e não ajudar. Ver a pesca se acabar nesse rio por aí... Todo mundo aqui morrer de fome. (DONA SOCORRO)

Estudar a identidade das pescadoras ou “pescadeiras” é procurar entender como elas se inserem no mundo masculino, a partir de negociações constantes de valores. Como afirmou Zygmunt Bauman, o sentimento de pertencimento e de autodefinição é fruto das intenções humanas, sendo que a identidade pode ser substituída por outra de acordo com as necessidades dos indivíduos, ou ainda ser múltipla, ambígua e contraditória, pois ela não deve ser entendida como algo estático e fixo, mas como aquilo que se modifica, negociável e revogável (BAUMAN, 2005, p.17). Assim entendemos ser o processo construído constantemente por essas mulheres, repensando e recolocando-se nas relações de gênero a partir de percepções de mundo, desejos e necessidades que se alteram.

Nas narrativas, as três entrevistadas fazem questão de afirmar o fato de que desde crianças se envolveram com a pesca, acompanhando seus pais e irmãos, e que desde cedo labutam no trabalho pesado, contradizendo o aparente consenso de que esposa de pescador espera o marido em casa para “tratar” o peixe e só. Afirmar-se como “pescadeira” é uma marca da própria diferenciação em relação ao gênero; é uma forma como estas se distanciam dos pescadores, criando para si uma identidade que as diferencie deles, sem confundir-se com eles, mas também sem aceitar a redução de suas ações e importância à vida doméstica (que as estigmatiza como inferiores, no imaginário coletivo).

O termo, assim, ganha grande importância na medida em que a linguagem revela a subversão nas relações simbólicas de gênero (pois ela não se dá no enfrentamento direto com os homens, do ponto de vista das relações de força física ou moral). A expressão criada por elas e para elas coloca-as em condição diferenciada das outras mulheres reduzidas à ignorância em relação ao trabalho considerado masculino e ao conhecimento quanto aos recursos naturais que garantem a sobrevivência do grupo. Não são “apenas cuidadoras, donas do lar, reprodutoras e esposas”. São também, mas não só. Serem chamadas e reconhecidas entre si como “pescadeiras” é uma forma de empoderamento, por deterem o saber sobre um ofício que as insere no mundo masculino – e machista – que é a pesca artesanal. Mais do que isso, os relatos das entrevistadas questionam esse universo como exclusivamente pertencentes aos homens:

Eu sou pescadeira sim! Pode perguntar pra qualquer aqui nessa ilha se tem mulher mais pescadora do que eu! Que eu duvido... Muito homem não coragem de fazer nem a metade do que fiz! Sou pescadeira com muito orgulho!! Hoje tenho 76 anos e criei meus filhos todos na pesca! (DONA SOCORRO)

Dona Socorro apresenta fala enfática e cheia de orgulho na enunciação. Ela é um símbolo da pesca feminina em Ilha Grande, uma figura bastante conhecida e respeitada por ter passado a vida toda a pescar pelo Delta do rio Parnaíba. O reconhecimento que recebe tanto de suas parceiras como dos próprios homens deixa escapar que as divisões sociais e de gênero não são estáticas nem inegociá-

veis, mesmo em comunidades consideradas fortemente tradicionais e conservadoras, do ponto de vista cultural, como esta no Piauí. Ela é citada, inclusive, nas referências masculinas. É considerada uma mulher forte e corajosa (atributos masculinos) e definida por sua grande relação afetiva com o rio e o mar. Muitas vezes é chamada para falar em eventos como o Festival do Caranguejo, mas enfatiza que sempre teve orgulho mesmo é de ser pescadora, mesmo antes de ficar famosa, atribuindo a fama à sua persistência no trabalho que, segundo ela, é árduo e cansativo:

Todo mundo aqui me conhece como a mulher mais pescadeira do mundo, e eu sou! Duvido que exista mulher que tenha pescado mais do que eu. Quando chega o festival do caranguejo aqui eles me chamam e dizem: “Essa aqui é a mulher mais pescadeira do mundo”! Sempre dou entrevista pra esse povo que faz pesquisa, mas mesmo que ninguém não conhecesse, eu, ainda sim, ia ter orgulho de ser pescadeira, porque a pesca nunca deixou faltar comida na minha mesa. (DONA SOCORRO)

A identidade dessas mulheres como “pescadeiras” não se dá apenas pela busca da valorização da profissão ou da remuneração (que é mais baixa do que a dos homens), ou pelo direito à sindicalização (quase que exclusivamente masculino). Ou ainda pela fama que adquirem sendo reconhecidas pelos pescadores. É marcada pelo orgulho de contribuir para o sustento de sua família, fugindo da miséria. Para elas, a vida pode ser baseada na pobreza, mas nunca na fome, pois “era uma pobreza sem fim, mas a gente não passava fome porque tinha o rio”. Mais do que sobrevivência, as águas são o local de solidariedade, de divertimento e de aprendizado; representam e significam a sua própria existência.

Mesmo quando as dificuldades para pescar se apresentam – pela idade, pelos afazeres da casa, pelos limites dados pelos maridos ou por problemas de saúde – elas dizem não conseguir se desvincular do ofício; continuam a pescar pelo prazer de se relacionar com a natureza ou pela conversa com as amigas. Nesse sentido, a pesca ganha significado muito importante, que é o de manter uma tradição e uma sociabilidade pesqueira propriamente feminina, uma maneira que elas encontram de se reconhecerem e se valorizarem mutuamente. Além disso, o próprio ato de pescar faz parte de seu cotidia-

no e de quem elas são, numa estreita relação com o meio ambiente:

Antes eu pescava sempre, pra trazer comida pra dentro de casa. Ah, precisava né? Mas agora as coisas melhoraram, tem o táxi do meu marido. É fácil ir comprar um peixe na feira. Mas eu gosto mesmo é de pegar o paneiro, a tarrafa ou a linha e ir pescar, pegar meu peixe! (DONA FRANCISCA)

Atualmente o marido de Dona Francisca é taxista, mas ela ainda vai para a pesca. Sua maior companhia é Dona Graça, outra entrevistada. Ambas têm de onde tirar outra forma de sustento, mas preferem estar no rio ou no mar, pois estão intimamente ligadas a eles: aprenderam com seus pais, cresceram nesse meio do qual não conseguem se desvincular; são detentoras e transmissoras de saberes ligados aos recursos naturais; ali ganham o sentido da liberdade: “Às vezes estou aqui, chamo a Francisca para gente ir pescar. A gente pega a canoa e vai simhora!.. Não é por necessidade, é só pra ter o gosto de ir pescar, pra sair nesse riozão!”.

Dona Graça expressa seu desejo de pescar para além da necessidade; mostra que existem outros fatores na vida dessas mulheres que as levam à pesca, para além da dependência masculina e pelo prazer de realizar o ofício. Dona Francisca concorda com ela: “Se fosse pelo gosto meu e da Graça, que pesca comigo, todo dia nós tava no rio, ou que pegue peixe ou não, mas tava lá”. Uma das pescadoras, perguntada sobre o que significava viver no rio, respondeu: “Isso aqui é o céu na terra!”.

Diante disso, pode-se deduzir que as “pescadeiras” de Ilha Grande não veem suas práticas produtivas separadas de sua própria existência. O rio não é apenas complemento, mas espaço de sobrevivência, de ludicidade, de negociação e de sociabilidade (sem contar a religiosidade, sobre a qual não trataremos aqui). Ao afirmarem-se como importantes no território masculino da pesca e se posicionarem como negociadoras e defensoras do ambiente em que vivem, estas mulheres valorizam toda a comunidade, num sentido de coletividade mais amplo do que consideram os homens. Ao narrarem sobre si, elas se inserem no espaço público e privado, aspecto que não se revela na fala ou prática masculina.

Considerações finais

Segundo Denise Machado Cardoso (2002), em povoações litorâneas do nordeste e do norte brasileiro, enfrenta-se cada vez mais o processo de ocupação de zonas costeiras por projetos de turismo predador. Isso é visível em Ilha Grande e reafirmado pelas narrativas de mulheres, preocupadas com os efeitos da poluição e do desmatamento que faz avançar as dunas sobre as casas, provocando problemas ambientais e de saúde pública. Em meio ao crescimento das dificuldades, as “pescadeiras” dividem-se entre as tarefas de cuidar da casa e dos filhos, atender aos maridos e realizar a pesca. Ainda mais: tecem as redes, produzem a tarrafa e o cofo, coletam os mariscos, preparam o pescado para o comércio, em atividades descontínuas e instáveis, sem o reconhecimento da maioria da coletividade quanto ao ofício de pescadoras.

“Pescadeira” foi uma designação encontrada por elas para se fazerem conhecer e reconhecer por uma identidade múltipla, que as coloca atuando em diferentes espaços, dissolvendo divisões de gênero impostas pelo discurso masculino. Elas não parecem renegar seu papel como mães, esposas e donas de casa; mas enxergam-se e querem ser vistas de forma mais ampla.

Além disso, são elas que encabeçam o processo de resistência e luta pela defesa de sua comunidade, fazendo diluir as representações predominantes de coragem e habilidade normalmente atribuída aos homens. Assim, seus relatos colocam em dúvida – de forma consciente ou não – as noções identitárias de “colaboradoras”, “ajudantes”, “dependentes” ou “donas de casa”, por se situarem além delas.

Ao buscarem maior visibilidade, como trabalhadoras do rio e do mar, não estão tratando apenas de si próprias e das relações de gênero, mas carregam em suas ações a preocupação com família, o meio ambiente e a comunidade nos quais se inserem. Ao falarem de si, narram sobre a experiência em comum com seus companheiros; sobre as mesmas dificuldades de sobrevivência e, ao mesmo tempo, chamam atenção para outras, próprias de sua condição de mulher: esse processo contínuo e ambíguo de submissão e subversão de papéis. As “pescadeiras” de Ilha Grande colocam-se também como protagonistas na relação com a família e com as águas, representam a si e aos demais pescadores nas instâncias políticas e questionam a ordem simbólica de gênero.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARDOSO, Denise machado: Mulher, Pesca e Ambiente In: *XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador, Set 2002.
- DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan/jun, 2007.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais*. 2003.
- MALDONADO, Simone. *Pescadores do mar*. São Paulo, Ática, 1986.
- MANESCHY, M.C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M.L.M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3), p.384, setembro/dezembro, 2012.
- MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de homem/peixe de mulher(?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. In: *Etnográfica*, Vol. III (2). Lisboa, p.377-399, 1999.
- NOGUEIRA, André Aguiar. *Fogo, vento, terra e mar: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz, em Fortaleza*. Dissertação (Mestrado), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. v. 8, n.1, p.29-42, jun-jul, 2005.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.
- VIEIRA, E. M. M. O *Mainstream*: a mulher e o meio ambiente. In: LIMA, N. (Org.) *Mulher e meio ambiente*, Col. Gênero e Cidadania, Maceió: Edefal/UFAAlagoas, 1994.
- WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero nas comunidades pesqueiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, p. 41-60, 1992.

Apresentando notas sobre (re/des)empoderamentos de pessoas transgêneras e ex-transgêneras a partir de discursos religiosos e de gênero

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão F^{o1}

Resumo

Apresento neste artigo uma breve reflexão sobre algumas situações de (re/des)empoderamento de pessoas transgêneras (termo usado no sentido da condição sócio-política de transgressão às expectativas sociais de gênero, e não como identidade específica) e ex-transgêneras, a partir de determinados discursos religiosos/generificados. Tratam-se de dados provenientes de pesquisa de *história oral ciborgue*, inserida em trabalho de campo, merecendo aprofundamentos posteriores.

Palavras-chave

Empoderamento; Igrejas Inclusivas; Identidades de Gênero e Religiosas; Trans(generidades/religiosidades); História Oral Ciborgue.

1 Presidente da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP, 2015), mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2010), especialista em Marketing e Comunicação Social pela Fundação Cásper Líbero (2002), graduado em História pela USP (2000).

E-mail: edumeinberg@gmail.com.

Presenting notes on (re/dis)empowering of transgender and ex-transgender people from religious and gendered discourses

Abstract

In this article, I present a brief reflection about some situations of (re/dis) empowering of transgender and ex-transgender people (term used not in sense of specific identity, but as a social transgression condition of the social expectations of gender), and ex-transgender, from religious / gendered speeches, from some religious / gendered speeches. This is data from a *cyborg oral history* research, inserted in a field work, meriting further insights.

Keywords

Empowering; Inclusive Churches; Identities of gender and religion; Trans(generities/religiosities); Cyborg Oral History.

Introdução

Neste texto, apresento algumas reflexões acerca de múltiplas situações possíveis de (re/des)empoderamento identitário de pessoas transgêneras e de pessoas ex-transgêneras a partir de discursos religiosos (que são, ao mesmo tempo, generificados e sexuais). Tais considerações são legatárias de minha tese de doutorado em História Social,² fundamentada em trabalho empírico com ênfase em uma *história oral* que chamei (bem) provisoriamente de *cyborgue*.

O artigo está estruturado do seguinte modo: primeiro, apresento ponderações e indagações acerca do tema do artigo, conectadas com falas breves de pessoas co-laboradoras. Em seguida, *linko* com notas sintéticas sobre o campo realizado, compreendendo uma história oral *cyborgue*. Por “fim”, trago reflexões de caráter *inconclusivo* sobre o assunto.

(Re/des) empoderamentos de pessoas transgêneras e ex-transgêneras³ através de discursos religiosos/generificados

“Disseram que eu era o Diabo e Deus ia me matar”, relatou-me Josiane Ferreira de Souza, a Josi, hoje autodeclarada *mulher trans* – à época *travesti* – e cantora da *Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo* (ICMSP) numa entre-*vista*⁴ realizada em 2010. A descrição/prescrição de Josi como Diabo e a enunciação de sua morte – cujo *assassino* seria Deus – diz respeito ao contexto de sua anunciação como *gay* em uma das Assembleias de Deus (AD) da qual fez

2 Esse texto é fundamentado na Tese de Doutorado em História Social *(Re/des) conectando gênero e religião. Peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook*, depositada em 2014 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob a orientação do professor José Carlos Sebe Bom Meihy.

3 *Pessoas transgêneras* são aquelas que, de algum modo, transgridem as expectativas sociais relativas ao sistema sexo-gênero de outorga no nascimento ou gestação. *Pessoas ex-transgêneras* são as que, após terem transgredido as convenções do seu gênero “de nascimento” (em geral tendo se identificado como travestis ou transexuais), fazem o movimento reverso, rumo à (re)adequação ao que se espera de quem foi designad@ de um dado sistema sexo-gênero.

4 Uso o termo entrevista cortado ao meio por um hífen, *entre-vista*, para sinalizar um trabalho que pretende-se o mais horizontalizado e *simétrico* possível, ainda que não exista relação simétrica em plenitude.

parte,⁵ e posteriormente como travesti, o que a fez ser identificada na igreja como *abjeta*, usando um termo caro a Judith Butler,⁶ ou *abominação*, termo nativo da própria Assembleia. *Demonizada*, Josi transitou entre ADs, com breve passagem pelo candomblé e umbanda, até aportar na ICMSP, uma *igreja inclusiva*⁷ onde se sentiu empoderada para se pensar/aceitar/assumir como travesti e depois mulher transexual. A frase acima, dita por Josi, foi ainda complementada por um importante “mas eu não acreditei”, que em conjunto com seu trânsito religioso demonstra que em alguma parte do caminho a descrição/prescrição de pessoas da AD *falhou*.

O processo de (re/des)construção de identidade(s) de gênero(s) de Josi apresenta etapas marcantes: ela sofreu o impacto de um determinado discurso religioso/generificado/sexual (o da AD), e foi encontrando novos significados para si em outra igreja (a ICM), que longe de vitimizá-la, auxiliou no empoderamento necessário para que ela fizesse sua *assunção* (para usar um termo religioso) como travesti, primeiramente, e, mais atualmente, como uma mulher transexual.⁸

Esse relato, da época da primeira entre-vista com Josi (2010),⁹ induziu algumas perguntas: qual a relação entre intolerância e mobilidade religiosa na vida de pessoas trans*?¹⁰ Como o discurso reli-

5 Como Josi me explicou, apesar de se definir gay nessa época, ela se sentia uma pessoa feminina, depois nominando sua identidade como travesti e como mulher transexual.

6 Comento sobre o conceito de *corpo abjeto* (e também *alma abjeta*) no decorrer da tese, acima referida (2014).

7 Na época em que Josi entrou na igreja, 2007, a ICM costumava ser considerada uma *igreja inclusiva LGBT*, e não uma igreja *radicalmente inclusiva*, como se denomina atualmente – ainda que naquela época já acolhesse pessoas heterossexuais. Nas igrejas inclusivas que conheci, o termo *inclusivas LGBT* não é atualmente muito bem vindo, justamente por, em geral, estas advogarem a inclusão de pessoas de qualquer orientação sexual e afetiva e de qualquer identidade de gênero.

8 Não pretendo essencializar a questão: é possível que Josi tenha se empoderado através de outros modos e ambientes, também.

9 SOUZA, *entrevista a Maranhão F^o*, 2010. Comentei sobre a história de Josi em momentos anteriores (MARANHÃO F^o, 2011a e 2011b). Cabe realçar que, por volta de uma semana antes do depósito da tese, em dezembro de 2014, Josi comentou em seu perfil de Facebook que estava voltando a frequentar o candomblé – o que pode demonstrar a instabilidade de nossos trabalhos de campo envolvendo entre-vistas.

10 *Trans**, assim grafado com o asterisco, é um termo guarda-chuva, compreendendo diversas identidades e expressões de gênero como travestis, homens trans, mulheres transexuais, trans* não-binárias, *crossdressers*, *drag queens/kings*, dentre outras auto classificações referentes às *transgeneridades* (condições sócio-políticas de transgressão de

gênero). *Trans** costuma servir internacionalmente de diminutivo para *transgêner@*.
11 Não compreendo *transgeneridade* como uma identidade específica, mas como condição sócio-política de inconformidade e transgressão das expectativas sociais referentes aos papéis e expressões de gênero esperad@s de quem é outogad@ de um determinado sistema sexo-gênero. Quando @ obstetra dá os tapinhas no bumbum da criança recém-nascida e anuncia “é menino” ou “é menina”, se inaugura uma série de atos performativos de gênero que “definem” que a pessoinha é feminina ou masculina, homem ou mulher, dentro de uma concepção binária (e hierarquizante/opressiva) de gênero. A essa pessoa, espera-se que “cresça e amadureça” de acordo com o que se aguarda de alguém designad@ menina ou menino. Mas nem toda pessoa se sente confortável com tais normalizações/normatizações de gênero, se identificando ou com o sistema sexo-gênero “oposto” ou com a não-binariedade, a não-generidade, a poli ou a pangeneridade. A essas condições sócio-políticas de transgressão do que se espera de uma “menina” ou de um “menino”, podemos chamar *transgeneridades* (MARANHÃO F^o, 2014). Uma autora que trata do tema é Letícia Lanz, para quem “a não conformidade com a norma de gênero está na raiz do fenômeno *transgênero*, sendo ela – e nenhuma outra coisa – que determina a existência do fenômeno *transgênero*. A primeira coisa a se dizer sobre o termo ‘*transgênero*’ é que não se trata de ‘mais uma’ identidade gênero-divergente, mas de uma circunstância sociopolítica de inadequação e/ou discordância e/ou desvio e/ou não-conformidade com o dispositivo binário de gênero, presente em todas as identidades gênero-divergentes” (LANZ, 2014, p. 70).

12 O termo *trans-religiosidades*, como cunhado na tese, serve para pensar (apontando para a concepção de transgeneridades), em condições sócio-políticas de inadequação ou transgressão das normas esperadas a quem é designad@ ou outogad@ de um determinado sistema religioso. Por exemplo, a pessoa é designada “católica de berço” mas, não se sentindo confortável com tal designação religiosa, se percebe de outro estatuto religioso. *Trans-religiosidade* pode dizer respeito, assim, à situação de fluxo (ou trânsito) religioso, assim como o termo *transgeneridade* pode referir-se, ampliando a “definição” anterior, a um contexto não só de transgressão como de fluxo (ou trânsito) de gênero. Como percebe-se, um termo relacionado a uma categoria (gênero) é utilizado para se pensar outra (religião), apontando para possíveis similaridades entre tais construções sociais. Na pesquisa que realizei, transbordaram exemplos de trans(generidades/religiosidades). Nesse texto, apresento especialmente alguns modos como pessoas *transgêneras* e *ex-transgêneras* (e em outras situações entre essas duas categorias) foram se empoderando e agenciando a partir de discursos religiosos, especialmente cristãos.

13 Tais discursos religiosos são interseccionais, podendo ser considerados, por exemplo, *religiosos/generificados/sexuais/afetivos*, visto tratarem de questões relativas à gênero,

ração de identidades de gênero de pessoas *trans** e pessoas *ex-trans**?¹⁴ Como estes discursos se relacionam com as próprias *agências* das pessoas?¹⁵

Comecei a refletir, assim, sobre as *conexões entre trans(generidades/religiosidades)* de pessoas *entregêneros*,¹⁶ termo guarda-chuva que acolhe pessoas *trans** e *ex-trans**, argumentando que *determinados discursos religiosos conectados a discursos de gênero atuam na (re)deselaboração identitária de gênero de pessoas trans* e ex-trans*, em costura com a subjetividade destas, trazendo (ou não) reflexos em seus corpos e almas*,¹⁷ havendo duas dimensões de análise conectadas, a institucional e a das biografias pessoais.

Mas @ leitor@ pode indagar: como as perguntas iniciais foram

sexualidade e orientações sexuais/afetivas.

14 O termo *ex-trans** visa agregar *ex-travestis* e *ex-transsexuais*. *Cis*, ou *cisgêner@*, ao contrário de *trans**, visa referir pessoas que se sentem confortáveis com o sistema sexo/gênero designado no nascimento ou anteriormente a este.

15 À época, perguntei ainda: Além disso, podemos compreender religião como *metáfora* para gênero? Se afirmativo, termos como *peregrinação* e *conversão* servem para pensar as construções identitárias de gênero de pessoas *trans** e *ex-trans**? Gênero pode ser considerado uma *religião*? Existe um *gênero da religião*? Procurei sinalizar para possíveis respostas na tese (2014).

16 Utilizo na tese o termo *entregêneros*, que procura dar conta (mas não dá!) de uma ampla diversidade identitária de gênero, acolhendo pessoas em distintos *trânsitos* de gênero (incluindo experiências autonarradas de *trânsito único*, referentes ao fluxo do sistema sexo-gênero de outorga ao de autoidentificação). Além disto, o conceito de *entregêneros* pode abranger não apenas identidades, mas *expressões de gênero e situações*, abarcando neste último caso pessoas *cis* (ou não-*trans**) que fazem algum tipo de *trânsito* de gênero durante suas vidas. O termo pode acolher pessoas *ex-transsexuais* e *ex-travestis*, ainda. Comentei que “a expressão *entregêneros* pretende-se mais ampliada que *transgeneridade* ou *trans**, acolhendo quaisquer identidades, expressões e, ainda, *situações* que transgridam integral ou parcialmente, permanente ou momentaneamente, as normas sociais de gênero instituídas compulsoriamente e relacionadas à *cisgeneridade/cissexismo*. Acolhe por exemplo as identidades / expressões de pessoas *ex-trans** ou de quaisquer pessoas que não se designam *nem trans** e *nem cis* ou de qualquer outra pessoa que não se identifique conforme o sistema sexo/gênero outorgado no nascimento, podendo ser consideradas também como *não-cis*. Como qualquer conceito, *entregêneros* serve mais para efeitos didáticos e heurísticos, não sendo suficiente para contemplar um infinito de alternativas identitárias. Podemos pensar em *expressões entregêneros*, *identidades entregêneros*, *situações / biografias entregêneros*. Há pessoas, por exemplo, que passam por situações *entregêneros* mas não têm *nem identidade nem expressão entregêneros*: ou seja, tal expressão (*situações entregêneros*) pode abarcar pessoas *cis* também” (MARANHÃO F^o, 2014, p. 31). Vale ressaltar ainda que há pessoas que não se identificarão nem como *cis* / *cisgêneras*, *nem como trans** / *transgêneras*, *nem como ex-trans** / *ex-transgêneras*.

17 A perspectiva adotada na tese a respeito dos discursos religiosos é referente aos cristianismos, ainda que tenha realizado breve campo *on* e *off-line*, por exemplo, no *candomblé*.

se *desdobrando* em outras pelo caminho? Qual trajeto percorri e em quais ambientes momentaneamente estacionei? Parti na jornada de elaboração da pesquisa com uma mochila razoavelmente vazia, pronta a ser preenchida com observações, narrativas e memórias de campo, tendo a hipótese (já apresentada e aparentemente óbvia) derivada da *entre-vista* com Josi como guia do itinerário: *as pessoas trans* têm suas experiências de mobilidade religiosa estimuladas por episódios de intolerância sofrida em ambiente(s) religioso(s)*. Mas essa conjectura foi sendo, como expliquei, *reelaborada* na viagem. Através de diversas *entre-vistas*, entre 2010 e 2012, me certifiquei de que aquela não era uma condição *sine qua non*. Nem todas as pessoas *trans** conectavam intolerância e *trânsito religioso*.¹⁸ Algumas diziam que haviam feito fluxos rumo a outras igrejas, religiões, ao ateísmo ou ao agnosticismo, mas não haviam sido *intoleradas* em seus ambientes religiosos de origem.

A partir de outras *histórias orais de vida*¹⁹ fui percebendo que a conexão discursiva de gênero e religião não fomentava apenas possíveis *trânsitos religiosos* – mas também *fluxos de gênero*, inclusive com *reflexos sobre o corpo e alma*. Em 2011, Tirésias C. me confidenciou: “quero ser obreiro da Assembleia, mas não posso porque tenho seios. Preciso tirar isto daqui (apontando para os seios) para ser aceito como obreiro”.²⁰

Até 2014, escutei outras narrativas de pessoas que se declaravam *ex-travestis*, mas meu foco ainda estava no esclarecimento das pos-

18 Situações de intolerância e *trânsitos divers@s*, claro, também ocorrem com pessoas *cisgêneras*.

19 Entendo como *história oral* o conjunto de procedimentos que se inicia com o artesanato de um projeto e que continua com a(s) entrevista(s) com determinado(s) indivíduo(s). Suas etapas são: a) elaboração do projeto; b) gravação de entrevista(s); c) confecção de documento escrito; d) devolução; e e) análise dos resultados. É bom ressaltar que “entrevistas não se equivalem a história oral” e “em termos operacionais da história oral, entrevista é uma etapa do processo” (MEIHY, 2009, p. 139). Segundo o NEHO/USP, há 4 gêneros narrativos em história oral: *história oral de vida*, *história oral testemunhal* (drama ou trauma coletivo), *história oral temática e tradição oral*. Na história oral de vida @ co-laborador@ narra sua trajetória pessoal ou aspectos da mesma. Mais informações na entrevista: MEIHY, *História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos*, 2010. Vale realçar que uma das edições da revista *Oralidades* teve como tema as religiões e religiosidades (MARANHÃO F^o (org.), 2010).

20 TIRÉSIAS C., *entrevista a Maranhão F*, 2011. O termo *Tirésias* é um pseudônimo utilizado na tese para pessoas *ex-trans* ou *ex-travestis*. Tirésias é o adivinho que mudou duas vezes de sexo-gênero, daí utilizar como metáfora para pessoas que *detransicionaram*.

síveis relações entre intolerância religiosa/de gênero e fluxo *religioso* de pessoas trans*. Contudo, seguindo os fluxos de outras vozes compartilhadas – especialmente no primeiro e segundo semestre de 2014 – fui (*des/re*) montando a pesquisa a partir da percepção de que o discurso religioso+generificado podia provocar não só deslocamentos religiosos, mas fluxos *de gênero*.

Em São Gabriel da Cachoeira, *cidade mais indígena do Brasil*, situada no Alto Rio Negro (Amazonas), escutei de uma travesti indígena: “eles querem que eu morra e só fique aquele menino”.²¹ Essa pessoa havia passado por tentativas de *desconversão* de sua travestilidade através de um recém-chegado ministério de “cura e libertação” de homossexuais (vale salientar que a travestilidade costuma ser [con]fundida com a homossexualidade).²² Conversando com um missionário desse ministério, ele me explicou: “Deus faz o corpo do homem mas influenciado pelo diabo ele vai e deforma. O corpo é possuído por pombagiras como a Sete Saias e a Lady Gaga”.²³

Escutei concepções semelhantes de um@ missionári@ no AcampaMona, acampamento que objetivava a “conversão de gênero” de travestis:²⁴ “este corpo é de Deus mas tá na mão do Diabo”.²⁵ Em

21 ATENA D/APOLO D, *entrevista a Maranhão F^o*, 2014. Na tese utilizei o pseudônimo Atena para me referir a mulheres trans e travestis. No caso destacado, utilizei concomitantemente Apolo para marcar uma situação de entre-lugares identitários, em que a pessoa em questão, no momento da conversa, não conseguia se identificar no masculino ou feminino. Não se tratava de uma pessoa não-binária, mas sim, de uma situação não-binária, mau-vinda à pessoa, que meses depois (re)assumiu sua identidade feminina, ainda que não tenha (re)assumido sua expressão de gênero feminina. Realço que identidade e expressão de gênero são coisas distintas.

22 Na concepção da maioria d@s missionários de conversão de travestis, a travestilidade é entendida como sinônimo e/ou desdobramento da homossexualidade. Contudo, há travestis que se identificam em quaisquer orientações sexuais e/ou afetivas.

23 MISSIONÁRI@ DE CONVERSÃO DE SGC A, *entrevista a Maranhão F^o*, 2014. Lembro que a aparição da *pombagira Lady Gaga* me foi relatada uma única vez em campo, assim sendo, não deve ser tomada como um exemplo de entidade que costume ser vista em rituais de religiões afro-brasileiras – ou em rituais de *exorcismo* praticados por igrejas ou missões de conversão de travestis, transexuais e homossexuais.

24 Utilizo o termo “conversão de gênero” na tese, mas em geral, os termos nativos utilizados são “cura e libertação”, “reversão da homossexualidade”, “resgate da heterossexualidade” e “recuperação” de travestis. O AcampaMona foi realizado em agosto de 2014 em Jacaré, São Paulo. Além de missionári@s, e eu que fui como pesquisadore, estavam presentes 36 pessoas que se auto-designavam travestis ou ex-travestis, pessoas que não se identificavam mais em nenhuma dessas categorias (o que lhes causava grande desconforto); e uma mulher transexual que já havia feito cirurgia de redesignação genital (CRG).

25 MISSIONÁRI@ do AcampaMona B, *entrevista a Maranhão F^o*, 2014.

outra narrativa, no mesmo acampamento, “o travesti deforma o corpo e aí deforma o espírito. Deus fez o corpo e a alma dele dum jeito e ele altera, deforma tudo. Precisa reformar tudo de novo, cortar cabelo, tirar seio, mudar a vida pro espírito entrar no Reino dos Céus. Ele não pode ser salvo com o corpo deformado”.²⁶

Nestas concepções, signatárias do que chamei provisoriamente de teologia cishet-psi-spi,²⁷ o corpo é *morada* de entidades como a pombagira Sete Saias ou a pombagira Lady Gaga. E ser possuíd@ por tais entidades significa ter (d)efeitos no corpo e n’alma – que são reflexos um do outro. Deus cria um binômio corpo/alma, o Diabo *deforma*, mas a igreja está lá para auxiliar nas *obras de reforma* – corrigir a alteração corporal que (supostamente) reverbera no espírito.

Durante o AcampaMona, Tirésias D. me contou: “eu sei que Jesus não vai me aceitar no céu deste jeito, não sou homem nem travesti, não sou nada. Ou sou um monstro?”²⁸ Narrativas como estas demonstraram que dados discursos religiosos/de gênero poderiam provocar uma *engenharia de gênero reversa*²⁹ (podemos pensar aqui em [re/des]empoderamentos ou em [des/re]empoderamentos?), incluindo uma costura corporal, ou ainda um *não-reconhecimento identitário de gênero*. Ao mesmo tempo, parece haver uma relação de retroalimentação entre o discurso institucional e o discurso d@fiel: a igreja oferece um discurso enquanto o mesmo é demandado pel@ adept@, numa relação simbiótica de oferta e procura. É o caso, recorrente, da pessoa trans* que internalizou a transfobia, rejeita sua identidade trans* e, sentindo-se culpada, procura uma igreja ou ministério que ofereça substratos para que ela adquira inteligibilidade sobre si mesma e expurgue o que ela rejeita em si – por vezes demandando discursos psiquiatrizantes, patologizantes, *pecadologizantes*³⁰ e diabolizantes, como o de que sua vivência trans* é

26 MISSIONÁRI@ do AcampaMona C, *entrevista a Maranhão F^o*, 2014.

27 Comento sobre a mesma em trabalhos publicados esse ano (2015a, 2015b e 2015c).

28 TIRÉSIAS D, *entrevista a Maranhão F^o*, 2014.

29 Entendo como *engenharia reversa* a destruição de pessoas trans*.

30 O termo *pecadologização* refere-se a um tipo de discurso que visa normalizar/normatizar, descrever/prescrever dados comportamentos humanos como sendo *pecados, desrespeitosos ou afrontosos* a Deus. Tal classificação/rotulação se dá, muitas vezes, de modo análogo ao processo de *patologização*, daí a inspiração deste termo para pensar naquele.

fruto de trauma ou doença, *desagrada* a Deus e é influenciada por forças malignas.

Já a fala de Alexya Salvador, unvida pastora da *ICM Manancial*, de Mairiporã em 2014 e autodeclarada mulher trans, “querida, olha a obra que Deus fez na minha vida, ele me libertou”,³¹ se referindo ao seu corpo de mulher, demonstra outra conexão do discurso generificado/religioso envolvendo a (*des/re*)construção corporal e de gênero. Nesta perspectiva, o corpo trans* – *transgressor* – se comunica com o *transbordamento* espiritual e a *transcendência* religiosa.

A fala de Alexya, que pelo menos até onde detectei no momento, é a primeira mulher transexual unvida pastora no Brasil, se insere num contexto que eu procurei anunciar em 2011/12:

como avisa o paradigma de mercado, algumas igrejas surgem ao atentar para determinados nichos. É possível pensar no surgimento futuro de uma igreja ou reunião evangélica que tenha como alvo um segmento do público LGBT, como bissexuais, ou travestis e transexuais, atendendo a demanda mais específica.³²

O ministério pastoreado por Alexya não é exclusivo para pessoas transgêneras, mas devemos destacar que Alexya é transgênera – além disso, algumas das moças pastoreadas pela mesma são transexuais. A *ICM Manancial*, contudo, não é o único ministério pastoreado por uma pessoa trans*. No fim de outubro de 2014, surgiu no centro de São Paulo o *Ministério Séfora’s de Travestis e Transexuais*, da Comunidade Cristã Nova Esperança Internacional (CCNEI), gerido por Jacque Channel, que se assume concomitantemente mulher transexual e travesti. Trata-se de um ministério específico a travestis, mulheres transexuais e homens trans – ainda que, como ela costuma reforçar, esteja aberto para acolher toda a diversidade de pessoas.³³

31 SALVADOR, *Participação na mesa Trans(Religião/Gênero) da 31ª Bienal de São Paulo*, 2014. Pode-se aventar ainda que, no contexto de fala de Alexya, a Bienal de Artes, ela tenha sinalizado para “olha a obra de arte que Deus fez na minha vida”.

32 MARANHÃO F^o, 2012, p. 219. O artigo foi escrito em 2011 e publicado em 2012. Não se trata de trabalho específico sobre igrejas inclusivas, mas acerca de concorrência e *marketing* religioso. Acerca de igrejas inclusivas, transgêneridades e identidades travestis e transexuais, fiz alguns esboços de escrita em outras ocasiões, assim como a tese, que considero mais como uma espécie de *ensaio* (ver referências ao final).

33 Traço um breve histórico sobre o ministério na tese, assim como pretendo fazer em artigo posterior.

Jacque comentou sobre o Séfora’s:

Você não imagina como meu coração tá feliz, porque o que acontecia antes: as propostas pra mim e para outras trans era essa: cortar o cabelo, vestir um paletó, entendeu? E usar o nome masculino, era o que restava. E hoje não, olha pra mim, olha como que eu to, mulher, plena e aqui dentro, abrindo os braços pra receber outras que com certeza têm carência, têm a necessidade de ser feliz, de ter uma vida espiritual plena e não tem oportunidade lá fora, mas aqui dentro elas vão ter (...)

E você sabe que a CCNEI está abrindo um espaço inédito, que vai na contra-mão do que as outras igrejas pregam, essa conversão assim de tirar silicone, de raspar a cabeça e tudo mais, ela tá indo na contra-mão e na contra-mão do discurso, da pregação que é feita contra os gays, contra as trans, que é justamente aquele discurso que são os demônios.³⁴

Como vemos na narrativa de Jacque, ela compara um ministério de igreja inclusiva, que auxilia no empoderamento da pessoa trans* a ser como ela é; há ministérios que “incluem” a pessoa trans* desde que essa “converta seu gênero”.

Através dos relatos acima, de (re/des ou des/re)empoderamentos, fui notando que, de modo geral, as igrejas inclusivas acolhem pessoas trans* sem exigir-lhes modificações corporais ou de identidade de gênero – mais do que isso, em muitos casos, tais pessoas são empoderadas e estimuladas a *transicionar* gênero/corpo – ao passo que em ministérios de cura e libertação/recuperação de travestis a pessoa trans* costuma ser bem-vinda desde que demonstre conversão religiosa e *de gênero*, esta última implicando diretamente na *des-transição/desconversão* do corpo, numa lógica amparada em falas como “Deus ama o pecador mas odeia o pecado” e “venha como tu és, mas não precisas permanecer como tu estás”.³⁵

Mas, longe de ter a intenção de responder algo aqui, ficam per-

34 CHANEL, *entrevista a Maranhão F^o*, 2014. A CCNEI também costuma ser referida como CCNE, como na narrativa de Jacque.

35 Falas típicas de igrejas que entendem as transgêneridades e as homossexualidades / homoafetividades como doenças, aberrações, abominações, infrações, pecados. É fundamental ressaltar que transgêneridades, homossexualidades e homoafetividades não são sinônimos, assim como identidade de gênero, expressão de gênero, orientação sexual e orientação afetiva são coisas diferentes, ainda que muitas vezes interseccionalizadas. Comento sobre isso na tese (2014) e nos artigos supracitados (2015a e 2015b). Estes encontram-se *on-line*.

guntas/provocações: no caso da narrativa de Tirésias D., que não *se lê* “nem como homem, nem travesti, nem nada”, mas como “um monstro”, e por isto rejeitável por Jesus; ou de Alexya que vê *Jesus na obra* de seu corpo, tais concepções nativas estariam relacionadas a uma simetria entre corpo e alma?³⁶ A identidade de gênero trans* afetaria a identidade espiritual/religiosa? *Transitando* da concepção pessoal para a institucional, para as igrejas o trânsito de gênero abalaria as pessoas trans* ou as/os demais fiéis – ou ainda a própria instituição?

Corpos trans* vistos como abjetos/abominações refletiriam *espíritos abjetos ou abomináveis*? O corpo seria não apenas generificado, mas também religioso? A salvação de corpo e alma estaria na *desconversão* do gênero? O *devir trans** afetaria o *celeste porvir*?³⁷ Resumindo, discursos religiosos/generificados diversos operariam de diferentes formas no (re)desenho identitário de gênero de pessoas trans* e ex-trans*? Corpos trans* aceitos como tal auxiliariam na redenção, sendo autênticos *caminhos de (e para) Deus*? Ou seriam desvios de rota, verdadeiros *descaminhos*? A *destransição* corporal/ de gênero conduziria a um *recomeço/recaminho*?

Tais perguntas, não respondidas neste texto, devem ser acompanhadas de dois esclarecimentos. O primeiro, de que as questões acerca dos *fluxos* e das *identidades* não devem ser vistas de modo dicotômico – *tudo é fluido* ou *tudo é fixo*. Alexya narrou: “não gosto de rótulos e nem de caixinhas de gênero, somos todas e todos gente”.³⁸ Perguntada sobre se tal fluidez identitária de gênero se

36 Na tese, *alma* é pensada como a “substância incorpórea, imaterial, invisível, criada por Deus à sua semelhança; fonte e motor de todos os atos humanos” (MICHAELIS, 2015). É bom realçar que tal conceito, na tese, muito provisoriamente, é utilizado como sinônimo de *espírito*, ainda que *nem sempre* as teologias cristãs entendam alma e espírito como a mesma substância. Para o dicionário citado acima, contudo, podem ser entendidos como sinônimos: “Espírito: Princípio animador ou vital que dá vida aos organismos físicos; sopro vital, alma” (idem, 2015). Cabe ressaltar que quando trato de concepções religiosas institucionais na tese, estas são predominantemente relacionadas às concepções cristãs evangélicas protestantes e (neo)pentecostais.

37 *Devir* (do latim *devenire*) refere-se ao ato de *modificar-se, construir-se, tornar-se, fazer-se*. *Porvir* relaciona-se àquilo que está *por vir, por ocorrer*, talvez até, *por fazer*. Tanto *devir* quanto *porvir*, de alguma forma, associam-se potencialmente ao futuro em elaboração. Podemos, brincando com a palavra *devir*, pensar em um *devoltar* trans*, ou ainda, assumindo a polissemia, um *revoltar* trans*.

38 Quando Alexya fala em *rótulos e caixinhas de gênero*, está se referindo à marcação fixa de identidades de gênero.

aplicava à sua religiosidade, ela explicou: “neste ponto sou bem fixa mesmo, sou cristã e pronto”.³⁹ Tal fala ajuda a nuançar a questão, para que não se entenda que as pessoas são *sempre fluidas* ou *sempre fixas* em todos os marcadores de identidade.⁴⁰ O segundo, de que o discurso religioso/generificado *não incide necessariamente sobre um único fluxo (religioso ou de gênero)* ou uma única *(re)des/elaboração identitária (religiosa ou de gênero)*. Tal discurso pode fomentar o trânsito *predominantemente* religioso e a elaboração *predominantemente* religiosa, como percebi na primeira etapa da pesquisa; pode estimular o trânsito *predominantemente* generificado e a elaboração *predominantemente* de gênero,⁴¹ e pode estimular *ambos* os fluxos, reverberando na elaboração de uma *identidade generificada/religiosa*, sem aparente predominância de uma ou outra. No entanto, a elaboração identitária não se dá simplesmente através do discurso institucional, mas também da *subjetividade* e dos interesses da própria pessoa em se moldar/ser moldada@. @s fiéis têm agência, assim como as instituições, e não só os discursos institucionais moldam a subjetividade das pessoas, como estas podem de alguma forma moldar o discurso institucional.

Um exemplo do discurso generificado/religioso que ecoa no *fluxo religioso* e na (re/des)construção de *identidade religiosa* pode ser visto na trajetória de Alexya. Ex-seminarista e insatisfeita com a *Igreja Católica Apostólica Romana* (ICAR) em decorrência de preconceitos relativos à sua orientação sexual e afetiva à época de sua autoidentificação masculina, Alexya transitou *religiosamente* para a ICMSP, uma igreja radicalmente inclusiva que a aceitou sem condenações. Ser aceita como *era* foi condição para que a mesma se convertesse a tal igreja, uma vez que o discurso da ICMSP ia ao en-

39 SALVADOR, *entrevista a Maranhão F^o*, 2014.

40 E mesmo dentro de um marcador específico a pessoa pode demonstrar concepções mais ou menos fluidas/fixas a respeito do mesmo.

41 Durante a tese *ênfatiso* a (re/des)elaboração identitária de gênero ciente de que nem discursos e nem trânsitos generificados/religiosos devem ser vistos de modo separado, haja vista a relação umbilical entre gênero e religião. Quando utilizo o termo “umbilical” para tratar das relações entre gênero e religião (também na p. 430), ou ainda política, religião e mídia (p. 430) penso na interdependência entre geratriz e gerado(a) – com a ressalva que em alguns destes casos, com relação à gênero e religião, fica o questionamento: quem “nasceu” primeiro, gênero ou religião? O que seria (metaforicamente) o cordão umbilical? A política, a mídia? Mais especificamente, o FB?

contro do que Alexya vislumbra para si, ou seja, o discurso generificado/religioso institucional se conectou aos anseios de Alexya por inclusão. Mas sua história apresenta também um caso de discurso generificado/religioso que influencia no *fluxo de gênero* e na construção de *identidade generificada*. Quando relata: “minha transição só foi possível graças à vida comunitária, pois na práxis da fé pude me redescobrir ao ponto de me empoderar da minha identidade”,⁴² se referindo à *assunção* de sua identidade feminina, Alexya demonstra que o discurso religioso/generificado da ICMSP proporcionou condições de se tornar uma mulher trans cristã, ou em suas palavras, uma *cristrans*.⁴³ Mas a ICMSP não prescreveu tal identidade, visto que já se sentia mulher antes de ser empoderada e legitimada pela igreja: o que ocorre é a *sutura identitária* entre pessoa e instituição, fundamentada em *regimes de validação do crer generificado/religioso*.⁴⁴

Esta ligação ainda nos leva a outro caminho: se o discurso da ICMSP empodera Alexya, esta *também empodera* a ICMSP, pois a partir do momento em que inclui Alexya e posteriormente a institui como pastora, a igreja *se elabora* como *radicalmente inclusiva*,⁴⁵ e teologicamente *queer* por *desconstruir* determinados paradigmas, como o de que uma mulher trans não poderia ter o protagonismo que Alexya tem. O empoderamento que a ICM dá para a elaboração identitária dela passa pela (*des/re*)construção do corpo da mesma, mas ao atuar na carpintaria de sua identidade, a ICM atua na arquitetura de outro corpo, que é o *corpo de fiéis da igreja*, visto que os regimes de validação *subjetivo e institucional* se conectam ao de validação *comunitária* do crer – corroborando na assunção de uma certa *santíssima trindade* da validação do crer.

A atuação do *discurso generificado/religioso* no *fluxo generificado/religioso* e na *construção de identidade generificada/religiosa* pode ser percebida também no *Facebook (FB)*, *site* de redes sociais (SRS),

42 SALVADOR, *Participação na mesa Trans(Religião/Gênero) da 31ª Bienal de São Paulo*, 2014.

43 Idem, *Participação na mesa Trans(Religião/Gênero) da 31ª Bienal de São Paulo*, 2014.

44 Stuart Hall fala sobre *identidade sob sutura* (HALL, 2000) e Daniëlle Hervieu-Léger sobre *regimes de validação do crer religioso* (HERVIEU-LÉGER, 2008).

45 A ICMSP tem como *slogans* ser uma igreja *radicalmente inclusiva* e a *igreja dos Direitos Humanos*. Comentário sobre a mesma em artigo no prelo, a ser publicado em 2015.

através de uma postagem. Esta explicava: “a Gabriela morreu e o Felipe renasceu”, referindo-se à passagem/conversão de uma travesti que *se encontrava nas trevas* em *homem de Deus*.⁴⁶ Como se percebe, no caso de Alexya, esta tem sua *transgêneridade empoderada* pela ICMSP, enquanto Felipe é *empoderado ao se tornar ex-transgênero* (através de uma missionária do ministério Fogo Para as Nações, de Ipatinga/MG).

Pensando no caso da ex-Gabriela/actual Felipe, podemos pensar em seu corpo como *generificado/religioso*? O que faz da ex-Gabriela/actual Felipe, ou melhor, o que faz de qualquer pessoa *mulher ou homem* (ou outra categoria de gênero)? Seriam os genitais – *supremos* indicativos de feminilidade ou masculinidade – espécies de crachás de acesso ao Paraíso? Refletindo sobre *a Gabriela que morreu e o Felipe que renasceu*, como em algumas concepções religiosas+generificadas *vida e morte se linkam à morte e ressurreição do sexo/corpo/gênero*? Quais os *caminhos* que conduzem pessoas a *transicionarem* ou *des-transicionarem* identidades e corpos e quem *induz* ou *conduz* tais pessoas nestas *peregrinações* – em outros termos, o que leva uma pessoa trans* ou ex-trans* a converter, *desconverter* e *reconverter* gênero e corpo – e a realizar, conectando agência própria e agência da agência religiosa, distintos (re/des) empoderamentos identitários?

Postagens como a referente à ex-Gabriela/Felipe *abriram* outras *janelas*: o Facebook (FB) *agencia* – ou pessoas usando o FB *agenciam* – diferentes (*re/des*) empoderamentos e (*re/des*) elaborações de gênero e/ou religião?⁴⁷ Deixo perguntas como essas como estímulos a diálogos.

Por “fim”, conectando com as últimas observações/indagações, cabe ressaltar a importância que teve o *Facebook* em meu campo – ou melhor falando (escrevendo), o *Facebook* fez parte de meu campo, que talvez possa ser chamado (bem) provisoriamente de campo *ciborgue*, e que por sua vez, acolheu uma história oral que

46 A enunciação/descrição/prescrição de Felipe como *homem e de Deus* – pode levar às questões: a Bíblia tem como um de seus fundamentos uma *Santíssima Binariedade* impressa no verso “Deus fez o homem e a mulher” (Gn 1: 27)? Seria esta a base para as concepções generificado/religiosas da maioria d@s crist@os? Seria a Bíblia um livro (também) religioso/generificado?

47 Esta pergunta, assim como algumas outras que faço aqui, ficou com a resposta em suspenso: não me foi possível – ao menos ainda – detectar tal coisa. Mas serve como provocação para reflexões possíveis.

também pode ser, por ora, também denominada *ciborgue*.

Antes de prosseguirmos, é bom explicar o uso que faço do termo *ciborgue*. Esse é diretamente legatário dos escritos de Donna Haraway⁴⁸, para quem *ciborgue* é alegoria para pensar identidades, mostrando como:

a imagem do ciborgue pode sugerir uma forma de saída do labirinto dos dualismos por meio dos quais temos explicado nossos corpos e nossos instrumentos pra nós mesmas [...] significa tanto construir quanto destruir máquinas, identidades, categorias, relações, narrativas espaciais.⁴⁹

É a partir dessa ideia de mistura e desconstrução de dualismos (inclusive entre *on* e *off-line*, *human@* e *não-human@/máquina*) que os procedimentos operacionais necessários ao campo que realizei foram *transparente*.⁵⁰

Meu *campo ciborgue*⁵¹ foi constituído principalmente por três cenários: as *igrejas inclusivas*, com destaque à *ICMSP* e mais tardiamente ao recém-inaugurado *Ministério Séfora's de Travestis e Transsexuais da Comunidade Cristã Nova Esperança Internacional (CC-NEI)*; um *ministério anônimo de recuperação/conversão de travestis*, que realizou o *AcampaMona* e é associado à missão *Salvação, Amor*

48 “Falo” na tese que a mesma se ampara em autoras como Daniëlle Hervieu-Léger, Judith Butler e Donna Haraway, e que, ainda que não tão citada quanto Butler e Hervieu-Léger no decorrer do trabalho, Haraway é, dentro da *santíssima trindade teórica* desta pesquisa, comparável ao *espírito santo*, inspirando minhas concepções acerca dos fluxos e ciborguismos identitários. O *panteão* de autor@s referenciad@s se complementa com Homi K. Bhabha e seu conceito de *entre-lugares*, Bruno Latour, com sua *teoria ator-rede* (TAR ou ANT) que percorre silenciosamente a tese, imperceptível como uma formiguinha (o acrônimo ANT remete à *forma* em inglês), dentre outr@s.

49 HARAWAY, 2013, p. 99.

50 Importa, claro, lembrar que a própria ideia das identidades transgêneras e ex-transgêneras podem remeter a possíveis ciborguismos, visto as transgeneridades e ex-transgeneridades tratarem-se de deslocamentos e descolamentos subjetivos relacionados a expectativas sociais de gênero. Mas cabe ressaltar que a ideia de identidades ciborgues não se subsumem às pessoas transgêneras (a própria pessoa que escreve esse texto se (in)define como uma pessoa ciborgue de gênero e religião, ao se perceber trans(gênera) não-binária e trans(religiosa), mas também às cisgêneras: quem não têm seus fluxos subjetivos? Quem, de um modo ou de outro, não ultrapassa fronteiras e dissipa, ao menos momentaneamente, alguns binarismos, dualismos e polaridades?

51 O termo *campo ciborgue* pode ser problematizado: ainda que *ciborgue* diga respeito ao questionamento, problematização e dissolução das categorias *off-line* e *online*, trabalho de campo já não pode ser considerado, por si mesmo, como possivelmente realizado em qualquer ambiente?

e *Libertação* (SAL), de Santo André⁵², e o Facebook, com ênfase no grupo *Religiosidade, Espiritualidade e Ateísmo de Pessoas Trans*).⁵³

Procurei acompanhar as pessoas de meu campo tanto no ambiente “*online*” quanto no “*off-line*”,⁵⁴ inclusive realizando entrevistas com elas através dos dois espaços. A esse trabalho denominei *história oral ciborgue*, pois realizado “*on*” e “*off-line*”.⁵⁵ O uso de *ciborgue* serve para marcar o trabalho realizado nas duas esferas), ao mesmo tempo em que, de modo aparentemente paradoxal, questiona, problematiza e procura de certo modo dissolver tais categorias. A intenção do uso do termo é também a de apresentar uma *história oral feita através do ciberespaço*⁵⁶ (*Facebook*, *Skype*, dentre outros)

52 Observei ainda outro ministério anônimo, esse de *conversão de homossexuais*, e que havia investido na conversão de uma travesti (confundida com homossexual), em São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro/Amazonas.

53 Esse grupo foi criado por mim como forma de auxiliar em minhas reflexões acerca das trans(generidades/religiosidades).

Além destes cenários, outros foram importantes, como o centro de São Paulo, em que morei por cerca de um ano, acompanhando moças transexuais e travestis que se prostituíam; eventos de ativismo trans*, terreiros de religião afro-brasileira e igrejas neopentecostais.

54 Aspeio ironicamente tais termos visto a imprecisão cada vez mais latente das fronteiras entre “*on*” e “*off-line*”. Para uma discussão acerca da provisoriedade dos “limites” entre “*on*” e “*off*” relacionados às religiões, veja MARANHÃO F^o, *Religiosidades no e do ciberespaço*, 2013b, capítulo do livro *Religiões e religiosidades no (do) ciberespaço* (MARANHÃO F^o, Org., 2013c), primeira coletânea brasileira que trata de conexões entre religiões/religiosidades e internet.

55 É bom destacar que não se trata de uma *história oral híbrida*: esta se caracteriza pelo uso de diferentes tipos de fontes, como em *As Moedas Errantes: Narrativas de um Clã Germano Judaico Centenário* (NOVINSKY, 2002), quando a autora utilizou “fontes complementares”, como registros de psicoterapias e de sonhos, registros de conversas telefônicas, cartas e documentos familiares, anotações pessoais, fotografias e as moedas de ouro, que eram quase um segredo de família e que foram dispersas, perdidas e recuperadas, tal como a união do clã.

56 Vale lembrar que O NEHO/USP tem feito discussões sobre novos métodos de trabalho com história oral. Pergunta-se: quais os possíveis recursos a serem utilizados, além de um gravador? A memória será ativada através de roteiro de perguntas, estímulos gerais ou outros meios como objetos biográficos ou fotografias? Algumas pessoas têm pensado o uso do formato audiovisual, como demonstram Marta Rovai, Suzana Ribeiro e Marcela Evangelista: “o uso de vídeo no trabalho com histórias orais coloca em debate uma série de novas preocupações sobre as relações que se estabelecem entre entrevistado e entrevistador e os produtos da pesquisa. Uma delas é até que ponto a imagem interfere – positiva ou negativamente – na condução de narrativas e que critérios podem ser pensados para os cortes, construção e análise das mesmas” (EVANGELISTA, RIBEIRO, ROVAI, 2011). Para informações detalhadas sobre história oral, recomendo textos e entre-vista de José Carlos Sebe Bom Meihy (2004, 2005, 2007, 2009, 2010, 2011).

como igualmente válida e legítima, questionando, por que a entrevista feita em tempo real pela *internet* seria menos “física” ou “presencial” que a feita “fora dela”? Por que não nos *empoderarmos* do *ciber* como mais uma técnica possível para a história oral?

Considerações *inconclusivas*:

Através da apresentação de trechos da minha pesquisa, que compreendeu um trabalho de campo em que se destacou uma história oral *ciborgue*, procurei sinalizar que a (re/des)carpintaria identitária muitas vezes ocorre na confluência – *conexão* – entre discurso institucional religioso/genericado e a própria pessoa, num *mix* que envolve *agência da pessoa e agência da agência religiosa*, com distintas formas de (re/des)empoderamentos de identidades. Certamente, muito ainda pode ser dito a respeito de fluxos identitários, (des)envolvendo (ex)trans(genericidades+religiosidades). Ainda que tenha procurado (im)plantar dúvidas e não oferecer certezas @ quem lê este texto, (pres)sinto talvez ter caminhado em alguma direção certa. Instigo nov@s pesquisador@s a (per)seguirem os mesmos ou novos fluxos que permitam um mapeamento mais aprofundado – e, antes de tudo, que nossas pesquisas co-laborem para um combate sábio e pacífico a qualquer forma de intolerância, discriminação e violência social.

Referências Bibliográficas:

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.
- EVANGELISTA, Marcela; ROVAI, Marta; RIBEIRO, Suzana. Audiovisual e história oral: utilização de novas tecnologias em busca de uma história pública. In: *Oralidades*, São Paulo, n. 10, 2011.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz. Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (2ª edição).
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Curitiba, 2014. Dissertação em Sociologia – UFPR.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Santa Catarina, São Paulo: EDUSC, EDUFBA, 2012.
- MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Anotações sobre a “inclusão” de travestis e transexuais a partir do nome social e mudança de prenome. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). Dossiê (In) Visibilidade Trans 1. *História Agora*, São Paulo, v.1, n. 15, p. 29-59, 2013a.
- _____. “Educar corretamente evitando aberrações”: discursos punitivos / discriminatórios sobre homossexualidades e transgeneridades. *Paralellus*, Recife, v. 6, n. 12, p. 187-200, jan./jun. 2015a.
- _____. “É prá baixar o porrete!” Notas iniciais sobre discursos punitivos-discriminatórios acerca das homossexualidades e transgeneridades. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, v. 21, n. 21, p. 47-87, 2015b.
- _____. “Falaram que Deus ia me matar, mas eu não acreditei”: intolerância religiosa e de gênero no relato de uma travesti profissional do sexo e cantora evangélica. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *História Agora*, São Paulo, n. 12, p. 198-216, 2011a.

_____. “Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. *Oralidades*, São Paulo, p. 89-116, 2012a.

_____. “Jesus me ama no dark room e quando faço programa”: narrativas de um reverendo e três irmãos evangélicos acerca da flexibilização do discurso religioso sobre sexualidade na ICM (Igreja da Comunidade Metropolitana). *Polis e Psique*, Edição especial, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 221-253, 2011b.

_____. “Marketing de Guerra Santa”: da oferta e atendimento de demandas religiosas à conquista de fiéis-consumidores. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 10, n. 25, p. 201-232, 2012b.

_____. “Que sejam atendidos bem longe da gente, porque aqui não dá” – intolerâncias em relação a diversidades sexuais e de gênero. In: BRONSZTEIN, Karla Regina Macena Pereira Patriota; MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Orgs.). *Gênero e religião: Diversidades e (in)tolerâncias nas mídias (Vol. 1)*. Coleção 2º Simpósio Nordeste da ABHR. Recife: ABHR, ABHR Nordeste, 2015c.

_____. *(Re)desconectando gênero e religião: peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook*. São Paulo, 2014. Tese em História Social – USP.

_____. (Org.). *Religiões e Religiosidades*. *Oralidades* – USP, São Paulo, v. 10, 2010.

_____. (Org.). *Religiões e religiosidades no (do) ciberespaço*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013b.

_____. *Religiosidades do (no) ciberespaço*. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *Religiões e religiosidades no (do) ciberespaço*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013c.

_____. “Uma igreja dos Direitos Humanos” onde “promíscuo é o indivíduo que faz mais sexo que o invejoso”: notas iniciais sobre a identidade religiosa da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM). *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, v. 21, n. 22, no prelo (2015d).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Brasil fora de si. Experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, comunidades, universidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, *História oral: desafios conceituais*, 2009.

_____. *História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista a Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº*. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque; ROVAI, Marta (orgs.). *Memória Escrita e Memória Oral: Desafios Interpretativos. História Agora*, São Paulo, n. 9, p. 190-195, 2010.

_____. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

NOVINSKY, Sônia. *As moedas errantes: narrativas de um clá germano judaico centenário*. São Paulo, 2002. Tese em História Social – USP.

Entrevistas

MISSIONÁRI@ de conversão, de São Gabriel da Cachoeira A. *Entrevista*. São Gabriel da Cachoeira, 2014. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

MISSIONÁRI@ do AcampaMona B. *Entrevista*. Jacareí, 2014. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

MISSIONÁRI@ do AcampaMona C. *Entrevista*. Jacareí, 2014. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

CHANEL, Jacque. *Entrevista*. São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

SALVADOR, Alexya. *Entrevista*. São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

SOUZA, Josiane Ferreira de. *Entrevista*. São Paulo, 2010. Entrevistas concedidas a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

ATENA D/APOLO D. *Entrevista*. São Gabriel da Cachoeira, 2014. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

TIRÉSIAS C. *Entrevista*. São Paulo, 2011. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

TIRÉSIAS D. *Entrevista*. Jacareí, 2014. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

Gênero e sexualidade: entre os ditos, não-ditos e interditos nas tramas das lembranças

Sirlene Mota Pinheiro da Silva¹

Resumo

Este artigo objetiva analisar as influências da família no desenvolvimento da sexualidade e na construção e constituição do *habitus* de gênero de egressos/as do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) ofertado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Exponho os *procedimentos adotados*, destacando os caminhos e as escolhas realizadas no desenvolvimento da pesquisa. A *História Oral de Vida* e a *História Oral Temática*, conforme sugestões de Meihy e Holanda (2011), foram utilizadas na organização do percurso metodológico. Como aporte teórico, recorro às análises de Pierre Bourdieu (2010) e os conceitos de *habitus*, *dominação masculina e violência simbólica*. Em se tratando da noção de *habitus*, foi possível identificar traços importantes nos modos de agir dos/as colaboradores/as da pesquisa.

Palavras-chave

Gênero; Dominação masculina; Sexualidade; *Habitus*.

1 Professora do Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Educação pela UFMA. Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) durante o desenvolvimento da pesquisa. Contato: sirlene@ufma.br

Abstract

This article is to analyze the family influences on the development of sexuality and the construction and constitution of gender habitus of teachers who took the Course on Gender and Sexuality at School (GDE) provided by the Federal University of Maranhão (UFMA). Expose the procedures adopted, highlighting the ways and choices made in the research. *Oral History of Life* and *Thematic Oral History*, according to suggestions by Meihy and Holanda (2011), were utilized in organizing the methodological rouse. Use as theoretical support mainly the analyzes of Pierre Bourdieu (2010) and the concepts of habitus, male domination and symbolic violence. In the case of the notion of habitus, it was possible to identify important traits in the modes of action of / as employees / the research.

Keywords

Gender; Male domination; Sexuality; Habitus.

No caminhar rumo ao desenvolvimento deste estudo, tento refletir e relacionar o conceito de gênero como possibilidade de realizar uma crítica da *dominação masculina* e da subordinação e opressão femininas. O gênero, conceito que nasce a partir dos debates entre feministas e pesquisadoras das universidades, nos anos de 1960, tem sua primeira caracterização como construção social no que se relaciona ao sexo. As críticas assentam esta significação como incompleta, pois naturaliza o sexo e expõe o gênero como seu equivalente cultural. Deste modo, outras proposições surgem, como a de Joan Scott (2005), que caracteriza o gênero como categoria histórica de análise nas relações de poder. Por conseguinte, de acordo com Bourdieu (2010), *habitus* de gênero são aprendidos, e internalizados, geralmente sob o jugo da dicotomia e assimetria de papéis e da heteronormatividade², de forma complexa e articulada a outras estruturas de dominação.

O conceito de gênero também introduz uma mudança que ainda é objeto de *polêmicas* importantes no campo feminista, conforme aponta Meyer (2010, p. 18): “Trata-se do fato de que o conceito sinaliza não apenas para as mulheres e nem mesmo toma exclusivamente suas condições de vida como objeto de análise”. A autora defende ser necessário considerar as relações de poder entre homens e mulheres e as formas culturais e sociais que os constituem “sujeitos de gênero”. Entendo ainda que tais relações podem ser explicadas a partir dos conceitos analíticos construídos por Bourdieu: *habitus* e *poder simbólico*.

Na construção da pesquisa foi possível proceder uma categorização observando alguns dos enfoques privilegiados: a construção do conceito de gênero, a presença da *dominação masculina* na família e os discursos moralizantes e biologizantes acerca da sexualidade. Tudo isso como um caminho provável de reflexão e de problematização dos ditos, não-ditos e interditos percebidos nas narrativas dos/

2 A **heteronormatividade** visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista. Haveria, conforme ressalta Louro (2003), uma lógica na representação hegemônica do gênero e da sexualidade que definiria uma coerência “natural” e “inerente” entre sexo-gênero-sexualidade; isto é, cada sexo só poderia interessar-se pelo sexo oposto (sexualidade heterossexual) e este interesse seria ratificado pela possibilidade procriativa.

as colaboradoras/as da pesquisa³. Vale ainda ressaltar que este artigo é fruto da pesquisa do doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

Procedimentos adotados: vários caminhos, algumas escolhas

Ao reconhecer, conforme defendem os/as historiadores/as do Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP), *que as incertezas garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos convencionais úteis à História, e após momentos de reflexão, dentre os gêneros da história oral (história oral de vida, história oral temática e tradição oral)*⁴, compreendi que poderia trabalhar, de forma combinada, com os dois primeiros. Esta percepção e a consequente escolha se deram inicialmente por constatar que em meu processo de investigação as entrevistas configuram-se como o epicentro da pesquisa, além de serem a força maior de minhas preocupações. Outro motivo refere-se ao fato de a história oral de vida adotar o discurso do sujeito como centro de interesse, possibilitando, através de relatos particulares, que outras dimensões mais amplas possam ser articuladas para o entendimento de fenômenos sociais.

Entendo que a história oral de vida nos permite a compreensão da trajetória familiar, tanto em sua complexidade e especificidade, quanto em relação à valorização de sua experiência de vida. Há, ainda, nesta pesquisa, uma “hipótese central” a ser “testada durante as entrevistas”, uma das características da história oral temática. Por

³ Utilizo o termo **colaborador/a** por reconhecer, como Meihy (2005) e Meihy e Holanda (2011) que as pessoas entrevistadas não são meros informantes, elas são colaboradoras na pesquisa.

⁴ A **história oral de vida** consiste na narrativa da experiência de vida de uma pessoa cuja trajetória é significativa para a compreensão de eventos, períodos e de práticas culturais e históricas. Sua história é registrada e analisada num esforço para deslindar interações entre percursos individuais e processos coletivos. Com isso, ela também nos traz a possibilidade de construir a história coletiva. A **história oral temática** almeja o esclarecimento de um tema ou temas específico/s, definido como foco central da pesquisa. Enquanto que a **tradição oral** consiste num estudo muito próximo da etnografia, que busca detalhar o cotidiano de um grupo, os seus mitos, rituais e visão de mundo, dando ênfase à história e as práticas sociais de comunidades específicas, bem como a sua cadeia de transmissão (MEIHY e HOLANDA, 2011).

fim, esta escolha foi também devido ao fato de os/as professores/as colaboradoras/as narrarem suas vidas e suas experiências a partir de um assunto específico e previamente estabelecido: a construção e a vivência das relações de *gênero e sexualidade* em suas trajetórias de vida. De acordo com Meihy e Holanda (2011, p. 40) na história oral temática pretende-se, mesmo considerando que seja narrativa de um fato, que ela “busque a variante considerada legítima de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma variante que seja discutível ou contestatória”. A hipótese central deste estudo refere-se ao fato de sabermos que, embora haja cursos de formação docente continuada que tratem das questões da sexualidade e de gênero, como o Curso GDE, por exemplo, a mudança de comportamentos e atitudes dos professores e professoras não depende apenas do aprendizado de conteúdos ou da aquisição de informações sobre tais questões; depende também da história do sujeito e da sua condição no exercício do trabalho educativo.

A forma como nos comportamos, pensamos e nos expressamos, desdobra-se, conforme defende Bourdieu (2010) a partir de um *habitus* adquirido e relacionado às estratégias derivadas da crença no poder dos bens simbólicos, construídos e constituídos desde a infância, sobretudo no campo familiar. Pode-se dizer que as representações e práticas desenvolvidas na escola acerca das questões da sexualidade derivam de uma espécie de disputa entre a visão de mundo e o *habitus* construído e os novos aprendizados decorrentes do Curso GDE.

A escolha dos/as colaboradores/as da pesquisa

Ao explicitar o “como fazer” no desenvolvimento do projeto de história oral, Meihy e Holanda (2011) sugerem que devem ser definidas a *comunidade de destino*, a *colônia* e a *rede*. A primeira trata-se da instância que determina o comportamento dos agentes que registrarão suas memórias, ou seja, que concederão entrevistas durante a pesquisa; *colônia* pode ser definida pela parcela de pessoas de uma mesma *comunidade de destino*, constituindo-se na primeira divisão do grupo. Como esta divisão é muito ampla, é realizada a subdivisão, denominada *rede*.

O Curso GDE, ofertado pela UFMA, constitui a *comunidade de destino*; os/as alunos/as que concluíram o curso em 2009 ou 2010 formam a *colônia*. E a *rede* foi integrada por cursistas que elaboraram projetos didáticos ao final do curso sobre as temáticas de gênero e/ou sexualidade. A divisão e subdivisão da *colônia* ocorreram através dos seguintes procedimentos: inicialmente efetuou-se um levantamento entre os/as egressos/as do curso ofertado pela UFMA e, em seguida, realizou-se leitura do Relatório final e análise dos memoriais e dos projetos de intervenção apresentados ao final do curso como forma de pré-selecionar aqueles/as que demonstravam maior interesse pelas temáticas de sexualidade e/ou gênero. Na figura a seguir, são demonstradas a divisão e subdivisão do grupo:

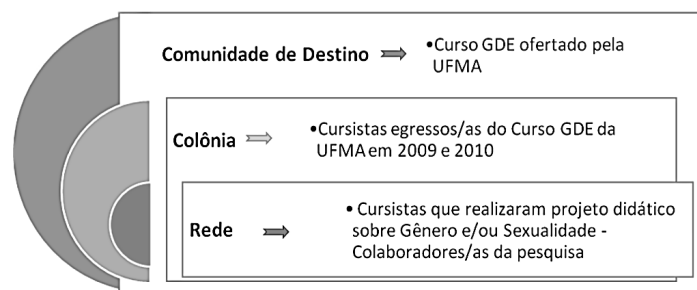


Figura: Divisão e subdivisão do grupo entrevistado

Fonte: Organizado pela autora

Após a pré-seleção, foram coletadas informações dos cursistas egressos em suas fichas de matrícula, como: nomes, endereços, telefones e e-mails. Em continuidade, foram feitos o contato e o convite para participarem deste estudo, concedendo entrevistas. Depois de várias tentativas, algumas exitosas, outras não, foram entrevistados/as sete professores/as egressos/as do Curso GDE. No intuito de preservar suas identidades, foram escolhidos pseudônimos, conforme sugerido por uma delas ou escolhidos por mim, sendo estes nomes recorrentes na região. No entanto, um dos colaboradores solicitou, em mensagem enviada por *e-mail*, que fosse utilizado seu próprio nome. Cumpre ressaltar que antes do agendamento e realização das entrevistas, a súmula do projeto juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que seria assinado pelos/as colabo-

radores, foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

Didaticamente, conforme orientações de Meihy (2005) e Meihy e Holanda (2011), o processo, desde os primeiros contatos com os sujeitos até a análise das narrativas, pode ser dividido em pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. A primeira corresponde a uma preparação na qual são feitos os primeiros contatos e aproximações com o/a colaborador/a e com o seu contexto, além de ser o momento em que se deve explicar o projeto de pesquisa, estabelecendo o processo de colaboração. A entrevista enquanto ponto central do estudo foi a oportunidade dos/as colaboradores/as expressarem-se, retomando situações pessoais como sentimentos, sonhos e desejos. A etapa denominada de pós-entrevista refere-se ao trabalho do/a pesquisador/a na organização e tratamento das informações, o que compreende, de acordo com Meihy (2005) e Meihy e Holanda (2011), três procedimentos: transcrição, textualização e transcrição⁵.

Em face da complexidade do estudo, o qual demanda um exame em profundidade para desvelar as múltiplas determinações e apreender sua essência, adotou-se a Análise de Conteúdo (AC) como forma de interpretar as narrativas dos/as colaboradores/as. A AC consiste em uma técnica de análise de dados popularizada por Laurence Bardin (2011). Configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

5 **Transcrição** é a passagem rigorosa da entrevista (após a escuta minuciosa de todo o conteúdo por algumas vezes) do áudio para o papel, com todos os seus lapsos, erros, repetições e incompreensões, incluindo as perguntas do entrevistador/a. **Textualização** é a etapa na qual as perguntas são suprimidas e agregadas às respostas, passando a ser todo o texto de domínio exclusivo do/a colaborador/a, assumindo, como personagem único, a primeira pessoa. Durante esta etapa, a narrativa recebe uma pequena reorganização para se tornar mais clara. Nesse momento também ocorre a escolha do *tom vital* da entrevista, ou seja, a frase que dá essência, que sintetiza a entrevista. **Transcrição** é a fase na qual se atua no depoimento de maneira mais ampla, invertendo-se a ordem de parágrafos, retirando ou acrescentando-se palavras e frases e, enfim, realizando-se o "teatro de linguagem". Para teatralizar, a própria língua dispõe de instrumentos, como a pontuação, particularmente as reticências e a interjeição – que se prestam como mostras de onde o/a leitor/a deve respirar, quais as paradas estratégicas e quais as sinuosidades propostas. Recria-se, então, a atmosfera da entrevista, procurando-se trazer ao leitor/a o mundo de sensações provocadas pelo contato, o que não ocorreria reproduzindo-se palavra por palavra (MEIHY; HOLANDA, 2011).

Em seguida, apresento os/as colaboradores/as e seus nomes ou pseudônimos, seguidos de algumas percepções que tive e do *tom vital* selecionado de suas narrativas:

a. Professor Jónata - Revela o início de um conflito vivido e a inculcação religiosa vivenciada desde a infância. De maneira quase mística, fez questão de visibilizar essa mudança. Sobre este ponto, foi possível eleger o tom vital de sua narrativa: “quando iniciei o Curso GDE, o conflito apareceu. Até o curso não vivia um conflito, porque as questões religiosas eram superiores a outras questões”⁶.

b. Professor Elias - Antes de sua entrevista, já havíamos conversado brevemente em outros espaços sobre a pesquisa. Nos poucos momentos de diálogo, percebi que ele é uma pessoa muito extrovertida, falante e prestativa. Ao relacionar sexualidade e homossexualidade com a religião, Elias estendeu-se e foi possível sintetizar o tom vital de sua narrativa na seguinte frase: “É pecado, mas eu não sou Deus para condenar... hoje eu digo: a vida é tua! Tá feliz? Amém!”⁷.

c. Professora Fátima - Mulher de 50 anos, possuidora de experiência em diversas áreas do conhecimento, casada, tem uma filha e um filho adolescentes e se reconhece feminista e demonstra muita serenidade em tudo que faz. A escolha de seu pseudônimo (Fátima) foi feita por ela mesma. Foi possível perceber os diferentes pontos de vista da entrevistada, seus sentimentos, suas condições objetivas, o conhecimento e as suas representações das questões de gênero e sexualidade. Identifiquei o tom vital de sua narrativa sintetizado na seguinte frase: “[...] as meninas são mais resolvidas, elas são mais ‘linguарadas’, elas falam o que pensam, os meninos não. Prin-

6 Trecho extraído da entrevista concedida por Jónata em junho de 2012.

7 Trecho extraído da entrevista concedida por Elias em julho de 2012.

cipalmente os meninos denominados gays...”⁸.

d. Professora Jéssica - Muito estudiosa, gostava de manter-se informada. Era notória sua autoconfiança, comprometimento e dedicação. Para ela, a escola não deve só ensinar, cabe a ela prevenir e cuidar e, dentre esses cuidados, a saúde é um deles. Tendo em vista esta percepção, pude eleger o tom vital da sua entrevista: “O que cabe à escola mesmo é orientar sobre a segurança, a prevenção, a saúde, o cuidado... Não a reorientação e a decisão da pessoa”⁹.

e. Professor João - No período em que ingressou no GDE, João era tutor presencial do curso Técnico em Serviço Público do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) que acontecia naquele Polo e era bolsista do Programa PET, atuando como professor-tutor de reforço escolar, quando ainda cursava Pedagogia. Ao reler seu Memorial e o Projeto de Intervenção, bem como o texto da narrativa, foi possível traduzir o tom vital da entrevista na seguinte frase: “Em meu pensamento cada pessoa tem a livre escolha de ser o que quer ser na parte da sexualidade”¹⁰.

f. Professora Vera - Ao chegar na residência de Vera, notei que mostrava-se um tanto apreensiva, com receio do que iria ser perguntado e medo de não demonstrar embasamento suficiente, mas logo compreendeu sua importância para o desenvolvimento do estudo e dispôs-se a colaborar. Em sua vida, desde muito cedo começou a desenvolver atividades intelectuais e ainda na adolescência já atuava como professora. Como esta afirmação foi repetida algumas vezes em sua narrativa, foi possível identificar o tom vital sintetizado na seguinte

8 Trecho extraído da entrevista concedida por Fátima em outubro de 2012.

9 Trecho extraído da entrevista concedida por Jéssica em novembro de 2012.

10 Trecho extraído da entrevista concedida por João em janeiro de 2013.

frase: “como diz a história é você jogar o jogo dos alunos... é ensinar e aprender junto com eles e é claro você corrigindo o linguajar deles. Com isso, eu não tenho dificuldade de trabalhar a sexualidade”¹¹.

g. Professora Telma - Mostrou-se muito feliz em poder colaborar na pesquisa, dizendo que faria o possível para contribuir no que estivesse ao seu alcance. Todavia, em certos momentos, demonstrou receio, silenciando ou desviando-se do tema. O tom vital de sua narrativa, sintetizado na expressão “aquele menino mais ‘delicadinho’ os outros não querem no time... As meninas parecem que são ditas ‘normais’... mesmo as que são lésbicas, ‘camuflam’ muito bem...”¹², foi escolhido após leitura e releitura de sua narrativa, no momento da textualização, bem como após nova análise do seu projeto didático.

Nas análises das entrevistas, realizo uma tentativa de tornar evidente os elementos presentes tanto no que foi dito, como nos não-ditos, bem como os incidentes críticos em cada narrativa e/ou trajetória individual. No início de cada entrevista, solicitei o relato de aspectos do convívio familiar e escolar durante a infância. A maioria comentou que o tratamento era diferenciado de acordo com o sexo biológico, tanto na família quanto na escola. Também foi possível perceber aspectos da *dominação masculina* nas ações cotidianas, conforme analisadas a seguir.

Dominação masculina e relações sociais de gênero:

Para compreender os aspectos relacionados à *dominação masculina* e às *relações sociais de gênero*, cumpre ressaltar que os gêneros, noções de masculinidade e feminilidade, não formam uma relação de complementaridade, mas de oposição e hierarquia, portanto, as relações de gênero são relações de poder ligadas às estruturas da sexualidade e reprodução biológica. Conformam corpos e mentes a modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade, de forma

11 Trecho extraído da entrevista concedida por Vera em janeiro de 2013.

12 Trecho extraído da entrevista concedida por Telma em fevereiro de 2013.

complexa e articulada a outras estruturas de dominação. Segundo Bourdieu (2010) a dominação está na base da *violência simbólica* e sua eficácia estaria no fato dos dominados se integrarem do processo de dominação, muitas vezes sem ter consciência de sua própria dominação.

Jónata, por exemplo, destaca que em sua família “seu pai era dominador” e sua mãe aceitava essa “dominação”. Quando os filhos e filhas falavam alguma coisa “errada”, ele repreendia oralmente, o que era suficiente para as crianças o atenderem. O mesmo não ocorria em relação à sua mãe, visto que os filhos e as filhas não a atendiam, ainda que fossem colocados de castigo, ou mesmo se levassem uma “surra”. Tais atitudes denotam relação de poder e a dominação do patriarca da família.

Tal como outras mulheres, a mãe de Jónata demonstrava aceitar “a dominação” de seu marido e suas consequências. Nesses casos as mulheres ainda contribuem para a reprodução da dominação ao aceitarem as regras de um poder masculino que passa a reger as suas vidas. Pensar em relações de gênero ajuda-nos a desvendar os mecanismos sociais e de poder que constroem as diferenças, as desigualdades, a dominação, dentre outras manifestações da *violência simbólica*.

Ao mencionar situações do convívio familiar, Elias lembra-se de sua mãe protegendo mais as mulheres do que os homens:

Para nós, homens, ela dizia: “te vira!” Com as mulheres era aquele cuidado. Até nos serviços da casa, éramos nós homens quem fazíamos. Eu tinha que lavar o banheiro, varrer a casa... varrer a escola de minha mãe, que era dentro de nossa casa, lavar o banheiro da escola... enquanto que **as meninas só cozinham e mais nada**. Elas só faziam o almoço! (grifos meus)¹³.

A percepção de Elias refere-se ao ponto de vista dos homens, enfatizando que sua mãe e a própria sociedade espera que eles saibam “se virar”, ou seja, ter autonomia, saber tomar decisões, ser forte... Refere-se às mulheres como aquelas com quem se deve “ter cuidado”, pois são entendidas como delicadas, frágeis, dóceis...

O não reconhecimento social das atividades domésticas pôde ser percebido no relato de Jéssica, quando comenta sobre as atividades

13 Trecho extraído da entrevista concedida por Elias em julho de 2012.

exercidas por sua mãe. Ela enfatiza: “minha mãe também costumava por encomenda, ela trabalhava mesmo!”. Com esta ênfase, é possível inferir que os afazeres domésticos não são percebidos por ela como um trabalho, talvez por não ser remunerado, enquanto o mesmo não acontece em relação às costuras por encomenda, pois esta atividade lhe rendia alguns trocados.

Quanto aos comportamentos de meninas e meninos na família, Fátima e Telma ressaltam que era bem diferenciado:

Em minha família, diziam: ‘Isso é para menino! Isso é para menina! Menino usa roupa azul! Menina usa roupa rosa!’. Os meninos colocavam o lixo pra fora, as meninas enchiam as garrafas, as meninas lavavam as calcinhas, enquanto os meninos não lavavam suas cuecas [...]. Os meninos eram mais soltos, mais livres. Assim, o tratamento dado às meninas e aos meninos era muito bem demarcado, bem diferenciado mesmo¹⁴.

[...] eles não lavavam o tênis, não lavavam a lousa... eram as meninas que lavavam... eu não aceitava aquilo e sempre questionava... tudo era eu e minha irmã quem fazia. Eu falava que eles tinham regalias¹⁵.

Fátima acredita que a diferenciação e demarcação aconteciam pelo fato da mãe ter convivido numa família em que o avô era muito autoritário. Então, devido à criação que teve, sua mãe reproduzia tais atitudes. Lembra também, o caso de uma de suas irmãs que adorava jogar bola e diz que sua mãe brigava muito com ela. Mesmo assim, essa irmã se recusava a brincar de boneca. Tanto que acabava quebrando e jogando fora as bonecas compradas para ela. Do trecho relatado por Telma, é possível perceber a demarcação e a diferenciação no tratamento de meninas e meninos, homens e mulheres. Ela não concorda com as mesmas e assevera que os homens têm *regalias*.

Fátima também conta que na escola a demarcação acontecia nas brincadeiras no recreio e nas aulas de educação física, pois havia jogos para os meninos e jogos para as meninas. Afirma que sempre ouvia frases como: “isso é típico do homem, o homem tem essa capacidade, tem a inteligência maior do que a mulher”. Vera lembra que nas aulas de Educação Física os professores costumavam separar

14 Trecho extraído da entrevista concedida por Fátima em outubro de 2012.

15 Trecho extraído da entrevista concedida por Telma em janeiro de 2013.

os meninos das meninas e comenta: “eles diziam que esporte tal, era mais pesado... Eu tinha vontade de jogar futebol, por exemplo, mas não podia...”¹⁶. É possível perceber que Vera não aceita esta “norma” imposta pela escola e pela sociedade. Sabe-se que com essa forma de ensinar os/as professores/as acabam por reforçar a ideia de que os meninos são mais fortes, velozes, e as meninas/mulheres são o “sexo frágil”, confirmando a assimetria de gênero, com a ideia de que os homens são superiores às mulheres.

Em todos os relatos descritos acima é possível perceber que homens e mulheres estão incluídos no próprio objeto que se esforçam para apreender, e incorporam, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina. Segundo Bourdieu (2010, p. 82), “a dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser percebido (*percipi*) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica”. É certo que homens e mulheres são diferentes na estrutura corporal, no modo de agir, pensar, porém um não é melhor que o outro.

Vale aqui retomar as críticas de Scott (1995) quando esclarece que os usos descritivos do gênero demonstram uma visão funcionalista, focalizando a diferenciação de papéis de acordo com o sexo. No entanto, essas distinções limitam e dicotomizam sexo e gênero. Tanto a atitude da irmã de Fátima quanto o fato de Telma não concordar e não aceitar o tratamento diferenciado entre meninos e meninas nos permite compreender a forma como as crianças sabem e deixam evidente que nem sempre a vigilância e o controle por parte dos adultos vão impedi-las de burlar tais imposições e realizar os seus desejos pessoais. Assim, constroem e reconstróem seus *habitus*.

Enquanto elemento constitutivo do *habitus*, a família implementa-se como categoria social objetiva (estrutura estruturada) e subjetiva (estrutura estruturante). Na primeira, os agentes familiares são “passivos” diante de algo que se encontra fora das suas dimensões individuais. A segunda é impregnada do individual para o social, isto é, os membros familiares tornam-se ativos, mediante as determinações estruturais. O *habitus* é o elemento unificador dos

16 Trecho extraído da entrevista concedida por Vera em janeiro de 2012.

múltiplos tipos de estratégias – familiares, biológicas, culturais, dentre outras.

Para Bourdieu (2010) a família seria a protagonista da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres seriam confinadas aos afazeres domésticos, à maternidade e aos “cuidados”, a um trabalho de “reprodução”, ou realizaria atividades compreendidas pela sociedade como “femininas”. No entanto, alguns/mas agentes, conseguem romper e não aceitam a separação e a diferenciação em relação às atividades e tarefas consideradas do universo masculino ou feminino; quebram fronteiras ao lidar com modos de viver as relações de gênero nos espaços por elas vivenciados, de acordo com o momento e o tipo de relação estabelecida.

A Religião e os *habitus* incorporados no desenvolvimento das sexualidades:

Bourdieu (2007) argumenta que os leigos também são produtores de práticas e discursos religiosos que, por vezes, são apropriados e transfigurados pela religião estabelecida sendo trazidos de volta para os leigos de forma já não mais reconhecível, ao menos aprioristicamente. Tendo em vista esse entendimento, procuro analisar aspectos da dimensão religiosa presentes nas narrativas dos/a colaboradores/as. Destaco a vivência do catolicismo e seus “*dogmas religiosos*” vivenciados na família de Jónata, a constituição de normas e *regras moralizantes* relatadas por Elias, o posicionamento de Jéssica acerca da *Igreja e sua influência* na constituição de uma “vida tranquila” e a prevalência de *ideias defendidas pelo pastor* da igreja em certas afirmações de João.

Jónata ressalta que dentre as marcas advindas de sua mãe, uma mulher forte e extremamente religiosa, “talvez tenha sido dela que herdou o receio pelos dogmas religiosos e o conflito constantemente vivido, especialmente devido a sua orientação sexual”. Ele sempre ouvia em sua casa e na igreja que não era certo ter esses desejos por pessoas do mesmo sexo, porque: “Deus fez o homem e a mulher para viverem juntos”. As palavras de Jónata confirmam:

Eu me via em **conflito** para aceitar o conhecimento teórico, porque existia algo mais forte em mim: o processo da **inculca-**

ção religiosa que me impossibilitava aceitar o que estava estudando sobre a sexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a transsexualidade [...]. Quanto mais eu estudava, mas eu percebia que o conhecimento religioso era falho, que não mais cabia eu aceitá-lo como o único conhecimento, pronto e acabado. Eu passei a ver que esse conhecimento era uma imposição de certas pessoas que queriam ver o mundo do jeito que elas queriam (grifos meus)¹⁷.

O caso de Elias é bem diferente do de Jónata, pois arrisca demonstrar seu “poder de macho”, evidenciando, a todo momento, a diferença percebida entre ser homem, ser mulher, ser de família. E nessa tentativa, deixa transparecer alguns preceitos religiosos. Lembra quando tinha seus doze anos e sua turma se juntava para ir ao cabaré da cidade e sobre o episódio sentia-se orgulhoso:

“Vamos num cabaré!?” Começou assim. Juntava um bando de “menino do buchão”¹⁸ e íamos sozinhos, para o cabaré. Eu lembro que era horrível [risos]. Primeiro, para **agarrar uma mulher** paguei o equivalente a um salário mínimo de hoje. E eu não sabia nada... Paguei e fui comentar com meus colegas que eu não sabia de nada e que fiquei assim ... [calou-se]. Aí a mulher, **a prostituta**, ficou sabendo, foi bater na gente e botou todo mundo para correr naquele dia. **Hoje ela é mãe da família, evangélica**, eu a vejo na rua e acho que não se lembra de mim [risos]. Eram tantos clientes ... e eu era só mais um “menino do buchão”. (grifos meus)¹⁹.

Elias enfatiza a submissão e sujeição da mulher ao homem ao ressaltar que “para agarrar uma mulher, paguei o equivalente a um salário mínimo de hoje”. Diz que pagou e foi comentar com os colegas. Atitude que pode ser considerada natural quando se trata de um adolescente. No entanto, fez questão de reforçar, em sua narrativa, que a mulher foi prostituta, entendida por ele como uma mulher impura. Sua afirmativa traduz o que acredita ser a diferença entre “sagrado” e “profano”²⁰ e é provável que Elias perceba uma

17 Trecho extraído da entrevista concedida por Jónata em junho de 2012.

18 Considerando que a palavra bucho se refere principalmente ao estômago de alguns animais, o termo “menino do buchão” é utilizado, pelo dito popular, para referir-se ao menino pobre, que possui um abdômen avantajado.

19 Trecho extraído da entrevista concedida por Elias em julho de 2012.

20 De acordo com Durkheim (1989), não existe na história do pensamento humano outro exemplo de duas categorias de coisas tão profundamente diferenciadas, tão radicalmente opostas uma à outra. Nem sequer a oposição tradicional entre o bem e o mal se lhe aproximam: pois o bem e o mal são duas espécies contrárias de um mesmo gênero, isto é a moral, assim como a saúde e a doença são apenas dois aspectos diferentes de uma mesma

“mulher de família” como aquela que se dedica à religião, ao marido e aos filhos/as. Em relação à homossexualidade, Elias também comenta que depois do curso GDE tenta trabalhar de forma que os alunos e alunas compreendam:

[...] que nem todo mundo é igual a você e depois eu não aceito o desrespeito porque a pessoa é gay ou bi. Antes eu só ria. Hoje eu não sou contra e nem a favor. Eu só quero que não agridam, que deixem as pessoas viverem como elas querem. **Entendo que isso é pecado, mas eu não sou Deus para condenar...** hoje eu digo: “a vida é tua, tá feliz? Amém”. Nós temos o livre arbítrio, eu não posso forçar ninguém a fazer nada, agora preciso entender que não posso te agredir porque é uma pessoa **homossexual**” (grifos meus)²¹.

Tanto nas atividades realizadas durante o GDE, no ano de 2009, quanto em sua narrativa na entrevista concedida em junho de 2012, Elias mostra um discurso religioso voltado ao cristianismo. Alguns aspectos mencionados possibilitam-nos reconhecer ações e regras, muitas delas moralizantes e que foram impostas, principalmente, pelo campo religioso. Os aspectos moralizantes da narrativa de Elias também foram igualmente percebidos no relato da professora Jéssica quando destaca que viveu

[...] uma **infância muito inocente mesmo! Creio que só vim despertar para essas questões na adolescência. A minha infância foi bem mais tranquila.** Não tinha nenhum assunto que possa dizer, para conversar com outra pessoa, que não fosse em minha família. Principalmente na infância, na escola... eu não tinha interesse por esses assuntos que hoje a gente considera “tabu”. Era tudo muito **tranquilo!** Em razão de ser evangélica também... na própria igreja fazíamos e fazemos parte da escola do grupo dominical. A igreja teve mais essa preocupação... Temos professores de grupos: crianças, adolescentes... e nesses grupos há muita literatura, pesquisas, leitura... são estudados e se procura sempre seguir os princípios bíblicos... Então para mim, tive uma infância muito **tranquila.** Nasci no evangelho e continuo até hoje (grifos meus)²².

Jéssica salienta e defende a importância da “inocência infantil” e da “pureza da criança”. Reitera que viveu sua infância “brincando

ordem de fatos. O sagrado e o profano sempre foram concebidos pelo espírito humano separadamente, como se fosse dois mundos entre os quais nada existisse em comum.

21 Trecho extraído da entrevista concedida por Elias em julho de 2012.

22 Trecho extraído da entrevista concedida por Jéssica em novembro de 2012.

de boneca, fazendo casinha e panelinha de barro, mesmo!”. Resalta que era tão “inocente que quando os adultos conversavam, nós crianças não fazíamos questão de estar juntos”. Diz que só veio a despertar para questões da sexualidade na adolescência, período no qual sua vida deixou de ser tão “tranquila”. O que se percebe é que Jéssica compreende sexualidade apenas como relação sexual, sendo este um ato “impuro”, o que aumenta e cerca o assunto com tabus, preconceitos e impede uma conversa franca e desprovida de entraves entre pais e filhos, entre crianças e adolescentes e as pessoas adultas. Além disso, ao demonstrar uma opinião pessoal, com certos silenciamentos, reforça a ideia de que apenas algumas pessoas são autorizadas a falar da sexualidade, demonstrando ser esta uma abordagem que deve ser permeada por um discurso normatizante, entendido por ela, como “princípios bíblicos”. A referência à necessidade de diálogo com ênfase nas atitudes morais, bem como acerca das práticas religiosas e da sexualidade, foi uma constante nas narrativas de Jéssica e em algumas passagens também da entrevista de Elias.

Sobre a homossexualidade, João afirma ser esta uma questão de “escolha”, mas em seguida balbucia ao refletir:

[...] eu fico na dúvida: às vezes, acho que nasce...no meu ponto de vista a pessoa já nasce. A pessoa já nasce... Eu acho que ela se conhece... elas se conhecem...isso porque ela nasce... tem criança que a gente percebe e fala do modo de se portar... de conversar, até de se vestir, a gente percebe criança que já nasce com aquele estilo...Então, ela escolheu nascer assim...não escolheu! Ela escolheu falar daquela forma? Também não escolheu! No meu ponto de vista, já nasce assim... Tem um teólogo amigo meu, um teólogo, conhecedor da bíblia... Eu tenho um amigo que é pastor também, ele era padre e virou pastor, tenho amigo espírita, amigo homossexual, amiga lésbica, eu tenho...e quando conversamos, eu falo para eles o meu ponto de vista, eu penso que a pessoa já nasce. A pessoa já nasce... E esse meu amigo teólogo falou: “Rapaz, eu também acho que sim que nasce!” Agora o pastor se colocou: “**não nasce, escolhe depois!**” (grifos meus)²³.

Evidenciam-se no caso a inconstância e a dúvida sobre a questão. Ao considerar a influência e o posicionamento da religião em sua trajetória vivida, percebe-se que o termo “escolha” tem prevalecido

23 Trecho extraído da entrevista concedida por João em janeiro de 2013.

em sua representação acerca das sexualidades e mais especificamente da homossexualidade, haja vista tê-lo repetido diversas vezes, inclusive em seu projeto didático apresentado ao final do curso GDE.

Nos relatos, questões das sexualidades, atreladas a aspectos da religiosidade, estão fortemente entrelaçadas e fortemente subjetivadas nos discursos de Elias, João e Jéssica. Mas, Jónata demonstra ter rompido com valores construídos em seu processo de socialização primária pela família e pela Igreja. Com isto, reitero que há de se considerar o *habitus* como um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da separação de uma vivência nas instituições sociais, mas um sistema em construção, em permanente mudança, portanto, que pode ser acomodado de acordo com os estímulos do mundo social. Um *habitus*, de acordo com Setton (2002), é também uma trajetória, uma ponte entre o passado e o presente; uma história em desenvolvimento; uma expressão de certa identidade social em construção.

Considerações finais

Nas narrativas dos/as colaboradores/as observou-se que o gênero e a sexualidade são apresentados tão somente como divisões de papéis e comportamentos masculinos e femininos, como sexos anatômicos e práticas sexuais. Este quadro me leva a refletir que o conceito biologizante, correntemente estabelecido para os gêneros e as sexualidades, em última consequência, implicará em violência contra os sujeitos que não se adaptam ao ideal heterossexual proporcionado pelo próprio conceito.

Entendo essas questões como resultado de caminhos complexos em que dialogam as configurações biológicas, os desejos íntimos e os desdobramentos sociais, culturais, geográficos e históricos. Desta maneira, existem tantas sexualidades quanto existem sujeitos no mundo. Mesmo que seja admitida a existência de muitas formas de viver os gêneros e as sexualidades, o que se percebe é que as instituições sociais, dentre elas a familiar e escolar, acabam por nortear suas ações por um único padrão, um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade. De acordo com Louro

(2001) afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico e alvo de gozações, conforme constatados nas entrevistas realizadas.

As professoras Fátima, Jéssica, Vera e Telma e os professores Jónata, Elias e João, por meio de *labirintos*, revolvem o chão do que fora instituído, alguns abrem brechas no caminho do (des)conhecido, vivem suas sexualidades e desenvolvem suas práticas escolares buscando alternativas para romperem as barreiras do preconceito e da discriminação; outros/as vivem e convivem defendendo o *respeito* como a principal arma contra as armadilhas da sociedade heteronormativa.

Pude reconhecer que o *habitus*, como um conjunto de esquemas que norteia comportamentos e formas de percepção e apreciação dos mesmos, predeterminados e anteriores ao sujeito. Por serem adquiridos desde a socialização primária, tanto nas escolhas habituais, quanto nas atitudes e reações frente a situações singulares, oscila entre a reprodução e a mudança, podendo ser observadas, de forma simultânea ou alternada, a permanência e a ruptura. Em se tratando da noção de *habitus* e ao relacionar seu conceito pelo do gênero e da sexualidade, foi possível identificar traços importantes na construção dos modos de agir dos/as colaboradores/as. Longe de ser algo estável ou um leque de papéis sociais a cumprir, o *habitus* é incessantemente construído e reconstruído a partir das experiências concretas e diversificadas dos agentes, entre si e com os demais.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

_____. *A dominação masculina*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DURKHEIM, Emile. *As Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto, Portugal: Porto Editora, 2001.

_____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2011.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 9-27.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & realidade*, Porto Alegre, n. 20, v.2. pp. 71-100, jul./dez. 1995.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In: *Revista brasileira de educação*, n. 20, maio/ago. 2002.

{Provocações

Carolina no masculino

*Anna Paula Soares Lemos*¹

*José Carlos Sebe Bom Meihy*²

Resumo

A proposta deste trabalho é estabelecer argumentos para uma crítica do processo de “mitologização” da figura de Carolina vista, sem contradição, como exemplo de mulher dedicada, boa mãe, lutadora exemplar, pobre que apesar das desgraças acabou por vencer pela literatura, e que, em decorrência dessa soma oportuna foi transformada em vítima exemplar. Leituras dos seus escritos, inclusive dos textos ainda não publicados, bem como das avaliações de sua produção, no entanto, permitem entrever alguns desvios da toada rotineira e reclamam delicada atenção. Críticos das inclinações iconoclastas gratuitas e sem fundamentos cabe-nos aqui propor as sombras para a figura que ilumina Carolina como caso a ser imitado. Sob esta perspectiva, buscando um perfil mais humano da autora, um dos alvos pretendidos remete aos lances de gênero biológico, presentes nos exames feitos sobre produção analítica derivada dos seus escritos. A questão feminina em suas decorrências, pois, seria uma das condições essenciais para a ênfase dada a ela como personagem pública recriada ao longo de mais de cinquenta anos na sociedade brasileira.

Palavras-chave

Carolina Maria de Jesus; Lixo; Diário; Poder; Gênero.

1 Doutora em Literatura Comparada pelo Depto. De Ciência da Literatura, Faculdade de Letras – UFRJ Professora Adjunta 1 do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – Interhumanitas/PPGHCA – UNIGRANRIO. E-mail: annapaulalemos@gmail.com.

2 Possui graduação em História pela Universidade de Taubaté (1969) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1975). É professor titular aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Coordenador do NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral da USP) e Professor Adjunto 1 do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – Interhumanitas/PPGHCA – UNIGRANRIO. Email: jcarlosbm@hotmail.com.

*Carolina in a masculinity way***Abstract**

The aim idea of this study is to establish arguments for a critic against the *mythologizing's* process of Carolina seen without contradiction, as an example of woman, dedicated, good mother, exemplary fighter, poor that despite the woes went on to win the literature, and as a result of this timely sum was turned into exemplary victim. After read her writings, including the texts not yet published, and the assessments of its production, however, allow us to see some departures from the routine tune and complain delicate attention. Critics of free iconoclastic inclinations, without arguments, it must propose shadows to figure that illuminates Carolina as someone to imitate. From this perspective, seeking a more human profiling, one of the intended targets refers to biological gender bids, present in the tests done on analytical production derived from her writings. The woman question in its consequences, because it would be an essential condition for the emphasis given to her as a public character recreated over more than fifty years in Brazilian society.

Keywords

Carolina Maria de Jesus; Trash; Diary; Empowerment; Gender.

Tem sido comum a leitura de ângulos que projetam Carolina Maria de Jesus como uma espécie de precursora de múltiplas causas, repontadas nos dias de hoje. Entre tantas possibilidades do pioneirismo da celebrada mineira, o papel da mulher sugere uma vanguarda, espécie de atuação precoce do feminismo que, no caso, se ergue destacado, em particular o que tange ao papel da mulher negra. Há, contudo, aspectos que convidam a supor outras intepretações, algo mais complexo do que simples identificação muitas vezes feita sem análises profundas. Porque decorrente de versões estresidas na estática da mesma base documental, além da pouca originalidade analítica, exageros são perpetrados em nome de supostas vanguardas. A proposta desta reflexão, pois, em primeiro lugar, endereça argumentos para a crítica do processo de “mitologização” da figura de Carolina, vista linearmente, sem contradição, como exemplo de mulher, dedicada, boa mãe, lutadora exemplar, pobre que apesar das desgraças acabou por vencer pela literatura, e que, em decorrência dessa soma oportuna foi transformada em vítima exemplar. De vítima a modelo, um passo.

Leituras atentas dos diversos escritos de Carolina, inclusive dos textos ainda não publicados, bem como das avaliações de sua produção, no entanto, permitem entrever alguns desvios da toada rotineira e reclamam delicada atenção. Críticos do “mesmismo” e fugindo-se das inclinações iconoclastas gratuitas, sem fundamentos, cabe propor sombras para a figura que ilumina Carolina como caso a ser imitado. Sob esta perspectiva, buscando um perfilamento mais humano, um dos alvos pretendidos remete aos lances de gênero biológico, presentes nos exames feitos sobre produção analítica derivada de escritos da performática figura³. A questão feminina em suas decorrências, pois, seria uma das condições essenciais para a ênfase dada a ela como personagem pública recriada ao longo de mais de cinquenta anos na sociedade brasileira⁴.

³ A qualificação de Carolina Maria de Jesus como tipo performático visa requalificá-la para além da percepção exclusiva de escritora. Também, pretende-se valorizar outros aspectos de sua condição, além de mulher, negra, mãe solteira. Porque se busca a consideração dela como tipo social diverso, pela leitura de sua obra e pelo desempenho social atingido, leva-se em conta suas autorrepresentações.

⁴ Enfim, o presente esforço se fez na busca da lógica reinante que a exalta como um modelo acabado, excepcional, pioneiro e grandioso, caso de estudo exemplar, replicável, invariavelmente insistindo nos mesmos atributos a serem ecoados em vales carentes de outros

A prática de verificação dos supostos atributos de Carolina tem sido banalizada e assumido estranha condição, em particular por entidades instituidoras do inocente pressuposto que a abriga como feminista. Nesta linha, entre tantas, destaca-se o Coletivo Carolina Maria de Jesus de Salvador, Bahia⁵. Replicando progressivamente nota-se a multiplicação exemplar no teatro e no cinema. Na seara dos “curtas”, por exemplo, a mesma proposta tem sido transposta fixando o mote⁶. Reconhecendo a intenção de grupos como esse, no entanto, não escapa a percepção de simulacros, na linha proposta por Jean Baudrillard. Porque o padrão suposto não se projeta em continuidade nos diversos seguidores, vislumbra-se um crítico processo de imitação, arremedo frágil de alguém imaginado ou construído segundo conveniências muitas vezes não explícitas. Fica, como alerta, evidente a conveniência do trato desse processo como simulacro, imitação sem propósitos referenciais (BAUDRILLARD, 1991).

O alicerce da fundamentação da figura de Carolina e seu impacto na cultura brasileira tal como se vê, de regra, tem explicações. Desdobramento do silêncio documental derivado do não acesso aos textos originais, tudo tem dependido, principalmente, do destaque dado ao quase exclusivismo de seu livro mais conhecido *Quarto de despejo: diário de uma ex favelada*, editado por Audálio Dantas na abertura da década de 1960⁷. Lembremo-nos, porém, que tais páginas respondem a uma base na ínfima, parcela modesta de sua obra publicada que, em conjunto não chega a 10% do total de seus exemplos ou padrões.

5 Segundo o site do grupo, Cultne registrou com imagens de Filó Filho e Vik Birbeck um batepapo com as coordenadoras do Coletivo Carolinas de Mulheres Negras da Bahia composto por mulheres negras de diferentes partes do Brasil que desenvolvem o Projeto Carolinas ao Vento, Centenária e Atemporal -- 2014, 100 Anos da Escritora Carolina Maria de Jesus. A proposta é celebrar os 100 anos de nascimento da escritora mineira Carolina. Vide <https://www.youtube.com/watch?v=5eWTCXDJzY8>, consultado em 23 de outubro de 2015.

6 www.cinecriticos.com.br/dasnuvensprabaixo.

7 A obra de Carolina compreende: Além de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a Livraria Francisco Alves publicou também, sem o sucesso esperado, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex favelada*, em 1961. Por conta própria, Carolina publicou mais dois pequenos opúsculos *Pedaços da fome*, São Paulo, Águila Ltda, 1963 e *Provérbios*, São Paulo, s/e. s/d. Mais tarde, depois de um périplo estranho, *Diário de Bitita*, que foi publicado antes na França, mereceu tradução do texto em francês e foi lançado no Brasil pela Nova Fronteira em 1983.

surpreendentes escritos. É preciso dizer de saída que se reconhece em Carolina Maria de Jesus muitos dos atributos referidos, mas que também se identifica nela características de qualquer ser humano, pessoa passível de contradições e plena de direitos à sujeição dos mandamentos de seu espaço e tempo históricos. Critica-se, sobremaneira, a descontextualização dessa mulher que teria suas características melhor explicadas se considerada em seu momento vivencial, implicado na carga de paradoxos que ambientava a vida de pessoas em busca de ajustes em condição de vida que não era originariamente sua. Respeita-se, assim a imposição de processos de negociação identitária, condição que tornaria vulnerável qualquer pessoa.

Já se falou de Carolina como uma espécie construída de Macunaíma às avessas, versão especular, “igual contrária”, de turbante e saia, do herói andradiano. No lugar do *homem sem nenhum caráter*, uma espécie de vingança feminista, contrária, da *mulher com todo caráter*. A intenção paródica contida nesta aproximação tende a inflamar o debate sobre a “santidade social” a que Carolina tem sido elevada. Mas em que poderia ser apoiada essa esdrúxula comparação dos dois tipos modelares? De comum, apenas a cor e a marginalidade caracterizadora do estereótipo. O resto... Partiu-se, então, para a presente reflexão, do suposto progressivo da fabricação de uma Carolina esculpida na solidão crítica de sua complexidade e na conveniência de um protótipo modelar. Sem cenário e sem tempo histórico definidos, alheia ao enquadramento da *contracultura brasileira* - instante sempre rico em explicações sobre a modernização urbana e industrial daquele então - o que se tem é uma personagem inventada, fictícia, muito maior que sua obra, que é realmente desafiadora, e ainda desconhecida. Isto, aliás, bastava para a remissão dos pecados sociologicamente materializados na parcela magra permitida pelo jornalista, homem, Audálio Dantas, seu editor – e como pesa aqui, o termo “editor”. Com esse pressuposto montado, buscou-se entender como e por que se chegou a esse ponto. Vejamos:

A lenta organização do pressuposto “heroicizante” de Carolina é perversa por admitir nuances derivadas, em primeiro lugar, do apagamento de sua fértil produção, distribuída por contos, romances,

peças de teatro, poemas, provérbios e canções, quase tudo ainda inédito e, quase sempre, muito mal estudado. Ao tal “apagamento” se junta o efeito solar de seus poucos escritos publicados, em particular do mais importante deles, o *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ainda que editada de maneira radical e pouco explicada, sem exposição dos procedimentos, e mesmo sem a autorização da autora, esse produto tem sido útil e suficiente para mantê-la como personalidade cabível nas molduras explicativas de uma atualização cultural que corrigiria equívocos históricos crônicos. Vale dizer que isso tem sido útil para argumentos defensivos de causas que se valem do atual estado da questão, como exemplo contrastante de realidades a serem corrigidas. Sinceramente, depois de 30 anos de estudo nesta matéria, dói constatar que ainda temos muito a andar⁸.

O gosto geral resultante de leituras, por vezes exageradamente modestas e sempre “presentificadoras”, de maneira sutil, responde a alguns fatores complementares: num primeiro impulso, somos levados a notar Carolina como “vítima histórica”. Vítima de um intrincado processo que submete sem piedade: negros, mulheres, analfabetos e migrantes miseráveis. Os fatos detalhes caracterizadores dessa circunstância, registrados na “fração provocada” dos diários, promovem-na à condição de vítima social e histórica a ser considerada por uma coletividade que, nascida na raiz da contracultura brasileira, precisava de heróis contestadores da ordem posta⁹. Depois de ambientar a miséria e expô-la como fator injusto e degradante - como de fato o é - a exemplificação transparecida nas minúcias cotidianas da experiência captada por Carolina e reordenada por Dantas é dramatizada de maneira a exibi-la como: mãe atenta à sobrevivência dos filhos traquinas; mulher independente que não quis se casar para não se submeter a homem algum; trabalhadora incansável em condições as mais humilhantes; favelada, moradora de um quarto de despejo, fora da sala de visitas do progresso.

8 Estudos respeitáveis têm merecido destaque no mar de repetições sobre questões de gênero envolvendo Carolina Maria de Jesus. Entre outros, leia-se <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/1277/972>, consultado em 23 de outubro de 2015.

9 Entende-se por “fração provocada” o conjunto de entradas dos diários, produzida depois de 1958, ocasião em que Dantas, em visita à favela, sugere que se Carolina desse continuidade ao Diário, conseguiria a almejada publicação de seus textos.

Deste conjunto de “atributos” – da mistura deles todos – é que emerge a heroína. Curioso é que muitos sequer a notam como vulnerável, e, pulando a intrincada circunstância histórica, a percebem como um ser acima de suas contingências. Como que a alienando de sua realidade, muitos maravilham-se com aquela mulher que não teria deixado se sucumbir e que, mais do que isso, aflorou com laivos poéticos praticamente injustificados, como se não houvesse lugar algum ao lirismo no meio pobre e que, fatalmente, deveria ser, exatamente por isto, violenta e sem criatividade. Em últimas palavras, sociologicamente, estamos falando do reconhecimento da responsabilidade histórica, culpada, da sociedade como um todo que deixou acontecer um drama que urgia ser corrigido. É assim que Carolina foi transformada em emblema. Falamos também de uma mulher que por excepcional, foi escolhida como exemplo continuado, e isto justifica a anulação de seu espaço e tempo histórico. Isolada de seu percurso e valorizada por parcela ínfima do vasto material que produziu, explica-se a conveniência da manutenção do caráter heroico. Interessante a decorrência deste pressuposto, pois, a quem tem interessado manter Carolina praticamente inédita?

Partamos de alguns elementos concretos, a começar pelos efeitos do triunfo do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* que, afinal, reinou exclusivo por décadas, levando a confusões significativas. Segundo a combinação do silêncio sobre a obra conjunta e o sucesso do *Quarto de despejo*, Carolina foi reduzida ao citado livro que, por seu turno, significaria a absurda centralidade de sua produção. Dizendo de outra forma, tudo que é conhecido até agora e que se seguiu à edição do *Quarto de despejo* funcionou como satélite àquela obra. Isto provaria a força centrífuga dessa edição que seria tão fulgurante que os qualificativos de Carolina seriam sempre os mesmos, comoventes e redentores atributos. Outra característica do triunfo do *Quarto de despejo* é o sequestro do resultado analítico que teria gerado por sua vez alguns cacoetes analíticos do tipo: essa obra é de domínio majoritário da crítica literária que assim teria retraçado o exame de toda sua produção pela perspectiva da literatura. Ah, como seria virtuoso ver além, notar as *entradas* do diário como documento sociológico testemunhal. Outra marca desse processo

cruel é o vanguardismo “pretextual”: ou seja, Carolina como precursora de todo o aparato temático que se levantou naquele então.

Começemos, pois, por ferir um dos temas mais batidos na interpretação da escritora migrante mineira, ou seja, o vanguardismo *avant la lettre* daquela que seria figura única, estrela solitária brilhando em noites opacas de outros padrões exegeticos. E principiemos por lembrar que ela não estava sozinha. Não é justo para com o movimento negro e feminista reduzir sua figura a condição de exceção. Mesmo sendo difícil hierarquizar as várias modalidades que se valem de Carolina como modelo de quebra de valores, sabe-se que sua qualidade de mulher negra é das mais prestigiadas. Falemos desse enlace condicional: negra e mulher. Começemos pela libertação da exclusividade negra de Carolina e sejamos levemente historiadores.

O resultado da seca no Nordeste de 1958 e o conseqüente deslocamento populacional fermentavam um ambiente agitado que, aliás, contextualizava a construção de Brasília como *Capital da Esperança*¹⁰. Nas urbes congestionadas, o povo saía às ruas, dimensionando tensões progressivas. Figuras distintas como Dom Helder Câmara e Paulo Freire apontavam alternativas que, mais que religiosas ou pedagógicas, tinham projeção no andamento da: moradia, educação, direitos humanos, cuidados civis. Tudo filtrado por um novo e desejável papel do estado e da sociedade civil, em particular da parcela que lia livros. Se o clamor das ruas era evidente no geral, muito mais explícita, a situação dos negros ditava revisões e desafios. Carolina Maria de Jesus em certa medida deve ser inscrita nesse conjunto de trajetos históricos que, cruzados, davam contornos a uma marginalidade que mostrava suas possibilidades ameaçadoras e peso eleitoral. Pensando nas conseqüências assumidas pelos rumos do movimento negro, fica transparente a busca de protagonismo sócio político de um segmento que não mais se conformava com o anonimato e submissão.

Contaminada pela lida transformadora propalada em nome da modernidade e da participação popular, na passagem dos anos de 1950 para a década seguinte, parcela da intelectualidade também

¹⁰ Sobre o assunto leia-se *Feliz 1958! — O ano que não devia terminar*, de Joaquim Ferreira dos Santos, Editora Record. Rio de Janeiro, 1997.

bradava por alterações. Aí, aliás, se identificava uma florada de negros artistas, cantores, jogadores de futebol que se distinguiam coletivamente. Como exemplos destacavam-se figuras que passaram a costurar com linhas fortes argumentos que pesavam na renovação da cultura nacional. Cita-se, por exemplo, na cena popular artistas como Grande Otelo, Ruth de Souza; cantores como Elza Soares, Elizete Cardoso, Lupicínio Rodrigues, Noite Ilustrada, Cartola; jogadores de futebol como o estreado Pelé ou os veteranos Didi e Garrincha; mães de santo como Menininha do Gantois, Mãe Stela. Nos palcos Abdias do Nascimento fazia vigorar o Teatro Experimental do Negro (TEM) e na academia autores como Guerreiro Ramos se destacavam. Solano Trindade, por exemplo, em Duque de Caxias, vigorava um novo padrão de artista e intelectual. No plano jornalístico, figuras como Oswaldo Camargo se impunha levando consigo inúmeros escritores respeitáveis. Enfeixando tudo, a experiência de Carolina ganhava sentido constelar significando, ao mesmo tempo, o triunfo do popular e o escudo coletivo do movimento negro. Ela foi sim parte de um todo.

Mas vejamos a questão do masculino em Carolina Maria de Jesus, fato que se explica inscrito no ambiente de sua produção. Não poderia deixar de começar pela intervenção masculina de Audálio Dantas. Tanto na promoção do livro como na edição, foi ele, homem, quem decidiu tudo: onde publicar, como fazê-lo e principalmente o que incluir e o que tirar. E como cortou! Isso, no mínimo, pois a “mão masculina” – a mesma que recomendou como ideal a continuidade do diário espontâneo, escrito e cessado em poucas *entradas* em 1955 – teria forjado o perfil público de Carolina. Mas, logicamente, há muito mais. Em termos de “gênero literário”, por exemplo, nessa quase macabra operação, um setor em particular merece destaque: sua produção poética. Os poemas expressos por ela insistiam na voz pronunciada no masculino. Vejamos, por exemplo, o mais declarado de todos, ou seja, o “*Riso do Poeta*”, onde ela diz textualmente: “*Vim ao mundo predestinado! A viver só e abandonado! Como coisas abjetas! Hoje sou desiludido! Amei e não fui correspondido! Deus não protege o poeta*”. A insistência no masculino não se revela apenas no uso do termo “poeta”. Em cinco frases/versos são usados

quatro masculinos.

Considerando que dos 106 poemas conhecidos de Carolina, 28 são escritos no masculino, tem-se um problema interessante. Interessante e polêmico, mas nada é mais ilustrativo do que a própria definição dela ao dizer no *Quarto de Despejo*, vejamos:

*Quando eu era menina o meu sonho era ser homem
para defender o Brasil porque eu lia a história do
Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só li os
nomes masculinos como defensor da pátria. Então*

eu dizia para a minha mãe:

— Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

*— Se você passar por debaixo do aro-iris você vira
homem.*

*Quando o aro-iris surgia eu ia correndo na sua
direção. Mas o aro-iris estava sempre distanciando*

(JESUS, 2005, p.48)¹¹.

Valemo-nos de poucos, mas fortes, exemplos, robustos o suficiente para levantar a questão do peso do masculino na obra de Carolina. Esperamos que isto valha como convite para duas situações que se fazem conclusivas nesta apresentação breve: rever a “santidade civil” dessa mulher e, mais que tudo, respeitá-la como pessoa que tinha limites naturais, inclusive na condição feminina. Finalmente, como completo, vale lembrar que autoras que então emergiam na cena sempre masculinizante da nossa cultura começavam a desafiar a tradição parnasiana e falocêntrica, como Lygia Fagundes Teles, Nélide Piñon, Clarice Lispector. É claro que estamos nos remetendo à questão de classe social e aceitação da norma culta da língua, mas pergunta-se: então como acatar Carolina como precursora da escrita no feminino? Lembremo-nos apenas que ela teve quatro filhos (não apenas três) e que todos foram gerados de homens brancos, estrangeiros e de olhos claros.

E terminando, pergunta-se: por que não reconhecer a humani-

¹¹ “Aro-iris” foi assim grafado por Carolina ao se referir a “arco-íris”.

dade dessa mulher incrível, propositiva, mas também contraditória, humana enfim? E por que não perceber que o que transparece na obra de Carolina é estruturado em uma personagem Carolina, uma Carolina *construída* para ser aceita em uma sociedade do espetáculo, como mostra Guy Debord em seus comentários sobre a Sociedade do Espetáculo. Juntando os pontos, entre os argumentos do simulacro de Baudrillard e o teor proposto por Debord, finalizamos com suas palavras:

E sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, representação à realidade, a aparência ao ser... Ele considera que a ilusão é sagrada, e a verdade é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele, o cúmulo da ilusão fica sendo o cúmulo do sagrado (DEBORD, 1997).

Carolina Maria de Jesus foi sim um ser humano exemplar, mas deve ser vista mais pelo que ela própria quis mostrar do que pelo desvio interpretativo que a reduz a mero pretexto. A percepção do masculino na escrita da formidável mulher negra é convite aberto a novas considerações.

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DE ANDRADE, Mário. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERREIRA DOS SANTOS, Joaquim. *Feliz 1958! — O ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8ª ed. Série Sinal Aberto. São Paulo: Ática, 2005.

{Linha & Ponto

Narrativas de mulheres militantes na escola: uma experiência de ensino com a história oral

*Janaína Neumann Rodrigues de Souza*¹

Resumo

Este relato se configura como uma experiência docente, na qual se constatou uma reação de espanto por parte dos alunos diante da postura de liderança assumida por mulheres que militavam no MST. Diante dessa constatação, aqui se procurou demonstrar que a escola tende a reproduzir e perpetuar a desigualdade de gênero, a menos que metodologias efetivas de desconstrução dessa problemática sejam incorporadas ao atual sistema educacional. A História Oral ocupa lugar central nesse ideal, uma vez que essa disciplina é capaz de revelar aos alunos uma realidade que lhes parece distante e inconcebível, provocando experiências que se aproximam do conceito grego *thauma*, através do qual é possível também apreender que a temática aqui defendida possui caráter universal.

Palavras-chave

História Oral; Gênero; Desigualdade; Escola; Thaumata.

1 Licenciada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora no Ensino Fundamental da rede municipal de Barueri (SP).

Narratives militants women at school: a teaching experience with oral history

Abstract

This report is configured as a teaching experience, in which was found a startled reaction from the students before the leadership stance taken by women who militated in MST. Considering this fact, here we tried to demonstrate that the school tends to reproduce and perpetuate gender inequality unless effective methods of deconstruction of this problem are incorporated into the current educational system. The Oral History occupies a central place in this ideal, since this discipline is able to reveal students a reality to them seems distant and inconceivable, provoking experiences that approach the Greek thauma concept, through which you can also learn that the theme here has advocated universal character.

Keywords

Oral History; Genre; Inequality; School; Thaumata.

*É engraçado é, falar de Reforma Agrária
Uns passando frio e outros debaixo das malhas
Você conhece a Rosineide?
Aposto que não, porque ela é apenas mais uma em meio à multidão.
Lutamos pela subsistência e suficiência
Essa é a nossa carência.
Se a gente é o que come e quem não come nada some.
Por isso ninguém enxerga essa gente que passa fome.
Tempos difíceis não me abalam
Apenas me dão coragem para seguir nessa batalha
Que é cotidiana,
É dia a dia.
Apesar do pouco estudo ainda busco a sabedoria.
Só abortarei a minha missão quando não mais resistir e olhar para
trás e vir o quanto evolui
O mais importante é me orgulhar de onde eu cheguei e falar para os
meus filhos o quanto batalhei.
Izabela Reis*

Esta é a letra de uma música escrita por uma jovem de 12 anos, em 2014, resultado de um projeto desenvolvido com alunos do 8º ano do ensino fundamental, em uma escola de Carapicuíba, na Grande São Paulo. Irei relatar todo o percurso que culminou nessa e em outras músicas, e que me tornou grande defensora da ideia de que a História Oral se configura como um campo de conhecimento que tende a contribuir de maneira relevante na formação humanística dos alunos e, por esse motivo, merece ser inserida e abordada de maneira efetiva na escola.

Na ocasião ministrava aulas de filosofia e minha intenção, inicialmente, era permitir que os alunos ampliassem seus conhecimentos acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, uma vez que havia constatado, nas aulas de ética e filosofia política (nas quais abordara o direito ao uso social da terra), que os

alunos conheciam o movimento superficialmente, concebendo-o a partir de pré-conceitos, sobretudo no que diz respeito aos métodos adotados pelos trabalhadores na luta pela reforma agrária.

Eu havia entrado em contato com a História Oral pouco antes disso, quando a pesquisadora Marcela Boni Evangelista apresentou-me alguns trabalhos da área, inclusive o livro *Vozes da Marcha pela Terra*, de Andrea Paula dos Santos, Suzana Lopes Salgado Ribeiro e José Carlos Sebe Bom Meihy (MEIHY; RIBEIRO; SANTOS, 1998). Percebi que estava diante de uma produção muito distinta daquelas que costumeiramente lia: eram relatos instigantes, ricos, comoventes. Concluí que precisava proporcionar essa mesma explosão de emoções e realidade aos alunos. Eles precisavam conhecer o movimento a partir de outra perspectiva, a saber, a partir das próprias pessoas que faziam parte dele.

Os alunos se organizaram em trios e a cada semana uma história de vida desse livro era compartilhada com o restante da classe. Mas, tendo em vista que sempre fui sensível às questões que envolvem desigualdade de gênero, pude constatar que a cada narrativa os alunos se surpreendiam com o fato de várias mulheres se destacarem como lideranças nos assentamentos. Minhas reflexões passaram a se dirigir, nesse sentido, quando um trio de alunos apresentou a história de vida de Cristiane, do Mato Grosso do Sul, uma jovem de 14 anos que exercia forte liderança nas assembleias do movimento, além de ser compositora e de ter colaborado em importantes manifestações do MST, sempre com muita determinação.

Sua trajetória foi muito significativa aos alunos. Eles se mostraram surpresos com o fato de uma jovem mulher viver de maneira tão distinta em relação aos companheiros de mesma faixa etária. Eles se perguntavam quais eram os seus ideais; se era válido abrir mão da infância e da adolescência em nome do movimento; o que, afinal, ele representava e qual era o papel que as mulheres nele exerciam.

Surpreendi-me com essa reação. Em outras ocasiões, já havia abordado a temática do patriarcalismo, o conceito de liberdade e determinismo em Leibniz e Sartre, mas sem nunca antes sondar qual, de fato, era a grande problemática. Nesse sentido, a História

Oral contribuiu para uma considerável mudança na minha perspectiva como docente. Entretanto, mais que constatar, fazia-se necessário aprofundar meus conhecimentos acerca da percepção dos alunos com relação a essa temática.

Modifiquei, então, minha metodologia na condução dos debates que ocorriam após a abordagem de cada história. Por meio de indagações pontuais, procurava estimulá-los a falar sobre os papéis que mulheres e homens exerciam no movimento, se eram semelhantes ou distintos, e se isso era também possível em outras situações. Verifiquei que, na verdade, os alunos não tinham consciência das problemáticas inerentes às questões de gênero que permitem a constituição de uma sociedade extremamente sexista, tão pouco de que a escola reproduz e permite a manutenção disso. Como exemplo, cito o fato deles possuírem um pequeno repertório de nomes associados a figuras femininas que exerceram alguma liderança no processo histórico. Nomes como Joana d'Arc e Rainha Elizabeth eram os mais recorrentes. Ou seja, na concepção geral dos alunos, ser uma mulher que exerce comando era algo distante da sua realidade e possível apenas em casos excepcionais e famosos. Seus discursos estavam carregados de dogmas, como a ideia de que existem atividades essencialmente femininas, como se houvesse uma destinação anterior ao nascimento que tornava as mulheres aptas à maternidade e aos afazeres domésticos tão somente.

Diante dessa problemática, intensifiquei minhas pesquisas nessa direção e deparei-me com obras esclarecedoras, dentre as quais *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (2009), *Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*, de Judith Butler (2015), e no Brasil, especificamente no âmbito da História Oral, o artigo de Mirian Goldenberg apresentado na ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, *Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada* (GOLDENBERG, 1996) e o livro *Gênero, sexualidade e educação*, de Guacira Lopes Louro (LOURO, 1997). Deter-me-ei nesses dois últimos.

No artigo citado, a pesquisadora inicialmente procurou apresentar as questões que instigaram sua pesquisa. Uma delas diz respeito

ao papel exercido por mulheres militantes no interior dos partidos políticos de esquerda no Brasil; se elas ocupam cargos subalternos e estão a eles filiadas apenas para atender uma lei que assegura uma cota mínima de mulheres nos partidos; ou têm por trás rótulos que ligam suas imagens e sobrenomes aos companheiros e familiares do sexo masculino de destaque nesses partidos. Através do conceito *mulheres invisíveis* (GOLDENBERG, 1996, p. 4), esse questionamento ajudou-me a perceber a dimensão da problemática que identificara em sala de aula, entre os alunos: a ideia de que existem atividades tipicamente femininas e que atitudes que contraponham essa ordem são improváveis é reproduzida em diferentes esferas da sociedade brasileira e estava fortemente presente nos discursos dos alunos aos quais fiz menção.

Na escola também ocorre a manutenção dessa ordem. O livro da pesquisadora Guacira Lopes Louro demonstra essa conclusão didaticamente. Nele, há um capítulo que trata especificamente da organização escolar e das maneiras como, desde o mobiliário até às disciplinas do currículo, reforça-se a desigualdade de gênero na sociedade. Ora, se analisarmos as diretrizes que regem a elaboração dos currículos das disciplinas, em particular de ciências humanas, das quais posso falar com maior propriedade, há indicações de que a escola deve promover igualdade e combater preconceitos a partir do conceito de diversidade. Entretanto, isso não tem se consolidado. Algumas práticas, como as filas que separam rigidamente meninas e meninos (muito recorrente na Educação Infantil), parecem ser naturais e inquestionáveis. Várias pesquisas desenvolvidas em escolas, especificamente no âmbito das questões relativas ao gênero, já que o termo desigualdade é replicável a vários conceitos, exemplificam bem a problemática aqui abordada. Como exemplo, cito um trecho da tese de doutorado de Fabio Hoffmann Pereira, intitulada *Configurações do Ofício de Aluno: Meninos e meninas na escola*, que reforça essas características da escola:

A divisão dos alunos por sexo era [é] bastante nítida na ocupação do espaço externo: os meninos dominavam a quadra sempre chutando alguma coisa, desde uma bola até uma latinha amassada (...) enquanto a maioria das meninas corria pelo pátio externo, revizava-se nos balanços ou pulava corda. (PEREIRA, 2015, p. 211)

Essa ideia, além de estar fundamentada empiricamente, conforme exemplo acima, vai ao encontro da teoria que concebe a escola como reprodutora das classes sociais e formadora de comportamentos que dialogam e permitem a manutenção da estrutura social vigente. O maior expoente dessa concepção é Louis Althusser (ALTHUSSER, 1987) e embora ele se refira especificamente a questões de ordem econômica, arrisco-me a entender a manutenção da desigualdade de gênero como um desdobramento possível e aplicável à mesma teoria. Considero a escola como um espaço onde a discriminação das mulheres tende a se reproduzir e se perpetuar, a menos que ocorra uma mudança estrutural na sua atual configuração.

Uma vez convencida da importância de se repensar o sistema educacional brasileiro, vislumbro nas histórias de vidas de mulheres militantes um grande potencial transformador dessa problemática. Contar as histórias dessas “mulheres invisíveis” é capaz de inserir o aluno em uma realidade que lhe parece inexistente, permitindo que ele desenvolva a consciência de que não existe diferença de potencialidade entre homens e mulheres.

Até aqui procurei demonstrar que é possível promover a desconstrução da desigualdade de gênero na escola, e acredito que esse é um dos caminhos para que as mulheres não sejam mais vistas e tratadas de maneira discriminatória, independentemente de exercerem liderança ou se destacarem em um grupo. Mas, antes de encerrar, gostaria de citar uma coluna recentemente publicada no jornal Folha de São Paulo, intitulada *Quem tem o direito de falar?* (SAFATLE, 2015), na qual o filósofo e professor Vladimir Safatle defende que em nossa sociedade é muito comum a estratégia do *silêncio identitário*, ou seja, grupos que defendem apenas os problemas específicos dos seus grupos, como, por exemplo, mulheres que se dedicam a defender apenas as causas das mulheres. Segundo Safatle:

Posso dar visibilidade a sofrimentos que antes não circulavam, mas quando aceito limitar minha fala pela identidade que supostamente represento, não mudarei a forma de circulação de afetos, pois não conseguirei implicar quem não partilha minha identidade na narrativa do meu sofrimento. Minha produção de afecções continuará circulando em regime restrito, mesmo que agora codificada como região setorializada do espaço comum. (SAFATLE, 2015)

De fato. Se eu me atrevo a adentrar em uma discussão na qual espero convencer as pessoas daquilo que defendo, tenho que ser capaz de *enunciar proposições que implicam todo mundo, que podem implicar qualquer um (...) que faz parte de cada um de nós* (SAFATLE, 2015; grifos meus), ou seja, no limiar de uma discussão acerca da desigualdade de gênero é importante ter como perspectiva a ideia de que essa não é uma questão pertinente somente às mulheres, mas a toda a humanidade, de cunho filosófico, universal.

Diante dessa tese, a pertinência de valer-me de histórias de vidas de mulheres militantes para o ensino escolar poderia tornar-se nula, uma vez que se trata de algo que, a princípio, é de interesse feminino. Mas demonstrarei a partir de agora proposições que ajudam a reforçar o caráter universal da prática aqui defendida.

Ler as histórias de vidas de mulheres que se destacavam nos assentamentos do MST revelou aos alunos uma realidade que lhes era desconhecida e inconcebível, provocando reações que muito se aproximam do conceito *thauma*, que em grego significa espanto, admiração, perplexidade (REZENDE, 2005, p. 14), o qual, segundo Aristóteles e Platão, se refere à experiência que dá origem ao pensamento filosófico. Consideremos também que a filosofia *é um saber de todas as coisas, um saber universal* (REZENDE, 2005, p. 14; grifos meus). Se é o *thauma* que dá origem ao conhecimento filosófico, tudo o que emanar dessa experiência em sala de aula também terá caráter filosófico, universal, ou seja, não será meramente restrito ao grupo que se defende.

Retornemos ao projeto. Na semana em que era apresentada a última história de vida do livro *Vozes da Marcha Pela Terra*, alguns alunos tiveram a iniciativa de propor aos demais uma culminância que veio a se concretizar em novembro de 2014, consistindo na apresentação de músicas no ritmo Rap, por eles criadas, sobre as histórias de vidas de mulheres militantes no MST, e uma delas consta no início deste relato. A vontade dos alunos de compartilhar conhecimentos com a comunidade escolar, expressando-os através da arte, permite-me concluir que a inserção da História Oral, mais do que ser pertinente na reflexão da prática docente e na desconstrução de preconceitos por parte dos alunos, possui grande poten-

cial de transformar realidades e discursos: hoje esses alunos falam de mulheres que exercem funções que lhes eram inconcebíveis. Eles falam daquelas que são invisíveis, que estão presentes potencial e simultaneamente em todas elas. Mas é principalmente como uma disciplina que devemos olhar para esse campo do conhecimento: uma disciplina que tem muito a acrescentar em um projeto de sociedade mais justa e igualitária.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada. In: *20º Encontro Anual da ANPOCS*, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portall/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5395&Itemid=361>. Acesso em: 15 out. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PEREIRA, Fábio Hoffmann. *Configurações do ofício de aluno: meninos e meninas na escola*. Tese (Doutorado), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. .

REZENDE, Antonio. *Curso de Filosofia*. 13ªed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. Quem tem o direito de falar? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/234248-quem-tem-o-direito-de-falar.shtml>>. Acesso em: 15 de out. de 2015.

SANTOS, Andrea Paula dos; SALGADO, Suzana Lopes Ribeiro; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola, 1998.

{ História oral de vida ou
entrevista

“Nós e minha mãe também fomos escravos. A gente só se libertou depois que virou comunidade.”: História de vida de Dona Eugênia

Lourival dos Santos¹

Conheci Dona Eugênia cerca de um mês antes desta única entrevista, gravada em 24 de setembro de 2011. Depois, o texto foi conferido por ela diversas vezes em viagens à comunidade.

Foi o início de uma convivência especial que, até o momento em que escrevo essa introdução, em outubro de 2015, não terminou e não terminará por aqui. Cheguei a duvidar que ela autorizasse sua publicação, ainda mais sendo entrevistada por um professor, homem e estranho. Mas a vontade de tornar pública sua história foi maior do que a desconfiança inicial.

Em 2011, iniciei o périplo pelo estado de Mato Grosso do Sul, a convite, do agora amigo, o antropólogo Prof. Dr. Antônio Hilário Urquiza Aguilera, que à época coordenava um projeto sobre o impacto das políticas públicas sobre as comunidades quilombolas no estado. Fui na condição do historiador que iria ouvir “causos” dos mais velhos, então fiquei à vontade para entrevistar quem quisesse ouvir e quem quisesse falar. Claro que a responsabilidade inicial recaía sobre os mais velhos, apesar de eu insistir que jovens e crianças também tinham histórias para contar.

Era sempre a família Gonçalves Souza que nos recebia, sentada na portaria da Associação de Moradores. O grupo formado por velhos senhores e senhoras, rodeados de jovens calados e crianças curiosas ficava ao redor do antropólogo e sua equipe na soleira de uma construção humilde, que acolhia a recém-criada Associação que brandia na parede adereços africanos e atabaques coloridos.

1 Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Cultura e História africanas e afro-brasileiras e em História oral. Pesquisador do NEHO-USP.

Entrevistei Dona Eugênia embaixo de uma árvore, ao lado de Célia Regina do Carmo, componente da equipe do professor Hilário e que, digamos, deixou a senhora mais à vontade para falar de coisas - e traumas - íntimas.

Ao final da gravação, e ainda depois que a transcrevi, achei que ela não teria coragem de autorizá-la. Mas o fez. Com tanta coragem quanto quando falou. Sua eloquente história mostra uma exploração contínua que coloca a mulher em situação de submissão ainda pior que a dos homens, na situação de moradores do campo e negros.

“Nós e minha mãe também fomos escravos. A gente só se libertou depois que virou comunidade”

Meu nome é Eugênia Gonçalves de Souza. Nasci em 1947. Tenho 66 anos. Sou viúva.

Meu pai foi Manuel Lourenço Gonçalves, boliviano, de Coxim, e minha mãe foi Joaquina Gonçalves de Souza da região de Vista Alegre, entre Maracaju e Ponta Porá.

Meu pai morreu com 106 anos, estava cego. Ele ficou cego com o tempo, a vista foi enfraquecendo. Trabalhou até bem velho. Eu e meu irmão Ramão o levávamos pela mão para o roçado.

Eu engravidei do 1º filho com 13 anos, foi o filho de um fazendeiro.

A minha mãe era uma pessoa muito querida, trabalhou em muitas fazendas por aqui. Teve 11 filhos.

Nossa casa pegou fogo duas vezes porque os fazendeiros punham fogo nos matos e chegava até em casa. Teve uma vez que queimou tudo, não deu para entrar e pegar nada. Naquele tempo o pessoal andava armado e guardava em casa as balas por causa das crianças. Minha mãe guardava dentro de um baú. Um bauzão grande, só coisa antiga, de ouro, não apareceu nada. Não deu para entrar na casa porque estava estourando muito. Da primeira vez que queimou minha mãe tinha saído, éramos pequenos e foi um rapaz que tirou todo mundo da casa que era de barro e coberta de capim, ainda deu tempo de tirar as coisas. Na segunda casa não sobrou nada, ficamos só com a roupa do corpo. Eu acho que o fogo foi posto porque ha-

via uma sala na frente da casa e puseram fogo lá. Não foi acidente, talvez tenham sido crianças fazendo bagunça. Minha mãe não tinha inimigos, decerto foi brincadeira de mau gosto.

Nós não tivemos estudo, meu pai arrumou uma professora para dar aula para gente; eu e meu irmão Ramão sabemos ler, mas tem muito irmão meu que não aprendeu; tem muita gente aqui que não sabe ler.

A coisa que me deixou mais feliz foi depois que o povo passou a valorizar e respeitar a gente depois que a gente passou a ser quilombo. Depois que a gente foi reconhecido é que veio escola e outras melhorias trazidas pelos governos. Graças a Deus! Antes a gente era “aquela negrada lá”. Hoje não! Naquele tempo a gente era feliz e só que não era. Era muito triste mesmo. Deixamos de trabalhar de graça.

O nome da comunidade era Pindaíba, porque nós vivíamos na pindaíba. As coisas começaram a mudar depois que o Lula entrou, foi aí que fomos reconhecidos. Antes só tinha promessa.

Tudo começou com um rapaz lá em Nioaque, quando Jorge, meu filho, contou a história de mamãe. Ele veio aqui com a Ana-cena. Juntou muito pessoal e vieram aqui e fizeram uma entrevista com mamãe, foi quando nossa organização começou.

Mamãe conheceu o Lula, ele mandou buscar ela e fomos na inauguração de um assentamento. Acho que ela morreu 2 anos depois que conheceu Lula.

Minha mãe faleceu com 110 anos. Era filha de escrava e ela ficou escrava também, porque foi dada pela minha avó para os fazendeiros mesmo sendo livre.

Aconteceu o mesmo com a gente. Nós e minha mãe também fomos escravos. A gente só se libertou depois que virou comunidade.

A luz chegou aqui porque uma sobrinha, que estava lá com os “Sem Terra”, escreveu uma carta, em nome de minha mãe, falando da situação aqui: não tinha luz e os políticos só vinham aqui e prometiam as coisas, mas não vinha nada. Falou da idade da mamãe e aí o Delcídio levou a carta lá para o Lula; o Zeca era governador. Depois de 15 dias a luz veio.

Daí eles falaram que só estenderiam para os outros fazendeiros

com a autorização da mamãe. Ela autorizou. Aí é que eles começaram a vir aqui e adular a mamãe. Ela ganhou televisão e um monte de outras coisas.

Ela falava para eles: “- agora vocês enxergam a gente. Quanto tempo eu morei aqui e vocês nunca vieram me ver”. Ela falava assim na lata, pois morreu lúcida, não caducava não.

A parte mais triste da minha vida foi quando meu pai ficou cego de vez, aí a gente plantava e vinha a porcada e o gado dos fazendeiros e comia tudo. Passamos muita necessidade. Tínhamos bastante gado e meu cunhado levou tudo e nunca mais. Perdemos o leite, o queijo, a carne.

Nós apanhávamos e não batíamos, não revidávamos não, a gente tinha que aprender a respeitar esses sujeitos e as coisas deles. Quando começamos a trabalhar nas fazendas a gente aprendia e ensinava a fazer aquilo que o patrão mandasse mesmo que estivesse errado. Quem decidia pelo certo e pelo errado era o fazendeiro. Fazíamos do jeito que ele queria, sem responder. Se recebêssemos pelo trabalho estava bem, se não recebêssemos nada, também, não fazíamos questão.

Nós saíamos para pegar paina. Vendíamos para as fábricas que encomendavam para fazer enchimento de travesseiros. Minha mãe pegava a gente cedo. A gente torrava milho saboró, cozinhávamos mandioca e íamos. Aquilo era nossa comida. Saíamos por essa morraria aí e passávamos uns três dias juntando paina. Minha mãe amontoava e nós colocávamos em sacos que levávamos na cabeça. A paina entrava no olho e atrapalhava a vista da gente, feito palha.

Eu fui entregue para uma família quando tinha 8 anos. Era uma família de turcos com sírios de Ponta Porá. Um casal e duas crianças. O resto da família era grande. Não eram ricos. Ele era professor, trabalhava num colégio perto da casa deles. Ela era mão de fada, trabalhava com pintura, bordava. Eu tinha que dormir com as crianças. Eles não me tratavam muito bem. Tinha noite que eu levantava a noite inteira para cuidar delas. Eram muito amigos de mamãe, me pediram para eu cuidar das crianças deles e eu aceitei. Tinham uma casa pequena, não era gente rica.

Aos 13 anos voltei para casa da mamãe. Ela me chamou de volta

porque não tinha notícias minhas. Fui trabalhar numa fazenda e fiquei grávida de um filho de fazendeiro. Eu não sabia fazer nada. Fiquei com a criança, criei este filho até ele se casar, minha mãe me deu apoio. Ele trabalhou na lavoura em Campo Grande, Camapuã e São Miguel. Depois trabalhou numa firma com carteira assinada e graças à regularização das terras pretende voltar aqui para trabalhar com a lavoura.

Naquele tempo mulher que não tinha marido não podia ficar no meio de moças, porque era considerada prostituta.

Arrumei marido e depois me separei, continuei trabalhando em fazenda com minhas crianças. Trabalhava muito.

Quando mamãe começou a ficar doente eu voltei para cá, para Furnas de São Miguel. Cuidei até o final da vida dela. No dia em que ela morreu éramos só eu e ela.

Naquele tempo, meu pai veio de Coxim montado em boi. Foi trabalhar com um fazendeiro. Quanto ele estava com 18 anos ele arrumou uma mulher, ficou com ela.

Minha mãe morava na casa do mesmo fazendeiro para quem ela trabalhava. Ela engravidou de um fazendeiro e o homem fez a mamãe se casar com meu pai. Casou com ele lá na cozinha e ela nem sabia quem era. Chamavam alguém para officiar o casamento e pronto. Ela nem foi avisada antes, se fosse era capaz de não querer. Os fazendeiros escolhiam os maridos para suas empregadas, como antigamente os pais escolhiam maridos para as filhas.

Quando ela teve esta filha ela já havia se casado com meu pai. A menina foi criada por ele, como se ele fosse o pai. Era a filha que ele mais gostava.

Éramos iludidas pelos filhos dos fazendeiros e então não podíamos falar nada com a mãe, tínhamos que esconder.

Meu pai foi ficando cego aos pouquinhos. Naquele tempo se fazia benzeção, colocava-se qualquer tipo de coisa nos olhos. Perdeu a vista de vez, já bem velho. Continuou trabalhando na roça, mesmo perdendo o rumo: carpia, plantava café mesmo sem enxergar. Eu e meu irmão Ramão íamos com ele, comíamos mamão maduro e chupávamos cana que ele plantava.

Depois que papai ficou cego de vez, a gente começou a sair para

trabalhar e mamãe começou a trabalhar nas fazendas. Quando ele faleceu eu já tinha voltado de Ponta Porá. Foi quando fiquei grávida.

O pessoal de minha mãe mora em Vista Alegre e estão espalhados para tudo que é lado. Vista Alegre é um patrimônio que fica no caminho de Maracaju para Ponta Porá.

Eu tive seis filhos: o mais velho chama-se Ramão, depois vem a Joaquina, o Jorge, a Jane, Jaime e o José.

Aqui na comunidade nós combinamos com todo mundo porque todo mundo é irmão. Somos 25 famílias. As famílias são numerosas. Meu irmão mais velho teve 12. Uma senhora, já falecida deixou 18. Não somos de estar toda hora na casa dos outros, mas combinamos. Se alguém de fora vier falar de um dos nossos de qualquer um da família, nós não deixamos, vira uma guerra.

Depois desses filhos criados da primeira geração, o número de crianças diminuiu, as pessoas se cuidaram para não ter tanto filho. Eu acho que não deviam fazer isso. Agora está mais fácil ter filhos que antigamente quando não tínhamos nada. Se matássemos uma galinha nós éramos em 12! Agora que o governo está dando comida era hora de ter criança. Não para mim é claro, para os outros. Eu tenho nove netos e já tenho duas bisnetas.

Costumamos nos reunir em festas de aniversário, casamentos, junta gente de tudo quanto é lado.

Somos divididos quanto à religião, por isso a reunião para cultos não junta muita gente. Tem umas quantas comunidades, ali em cima tem uma igreja, já no Ramão tem outra. Somos todos crentes, quem não é crente é beberrão.

As crianças têm um ônibus que vai para a Usina e as leva para o colégio. Aquelas que estão fazendo o primeiro ano vão para a cidade. Elas reclamam que têm que estudar. Nós não estudamos, não tivemos oportunidade, muita gente aqui não sabe ler. Eu sei um pouco que aprendi na cartilha.

Quando a mulher arrumava marido ela deixava de trabalhar para o fazendeiro. O marido trabalhava para o fazendeiro e plantava lavoura também. Nós plantávamos arroz, milho, abóbora, mandioca, beterraba, feijão para nosso consumo. Era muita gente para

alimentar, quando alguém não tinha a gente emprestava, às vezes acontecia de alguém plantar e não colher então a gente dava para aquela família.

Acontecia também do marido querer que a mulher ficasse de empregada para o fazendeiro. O homem ganhava e a mulher não. O fazendeiro pedia isso e então o homem levava a família inteira para trabalhar, mas só ele recebia, decerto mais do que se trabalhasse sozinho. Perdemos muito tempo trabalhando para os outros. Nunca tínhamos nada, quando saíamos da fazenda, vínhamos com uma mão adiante e outra atrás, não trazíamos nada.

Hoje os jovens têm de tudo e ainda reclamam. Eu os aconselho a agradecer a Deus porque no nosso tempo não tínhamos calçado ou comida. O arroz que plantávamos era para quando chegava visita.

Tem tanta criança fora da aula. O governo dá de tudo: merenda, livro, uniforme, condução e eles não vão. Os pais os obrigam mas eles não vão. No meu tempo a gente apanhava, se não quiséssemos fazer algo, acabávamos fazendo tudo dobrado como castigo.

Hoje na escola tem comida, tem tudo. A gente só tinha saquinho de milho torrado, pedacinho de mandioca, uma garrafinha de água para tomar. A gente passava o dia inteiro ali e não reclamava. Feijão era a comida que chegava. Era um feijão preto carunchado, folha de couve misturado com feijão e pedaço de mandioca, comia aquilo lá e não reclamava nada.

Valorizamos a vida de hoje porque sofremos muito. Hoje os fazendeiros ainda levam os rapazes para trabalhar, mas não é como no nosso tempo. Eles fazem o que bem entendem e saem a hora que querem no trabalho e agora são pagos.

“Ah, dona Wanda falou ‘Onde já se viu professora preta?’”: História de vida de uma mulher negra professora

Míghian Danae Ferreira Nunes¹

Durante o mestrado que realizei pelo programa de Educação da Faculdade de Educação na Universidade de São Paulo (FE-USP), estudei as trajetórias estudantis e profissionais de mulheres negras, professoras de educação infantil da cidade de São Paulo. A dissertação que contém parte deste estudo chama-se *Histórias de Ébano: professoras negras de educação infantil da cidade de São Paulo* e foi defendida em 2012. Escolhi entrevistar oito mulheres autodeclaradas negras e, para chegar até elas, estudei as professoras de uma diretoria de ensino da capital que atendia a três distritos da cidade, estes localizados em região considerada periférica.

A partir de um questionário fechado, em que elas respondiam a questões relacionadas à trajetória estudantil e profissional, entrevistei as mulheres escolhidas buscando ouvir como e por que elas se tornaram professoras. Ao concluir o mestrado e aprofundar o contato com o material transcrito a partir de suas falas, percebi que apenas a dissertação não dava conta de apresentar suas histórias de vida, já que no texto final eu privilegiei apenas suas trajetórias profissionais e de formação educacional. Por conta da abordagem de temas específicos no mestrado e com um grande volume de material nas mãos, tenho buscado apresentar estas histórias de modo mais completo, através de artigos em periódicos acadêmicos.

Desse modo, aproveitei para apresentar a história de Lélia, uma professora negra de 45 anos que trabalha há mais de 20 anos com crianças entre 03 e 10 anos de idade. A técnica usada na estruturação do texto foi a transcrição, que corresponde à etapa final do processo iniciado com as entrevistas, na tentativa de manter capturada

1 Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Estudante de doutorado pela FE-USP

“a aura do momento da gravação” (MEIHY, 1991, p. 31). Todos os nomes próprios utilizados são fictícios, a pedido da própria entrevistada, que narrou episódios em que entendeu ser necessário o sigilo. Uma das intenções iniciais do trabalho era demonstrar como as mulheres negras negociam suas existências, organizando suas vidas de modo a enfrentar as discriminações de raça e gênero que as atingem. Com a apresentação dessa história de vida, esta intenção permanece, além do desejo de demonstrar o poder presente nas relações intragênero e como a pesquisa com histórias de vida pode tornar-se um poderoso amplificador na luta contra o silenciamento destas mulheres que, apesar de sempre falarem, quase nunca são ouvidas nos espaços acadêmicos².

Ah, dona Wanda falou “Onde já se viu professora preta?”

Eu nasci em Juiz de Fora, Minas Gerais. Eu sou de uma família de sete irmãos. Meu pai veio pra São Paulo pra tentar a vida. Durante uns três meses ele mandou dinheiro pra minha mãe e depois ficou uns três, quatro sem mandar. Aí ela distribuiu os filhos na casa das irmãs dele e veio procurá-lo. Aí chegou aqui e encontrou, alugaram casa, foram buscar os filhos. Chegamos, moramos de aluguel... Se não me engano, isso foi no ano de setenta e dois, eu tinha seis anos. Eu não sei se ela pegou alguma coisa, eu criança também escutava no ar, não entendia muito, uma coisa assim de traição. Então ela começou a beber, o que dava pra entender das brigas deles era que tinha alguma coisa e aí ela começou a beber. O tempo foi passando, meu pai não importava muito que a gente estudasse, o negócio dele era trabalhar e dar dinheiro em casa. Às vezes ele alugava uma casa assim num lugar distante, a gente estava estudando num lugar e parava de ir porque não tinha condições, e assim ficava, terminava o ano...

Em Juiz de Fora minha mãe era cabeleireira e meu pai era cozinheiro. Meu pai quis vir tentar a vida aqui, porque tinha vários

² A referida dissertação chama-se *Histórias de Ébano: professoras negras de educação infantil da cidade de São Paulo* e está disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072012-125319/pt-br.php>. Neste link é possível acessar, através dos anexos, o texto integral da entrevista aqui transcrita.

conterrâneos aqui que se deram bem. Aí ele veio, só que ele veio sozinho e como ele tinha isso de pular a cerca, não sei... Ela começou a trabalhar depois de um tempinho que chegou aqui, trabalhou no Hospital Santa Marta, se não me engano, de faxineira. Aqui ela não pegou mais de cabeleireira, trabalhou no Hospital Santa Marta, na Interclínica e trabalhou numa firma, ali na Nações Unidas, que fechou, esqueci o nome... Depois que nós saímos de Juiz de Fora, não voltamos mais. Eu só voltei em Minas de novo aos catorze anos. Teve uma briga entre minha mãe e meu pai, eles resolveram se separar, acho que depois de vinte e dois anos já juntos. Eu não entendi, porque na época a gente não podia participar muito, então quando começava a conversa a gente tinha que ficar distante. Minha mãe, nessa época, já bebia bastante, a gente tinha que buscar ela nos lugares, carregar ela no colo...

Eu não me lembro em que série eu saí de Minas. Na época, lá a gente só escrevia no caderno de linguagem se tivesse a letra legível e boa, senão era na folha de pão. Sabe aquelas folha que embrulhava pão, antigamente? Se você não tivesse uma letra legível, assim, você não escrevia no caderno. Era folha de pão, depois você passava pra folha de sulfite que eles falam papel ofício, né? E pra gente aquilo era uma vergonha, um coleguinha escrevendo num caderno e você na folha. Mas logo assim passou um tempinho e eu já passei pro caderno.

Quando chegamos em São Paulo, a gente estudava todo mundo na mesma escola, mas em salas diferentes. A gente ia de ônibus até um certo lugar, depois ia de trem. Na época eu tinha muito medo de trem, tanto de andar dentro do trem como passar por baixo dele, porque às vezes quando chegava perto da escola, o trem estava parado e eu tinha de passar por baixo ou pular por cima dos trilhos. Eu chorava, chorava e eu não podia voltar pra casa sozinha. Aí um dos meus irmãos tinha de perder aula pra levar eu pra casa, porque aí eu não pulava. Meu pai trabalhava de cozinheiro nessa época e a gente se mudava muito porque ele não conseguia pagar o aluguel. Porque eram oito filhos, e pelo que dava a entender minha mãe trabalhava, mas ela não o ajudava, então o aluguel aumentava e ele mudava.

Em São Paulo foi esse negócio do meu pai não se importar mui-

to... Mudamos para um lugar onde não tinha escola, era tipo um barzinho, um salão, e lá eles pegavam as crianças que estavam sem escola e ia uma professora lá pra dar aula. Só que ficava a turma da terceira, e na época a minha irmã e o meu irmão estavam na terceira e os outros três, nós continuávamos na primeira. Acho que eu já tinha oito ou nove anos. Ficava tudo ali na mesma sala, então a professora se dividia, dava um pouquinho de atividade na primeira, depois vinha pra terceira, aí tinha criança da segunda, era um barzinho, né, que adaptaram para uma sala de aula.

Na época tinha o exame final, eu lembro que na época tinha uma questão, alguma coisa, sobre o farol, não sei, e escrevi, fiz tudo certo. Aí meus dois irmãos olharam e falaram: “Não, tá errado, põe isso”, eu apaguei e coloquei igual ao deles. Quando a professora corrigiu, estava errado, era assim, eu falei: “Mas eu fiz assim, eles que fizeram eu apagar”. Aí ela falou: “Eu vou considerar”. E colocou errado para eles. E ela perguntou: “Por que você apagou?”, porque estava marcado onde tinha apagado. “Ah, os dois fizeram de um jeito e o meu era que estava errado” e sendo os dois, a irmã e o irmão mais velho do que eu... Mas não sei, eles davam assim o ensinamento, mas não tinha certificado nada, era só pra não ficar na rua. Era mais perto da minha casa, essa que era tipo um galpão, mas o problema é que não tinha comprovação, era como se você não tivesse estudado. Então eu estudei nessa época, mas não tinha comprovação.

Na época a gente usava avental, e eram dois aventais só. Meus dois irmãos iam pra escola com o avental limpinho que eu e a outra lavava, eu usava o do mais velho, ela usava o do mais novo. Aí quando chegava nessa hora ele já estava todo sujo, ou a gente ia com ele sujo ou lavava e ia com ele molhado. No outro ano, na terceira série, minha irmã parou de estudar, a mais velha; ficamos só eu e a outra na terceira série em horários diferentes, mas minha irmã faltava muito. Quando passamos pra quinta série, foi quando minha mãe teve essa briga com meu pai, resolveu ir pra Minas. Chegamos lá, não tinha vaga mais e ficamos aquele ano sem estudar, nós fomos pra lá em fevereiro. Quando chegou em maio, ela faleceu, meu pai trouxe a gente pra cá, aí também não tinha vaga, e já começamos a trabalhar.

A briga começou assim: por minha mãe não ajudar o meu pai, meu pai arrumou serviço pro meu irmão mais velho, ele pegava o dinheiro do meu irmão mais velho. Aí minha mãe arrumou um serviço pra minha irmã mais velha e ela que pegava o dinheiro. Uma vez que começou a discussão: “Esse mês eu quero o dinheiro da Cassandra”; meu pai disse: “Não, não vou dar, que você já tem”. Começou aquela discussão, ia ter até uma tragédia naquele dia. Quando chegava o pagamento, você tinha que dar o envelope fechado. Minha irmã chegou com o envelope, nesse dia minha mãe ia buscar ela na firma, porque de menor não recebia. Ela trabalhava na antiga Relógio do Brasil. Minha mãe foi buscar o pagamento, ela gelou. Porque meu pai já tinha falado na véspera que se não desse o pagamento dela ia ter até morte. “Mãe, o que é que o pai falou?”, aí ela falou: “Deixe que eu me entendo com ele”, e pegou o envelope.

Foi pra casa, quando foi chegando perto da hora do meu pai chegar, os meus dois irmãos mais velhos foi pra um canto, todo mundo correu. Aí o outro pegou a mais nova também e foi embora. Aí eu falei: “Ai, meu Deus, como é que eu vou fazer, vou deixar os dois aqui?”. Eu resolvi ficar. Nisso ele chegou, os dois começaram a discutir. Ele perguntou: “Cadê o dinheiro?”; ela disse: “Não, não vou dar o dinheiro, porque você já pega o dinheiro do Rômulo”. Rômulo trabalhava de ajudante de cozinha, meu pai levou para o serviço dele. Ele: “Cadê o dinheiro?”; minha mãe: “Não vou dar”. Aí um pegou a faca, o outro pegou o garfo. Eu entrei no meio dos dois... Quando ia com a faca, eu segurava a mão; quando ia com o garfo, eu segurava a mão. Aí, de repente, me deu uma crise de choro, eu comecei a espernear, gritar. Assim, os dois pararam, foi quando ele falou que ia embora.

A gente morava bem ali, no largo Pinho. Nessa noite ele não dormiu em casa. Passou um dia, no outro dia ele veio, conversou com a gente, tudo, falou: “Vou alugar uma casa, não vai dar pra ficar mais”. Então minha mãe resolveu ir embora, resolveu vender tudo e fomos pra Minas. Na época, meu irmão mais velho estava em fase de Exército, ele tinha de ficar aqui. E a mais velha, teve uma briga entre ela e minha mãe por causa desse negócio de dinheiro, elas pararam de se falar. Ela ficou com meu pai. Nós fomos pra Mi-

nas. Minha mãe bebia muito, essas coisas, ficava internada, recebia auxílio-doença e vinha todo mês receber. Ela veio em abril, recebeu e trouxe minha irmã mais nova que tinha cinco anos. Aí lembro que nessa época eu chorei muito, falando pra ela deixar eu ir, porque dependendo, quando ela bebia, sempre tinha alguma coisa, eu acabava protegendo. Nessa época eu pedi pra vir, parecia que eu estava presentindo alguma coisa. Ela não quis, disse que não tinha dinheiro; eu falei: “Eu vou no porta-malas, mas eu tenho que ir”. Não deu.

Disse que chegou aqui em São Paulo, conversou muito com meu pai, eles estavam se entendendo, ele ia voltar já pra Minas, só que ela bebeu demais e caiu num córrego no bairro que a gente morava. Ela chegou em casa amarela, eu perguntei o que tinha acontecido, ela: “Nada, nada”. Só que a minha irmã mais nova contou. Nessa visita a São Paulo ela foi ver meu irmão, ele estava morando com uma família e ele estava com início de pneumonia. Ela fez uma sopa pra ele, ficou animado, tudo... Aí tudo bem, ela chegou em Minas. Começou a sentir muita dor nas costas, vai pro médico... Mas nesse mesmo tempo, fomos lá no mercado. Tinha um lugar que estava precisando de cozinheira, ela ia indicar minha prima, mas depois pensou: “Estou recebendo o auxílio mesmo, não estou fazendo nada, vou pegar esse serviço”. Começou a trabalhar e eu comecei a trabalhar numa firma lá, das duas às dez... Eu estava sem estudar.

Todo dia ela chegava dizendo: “Estou com dor nas costas”, porque ela já tinha uma tosse estranha, só que ela não fumava. Era tipo assim uma tosse de tuberculoso, né? Só que essa tosse aumentou. Então ela ia trabalhar bem, quando chegava aquela tosse e “Estou com dor nas costas”. Teve um dia de manhã que ela resolveu ir no médico, só que eu ia trabalhar. Ela levantou às cinco e eu fiquei olhando assim, sabe, parecia que era uma despedida mesmo. As dores dela foram aumentando e acabou internando... Esperamos meu pai para o enterro, adiamos o enterro, quando já não dava mais a gente foi pra enterrar. Meu pai chegou era meia noite do dia que enterrou, ele chorou muito, queria que desenterrasse... Meu pai chegou lá em Minas e trouxe todos pra São Paulo de volta. Na época as tias: “Ah, eu fico com fulano, eu fico com siclano”; meu pai falou: “Não, eu vou levar os oito. Se caso eu ver que eu não dou

conta...”. Aí voltamos pra morar nessa casa que ele tinha alugado, dois cômodos, um banheirinho do lado de fora, oito filhos e ele. Na época, a gente tinha um pouco de medo dele, né?

Meu pai e minha mãe só estudaram até a quinta série. Só que assim, as coisas que meu pai fazia, a quinta dele era igual uma oitava sabe? Ele era bem esperto. Quando meu pai nos trouxe, falamos: “Vamos pai, vê se tem vaga”. A gente ficava no pé dele direto, aí ele foi lá e: “Olha, não tem, porque agora tá esperando, tem gente que até desistiu, mas não vai lá dar baixa... Esse ano não vai dar”. E aí o que é que aconteceu? Ele arrumou serviço pra mim na *Ceralite*. Eu tinha catorze anos. Trabalhei nove meses lá. Quando a gente trabalhava, pegava o envelope, dava na mão dele, entrava às sete, levantava cinco, saía cedo. Eu achava um desaforo trabalhar e ainda ter que dar o dinheiro. Eu faltava. E ele insistia. Ficava em velório de gente que eu nem conhecia só pra dar tempo dele ir pro serviço e depois voltava pra casa, entendeu?

Quando voltei a estudar, eu já estava com quinze anos, na quinta série. Fiz a quinta, a sexta, sétima, oitava, tudo na mesma escola. Meu pai casou de novo, foi embora pra Minas, levou, falou que ia levar todos os menores. Na época eu tinha dezesseis, a outra dezesseis, ele ia deixar o de quinze. O dinheiro não deu, ia buscar depois, e ia levar a de onze e a de seis. Os três mais velhos, de dezoito, ele ia deixar, se quisesse. Aí eu falei: “Ah, injustiça, ele vai deixar o de quinze”, o de quinze estava muito assim... O Marcos, perto do pai, já tá dando trabalho, imagina ele ficando sozinho com os três mais velhos que não cuida nem deles... Falei: “Vou fugir, e ele leva ele no meu lugar”. Aí fiquei na casa de uma colega minha, só que a minha irmã, essa de dezessete, ela era muito grudada comigo.

Lá onde morava antes de me mudar com meus irmãos, eu, as outras meninas, a gente brincava na rua de vôlei, e teve um dia que eu estava brincando com as meninas, a dona Jaci me chamou, perguntou se eu queria trabalhar pra ela. Aí eu comecei a trabalhar, só no sábado. Eu falei: “É bom porque é o dinheiro da condução da escola”. Eu vinha a pé, porque senão o dinheiro não dava, eu ganhava eu acho que dois cruzado na época, nem me lembro qual era o nome do dinheiro. Eu vinha a pé que era de dia, e à noite eu

voltava de ônibus. Teve um dia que eu fiquei com medo ir pelos caminhos que eu sempre vinha. Cheguei em casa, esquentei o café, aí escutei um tiro que veio de uma das direções que eu ia. Depois deu um tempinho, deu outro tiro que veio da direção contrária. Aí no outro dia eu fui comprar pão, tinha um defunto onde eu passava à noite. Além disso, meus irmãos não compravam muito as coisas pra dentro de casa, era laranja, tinha uma semana que eu estava chupando só laranja, estava até amarela!

Cheguei pra fazer um trabalho na casa de Kate, que morava perto da casa de dona Jaci e quando eu cheguei lá, comecei a tremer. A mãe dela, a Wanda, disse: “Nossa, você tá passando mal, você tá gelada” e me perguntou: “Você quer comer?”. “Não, não”. “Ah, arruma, sim, um pouquinho pra ela”. Aí arrumou a comida, eu comi e parou a tremedeira. Ela disse: “Você estava era com fome”. Eu contei lá do negócio do defunto, e ela: “Você vai morar aqui até terminar o ano”. Eu estava na oitava série. Começou a aparecer mais serviços pra mim, apareceu a sobrinha dela, Mariana. Comecei a trabalhar pra ela dois dias na semana. O que eu sou hoje em dia é graças a ela, né? Ela era professora de Ensino Fundamental de uma escola pública.

Peguei três dias como diarista na Mariana. Ela estava grávida e era uma gravidez de risco, do Joaquim. Então fiquei três dias com ela, o sábado da dona Jaci, na quinta trabalhava no Itaim, pra um senhor... Sei que eu fiquei com a semana todinha. Nessa época eu fazia a oitava série. De vez em quando eu e a Kate brigava, parava de se falar, entendeu? Parava assim mesmo, ela começava a jogar indireta, que estava chegando o Dia dos Pais e que eu estava comprando roupa ao invés de comprar presente pro pai dela. Falei: “Ó, eu compro presente do Dia das Mães pra dona Wanda, que mãe eu não tenho. Mas pai eu tenho e eu mando dinheiro ou mando presente pra ele em Minas”. Eu trabalhava de segunda a sexta, eu não podia namorar; a Kate e a Franciene – irmã de Kate – podiam namorar. Eu dormia no mesmo quarto que as meninas. A Kate é da minha idade e a Franciene, dois anos mais velha do que eu. Para ir trabalhar, a gente usava a carona de seu Calixto, pai das meninas. Ficou de um final de semana eu lavar o carro, no outro final a Kate

e no outro final a Franciene, porém elas começaram a namorar. Sobrou o carro pra lavar só pra mim.

Essa família de pessoas que me abrigaram eram brancas. Um fato interessante era que eu era diarista. Eu ia toda de roupa social, gostava de andar com calça social, gostava de andar com a unha grande, sempre bem arrumada e aí levava minha roupa de faxina na bolsa. Quando eu ia, assim, no ônibus ninguém dizia que eu estava indo pra uma faxina. Tanto é que chegaram patroas assim: “Nossa, você se veste tão bem, ninguém fala!”, “Mas minha roupa do batente tá aqui, não é porque eu sou faxineira que eu tenho que andar suja, né?”. E a dona Wanda não se conformava porque a Kate trabalhava numa firma, a unha vivia cheia de graxa; a Franciene trabalhava num escritório e andava assim, sabe? Ela falava: “Nossa, Lélia, você que trabalha de diarista, você tá sempre andando chique, sempre com a unha feita...”. Às vezes, tarde da noite eu estava ali sabe, fazendo a unha e “Pra quê? Pra trabalhar de diarista?”, sempre ela jogava uma piadinha.

Eu estava estudando à noite e trabalhando de diarista, e sei que dois dias da semana eu estava fazendo atendente de enfermagem. Eu faltava esses dois dias, conversei com a professora, inclusive a de Ciências falou, não me lembro o nome dela: “Não, Lélia, o que precisar...”. Eu trabalhava de diarista, chegava na dona Wanda, Kate chegava meio com raiva, Franciene tinha um trauma daquele cabelo dela; tem foto em casa dela ela mexendo no cabelo. Eu tinha de ajudar dona Wanda na janta pra depois ir pra escola. Então, às vezes, eu saía tão correndo em cima da hora, que era uma descida, às vezes eu de bota. Teve uma vez que eu ia cair um tombo tão feio que eu comecei a rodar, me equilibrar assim, que eu já tava em cima da hora! Quando cheguei na escola a professora: “Que barra, né? Se fosse outro, já teria desistido”. Eu falei: “Mas eu não vou desistir”.

Na época eu usava *bob*, e eu percebia que eles queriam que eu parasse de estudar de qualquer jeito. Pra eles, não chegava a falar, mas pra eles um negro se vestindo do jeito que eu me vestia, e sempre assim, chegava do serviço assim, cansada, que você levar uma casa nas costas. Depois você chegar e olha, assim, uma tá no quarto, outra tá ali, e você chega, mal você joga a bolsa tem já de ajudar na

janta... Ajudava. “Então, vai”, dona Wanda dizia, eu saía correndo... Quando chegava da escola à noite, eu usava o cabelo curtinho, tudo, usava *bob*, e daí quando eu chegava, eu tinha que jantar, enrolar o cabelo e estudar. Aí eles já tinham falado pra mim: “Você escolhe: ou você enrola o cabelo ou você janta ou você estuda. Você não vai ficar com a luz acesa pra fazer essas três coisas”. Aí o que é que eu fazia? Eu deixava de jantar e de estudar e enrolava o cabelo. E às vezes enrolava o cabelo no escuro porque “Ah, essa luz já tá me incomodando...”, aí apagava.

O que é que eu fazia? Eu ia no ônibus estudando. Quando chegava nas patroas, eu ia lavar roupa tudo, eu punha um caderno aqui, esfregava, dava uma lida, esfregava, dava uma lida, era assim que eu estudava; eles não deixavam eu estudar em casa. Passou o tempo, a Kate estava fazendo o primeiro e eu estava fazendo a oitava e ela dizia: “Ah, Lélia, se você parar de estudar, eu paro”. Eu respondia “Se depender de mim, você não vai parar de estudar porque eu não pretendo parar. Eu não fui pra Minas porque meu pai queria me tirar da escola pra ir trabalhar!”. Eu lembro que quando eu estava trabalhando só pra dona Jaci, uma vez por semana, meu irmão daqui resolveu ir pra Minas a passeio, combinou com meu pai. Meu vô era vivo, meu vô era padraço da minha mãe, a gente costumou desde pequeno chamar ele de vovô. Ele me chamava de Lela, e ele começou a tirar um sarro de mim: “A Lela vai ficar aqui em Minas”. Eu: “Não vou, vô, por quê?”. “Não sei não, mas eu acho que eu escutei uma conversa aí... seu pai combinou com Robinho que não tem dinheiro pra...”, porque meu irmão que pagou a minha ida. “Eu não acredito, vô, eu vou-me embora a pé pra São Paulo, mas eu não fico aqui com essa madrasta chata. Eu não fico aqui, que meu pai vai arrumar serviço pra mim”.

E dito e feito. Precisavam de uma moça pra trabalhar lá numa casa de família, minhas irmãs todas estavam trabalhando em casa de família já, e na época, ela falou assim: “Como você veio de São Paulo”, acho que na época pagava mil lá... “Como você veio de São Paulo, vou te dar mil e quinhentos”. Eu sentada, escutando. A moça perguntava: “Você sabe cozinhar?”, e meu pai: “Sabe”. “Sabe passar pano?”, aí meu pai: “Sabe”; tudo perguntava, meu pai respondia.

“Nossa, ela é calada, né?”. “Não, ela é assim mesmo, mas tudo isso que você perguntou, ela sabe!”. E eu só matutando: “Eles acham que eu vou ficar aqui, mas eu vou embora”. Nisso, quando saímos de lá, meu pai falou assim: “Quanto você vai me dar? Porque a Marcela ganha mil, me dá setecentos, você vai ganhar mil e quinhentos, vai me dar quanto?”. “Tudo, pai”. “Tudo? Nossa, que beleza!”. Ele ficou todo satisfeito.

Lá em casa todo mundo trabalhava, o de treze anos já entregava jornal. Eu falei pra ele: “Me arruma um dinheiro”. Na época acho que a passagem de Minas era... Não lembro, eu sei que o que o meu irmão ganhava dava. Ele falou: “Cê tá louca, Lélia? O pai mata a gente!”. Eu falei: “Mas, Eduardo, não dá pra ficar aqui, eu deixei minhas coisas lá, tudo, não dá pra ficar aqui”. E ele me obedecia também. Eu falei: “Me dá o dinheiro!”. Ele: “Lélia, e se você for pra São Paulo?”. “Não vou, não, você acha que eu vou mentir pra você?”. Aí quando ele pôs o dinheiro na minha mão... “Vamos pra rodoviária?”, eu disse. Ele começou a chorar: “Lélia, o pai vai matar a gente!”. “Não vai, você fala pro pai que eu roubei seu dinheiro, que eu te bati e roubei seu dinheiro”. “Ai, meu deus, não vai adiantar!”, e continuou a chorar. Falei: “Calma, você fala pro pai que eu te bati e catei seu dinheiro!”. Pra deixar ele mais calmo falei: “Não, não vamos pra rodoviária, não vou comprar a passagem, vou comprar uma calça”, porque eu vi que ele ficou preocupado. Depois fui lá e comprei a passagem.

Antes de acabar a oitava série, eu queria fazer curso de cabelereira. E dona Wanda: “Imagina que um branco vai dar um cabelo pra uma negra cortar. Imagina, tem aquele boato, que o cabelo vai ficar duro, não sei quê”. Então ela tirou o meu sonho de ser cabelereira. Trabalhando de diarista, comecei a fazer atendente de enfermagem. Meu sonho era ser pediatra, né? E como a medicina é muito cara, eu falei, eu começo atendente de enfermagem, conforme for, eu falava pro meu pai, se tinha como ele pagar. Ele: “Ah, Lélia, era o meu sonho pagar uma faculdade pra você, mas não tem condições, ainda mais de Medicina”. Comecei a fazer atendente de enfermagem tudo. Dona Wanda começou a pôr um monte de coisa na minha cabeça, começou a falar, falar, falar: “Você vai desistir!”, e eu

dizia: “Não, dona Wanda!”. Cheguei até a convencer minha irmã mais velha, que ela tinha parado na terceira série em Minas. Fui na casa dela: “Cassandra, faz um curso de atendente de enfermagem”, “Ah, não, Lélia, eu sou fraquinha”. “Você fica na minha sala, eu te ajudo”. Levei, ficou uma semana, ela escrevia uma linha, eu já tinha terminado, escrevia a dela, ia ajudando. “Ah, Lélia, não tem jeito não, minha cabeça não dá”, mas eu continuei. Quando faltava os três meses de estágio, eu vi um acidente na Dutra, só estava o pé do moço pra fora, vi um pouco de sangue, eu tremia tanto: “O que é que eu vou fazer num hospital?”.

Assim, primeiro ela fez eu acabar com o de cabelereiro. Fez um martelar aquilo na cabeça: “Vai chegar gente assim, você acha que é moleza?”, falou, falou, falou... Faltando os três meses de estágio, desisti. Eu já estava trabalhando com Mariana, de diarista. E ela: “E aí, vai fazer os três meses de estágio?”. Eu falei assim: “Não, eu fiquei com medo”. Ela disse: “Imagina, Lélia, você não tem medo!”. Aí eu falei: “Não sei, eu estou com medo, eu vi o acidente, não vou fazer mais não”. Ela falou: “Quer saber, Lélia, se eu fosse você, você é doida pra trabalhar com criança... Por que você não faz o Magistério pra trabalhar com criança sadia?”. “Ai, Mariana, isso é difícil!”. “Como difícil? Paciência você tem, vontade você tem. Você acha, você queria trabalhar num hospital, você queria chegar...”... Eu queria pediatria... “Você quer trabalhar com criança, criança doente, você gosta de criança. Você gosta, então trabalha com criança saudável”. “Ah, mas aí é mais difícil...”. Ela: “Faz o Magistério”. Eu falei: “O que é que é isso?”. “Pra você estudar pra ser professora”. “Eu, ser professora? Não sei não, hein? Eu acho que é melhor ser pediatra”. Ela: “Não, pediatra é mais difícil, que a faculdade é mais cara”. “Tá bom, então”, eu disse.

Mariana queria que eu fosse morar com ela no Jaboatão da Serra, e eu enrolando. E ela: “E aí, Lélia, você vai”, que eles iam mudar dali. “Você vai mudar comigo lá pro Jaboatão?”. Eu falei: “Não sei”. “Mas, Lélia, fala, porque se você não falar, minha mãe vai em Minas buscar uma menina, né?”. Aí eu falei: “Ó, eu posso ir trabalhar com você com uma condição”. Ela: “Qual?”. Eu falei: “Eu esqueci de pegar o papel e ir lá na escola pra fazer a vaga do primeiro ano e eu

perdi e eu preciso continuar a estudar”. Ela: “Mas isso é fácil”. “Ah, então eu vou morar com você”.

Comecei o primeiro colegial, ela me matriculou da uma às seis e meia. Isso era horário pra eu estudar? Eu ficava, olhava as crianças, a casa, tudo, vinha a sogra dela ficar com as crianças pra mim ir pra escola. Por quê? O combinado era de eu estudar, só que a sogra dela gostava de uma pinguinha, chegava de fogo. Imagina que eu vou deixar uma criança de um ano e dois meses e um recém-nascido? Aí não ia pra escola. Nesse horário da uma às seis e meia, era na BR, pra ir eu conseguia ônibus, na volta não. Comprei uma bicicleta, comecei a ir de bicicleta, comecei a ir e voltar. E por ser na BR, às vezes os caminhoneiros jogavam o caminhão em cima de mim, eu caía no mato com bicicleta e tudo, eles faziam pra assustar, mas o medo era tanto que eu me jogava, sabe?

No quarto ano, eu briguei com o marido dela. Ele chegou em casa, certa vez, e disse: “A Lélia tem que sair da escola, não sei o quê, onde já se viu...”, aí foi só falando, falando. Aí deixei ele falar. Quando Mariana chegou, ela me disse: “É, o Adelson tava falando ‘esse negócio de você ir pra escola, porque não sei quê’”. Eu falei: “E você?”. “Eu falei pra ele que quando você veio pra cá, você veio com uma condição”. Ela falou que ele falou assim: “Não tem nada de condição, não. Se você quiser é assim, se não...”. “Ah, é?”, fui tirar satisfações com ele: “Olha, pra começar não sou sua empregada. Eu trabalho aqui pra Mariana. Eu não trabalho lá na sua fábrica. Quem me dá meu pagamento é Mariana. Então eu não te devo satisfação nenhuma, meu trato com ela era que eu ia continuar estudando...”, e discutimos feio. Mariana ficava: “Lélia!”. Aquele homem grandão, com medo. “Lélia, calma”. “Calma, nada!” e eu já de olho na cadeira... Eu já estava no quarto ano já, saí fui pagar aluguel. Nós discutimos feio, não tinha condições de eu ficar.

Acho que já era fevereiro, logo no comecinho do ano, Mariana estava trabalhando na escola, ela já ia sair, ela ia pra coordenação, e eles queriam que ela ficasse até dezembro. Ela falou assim: “Eu posso até ficar, desde que vocês deem a sala pra Lélia depois”. Eu estava no quarto ano e aí Mariana ficou até o tempo que desse pra eu assumir e assim eu comecei a trabalhar. Era uma escola do Estado.

Comecei a trabalhar, aluguei dois cômodos. Comecei a morar nessa casa sozinha. Eu tive depressão, quase que eu bati as botas. Eu com os sete irmãos, falava: “Ai, eu queria tanto ser filha única!”. Esse negócio de ficar dividindo, uma banana tinha que dividir pra cinco, seis, eu queria comer uma bolacha de maisena, tinha um pedacinho assim, aí ficava: “Ah, meu sonho, meu sonho”... Fui morar com Mariana, tinha liberdade, tudo, me sentia como se eu estivesse em casa mesmo. Tanto é que eu estava fazendo o Magistério e final de semana eu ia lá na dona Wanda e visitar meus dois irmãos.

Eu lembro de uma outra coisa! Quando eu chegava da casa de dona Wanda, eu dizia: “Ah, Mariana, não vou estudar mais não!”, e ela: “Por quê?”. “Ah, dona Wanda falou ‘Onde já se viu professora preta?’”, e ela: “Não acredito! Eu não sei porque você dá ideia pra essa minha tia! Ela tá acostumada com aquelas duas meninas dela que não quer nada com nada, e você...”. Dona Wanda conversava tudo e depois falava: “É, Lélia, desistiu de professora ainda não?”, “Ainda não”, e ela: “Só quero ver, professora preta!”. Eu vinha embora, não falava nada pra ela, mas vinha embora no ônibus revoltada... Fui fazer cabelereiro, ela falou; fui fazer enfermagem, ela falou; agora de professora, eu fiquei assim, chateada pra caramba. Cheguei pra Mariana e disse: “Ah, Mariana, não vou estudar mais não”. “Por quê?”, ela disse. “Dona Wanda falou que professora preta é meio difícil, não vou estudar mais”. “A tia Wanda tá acostumada com a Kate e a Franciene, que não deram em nada na vida, ela está querendo tirar seu sonho. Vou te proibir de ir lá”. E eu repeti: “Mas ela falou que não pode ter professora preta!”.

Eu tenho vinte anos de EMEI³! Continuo não sendo efetiva. Eu entrei na época em que se faziam contratos maiores e eles foram renovados continuamente, por isso me tornei comissionada. Fiz alguns concursos, mas ainda não passei. Em alguns deles, nem consegui chegar para fazer a prova! As professoras efetivas que entram agora ganham mais do que o que eu ganho. Eu não tenho o mesmo plano de carreira delas e só consegui mudar de posição na progressão da carreira quando apresentei meu diploma da faculdade. Eu acho que se eu não fosse professora eu estava como cabelereira. A

3 Sigla em São Paulo para a Escola Municipal de Educação Infantil, que atualmente recebe crianças de 03 anos e 11 meses a 04 anos e 11 meses.

minha mãe ela era cabelereira, então as meninas em casa tudo queria, quando crescesse, mexer. Tanto é que eu que faço minha trança, faço a da minha irmã; a mais nova ela é cabelereira mesmo, eu que faço minha unha, tudo.

Eu fiz faculdade em 2004. Fiz numa universidade particular, mas eu acho que Magistério me preparou melhor. A faculdade de Pedagogia eu não achei assim... Teve coisas que eu vi na faculdade que eu já tinha visto no Magistério.

O que Dona Wanda dizia me chocava, né? Eu percebia que ela era racista e que o racismo não tinha acabado, que eles falavam que o racismo já tinha acabado. Eu pensava assim, dependendo da situação, da atitude, você percebe que o racismo não acabou. Um negro mal vestido chega pra pedir informação, uma coisa, você acha que ele vai te roubar. Aí vem um branco, todo bem vestido, vem te roubar e você acha que ele vem te pedir uma informação. E chega assim em loja, dependendo, você chega, olha assim... Já chegou a acontecer, eles olham... Aí você entra: “Ô, pois não”, mas aí vem uma pessoa branca pra comprar: “Pois não”, te deixam até falando sozinha. Aí, aquela lá que chegou toda, aí... Uma vez, uma branca chegou toda arrumadinha, com pinta que ia comprar tudo... Aí chegou: “Ah, eu queria ver o preço disso”. Olhava, olhava, olhava... “Ah, tá obrigada, outra hora eu volto”. Chegou outro vendedor na mesma hora que não vai pela aparência, te atende bem do mesmo jeito, mas você ficou ali isolada. Aí ele veio, você diz: “Ah queria ver uma coisa, queria dar uma olhadinha”...

Quando eu fui comprar uma geladeira, eu entrei assim, a moça da loja me ignorou. Entrou uma outra, toda jeitosinha... Ela só olhou. E aí ela olhou, assim, pra mim: “Pois não”. Eu: “Ah, vou dar uma olhadinha na geladeira”. “Ah, tá”, e foi dar atenção maior ali, levando essa moça branca pra cima e pra baixo, mas ela deu tchau e foi embora. Aí o outro moço que veio: “Você já foi atendida?”. Eu falei: “Não”. Aí foi quando eu comprei a geladeira. Eu olhava assim pra ela, percebia que o queixo dela estava no chão. Porque aonde ela foi, ela não teve nada, e a que ela achou que não ia comprar, comprou. Eles iam muito pela aparência também, pela aparência, pela cor... Então o racismo continua... Apesar de eu estar morando com

a Dona Wanda, ela jogar as piadinhas, ela falava que não era racista. Mas só as piadinhas que ela falava, você percebia.

O pai da Mariana, acho que ele passou um aborrecimento com um negro. Então falavam pra mim que ele era racista. Só que eu então cuidava dos netos dele. E no comecinho ele não falava comigo, depois ele começou a conversar comigo. E eu também ficava meio afastada dele porque já sabia que ele era racista. Ele que chegou pra conversar comigo: “Nossa, você é bacana, você é legal, não sei o quê”. E eu falei: “Mas por que que o senhor tá falando isso?”. “Não, por nada”. Eu falei: “O senhor quer dizer que só porque um negro pisou na bola com o senhor, o senhor acha que todos os negros vão fazer a mesma coisa. Ele falou: “Bem, não, não é...”, que a Mariana já tinha me contado da história. Aí eu falei: “É, quem vê cara não vê coração”. “É, você é muito bacana. Pena que eu demorei de me aproximar de você, mas ainda deu tempo”. Quer dizer, ele ficava afastado porque um tinha feito alguma coisa com ele.

No mutirão que eu trabalhei, quando eu morei com minha irmã, era um mutirão de várias casas. Chegou piadinha assim: “Ah, ela fala que é professora, vai ver que limpa banheiro da escola, a gente não sabe, chega aqui falando que é professora. Aonde já se viu, uma negra tá trabalhando de professora na escola?”. E aí chegava as colegas minhas de carro, ia lá ver e tudo, e os outros iam comentar: “Eu acho que ela deve ter um cargo importante lá sim, porque ó as pessoas que vem procurar ela de carro, né?” E isso foi uma loira que falou que morava lá. E ela era casada com um negro.

Quando teve a formatura da faculdade, várias turmas juntas, da faculdade inteirinha, só tinha eu de negra, entendeu? E numa outra turma tinha um negro. Primeira coisa que meu marido viu foi isso. Na minha sala só tinha eu também. Acho que eram mais de quatro, cinco, seis, sete turmas se formando naquela época. Então ele falou: “Do mesmo jeito que eu reparei aquilo, outras pessoas repararam. Ali, de sete a dez formandos, ali de turmas formandos, você era a única negra ali. E uma que você começou e você não desistiu, foi até o final”.

Eu nunca estudei sobre a história dos negros. Eu já cheguei a fazer trabalho com os alunos. Ano passado eu trabalhei em Santos,

aí eu percebia que as crianças negras, elas tinham assim vergonha, receio, tinha um pouco de dificuldade em trabalhar a cor dela, né? Antes de fazermos o trabalho da consciência negra, as quartas séries eram rodízio, seis quartas séries. Então eu passava em várias salas, tinha duas meninas, uma negra, outra mais ou menos, aí elas chegavam: “Ah, professora, fulana me chamou de neguinha”. “Ah, não liga, não sei quê, não sei quê”. Depois veio de novo. Aí, num dia, ela me pegou de cabeça quente, falou: “Professora, fulano me chamou de neguinha”. Eu falei: “Ah, lindinha, fulano te chamou de neguinha porque você é pequenininha, fosse eu ia chamar de negona. Você tem alguma coisa com a sua cor?”. Ela: “Não”. Aí ela parou: “Professora, ele me xingou de neguinha”. “Ah, ele te xingou? Tem certeza? Você é pequena, tá te chamando de neguinha, se fosse eu ia falar negona”. Estaria te xingando se tivesse te chamando de amarelinha, japonesinha?”.

Quando eu era pequena, eu percebia que a professora chegava sempre perto das loirinhas, daquelas que tinham o material mais arrumadinho, evitava chegar perto dos negros. Aquele que ia com a roupinha mais, sabia que era uma criança humilde, ela não chegava muito perto. Então eu, desde que eu comecei, eu aproximo e me identifico mais com aquela criança mais carente, com aquela criança negra, com aquela que eu vejo assim...

Pra chegar até aqui foi muito difícil, eu tive várias chances pra desistir mesmo, porque tarado correu atrás. Eu passei por muitas coisas, mas aí não sei se foi a vontade mesmo de estudar e a vontade de vencer, sempre olhando pro meu pai tirando a gente da escola, nem se importando. O negócio dele era trabalhar e dar dinheiro, não importava.. Ele faleceu tem... Seis anos que ele faleceu. Aí quando eu comecei a fazer... Porque até os vinte e um anos ele vinha aqui direto, e ele falava: “Nossa, que orgulho, a que eu deixei lá sozinha, está fazendo uma faculdade”. Eu sempre falava pra ele, quando eu era pequena, que queria fazer faculdade de Medicina. Ele me dizia: “Não pude bancar os seus estudos e você conseguiu!”. Eu falei: “O senhor vai ser meu padrinho na faculdade”. Aí ele falou: “Os que eu trouxe para Minas que ficaram perto de mim, nenhum deu em nada...”.

Eu fiz a formatura da faculdade. Minha formatura foi em janeiro, ele faleceu em outubro, dia seis de outubro. Eu não fiz minha formatura da oitava série que a Dona Wanda não deixou... Ela falou: “Não, as meninas não fizeram; você não vai fazer também”. Quando foi a do Magistério, eu não estava em condições de fazer. Quando chegou a da faculdade, pensei: “Nossa, é um sonho pra mim fazer a formatura”. E já estava tudo programado, o pai vai ser o padrinho, tudo. Quando chegou dia seis de outubro ele faleceu. Mesmo assim, de coração partido, fiz a formatura. Chegou a hora que eles vão falando dos pais, as pessoas, tudo, me emocionei. Eles deram uma rosa só pra entregar. De repente, eu levantei com um buquê lindo: “Quem tiver de homenagear alguém...” Eu dei o buquê pra Mariana. Ela não esperava, assim, ela ficou assim, sabe? Eu falei pra ela que ela tinha sido muito importante e na hora que eu mais precisei, ela fez o papel de mãe, de pai, quando eu pensava em desistir, ela me puxava pra cima.

Referências Bibliográficas

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. *Histórias de Ébano: professoras negras de educação infantil da cidade de São Paulo*. São Paulo, 2012. Dissertação em Educação – USP.

Gênero e fases na história de vida de Maria de Lourdes Tarchiani Prata, moradora do Lar dos Velhinhos de Campinas

Vanessa Paola Rojas Fernandez¹

A história de vida de Maria de Lourdes Tarchiani Prata faz parte do projeto *Memória Institucional do Lar dos Velhinhos de Campinas*, que tem como objetivo constituir, conservar e disponibilizar um acervo de memória da instituição. Em janeiro de 2012, quando já estava em andamento um trabalho de conservação das fontes documentais existentes na centenária instituição², isto é, fontes escritas, iconográficas e materiais, realizado por profissionais voluntários, iniciei um trabalho de registro de histórias de vida de idosos moradores do local, segundo os procedimentos utilizados no Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP). Visualizei neste trabalho a ampliação de seu acervo de memória, agregando as histórias de vida da contemporaneidade ao conjunto documental do passado, assim como a produção de conhecimentos sobre a instituição e a velhice institucionalizada, a partir dos relatos daqueles que a vivenciam.

O uso do método da história oral com pessoas mais velhas tem demonstrado que estas são participantes valiosos no processo de coleta de dados e que, por sua vez, beneficiam-se psicológica e socialmente ao desempenhar o papel de informantes: “do ponto de vista psíquico, afetivo, emocional, a pessoa que envelhece só poderá ter a noção de que as informações de que dispõe são preciosas, e não um fardo inútil, se seu meio se interessar por ela, ou seja, se as acolher

1 Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), doutoranda em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: vanessist@hotmail.com

2 A instituição foi fundada em 25 de julho de 1904, com o nome “Asylo de Mendigos”, e inaugurada em 10 de dezembro de 1905, com o nome “Asylo de Invalidos”.

como interessantes ou úteis” (SIMSON e GIGLIO, 2001). Nesta perspectiva, encontra-se aí em desenvolvimento, desde o início de 2016, um outro trabalho que utiliza a história oral como fonte de pesquisa, valorizando a memória e a experiência dos moradores do Lar dos Velinhos de Campinas³.

A entrevista com Maria de Lourdes foi realizada em janeiro de 2015. Alguns procedimentos teóricos e metodológicos do trabalho já haviam sido explicados a ela anteriormente, tais como o uso do gravador de áudio, as vantagens de uma entrevista com ampla liberdade para narrar e algumas etapas do processo de pós-entrevista, tais como transcrição, textualização, transcrição e validação, construindo, assim, uma relação de colaboração (MEIHY, 2005; MEIHY e HOLANDA, 2007; MEIHY e RIBEIRO, 2011).

Mais conhecida como “dona Lourdinha”, esta senhora de 89 anos de idade residia então há um ano e meio na instituição e, na data marcada, aguardava-me visivelmente satisfeita por ter sido convidada a contar a história de sua vida. Vaidosa, simpática e sorridente, as memórias evocadas alteraram o seu semblante durante a gravação. Maria de Lourdes ficou triste e emocionada ao narrar o seu passado, chorando em vários momentos de recordações. Sua história de vida revelou dilemas comuns a várias mulheres de sua geração e classe social.

Nascida em 1925 em Itu/SP, descendente de imigrantes italianos, branca e de origem “nobre”, Maria de Lourdes teve *infância* e *juventude* marcadas pelo autoritarismo dos homens envolvidos em sua trajetória: primeiro, aos 11 anos de idade, sofreu uma tentativa de estupro de seu próprio pai. A mãe, impotente em uma relação patriarcal, nada pôde fazer ou opinar sobre este e outros abusos cometidos pelo marido alcólatra. Como forma de resistência e de fuga, Maria de Lourdes procurou ficar longe do pai “o máximo possível”, dedicando-se aos estudos: pintura, costura, bordado, música; primário, ginásio e colégio normal. Depois, ainda como forma de resistência e de fuga, casou-se aos 22 anos com um homem muito mais velho do que ela, sem o amor idealizado para uma união

³ A pesquisa, em nível de Doutorado, encontra-se em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Universidade de Campinas sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Olga Rodrigues de Moraes Von Simson.

conjugal, mas a quem apegou-se “com o tempo”, embora ele fosse muito ciumento e cometesse, “de vez em quando”, atos de violência física contra ela. Nesta relação, era o marido quem decidia as questões familiares, tais como o uso da renda doméstica e as várias mudanças de casas e de cidades empreendidas pela família.

Na *maturidade*, Maria de Lourdes passou a liderar as questões familiares. Vivenciando um período de decadência financeira, com o marido “muito velho”, os dois filhos mais velhos já casados e ainda criando o filho mais novo, especial, ela passou a cuidar da sede de uma instituição religiosa e de caridade em troca de habitação e outros benefícios, em Piracicaba, onde permaneceu durante 20 anos, um período “feliz”. Após o falecimento de seu marido, ela ali continuou com seu filho especial, até o momento em que, por motivos de saúde, teve que retornar para sua cidade natal, Itu.

Na *velhice*, antes de chegar ao Lar dos Velinhos de Campinas, Maria de Lourdes viveu em outra instituição para idosos, um período com sua irmã mais nova, ambos em Itu, e um tempo com o filho mais velho, em Campinas. Ela relatou que foi bem tratada na instituição e que foi mal tratada pelos familiares, com os quais vivenciou situações de desprezo e até de violência. Vivendo atualmente no Lar dos Velinhos de Campinas, viúva e com os três filhos já falecidos, ela divide-se em suas opiniões e sentimentos em relação à velhice institucionalizada. Entre as suas insatisfações, estão a convivência com outras pessoas, diferentes dela no quesito “educação”, e alguns detalhes próprios da entidade, como a ausência de uma toalha de mesa no refeitório. Entre as suas satisfações, estão as amizades com os dirigentes, funcionários e visitantes da entidade, e a natureza que envolve o local, onde ela pode apreciar as árvores e os pássaros, inspirando-se para suas atividades cotidianas: poesias, músicas, desenhos, pinturas, bordados... São afazeres que ela cultivou ao longo de sua vida, plena de episódios traumáticos e exitosos, com trajetória, vivências e experiências particulares, mas que também pode representar tantas outras mulheres de nosso país.

Eu encaro a velhice... Eu tenho 89 anos, mas eu não perco um minuto do meu dia: se eu não estou escrevendo, eu estou desenhando, se não estou desenhando, estou fazendo outras coisas...

Eu nasci no dia 16 de novembro de 1925, em Itu, sou ituana. O meu nome completo é Maria de Lourdes Tarchiani Prata. Eu sou descendente de família de italianos, minha família vem da alta nobreza de Pádua, lá da Itália. Tarchiani com Schincariol também, minha família...

Eu tive uma vida um pouco sofrida na infância... Primeiramente, o meu pai casou-se com a minha mãe porque precisava casar. É que a família do meu pai, que era da alta nobreza, não consentia que um membro da família casasse com uma pessoa que não fosse da nobreza, que fosse plebeu. Mas a minha mãe, embora sendo de uma família muito boa, que graças a Deus era, não foi aceita inicialmente pelo meu avô, o meu *nono*, pai do meu pai, que não consentia no casamento deles. Então eles tiveram que fugir. Mas do jeito que eles saíram, assim contava a minha mãe, eles voltaram, ou seja, purinhos. Só que já ficava feio pra família, porque tinham fugido, foi aí que meu *nono* teve que aceitar o casamento.

Com o tempo, eu nasci e meu *nono* me roubou dos meus pais, ele falava: “A Nina é *mia*, é *mia*, *mia*!”. Ele achava que eu era dele e não dos meus pais! E foi aquela guerra, aquela coisa toda, mas no final eu fiquei mesmo com meus pais. Eu brincava muito naquela época, eu jogava bolinha de gude com os moleques, eu fazia pipa e empinava, eu fazia balão... Ih, mamãe ficava brava! Sabe o que eu fazia? Esses pneus antigos, eu entrava dentro, numa descida assim, e eu falava pra quem tava perto: “Me solta”, eu saía que saía rodando naquele pneu, até me virar! Eu gostava de pescar, gostava de pular corda, ninguém pulava corda como eu, apostava corrida, brincava de pega, ô meu Deus, que saudades dessa época!

E assim foi indo, eu fui crescendo e já fui entendendo mais as coisas... Porque naquele tempo não era como é hoje... Chegou a idade de ir pra escola, fui fazer o primário. No primário, eu era uma das primeiras alunas. Quando eu estava com 11 anos, a minha professora da terceira série me levava pra casa dela quando termi-

nava a aula, ela falava: “Lourdinha, vamos pra casa”, porque ela era professora do primário e era também professora de piano e de canto, então eu ia pra casa dela depois da aula, pra estudar música. Com 11 anos eu já cantava no coral da escola! Ah, eu era muito feliz nessa época! Eu tive uma parte muito triste, sim, com meu pai, mas eu deixei pra lá...

Eu nunca falei com ninguém sobre essa parte triste da minha vida, mas agora vou falar... Meu pai abriu uma pastelaria em Itu e lá a gente tinha muitos fregueses, atendia muitos bares e eventos. E na nossa casa, naquele tempo, não tinha fogão a gás, era fogão a lenha. Eu estava com esses meus 11 aninhos e era eu quem fritava os pastéis, mas eu era muito pequena pra alcançar o fogão, então eu tinha que subir num banquinho e fritar. Com apenas 11 aninhos, era o dia todo aquele trabalho, a gente não tinha tempo nem de fazer uma refeição direito! Morava uma tia conosco, irmã da minha mãe, que também ajudava, e tivemos que arrumar uma doméstica pra fazer o serviço da casa, porque todo mundo ajudava na pastelaria, era muito serviço, muito trabalho. E assim foi aquela luta diária... Um dia, eu tava muito cansada e, numa folguinha, pensei: “Vou me deitar um bocadinho”... Aí meu pai, vou falar uma verdade, ele era alcóolatra, infelizmente... Eu tava deitada, cansada, eu era garota, magrinha, muito inocente, e aí meu pai chegou no meu quarto e tentou me estuprar... É muito triste essa história, eu não me esqueço nunca, eu choro muito quando me lembro e eu não conto isso pra ninguém, porque eu tenho vergonha... Mas eu não sabia o que era aquilo, eu só sei que eu me defendia dele, mas eu não podia com a força de um homem, então eu gritei por socorro, aí vieram minha tia e a doméstica, me tiraram e jogaram ele de lado... Graças a Deus não aconteceu nada, eu fiquei do jeito que eu era, intacta, mas isso me causou muita revolta... A minha mãe quase morreu, mas acontece que como a família era nobre, tinha que ficar tudo por debaixo do pano, não podia transparecer! E a minha mãe também sofria demais com ele, ele castigou muito a minha mãe, uma mãe linda, maravilhosa que eu tive, porque ele era alcóolatra, era horrível...

Aí eu procurava ficar longe do meu pai o máximo possível. Foi aí que eu comecei a estudar pra ficar longe de casa: era pintura,

costura, colégio de freiras, fiz tudo o que eu pude fazer de estudos, só coisas boas, pra me aprimorar e ficar longe de casa. A minha família era muito nobre e muita coisa ficava por debaixo do pano, como essa história, porque numa família nobre esse escândalo não poderia nunca vir à tona! Outras coisas também, quando eu estava com 16 anos, meu pai tentou me enforcar no portão da nossa casa, é que o meu pai amava mais à minha irmã Isabela do que às outras, porque ela puxou mais a ele, o lado italiano moreno. Eu já não sabia mais o que fazer da minha vida, eu não sabia se eu ficava em casa ou se eu ficava pra rua... Eu sofro muito ainda hoje quando me lembro disso... E assim eu continuei estudando, me formei professora de Matemática, eu amava matemática! Naquele tempo não havia faculdade, a gente tinha que fazer primeiro o primário, depois a gente fazia o ginásio e por último a escola normal. A escola normal naquele tempo representava a faculdade de hoje. Tanto é que eu estudei tudo em Itu, mas fui me formar em Piracicaba, na Metodista, que hoje fala PUC. E estudei música, violino, literatura, bordados, pintura, aprendi tudo o que uma jovem de família como a minha tinha que aprender. Assim eu fui estudando, estudando, estudando até meus 22 anos, quando casei.

Eu trabalhava como dama de companhia de um senhor italiano de 100 anos de idade, o “velho Pianutti”! Ele era de uma família muito rica, a família dele morava em São Paulo e eu tomava conta dele lá em Itu, na casa dele, era uma bela casa. Inclusive as filhas dele gostavam muito de mim, elas queriam que eu me casasse com ele, pra ficar com uma parte da herança dele, mas eu pensava: “Meu Deus, ele é muito mais velho do que eu, tem o dobro da idade do meu pai, como é que eu vou me casar com um homem desse?”. Imagina, eu era jovem, eu era linda, pra se ter uma ideia, eu tirei em segundo lugar num concurso de beleza! Eu não tirei o primeiro lugar porque não tive altura suficiente, mas de resto eu tinha tudo: beleza, postura... Um dia, eu tava saindo da casa do velho Pianutti e conheci um senhor chamado Astrogildo Prata. Esse senhor era de Uberaba, Minas Gerais, e estava em Itu trabalhando na Fundação da Casa Popular, onde ele era um dos chefes. Sempre que eu saía da casa do velho Pianutti para ir para a casa dos meus pais, eu tinha

que passar por ele, não tinha outro caminho, aí ele vinha até mim e se declarava: “Quer namorar comigo?”. Toda vez era isso, quando eu ia e quando eu voltava: “Quer namorar comigo?”. E assim foi, durante muito tempo. Um dia, eu respondi pra ele: “O senhor não se olha no espelho não? O senhor é mais velho que o meu pai”! E era mesmo. Mas ele não levou em consideração o que eu falei, continuava insistindo. E eu pensava: “Eu não vou me casar com um homem muito mais velho do que eu, eu sou jovem!”. Mas com o tempo, eu fui mudando de ideia, porque eu comecei a pensar: “Meu Deus, que situação a minha! Eu não precisaria trabalhar, ser babá de pessoa de idade, e eu quero me ver livre de uma vez por todas do meu pai”... Foi assim que eu resolvi aceitar o pedido dele! Lembro que eu chorava muito, que eu me sentia humilhada pelo meu pai ter feito o que fez, eu não amava o meu pai, eu fiquei com aquilo guardado dentro de mim...

Quando me casei, eu tinha 22 anos e ele 60! O Astrogildo era viúvo e tinha um filho do primeiro casamento que era mais velho do que eu, esse filho era médico e morava no Rio de Janeiro! Então nos casamos e fomos embora para o Rio... Foi um casamento simples, no civil, com juiz e testemunhas. E casamos com separação de bens, devido à idade dele. Eu não sabia nada da vida dele, nada mesmo! Depois de muito tempo que eu fui saber que ele tinha duas patentes do exército, uma de primeiro-tenente do presidente Getúlio Vargas e outra de chefe de artilharia montada. Isso porque eu vivi todos os anos de minha vida casada com ele numa vida de militarismo, eu não podia sair à janela ou fazer amizade com vizinhos, que ele era muito rígido! Mesmo assim eu tinha uma vida maravilhosa, apesar de vez em quando eu apanhar, eu tive uma vida maravilhosa, porque eu sei que ele me amava muito. E eu, no começo eu não o amava não, vou falar a verdade, eu casei pra fugir do meu pai, mas com o tempo, com o passar dos anos, eu fui me apegando muito ao meu marido, tanto que até hoje ele me faz muita falta... Então eu vivi muito bem com meu marido, com tudo o que ele me batia, por ciúme, eu era muito feliz e agradecia a Deus por ter saído das garras do meu pai, daquela vida sempre com receio de meu pai!

Quando fomos pro Rio de Janeiro, nós compramos um aparta-

mento duplex no Jardim Botânico! Ah, eu me lembro até hoje, eu não me esqueço nunca, ficava na rua J. J. Seabra, apartamento 22. Pra chegar na Lagoa Rodrigo de Freitas, era só atravessar uma avenida! Do meu apartamento, do segundo andar, a gente via a corrida de barco a velas!

Depois adquirimos outro apartamento, mas sabe como é mineiro? Mineiro não esquentava lugar! Mudamos pra Uberaba, que era a terra natal de meu marido. Ficamos uns dias na casa da irmã dele e mudamos de novo, fomos pra Porto Novo do Cunha, também em Minas. Lá ele se enveredou por lavouras de tomate na fazenda do tio dele, mas começou a perder dinheiro, perder, perder... Voltamos para o Rio de Janeiro. Ai meu marido já tinha vendido o apartamento que morávamos antes, compramos outro apartamento e em seguida ele já pensou em ir pra Barra do Piraí, cidade vizinha do Rio. Ali ele continuou com lavoura, mas de novo nos mudamos, fomos pra Volta Redonda, terra do aço, onde ele continuou com lavoura de tomate e onde ele tornou a perder... Aí fomos pra Londrina. O meu marido não parava em lugar nenhum, ele não esquentava lugar! E assim a gente foi perdendo tudo o que tinha, ficamos na miséria... De tudo o que eu tive na minha vida, fiquei na pura miséria... Eu me emociono lembrando...

Eu sei que ali em Londrina nós estávamos vivendo muito bem, porque ele trabalhava na firma de um primo dele e a gente tinha uma bela de uma residência, que era desse primo, meus filhos frequentavam o melhor colégio, onde os filhos do primo dele também frequentavam, mas aí a minha mãe, que ainda era viva, começou a escrever pra gente: “Volta pra Itu, volta pra Itu”, e nós voltamos pra Itu. Eu não queria ir, porque eu estava muito bem lá, eu tava feliz da vida, mas meu marido danou em querer voltar pra Itu.

Chegamos em Itu, a minha mãe já tinha arrumado uma grande casa para nós, alugada, em um lugar chamado Novo Itu, que era um lugar só de residências. Depois compramos uma parte da fazenda que era do meu *nono*, pai do meu pai. O meu *nono* era muito rico, ele tinha uma fazenda enorme em Itu e tinha também uma rede de açougues, eram três açougues na cidade. Quando ele morreu, compramos uma parte da fazenda que ficou pro meu pai, que era uma

parte enorme, e começamos a construir uma casa. Mas depois o meu marido vendeu esse terreno, eu nem sabia por que, que o meu marido era muito autoritário, mesmo eu sendo casada no papel, era ele que resolvia tudo sozinho, e eu era muito bobinha naquela época, inocente de tudo... Então ele vendeu o terreno e comprou uma chácara, onde nós abrimos uma granja, mas aí ele também deu fim na granja e nós fomos morar numa casa de aluguel. Aí ele abriu uma fábrica de condimentos. Nessa época, eu tinha dois carros pra fazer as entregas dos condimentos, eu enchia a minha *Variant* de condimentos e saía pra fazer entregas nas cidades vizinhas, ia pra Piracicaba, Americana e outros lugares. Só que o meu marido ficou devendo pra escritório, eu tive que vender a minha *Variant* pra pagar escritório, pra pagar as dívidas e andar com a cabeça erguida! Depois de um tempo, a empresa faliu e nós perdemos tudo, daí meu marido falou: “Vamos pra Piracicaba” e nós mudamos de novo!

Em Piracicaba, meu marido alugou uma casa muito boa, vivemos ali um tempo e mudamos pra outra casa, onde em frente ficava a Sede Particular São Vicente de Paulo. Ali meu marido ficou devendo aluguel de casa e eu não sabia o que fazer, onde estavam as patentes e o dinheiro? Eu nunca vi! Ele dormia com a carteira debaixo do travesseiro! Tive que dar meu carro pra pagar o aluguel, ficamos totalmente na miséria... Miséria, miséria mesmo! Ele muito velho, eu com filho especial, outros dois filhos casados que não davam a mínima, só sei que eu dei o meu carro pra pagar aluguel de casa. E ficamos naquela vida terrível de pobreza...

Assim foi a minha vida... Olha, eu nunca vi homem pra andar como aquele! E tudo isso com três filhos, sendo um deles especial! O primeiro filho que eu tive, ele nasceu morto. Logo em seguida eu tive o mais velho, Osvaldo Luís. Depois eu tive o terceiro, que foi o Maurílio. E por último, levou um pouco de tempo, eu tive o Evaldo, que com seis anos de idade teve uma convulsão e ficou especial. Assim a gente foi indo, uma vez fomos pra um lugar que não tinha nem escola, só um colégio bem pequeno para os que moravam lá. Outra vez, meus filhos começaram a me julgar, porque eu tinha posto eles em colégio interno, mas não foi nada disso, essa era a única opção que tinha na época, inclusive tinha muitas crianças lá e eu

sempre ia visitá-los, a gente procurava dar o melhor pra eles, a gente não ia deixar eles sem estudo, tanto é que eu dei muito estudo pra eles... Mas um dos meus filhos foi estuprado nesse colégio interno, ele me disse depois...

Um dia, eu ouvi alguém chamando no portão da minha casa em Piracicaba e fui atender, era a esposa do presidente da Vila Vicentina. Os vicentinos praticavam muito o bem, ajudavam os pobres, e a sede deles ficava na frente da minha casa e o presidente também morava nessa rua, na esquina da minha casa. Esta senhora, a esposa do presidente, ela se chamava Isabel, sabendo de nossa situação, bateu no meu portão e disse: “Lourdinha, eu vim trazer pão e leite pro seu filho”... Eu já passei por muita coisa triste, por isso que eu choro quando me lembro, eu me senti tão humilhada... Eu me senti tão humilhada, mas eu agradei a Deus, porque eu não tinha o que dar pro meu filho especial no outro dia! Depois, no dia seguinte, o esposo dela, o presidente da Vila Vicentina, que era uma pessoa maravilhosa, chegou com um saco de alimentos enorme pra mim, não era cesta, era saco mesmo, aqueles de linhaça, daqueles que os vicentinos dão com alimentos pros pobres, tinha de tudo! Bom, isso foi no dia seguinte, aí no outro dia, Deus é muito bom mesmo, o senhor João, que era o presidente, foi lá na minha casa de novo e falou: “Dona Maria de Lourdes, os vicentinos que tomam conta daqui da sede vão ter que sair, a senhora não quer ir morar lá e tomar conta de lá?”. Puxa vida, eu levantei as mãos pro céu! Imagina, eu estava com meu marido adoentado, porque ele já estava bem velho mesmo, filho especial, sem dinheiro, sofrendo, foi a minha salvação! Eu agradei muito a ele, disse: “Seu João, que bênção, é a graça de Deus que está me ajudando”, e no dia seguinte, assim que o casal que estava lá saiu, eu fiz a minha mudança pra lá!

Durante 20 anos eu morei ali e ali eu fui feliz. Ali eu tinha uma bela de uma casa, tinha água, tinha luz, tinha alimentação, tinha roupas, calçados, ajuda pro meu filho especial, que onde precisasse levar ele, eles levavam de carro. Eu sei que foi uma vida maravilhosa, que eles era muito bons, muito amigos, muito acolhedores... A casa era de três andares e eu morava no primeiro andar. No primeiro andar ficava também o depósito de alimentos e de roupas. O meu ma-

rido já tava velho, velho, assim mesmo ele me ajudava um pouco no trabalho de separar os alimentos que eram doados aos pobres, que era muitos pobres que eles ajudavam, então tinha muitos alimentos. O segundo andar era a sala de reuniões dos vicentinos, tinha um hall muito grande na entrada, uma cozinha, dois banheiros, sendo um feminino e um masculino, e as salas de reuniões. Lembro que muitas vezes eles me convidavam pra participar das reuniões, eles diziam: “Dona Lourdes, venha fazer parte”, e eu ia, eram muito bonitas as reuniões deles. E o terceiro andar era um salão de festas.

Ali eu tomava conta de sete conferências, eu me lembro até hoje: São Pedro, que era a conferência que o senhor João era o presidente, da Igreja de São Pedro; Divino Espírito Santo; Menino Jesus, que era só de jovens; Imaculada Conceição; Santa Ana; Santa Rosa; Santa Inês. Sete conferências, cada conferência com uma porção de vicentinos, tanto mulheres como homens. E ali eu fui vivendo, eu fui participando da reunião deles, até que um dia eles me fizeram vicentina! Eu recebi a imagem de São Vicente de Paulo, que era um santo que andava nos desertos entregando alimento pros pobres, e essa é a função dos vicentinos, ajudar aos pobres, recebi uma bíblia e um terço, com os quais a gente orava em todas as reuniões, nós rezávamos o terço em agradecimento a Deus e a São Vicente de Paulo.

Ali eu também encontrei muitos perigos, porque muitas vezes pulava ladrão lá, querendo roubar os alimentos. Quantas e quantas vezes! Bandido mesmo, daqueles com a cara toda retalhada, não sei se de lâmina ou de navalha, às vezes ia sozinho, às vezes iam em dois, era muito perigoso! O muro da casa era muito alto, mesmo assim eles pulavam, e quando eles pulavam eu escutava o barulho de lá de dentro, então eu apagava a luz da casa inteira, que eu já tinha a chave do recondutor dentro do meu quarto, e acendia as luzes de fora, aí eu via os bandidos! Teve uma vez que um deles mexeu na fechadura da porta e falava: “Abre a porta”, queria que eu abrisse a porta! Era tarde da noite, meu marido doente, eu com meu filho especial, não tinha um guarda, uma policia, nada... Olha, eu fui uma mulher muito corajosa! E depois, durante um tempo, eu fiquei sozinha aí, depois que o meu marido faleceu, quando ele tinha 93 anos de idade, era eu sozinha ali com o meu filho especial. Assim foi

a minha vida, durante longos 20 anos, até que eu tive um problema de saúde e me mudei de lá.

Eu tinha uma pia de mármore branca, uma pia muito linda, grande, que quanto mais eu limpava, mais branca a pia ficava e mais branca eu queria ver a pia. Eu comecei a usar muito produto químico nesta pia e eu não me protegia, fazia a limpeza sem luvas, sem nada. Um dia, eu senti que eu ingeri aquele produto e aquilo me fez muito mal, eu amanheci com uma bolha em cada perna, uma bolha com um líquido grosso meio amarelado. Fui ao médico e ele me disse que seria necessário fazer uma cirurgia, que era muito grave aquilo. Aí eu voltei pra casa e liguei pra minha irmã Isabel, que morava em Itu, e pedi que ela fosse pra Piracicaba ficar com o meu filho enquanto eu fizesse a cirurgia. Só que a minha irmã não quis ir pra Piracicaba, ela me disse que eu fosse pra Itu, ficar lá e fazer a cirurgia lá. Ali começou a pior parte da minha vida...

Eu nunca vou me esquecer, vou morrer com isso, porque dali a minha irmã me tirou da minha casa em Piracicaba. Eu fechei a porta de casa e só peguei as duas patentes do meu marido, que depois me foram roubadas, uma pelo meu filho mais velho, o Osvaldo, e outra por essa minha irmã. Eles pegaram as patentes para ver se conseguiam receber alguma aposentadoria do meu marido pelo Exército, mas nunca mais me devolveram. Eu nem sei se eles conseguiram receber alguma coisa, eu sei que eu nunca recebi nada disso e que essas patentes são minhas, porque eu sou a esposa, eu sou a viúva, eu as quero de volta!

Depois que o meu marido morreu, eu só tenho sofrimento na vida... Eu saí da minha casa, da casa dos vicentinos em Piracicaba, e fui pra Itu fazer a minha cirurgia. Fiquei um tempo hospedada na casa da minha irmã e depois fui morar num asilo, também dos vicentinos, que se chamava Lar de Idosos da Vila Vicentina, onde morei durante 8 anos, em Itu. O meu filho do meio, o Maurílio, era o único que ia me ver quando eu estava lá... O mais velho, o Osvaldo, nunca foi. E o Maurílio ia me ver todos os meses, inclusive eu fui morar uns tempos na casa dele, em Porto Feliz, mas eu achei que estava tomando espaço do casal e resolvi ir pra casa da minha irmã, porque ela me chamou. Nesta casa de minha irmã Isabel, em

Salto, eu pagava 250 reais por um mísero quarto, imundo, porta sem chave, tinha que comprar o que comer, ajudava em tudo quanto era defeito da casa, de fiação, ajudava na limpeza de quintal, em tudo eu ajudava... E nesta casa morava também a nossa prima com o marido dela, que era cadeirante. Essa prima um dia pegou o meu cartão do INSS, pra receber a minha aposentadoria, e bloqueou o meu cartão do INSS, que eu recebia em dois cartões e aí comecei a receber só em um, só a metade! E eu vivia numa miséria, ficava sem dinheiro, sofrendo como um cão na mão de minha irmã! Até que um dia as duas saíram, me largaram sozinha lá, porque minha irmã saía muito com minha prima pra rua e me largava sozinha na casa, e nesse dia chegaram as duas gritando da rua, dizendo que eu tinha falado que a minha prima tava roubando o meu dinheiro, me xingando, e vieram pra cima de mim, me batendo que nem loucas, as duas! A minha irmã, em vez de ficar a meu favor, ficou do lado da minha prima e veio me esbofeteando que nem uma louca... Eu choro ainda quando me lembro, porque foi muito triste isso e não faz tanto tempo assim, faz uns 3 anos que isso aconteceu... Mas eu fiz academia, eu sei lutar *kick* boxe, eu fazia academia lá em Itu, eu poderia ter batido na minha irmã se eu quisesse, eu já estava pronta pra socar o queixo dela, mas eu pensei comigo e não tive coragem de bater na minha própria irmã, eu fui só me defendendo dela... Foi uma loucura! E elas também já eram de idade, a minha prima tinha uns 70 anos e a minha irmã é só dois anos mais nova do que eu, acho que eu tinha uns 86 anos e minha irmã 84, se eu desse um soco nela, ela tinha os ossos fracos que usava até colete, de vítima eu ia passar por agressora. Aí o que que eu fiz: eu só me defendi e na mesma hora eu chamei um táxi, deixei todos os meus bens lá, minhas joias, minhas roupas, meus móveis novinhos que eu tinha comprado pra mobiliar o meu quarto, que o meu quarto era lindo, tudo, deixei tudo pra ela, tive que abandonar, e fui até a delegacia de Itu. Mas eu não fui dar parte delas, eu nem sequer toquei no nome delas, eu fui lá pra ver um lugar no albergue de Itu, eu queria arrumar um lugar no albergue, eu queria arrumar um quartinho, uma cozinha e um banheiro pra mim, porque eu tava muito bem de saúde, andando muito bem, eu corro até hoje, com toda a minha

idade, que eu tenho 89 anos, eu corro ainda, e eu pensei: “Eu vou vivendo, se precisar eu peço auxílio, eu peço auxílio dos vicentinos”, que eu tinha certeza que eles iriam me dar. Mas aí quando o delegado viu o meu sobrenome, viu de que família eu sou, ele falou: “Não, dona Maria de Lourdes, a senhora não pode ir pra um albergue, de jeito nenhum”, eu falei: “Doutor, pelo amor de Deus, nome nessa hora não vale nada, eu só quero paz”, mas ele insistiu: “De jeito nenhum” e me mandou pra polícia feminina. Aí a coisa piorou de vez, porque a polícia feminina descobriu tudo, elas investigaram, foram procurar saber onde morava a Maria de Lourdes, onde isso, onde aquilo. Aí descobriram que era na casa de minha irmã e da minha prima e intimaram as duas. Mas eu não denunciei elas, eu poderia ter feito, mas eu não tive coragem. E elas mereciam prisão mesmo, um processo muito grande por ter feito isso comigo, principalmente eu ajudando em tudo na casa, elas é que tavam me roubando, bloquearam o meu cartão do INSS, me agrediram!

E assim foi. Aí me mandaram pra Joaquim Egídio, aqui em Campinas, pra Fazenda Santa Helena, na casa do meu filho mais velho, Osvaldo. Eu não quero nem lembrar, eu dormia num quarto de um dos meninos e à noite eles embolavam aquele mundo de roupas e ficavam jogando em cima de mim... Ruindade, pura maldade... Meus netos, eu ia pegar comida no fogão, um deles falava: “Você está comendo comida da minha mãe”, mal sabendo que eu dava toda a minha aposentadoria pras despesas! E a esposa do meu filho indo pra salão de beleza, se produzir, enquanto eu ficava feito um bicho lá na fazenda, pegando berne... Eu peguei uns 20 bernes ali, aí tinha que ir no postinho pra tirar os bernes...

Um dia, eu tava cansada de sofrer e falei pro meu filho: “Osvaldo, me falaram de um lar de velhinhos lá de Campinas. Você quer me levar lá? Eu prefiro, eu sou de idade e eu quero ir pra lá”. Aí ele me trouxe aqui na geriatria, falei com a assistente social, contei o que eu estava passando, que eu precisava de um lugar, que eu precisava sair de lá, e na volta, já à tardinha, meu filho virou e falou assim pra mim: “Mãe, os seus dias de glória já terminaram”... Sabe por que ele falou isso? Porque eu era muito popular, eu era muito querida! Em Salto e em Itu, todo mundo me conhecia, porque eu

vivia saindo na televisão, fazia propagandas, com 80 anos eu fui garota propaganda de um shopping center em Itu, saí num outdoor enorme na entrada da cidade, fui garota propaganda da Maggi quando eu morava no asilo, fizeram um pôster enorme de uma foto que eu estou sorrindo com um coração escrito: “Maggi de coração renovado”! E eu ia a festas, frequentava lugares de gente fina, participava de desfiles com tv, rádio, imprensa, tudo me esperando... Então ele me disse: “Seus dias de glória já terminaram”... Ele falou isso numa tardinha, na volta daqui, e na manhã seguinte, ele pegou o carro pra ir trabalhar e no caminho teve um infarto fulminante! Menos de 12 horas depois que ele me falou aquilo! Eu chorei muito com a morte dele, mas não foi só pela morte dele não, foi também pelos pecados que ele tava levando...

Aí fiquei morando com a minha nora e meus netos, eram quatro netos: um com 15 anos, outro com 9, outro com 5 e um menorzinho com 1 ano e pouquinho. Nunca vieram me ver aqui no Lar dos Velhinhos de Campinas e nem sei se ainda moram lá em Joaquim Egídio. Agora, a única coisa que eu queria saber é da identidade de oficial do meu marido, o que que tá rendendo aquilo, se saiu ou se não saiu a aposentadoria dele, porque deve ser uma nota violenta e a patente dele está com essa minha nora!

Vou contar um caso que aconteceu comigo na Fazenda Santa Helena, na casa do meu filho: um dia, eu tava sozinha na fazenda e chegou lá um senhor com sua filha, que eram amigos do meu filho. Este senhor me agarrou e tentou me jogar debaixo de uma árvore, pra fazer sexo comigo! Imagina, tudo isso eu passei na minha vida! Eu sou viúva há 28 anos e desde então nunca tive nadinha com ninguém, porque eu vivia pro meu filho especial... Enquanto não me roubaram ele, que daí eu fiquei sozinha de tudo no mundo...

O meu filho especial, Evaldo, era muito lindo! Ele me foi roubado, foi tirado de mim pelo meu filho mais velho, o Osvaldo, e pela minha irmã Isabel, que trouxeram ele pra Campinas quando eu fui fazer a minha cirurgia em Itu. Depois que eu procurei ele, não achei mais! Nossa, eu fiquei até meio doída! E aí, o meu filho Osvaldo, em vez de tratar e cuidar do Evaldo, maltratou ele! Dizem que o Osvaldo dava murros e socos na cabeça do Evaldo,]. Aí a vizinha,

vendo os maus-tratos, foi e deu parte na polícia, aí deu polícia e assistente social na casa do Osvaldo e levaram o Evaldo pro Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Essa história eu fiquei sabendo depois, eu sei que na época me ligaram pra ir ver meu filho quando eu estava morando no asilo dos vicentinos e uma vez por mês eles me levavam lá, pra visitá-lo. O Evaldo não estava internado no hospital, ele ficava na moradia, uma moradia que tem em volta do hospital, onde não ficam os doentes do hospital, mas sim os doentes mentais. Ah, ele era lindo o meu filho Evaldo, ele tinha 50 anos, mas tinha mente de um menino, de uma criança. Ele gostava de brincar de carrinho, e eu brincava com ele, ele era meu companheirinho, eu levava ele sempre lindo, arrumado, bem vestido, com muito amor... Hoje eu me emociono quando falo dele, porque eu amei demais esse meu filho especial, eu amei a todos os meus filhos, mas esse eu amei mais, porque ele era muito dependente, então eu tinha que ter muitos cuidados com ele... Ele faleceu há três meses apenas, de uma pneumonia lá no Cândido Ferreira, aos 50 anos de idade... Eu até fiz uma poesia pra ele, que era para ter sido lida no coral natalino de 2014 daqui do Lar dos Velhinhos de Campinas, mas eu não pude ler naquele momento, então vou ler agora:

*“Adeus meu querido filho,
 Você se foi para sempre,
 Agora só resta a saudade de um filho ausente.
 Saudade é uma palavra triste,
 Que nunca sai da mente,
 Eu te amei, te amo e te amarei para sempre.
 Fiquei sozinha no mundo, sozinha continuarei.
 Eu nunca te esquecerei, porque muito te amei.
 A dor no peito queima,
 Queima como uma chama ardendo,
 O que vale ter tudo na vida,
 Se quem a gente ama não tem presente?
 Eu tive quatro filhos,*

*Mas um eu amei mais,
 Ele se chamava Evaldo,
 Ele era especial.
 Adeus meu querido filho,
 Na minha memória agora você está,
 Mas sei que em muito breve nos meus braços estará.”*

Um dia, eu tava sozinha lá na fazenda, que eu sempre ficava sozinha naquele lugar ermo, e um rapaz, que também morava na Fazenda Santa Helena, passou lá pra entregar uma coisa, daí vendo o meu sofrimento, ele me falou: “Eu vou te tirar daqui”. Esse rapaz se chama Ailton e tava se formando em advocacia. Um rapaz muito bom, evangélico, foi ele que me pôs aqui no Lar dos Velhinhos de Campinas, assinou responsabilidade por mim! Ele veio aqui e aí a assistente social daqui foi lá me ver, viu como eu estava e em seguida chegou o aviso que no dia seguinte iriam me buscar, mas foi esse rapaz que me trouxe, ele falou: “Não, quem vai levar ela aí sou eu” e foi lá cedinho na fazenda me buscar, me trouxe e aqui estou! Faz um ano e meio que vivo aqui...

Eu gosto daqui... Os dirigentes, funcionários, eles me tratam muito bem aqui, eu sinto que eles também gostam demais de mim... Inclusive neste momento eu acabei de participar de uma propaganda para conseguir doações para a reforma da cozinha central. Eu saí na tv, saí na Rede Globo, saí em outros canais, nas rádios, nos jornais, na Internet, em tudo! Eu fui a mais de 20 lugares de divulgação, um corre-corre de dois dias, debaixo de sol, outra hora debaixo de chuva, mas consegui, graças a Deus, estou contribuindo para esta campanha do Lar dos Velhinhos de Campinas! E eu fiz com amor, eu fico feliz em fazer essas coisas... Mas aqui eu tenho passado por cada uma também... Uma coisa que me chateou bastante recentemente é que eu queria ter declamado aquela poesia que fiz pro meu filho Evaldo na apresentação do coral natalino e não deixaram. Eles deixaram outra idosa declamar a poesia dela, que inclusive eu acho que nem foi ela que escreveu, mas que copiou de algum lugar, e não me deixaram declamar a minha poesia, que eu escrevi em homena-

gem ao meu filho! Então eu decidi não ir me apresentar neste dia no coral, que a apresentação foi em um shopping, porque eu achei uma ingratidão o que fizeram comigo, eu fiquei muito triste e não fui.

A convivência aqui no Lar dos Velhinhos de Campinas nem sempre é fácil. Outro dia eu até dei uma má resposta a uma colega... E olha que eu estudei em colégio de freiras, a minha educação foi muito boa e não foi voltada para isto, eu acho até que nenhuma daqui teve a educação que eu tive. Eu não quero dizer que as outras são pessoas atrasadas, não é nada disso, mas eu acho que quem mais estudou aqui, das pessoas que estão aqui, fui eu. Porque muitas pessoas aqui não têm escolaridade, não tiveram estudos, não leem, têm idosos aqui que vão à escola ainda, uma escolinha que tem aqui, pessoas de boa aparência, que se dizem importantes e que estão aprendendo a ler e a escrever! Então eu acho que tem pessoas aqui que têm raiva de mim, têm inveja, por causa de minha educação e também porque eu sou muito querida por todo mundo, os trabalhadores aqui me amam, quando eles me encontram, eles me abraçam, me beijam, uma vez eu fui eleita a Rainha do Lar, com coroa e tudo, eu tenho a coroa guardada, eu nem mostro muito pra não me xingarem. Outro dia, veio a merenda da noite e uma idosa de 73 anos falou assim pras pessoas da cozinha: “Dê o lanche pras mais velhas primeiro”. Aí eu virei e falei assim: “Eu tenho 89 anos, eu me orgulho da minha idade, eu não me troco por ninguém mais nova do que eu”. Essa foi a única coisa que eu falei, porque eu não sou de responder.

Esta senhora quer ser mais do que as outras, é por isso que ela falou isso. E nós dormíamos no mesmo quarto, aqui no Residencial França, mas houve um problema e mudaram ela pra outro quarto e eu também fui pra outro quarto. Esta senhora levanta às sete e meia da manhã, enquanto nós levantamos a hora que vem o remédio, às seis horas da manhã. Quando chega o remédio, eu já tô pulando da cama, tomando o banho e lavando a cabeça, enquanto que ela fica deitada até às sete e meia, que é a hora do café. Até aí, tudo bem, mas qual é a obrigação dela ao se levantar? Abrir a janela! Eu não abro a janela, porque eu respeito os seres humanos, se ela está dormindo, eu respeito a pessoa humana, mas então a obrigação dela

é, ao se levantar e sair pra tomar o café, abrir a janela! Só que ela sai e deixa a janela fechada, quando ela volta, ela também não abre, ela diz: “Quem quiser que abra”, mas aqui ninguém é empregado e nem cachorro dela, então começou a haver aquela encrenca, eu já nem falava mais com ela, então eu fiz uma queixa e mudamos de quarto, ficou melhor agora.

Eu sinto que aqui não é o meu lugar... Eu choro, porque é o que eu sinto... Há muita inveja, muita má criação, muita gente, muita falta de educação, chamam a atenção da gente, fazem o que querem, não os funcionários, mas os moradores, tem idosa aqui que quer ser dona do Lar... É muito triste depender do Lar, muito triste... E tem detalhes que fazem a diferença, que nem agora, nós comemos num refeitório que não tem uma toalha na mesa, um refeitório tão pobre, com aquelas mesas sem toalhas, a gente precisa levar um guardanapo... E me lembro do refeitório de lá onde eu estive em Itu, era um refeitório lindo, com toalhas, vasos de flores... Imagine, ter que comer num prato plástico... Então eu olho isso tudo e penso: “Será que aqui é o meu lugar?”, eu que comi em mesa com toalha de linho, porcelana japonesa, copo de cristal, talheres de prata... Não é que eu seja orgulhosa, porque aqui eu já aprendi muitas coisas, isso aqui é uma lição de vida pra gente, eu já aprendi até a pegar o meu prato e comer algumas coisas com a mão, porque faca não corta! Por isso também que fiquei muito feliz em fazer aquela propaganda pra reforma da cozinha, eu até falei que eu quero uma toalha na mesa, não precisa ser uma toalha fina, tem umas toalhas estampadas que são tão lindas, vai dar vida pro refeitório!

Mas em todo caso, eu gosto daqui. Fora de brincadeira, eu gosto daqui. Aqui é muito bonito, não resta dúvida, é bonito sim. Um dia, eu abri a porta ali da frente do meu quarto pra ir tomar café da manhã e um sabiá, que estava ali parado na árvore, quando me viu, começou a cantar! Aí na hora me veio uma inspiração pra fazer uma música, vou cantar:

“Canta, canta sabiá,

O seu canto tão bonito,

Canta, canta sabiá,

Que é pra mim ficar ouvindo,

*Sabiá na laranjeira, canta, canta sem parar,
Canta o seu canto maravilhoso,
Canta para eu não chorar,
Canta, canta sabiá,
Nunca pare de cantar,
Canta, canta sabiá,
Se parar eu vou chorar,
Canta, canta sabiá,
Que eu aqui fico ouvindo,
Sinto orgulho sabiá,
Pois seu canto é tão bonito!”*

Ah, eu faço muita coisa, eu gosto de escrever, de pintar, de desenhar... Infelizmente eu tô apagada aqui, completamente apagada. Eu não sei se eu sou diferente dos outros, não sei, devido à educação que eu tive... Eu não sou de estar andando, de ficar saindo, eu gosto mais de ficar no meu quarto, sentada na cama com as minhas coisas tudo espalhadas na cama, desenhando ou escrevendo. Tem tanta coisa, tantas poesias, tantas músicas que eu escrevo... E desenhos, antes eu fazia pinturas à óleo em telas, mas fiquei com uma alergia e não pude mais, agora só uso o lápis. Pra não ficar à toa, eu fico fazendo as minhas coisinhas, eu tenho uma pasta de desenhos, que as pessoas acham muito lindos, são desenhos que eu faço da minha cabeça! Eu gosto muito de fazer bichinhos, crianças, flores, eu amo as flores! Faço com lápis e depois deixo bem colorido... Eu estudei muito, eu tenho tristeza às vezes de estar aqui no Lar e estar passando por uma qualquer, como eles me tratam aqui, não os dirigentes e os funcionários, mas as pessoas que a gente convive...

Eu tenho duas irmãs mais novas do que eu, mas hoje é como se eu não tivesse família mais... E tenho 9 netos, que nunca vieram me visitar. E meus filhos, já morreram todos. Primeiro faleceu o meu filho do meio, Maurílio. Depois faleceu o meu filho mais velho, o Osvaldo. E por último faleceu o meu filho mais novo, o Evaldo. Eu amava muito os meus filhos e dei uma educação muito boa para

eles, dei muito estudo, o meu filho mais velho tinha 4 diplomas do SENAI e o outro se formou em arquitetura e era escultor, ele fazia uns trabalhos lindos... Mas depois que crescem, é tchau e bênção. Agora eu só tenho a Deus e a amigos que vão surgindo, com as visitas, com os eventos, eu tô fazendo muitas amizades aqui no Lar dos Velhinhos de Campinas... Eu não costumo ir aos passeios que eles fazem, só fui duas vezes, uma vez no Parque Maeda e outra vez na Chácara do Chocolate, porque era na minha terra, em Itu! Mas eu participo das atividades que eles fazem aqui dentro, de aniversariantes do mês, de desfile, de carnaval...

É, eu tive uma vida muito mirabolante, uma vida que até eu não sei nem explicar como é que eu tô parando num asilo hoje. É verdade, porque eu acho assim: pode dar a nomeação que tiver, pode o nome que tiver o lugar, mas não passa de asilo! Como aqui: “Lar dos Velhinhos”, é um lar, mas é um asilo! Como lá em Itu: “Vila Vicentina São Vicente de Paulo”, é um asilo!

Eu gosto muito de estar bem vestida todos os dias, maquiada, perfumada, com minhas joias, que o meu marido me dava muitas joias. Eu sempre fui vaidosa, desde menina, eu puxei a minha mãe, que também era muito linda e muito vaidosa! Não importa a idade que eu tenho, eu uso maquiagem, eu uso joias verdadeiras, uso bijuterias, uso cremes, gosto de roupas... Neste natal, eu fui pro centro e comprei um mundo de roupas!

Eu encaro a velhice.... Eu tenho 89 anos, mas eu não perco um minuto do meu dia: se eu não estou escrevendo, eu estou desenhando, se não estou desenhando, estou fazendo outras coisas. Quer dizer que eu não sou uma inútil, não vivo na inércia, porque eu acho que a inércia mata. Então eu acho o seguinte: eu estou bem, graças a Deus, na velhice, com a minha idade. Eu me sinto feliz e agradeço a Deus por ter me dado essa vida até hoje, eu me sinto muito presenteada por Deus, porque Ele me deu uma mente maravilhosa. Eu acho que muitas pessoas, muito mais novas do que eu, não tem essa mente que eu tenho. E vitalidade. Eu desço esse corredor aqui do Lar dos Velhinhos correndo, as enfermeiras ficam doidinhas! Eu corro mesmo, porque eu fiz academia, onde eu aprendi *kick-boxe*.

Todos os dias de manhã eu agradeço a Deus por tudo o que eu

passsei. Todos os dias, quando eu acordo e ponho os meus pés no chão, eu falo: “Meu Deus, eu agradeço pela noite que o senhor me deu e pelo dia que o senhor está me dando, obrigada meu Deus, eu agradeço por tudo, pela vida que o senhor me deu”. Quando eu abro a porta do quarto e saio pro corredor, vou até a janela de vidro e olho pra fora, vejo a natureza, eu faço a mesma coisa. E a noite eu faço a mesma coisa, eu agradeço novamente... Que vida a minha, não? Pensa bem! E olha que não estou contando tudo, estou contando por cima... Tem mais uma poesia que eu fiz e quero mostrar:

*“Quando a gente tá sozinho,
O sofrimento é maior,
Um coração solitário sofre muito mais.
Duas pessoas juntas, a vida é bem melhor,
Que quando nos amamos, nos amamos muito mais.
O amor é muito belo quando são duas pessoas,
Podemos trocar palavras e as palavras são muito boas.
A vida me ama assim,
hoje rimos e brincamos,
Mas o que será o amanhã,
Será que rimos ou choramos?”*



Foto: Mônica Bonomi⁴

⁴ Esta fotografia é utilizada como recurso visual complementar, uma criação sensível em parceria com uma fotógrafa/artista para ilustrar algum aspecto essencial da narrativa.

Referências Bibliográficas:

BONOMI, Mônica Fernanda; FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. História oral e fotografia registram e evidenciam histórias de vida de idosos do Lar dos Velhinhos de Campinas. IN: *Anais. VIII Seminário Nacional do CMU - Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento*. Campinas: Unicamp/CMU, 2016.

FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. *Entre memórias, emoções e afetos: histórias de vida de moradores do Lar dos Velhinhos de Campinas*. Salvador: Pontocom, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral*. Para empresas, comunidades, universidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; GIGLIO, Zula Garcia. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. IN: NERI, Anita Liberalesso (org.). *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papirus, 2001.

“História das relações de gênero”: entrevista com as professoras

*Marcela Boni Evangelista*¹

*Vanessa Generoso Paes*²

Introdução

A propósito do dossiê “Poder e desvitimização: gêneros”, deparamo-nos com a feliz coincidência da efetivação, pela primeira vez no Departamento de História da USP, da disciplina optativa “História das Relações de Gênero”. Ainda que este tenha sido palco para a atuação de importantes pesquisadoras da História das Mulheres e das questões de gênero, como Eni de Mesquita Samara, Maria Luíza Marcílio, Maria Odila da Silva Dias, Miriam Moreira Leite, Mary Del Priore, entre outras, não podemos deixar de festejar a novidade, que denota a relevância do tema, em consonância com as demandas internas e o contexto social que vivenciamos na atualidade.

Convidamos a professora Stella Maris Scatena Franco, responsável pela primeira turma da disciplina, para nos conceder uma entrevista. Para nossa satisfação, ela nos propôs entrevistar também as professoras Antonia Terra de Calazans Fernandes e Maria Cristina Correia Leandro Pereira, envolvidas diretamente com a implementação da disciplina.

O encontro se deu no dia 16 de outubro de 2015, nas dependências do NEHO e, mais do que uma entrevista, tivemos uma verdadeira aula! Nossa conversa se estendeu por cerca de duas horas repletas de conhecimentos e incentivo. A contribuição para a revista *Oralidades e seus leitores* é incontestável!

Partimos de roteiro elaborado pelas pesquisadoras do NEHO,

1 Doutoranda em História Social (FFLCH-USP). Pesquisadora do NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral da USP). Email: marcela.boni@gmail.com

2 Doutoranda em História Social (FFLCH-USP). Pesquisadora do NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral da USP). Email: vanessa.narracao@gmail.com

Marcela Boni Evangelista, Vanessa Paola Rojas Fernandez e Vanessa Generoso Paes, apenas como condutor, tendo como objetivo, além de conhecer um pouco a trajetória individual das professoras, compreender a importância do processo de implantação da disciplina, suas impressões sobre a experiência e, sobretudo, saber como a temática de gênero pode contribuir para os estudos históricos e para o debate que se coloca publicamente em nossa sociedade. Aqui apresentaremos os principais pontos da entrevista e dos temas explorados em nosso encontro, organizados como foram conversados, isto é, da forma como as professoras foram, gentilmente, respondendo aos nossos questionamentos.

Conte-nos um pouco sobre a disciplina História das Relações de Gênero, ministrada no departamento de História da USP:

A disciplina **História das Relações de Gênero** surgiu, muito naturalmente, do encontro de nós três, mas partiu, sobretudo, de uma demanda dos alunos, colocada em plenária no Departamento de História, após o relato de um caso de violência e perseguição contra uma estudante da Geografia. Ela fez um apelo para que o problema fosse discutido nas instâncias representativas dos cursos da Faculdade de Filosofia e ele chegou à plenária. Ali começamos a discutir o que poderíamos fazer. Pensamos em abrir uma ouvidoria ou mesmo um trabalho de aconselhamento psicológico. Como esta não é nossa competência profissional, pensamos em uma alternativa que conciliasse nossos conhecimentos acumulados em questões de gênero e possibilidades de dar conta da demanda de forma competente. Assim, pensamos na oferta dessa disciplina optativa, que seria construída de forma ampla, com uma ementa teórica construída por nós três, mas combinando que cada curso focaria nas especialidades de cada uma de nós. E resolvemos tocar adiante esta história.

O primeiro curso, oferecido pela Stella, teve recorte especialmente voltado para o envolvimento das mulheres com a política. Não uma história política tradicional, como se fazia no passado, pois se assim fosse a história das mulheres e das relações de gênero não entraria, pois esta concepção é pautada na exclusividade dos

homens na esfera política e, por conseguinte, das mulheres na esfera privada. A ideia é trabalhar numa perspectiva da história política renovada, na qual política, cultura e as relações de poder interagem. Sob esse viés é possível trabalhar com mulheres, analisar como se insinuaram ou participaram efetivamente na esfera pública.

O recorte temporal privilegiou o período independente, ou seja, os séculos XIX e XX, abordando-se a participação das mulheres em contextos políticos de diferentes países da América Latina. Buscou-se valorizar o envolvimento das mulheres em episódios da história latino-americana seguindo-se uma cronologia que começa nas guerras de independência e se estende até o pós-ditaduras militares. A opção de manter a linearidade se deveu ao fato de lidarmos com processos muito pouco conhecidos pelos alunos. A cronologia teve, portanto, um objetivo pedagógico.

Importa ressaltar que a disciplina foi concebida de forma aberta e bem interessante, pois não surgiu de um núcleo pré-existente. Não havia alguma "dona da cadeira". Ao contrário, possibilitou um trabalho em conjunto, integrando docentes de diferentes áreas, o que muitas vezes é impossível em nossas atividades em laboratórios específicos. Isto traz a possibilidade de trocar ideias e trabalhar realmente de forma coletiva. Nós três trabalhamos em áreas completamente diferentes, o que permite que a disciplina, a cada semestre ministrado, aborde temas variados; afinal, esperamos que outros professores também se interessem em oferecer disciplinas focadas nas relações de gênero, abordando-as em seus recortes específicos. Acreditamos que os alunos também poderão enriquecer seus conhecimentos a partir dessa diversidade.

Como fica o trabalho neste primeiro semestre da disciplina?

Neste semestre, trabalhamos os séculos XIX e XX na América Latina. Começamos com as guerras de independência, estudamos as representações das mulheres no processo de formação dos estados nacionais, a ideia de maternidade republicana e como atribuiu-se às mulheres um papel de "cidadãs virtuosas", que devia ser desempenhado nas nações que estavam sendo formadas. Depois estudamos

como as mulheres começaram a se insinuar de forma mais visível na esfera pública, baseando-nos em textos que abordam esta questão de diversas formas. Como exemplo, trabalhamos um capítulo que trata da moda na Argentina na primeira metade do século XIX, momento em que algumas mulheres começaram a usar *peinetones* na cabeça. Eram pentes enormes, que chegavam à dimensão de um metro de largura, o que obrigava os homens a se desviarem delas nas ruas, configurando uma forma de marcar presença na esfera pública. Isto gerou debates e discussões em jornais e membros da Igreja Católica foram contra porque, afinal, julgavam que aquelas mulheres queriam aparecer e se mostrar demais. Também houve uma apropriação política do *peinetón*, usado como forma de adesão ao regime de Juan Manuel de Rosas, que governou a Argentina com mãos de ferro entre as décadas de 1830 e 40.

Também trabalhamos a questão no âmbito da produção letrada, abordando a participação das mulheres na imprensa dos diferentes países, como produtoras de obras literárias, como escritoras, viajantes... Neste último caso, rompendo duplamente a ligação estrita ao âmbito doméstico, porque além de se deslocarem no espaço, elas também escrevem sobre sua experiência. Assim, alargam de maneira considerável uma teia muito fechada que enredava as mulheres no século XIX.

Entrando no século XX, tratamos de um tipo de participação mais direta da mulher na esfera pública e, particularmente, no mundo da política. Uma participação que se deu de uma forma menos oblíqua. Falamos sobre a luta pela mudança dos códigos civis nos diferentes países, sobre as reformas políticas e o esforço pela participação como eleitoras e como mulheres elegíveis, sobre militantes junto a partidos de esquerda; mas também abordamos o papel de mulheres conservadoras, que se envolviam na política, às vezes com respaldo de instituições consolidadas como, por exemplo, a Igreja. Estes são alguns exemplos. Outros contextos foram trabalhados, mas seria exaustivo repeti-los aqui.

De toda forma, trata-se de um leque bastante diversificado de posições, reconsiderando a ideia de que a mulher ficava só dentro de casa - o que poderia ser uma verdade para algumas mulheres da

elite, mas não cabia às das camadas populares, que desde sempre trabalharam e estiveram no âmbito público. Trabalhamos estes e outros exemplos, tanto no século XIX, quando a participação na política era mais velada, como no século XX, quando o campo da política foi vivenciado de forma mais direta.

Quais foram as impressões que tiveram no início da disciplina?

Embora suspeitássemos que a oferta da disciplina atrairia alguns alunos de outros cursos, além da História, foi grande a surpresa com a presença de muitos estudantes de outros cursos, como, por exemplo, Enfermagem, Obstetrícia, Jornalismo, Relações Internacionais e Direito. Isso representou grande desafio, pois foi preciso lembrar, frequentemente, que esses alunos vinham de outras formações, que não a História. Daí uma preocupação em explicar de forma mais pausada alguns preceitos que podem ser comuns aos estudantes de História, mas não são para os demais. Como é uma optativa aberta, é importante ter este cuidado.

Acreditamos que tem sido, neste sentido, uma experiência interessante e gratificante, a julgar pelo interesse dos alunos de vários cursos da universidade.

Como será a próxima experiência com relação à disciplina "História das Relações de Gênero"?

A continuidade da disciplina terá a professora Maria Cristina Pereira à frente. Será um curso completamente novo, ainda sem título definido. O que é possível adiantar é que irá tratar da relação entre história da arte e história de gênero.

Há muitas formas de abordar o tema, a começar pelo fato de que quando se fala em gênero na História da Arte, automaticamente se pensa em natureza morta e paisagem. É preciso começar pela desconstrução desta ideia de gênero para trazer outra.

A proposta é trazer dois grandes enfoques: as mulheres como objeto, como tema da arte e as mulheres como artistas. Na primeira parte, analisar as representações das mulheres, onde cabe falar sobre

a questão do nu, por exemplo, incluindo a crítica de arte que, até boa parte do século XX, usava muitos adjetivos de gênero como "uma pintura viril", "uma pintura doce feminina"... Na segunda metade, pretendemos articular uma abordagem cronológica também dividida em duas partes: a primeira são as mulheres artistas, cujo conhecimento demanda a necessidade de praticamente se fazer uma escavação arqueológica, porque foram deixadas de lado na história da arte oficial. O segundo bloco é a arte feminista, que abarca parte dos anos 1970, e será dedicada a uma série de artistas que se posicionam como feministas e militantes, o que é muito importante.

Neste primeiro curso faremos algo mais amplo, não ficaremos na Idade Média, minha especialidade, o que seria pouco profícuo. Buscaremos um recorte que chegue à contemporaneidade.

Nas férias haverá tempo para pensar mais... Afinal, temos sempre uma "gaveta de ideias", onde vamos juntando coisas. No meu computador tenho uma pasta que fui incrementando ao longo dos anos. Acho que agora é o momento de tirar a teia de aranha da pasta que está lá à espera...

Poderiam falar um pouco sobre os desdobramentos da abordagem de questões de gênero no âmbito do ensino?

Hoje temos de um lado certa abertura para discutir a questão dos grupos LGBT. De outro, no entanto, temos uma guinada conservadora que coíbe essas discussões. Na escola isto fica muito claro. Exemplo cabal é o projeto denominado "Escolas sem partido", que elenca o que não pode ser trabalhado na escola, onde se inclui a questão de gênero. Chegaram a criar propostas de lei barrando a possibilidade de qualquer discurso de gênero dentro da escola. Quanto mais se cobra no sentido de entender diferenças e conflitos, mais há uma linha conservadora que comprime o outro lado. É preciso que façamos uma pressão imensa, pois "eles" tendem a ter mais aceitação. Os movimentos sociais precisam se mobilizar e fazer frente a estes grupos, mesmo reconhecendo os obstáculos e dificuldades. Afinal, é na escola que temos espaço onde se podem abrir caminhos...

Gênero é um campo multidisciplinar em primeiro lugar, o que significa que abarca todas as disciplinas das Ciências Humanas, e outras para além delas. Mesmo no nosso caso, em que há especificidades marcadas - como a Educação, a História do Ensino, a História da Arte, História Medieval e da América -, há constante diálogo. Isto reforça a importância desta iniciativa.

É extremamente importante ressaltar que, apesar de ser esta a primeira vez que temos uma disciplina sobre gênero, contamos com um campo que foi aberto por outras professoras, que realizaram trabalho muito reconhecido.

Vocês poderiam nos falar um pouco sobre a História das Mulheres e de Gênero?

Muito já se escreveu sobre História das Mulheres e História das Relações de Gênero. Há balanços interessantes, dedicados a analisar essas abordagens.

Estes balanços às vezes opõem a História das Mulheres à História das Relações de Gênero, afirmando que, de alguma maneira, a primeira perspectiva essencializava a questão, porque fechava na categoria mulher. Foi uma perspectiva que surgiu com o feminismo nos anos 60 e 70 e que considerava a mulher a partir do sexo biológico e não a partir do gênero como uma construção cultural.

Nos anos 80, o conceito de gênero viria justamente criticar esta essencialização biológica e abrir para questões mais amplas. Gênero passaria a ser atravessado por várias clivagens como etnicidade, geração, classe social e religiosidade. Uma série de formas identitárias que mostravam que o gênero não era algo único, mas multifacetado. O conceito de gênero, segundo certos olhares, abre para a possibilidade de se trabalhar não somente com mulheres, mas também as relações entre homens e mulheres, além da abordagem do âmbito das masculinidades, que hoje é uma linha de pesquisa.

Existe este temor de que uma abertura muito significativa poderia levar ao esvaziamento da militância, de onde o campo emergira. Acreditamos que esta ampliação do campo não prejudica o aspecto político. Ao contrário, estas questões estão colocadas hoje no debate político, como foi mencionado em relação às polêmicas

sobre a questão do ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas. De qualquer maneira, não é correto fazer uma crítica tão contundente aos trabalhos pioneiros, mesmo que se evidencie a essencialização, pois é preciso entendê-los como resultados do tempo em que foram produzidos, e como momentos fundamentais para abrir espaços e incentivar pesquisas nas diferentes áreas das Ciências Humanas e além.

Como trabalhar a temática de gênero em História?

A temática de gênero permite o trabalho com fontes bastante variadas. No caso das imagens, por exemplo, envolve grande multiplicidade de procedimentos metodológicos próprios. Primeiramente porque não é possível trabalhar imagens sem textos, uma vez que normalmente as imagens estão inseridas em contextos culturais letrados, mesmo quando falamos da Idade Média ou períodos anteriores.

Cada fonte exige procedimentos metodológicos específicos e variáveis que dependem da época em que foram produzidas e das preocupações que abarcam sua análise. Por exemplo, se foram produzidas por homens ou mulheres, se é documento elaborado por instâncias hegemônicas de poder, possibilitando trabalhar questões diferentes de acordo com a perspectiva adotada.

Quando falamos de gênero é necessário trabalhar um leque diversificado que envolva representações de homens sobre mulheres assim como das mulheres sobre as próprias mulheres e sobre outros grupos sociais.

A literatura é exemplo de fonte que contribui enormemente para compreender tanto as representações masculinas sobre as mulheres como o inverso.

Outros exemplos de fontes podem ser elencados. Para o trabalho com mulheres no século XIX, os jornais são fontes fundamentais. Embora haja uma dificuldade de se chegar à autoria - pois muitas mulheres escreveram usando pseudônimos, dificultando a identificação desta produção -, ainda assim, os periódicos são fundamentais.

O mesmo é possível dizer dos escritos privados, as chamadas "es-

critas de si", como diários e memórias. São textos bastante interessantes e instigantes que colocam demandas metodológicas próprias. Vários autores têm alertado que as "escritas de si" projetam uma imagem de acordo com aquilo que a pessoa que escreve quer deixar. Há que se atentar também para os mecanismos de autocensura, existentes mesmo nos escritos íntimos, idealmente projetados para nunca serem publicados.

Ainda sobre as mulheres no século XIX, principalmente as que faziam parte da elite letrada, é interessante notar que muitas vezes escreveram reiterando certas convenções sociais. Normalmente se desqualificavam e se colocavam como inferiores. Se tomarmos estas afirmações literalmente, chegaremos à conclusão de que projetaram poucas mudanças para o seu grupo, o que nem sempre é correto. Uma chave interessante para se ler estas afirmações é entendê-las como estratégias para conseguirem se fazer presentes na esfera pública. Se agissem de modo diferente, talvez sequer teriam chance de escrever, publicar ou viajar.

Exemplo interessante é o da cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda, que escreveu um romance anti-escravista publicado em 1840, quando Cuba não era nem independente. A obra se chama *Sab*, mesmo nome do personagem principal, um ex-escravo que se apaixonou por sua senhora branca. A autora faz toda uma relação entre a condição de escravo e a condição de mulher, ou seja, os dois grupos dominados, restritos em sua liberdade.

Na introdução do livro ela afirma que sua obra era pouco relevante e que com ela não tinha intenção de provocar nenhum tipo de debate. No entanto, ela escreveu e publicou sobre aquele tema polêmico. Notar essas artimanhas ajuda a pensar no uso estratégico que fizeram do discurso para poderem se colocar em cena.

Que referências vocês poderiam nos passar desta área?

São muitas as referências para se trabalhar com as relações de gênero. No que diz respeito aos aportes teóricos, o texto "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", de Joan Scott, traz reflexões fundamentais, ao mesmo tempo em que tem também um certo caráter de manifesto, já que defende que o campo se estruture a partir

de um debate teórico..

O livro "A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem", que foi publicado, no Brasil, pela Editora Mulheres, de Florianópolis, também traz essa questão do uso estratégico da retórica normativa do gênero. Nele, Scott estuda os paradoxos nos discursos de mulheres feministas.

A História também tem suas contribuições particulares para o campo, pois ajuda na análise não somente da retórica, mas também das práticas, das vivências. Esta é uma importante contribuição da História para os estudos de gênero: analisar as práticas das mulheres junto com as representações, não nos restringindo ao estudo da retórica. Isto é o que trazemos de nosso ofício para a discussão mais geral sobre gênero.

No âmbito da História da Arte há também a busca por evitar tentações como a de criar um campo em que se procuram apenas grandes artistas, o que seria uma reprodução do que criticamos com relação à História que se dedica aos homens. A produção bibliográfica em português ainda é pequena, e muitas obras de referência tampouco foram traduzidas, como a recente compilação dos textos de uma autora muito importante, Linda Nochlin (publicada pela Thames & Hudson em 2015).

Para finalizar, gostariam de deixar alguma mensagem?

É importante, neste momento, frisar a relevância política do campo de gênero na História e é fundamental que o Departamento de História tenha esse posicionamento, que é teórico, mas também é político. Acreditamos que esta iniciativa é uma forma de fornecer instrumental para que nossos alunos saiam daqui e cheguem às salas de aula com importantes reflexões enquanto cidadãos e cidadãs.

Hoje, diferente da época em que éramos alunas, existe outro olhar sobre a História das Mulheres e sobre a História de Gênero. Há uma maior valorização do campo. Isso tem a ver com o momento atual, em que o movimento feminista e outros tantos movimentos sociais se fortaleceram, valorizando esta área. Mesmo que ainda hoje haja preconceito, há valorização por parte dos alunos, o que é muito bacana.

No passado, não era incomum ouvirmos que história das mulheres/de gênero era "perfumaria". O cenário atual é completamente diferente. Os jovens, os estudantes percebem que o que leem nos textos tem relação direta com o que vivem no cotidiano.

Esta junção é especial e felizmente vivemos este momento. A questão de gênero pode ser trabalhada a partir dos mais diversos campos, como artes, política e educação, para ficarmos somente naqueles aos quais nós três estamos atreladas.

Exercitar o olhar crítico e desconfiado das simplificações que dividem de forma muito esquemática a linha entre feminino e masculino é a nossa intenção. O mundo em que vivemos pede justamente uma leitura mais complexa das relações de gênero.

Desenvolver junto com os alunos estas reflexões é algo muito especial. Muitas vezes nos surpreendemos com o quanto estes aspectos são dinâmicos e o quanto os alunos colocam questões que jamais tínhamos pensado quando éramos alunas. Não temos a perspectiva de ensiná-los a ter um olhar crítico, pois eles e elas nos ensinam também a ter um olhar crítico e renovar nossas análises. É um exercício fantástico e o curso está sendo muito bom neste sentido.

{Resenhas

Resenha de: Rovai, Marta. Osasco
1968: A greve no masculino e no
feminino. Salvador: Editora Pontocom,
2013.

Luccas Eduardo Maldonado¹

*Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Cálice – C. B. Holanda*

O recém-atribuído *Prêmio Jabuti* de 2015, a mais importante premiação editorial do país, trouxe alguns novos ares para a realidade social brasileira. Em duas de suas mais importantes categorias, *Reportagem e Documentário* e *Ciência Humanas*, no interior de suas três primeiras posições, havia obras com temáticas relacionadas ao Estado ditatorial brasileiro². Seria o ápice, pelo menos até o presente momento, do ecoar de algumas vozes silenciadas que começam a gritar?

As etapas mais intensas de um processo histórico costumam nos dar a falsa impressão de que eles são totalmente singulares, “a ex-

1 Graduação em História pela Universidade de São Paulo (USP).

2 Vale a indicação, para todo pesquisador interessado em temáticas ligadas à oralidade, do livro vencedor da categoria *Reportagem e Documentário*, de Marcelo Godoy, *A Casa da Vovó* (2014). Tal obra realiza uma significativa contribuição para a resolução dos casos de desaparecidos políticos na ditadura brasileira através da descrição e análise do funcionamento dos aparatos repressivos mais ostensivos e violentos do Estado Ditatorial: Destacamento de Operações Especiais Internas e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), de São Paulo. Parte fundamental do trabalho de Godoy foi elaborada a partir de entrevistas cedidas por sujeitos que trabalhavam no interior do DOI-Codi na década de 70. Vale ressaltar que o autor tinha a noção da metodologia de História Oral do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP) e que tal complexo teórico foi considerado na elaboração da pesquisa. Esse importante trabalho torna latente uma problemática que, em geral, não se mostra explícita em diversas pesquisas relacionadas com a oralidade: o silêncio o trauma diante dos acontecimentos do passado.

ção à regra”. A Queda da Bastilha, o suposto ápice da Revolução Francesa, é um acontecimento particularmente marcante para esse tipo de falsa-visão. Será que não houve resistência ao *Antigo Regime* anteriormente à bancarrota da Bastilha? Obviamente que sim. Característica que também vale para as publicações sobre a ditadura. Existe, já há algum tempo, um intenso processo editorial que se recusa à passividade.

Entre os muitos livros publicados que fazem questão de colocar a ditadura em sua centralidade analítica, gostaríamos de destacar um em especial. O livro, no caso *e-book*³, *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*, da pesquisadora Marta Rovai, publicado no ano de 2013, possui diversas virtudes para aqueles que desejam se aprofundar em questões ligadas ao silenciamento.

Contudo, antes de entrarmos na análise da obra de Rovai em si, queríamos fazer um duplo movimento – processo que consideramos necessário para uma compreensão mais qualitativa da obra. Um inicial, destinado exclusivamente à problematização do conceito de silêncio a partir de dois referenciais: um artístico e outro teórico-filosófico. E um secundário, focado em uma breve problematização entre: história do Brasil recente; silenciar; e Estado.

Érico Veríssimo, em um dos seus maiores clássicos, *Incidentes em Antares* (2005), nos contou um pouco a respeito do esquecimento, ou melhor, do se recusar ao esquecimento. Nessa grande obra prima da escrita brasileira, o mestre escritor gaúcho nos deu uma pequena lição sobre os supostos limites do dito e do não dito, uma lição que somente a literatura poderia nos dar.

O enredo da obra é a recusa da morte por parte de alguns falecidos em uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul. De um dia para outro, os mortos dos últimos dias se recusaram a permanecer como cadáveres e retornaram do além em expressões semivivas e semimortas. Essas rupturas das leis naturais também trouxeram rupturas para as leis sociais. Em tese, a morte seria o eterno

³ Vale destacar a presença do livro no complexo de publicações da *Editora Pontocom*, grupo de editoração que tem um interessante pressuposto: a publicação de obras em formato e-book, disponibilizadas gratuitamente para os leitores. Desta maneira, para os possíveis interessados em desenvolver a leitura da presente obra, há disponível para download, totalmente gratuito, no seguinte endereço: <<http://www.editorapontocom.com.br/19/Osasco-1968%3A-a-greve-no-masculino-e-no-feminino>>Acessado em 02/12/2015.

silêncio, no entanto, nesse caso tão singular, a regra não se fez regra.

No decorrer da trama esses espectros se afrontariam com muitas pessoas. Familiares, oligarcas, amantes, aliados e desafetos políticos seriam alvos de pesadas palavras. Aquilo que não se atreviam a dizer em vida já não importava muito mais quando mortos. Os contratos sociais que em vida pareciam sólidos, se dissolveram no ar com a morte.

Tal façanha inventiva de Érico Veríssimo traz à tona uma das maiores virtudes da arte. A possibilidade de repensar a realidade de maneira indireta. Diferentemente do discurso científico, não se exige uma responsabilidade com o real, tornando-se possível assim, a partir do fantástico, trazer os mais diversos referenciais para (re) pensar a realidade.

A obra *Incidente em Antares* possui diversas virtudes. Porém, provavelmente a principal é a exposição de uma relação de resistência diante do silenciar. No complicado ano em que o livro foi publicado, 1971, certamente no interior de suas linhas havia muito a ser dito para aqueles que estavam sendo vítimas de perseguições políticas.

Os atos de censura, ameaça, perseguição, sequestro, tortura e assassinato são alguns dos exemplos das práticas de silenciar empregadas pelos membros do Estado Ditatorial Brasileiro. São essas ações diretas, de extrema violência, que materializaram as intenções de silenciar dos gestores do Estado – vale ressaltar que muitas vezes tais ações estavam fora da (suposta) legalidade institucional.

Hoje, 30 anos após o fim da ditadura, o silenciar ainda persiste sobre os acontecimentos e contextos desse período, entretanto em uma roupagem diferente. O entorpecer não está mais nas ações diretas, mas nos embates da própria memória. Existe, em certa medida, uma recusa de se olhar para trás, de se fazer (re)conhecer e julgar os crimes praticados no passado. Michael Pollak, em um dos seus mais conhecidos artigos, *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), cunhou um conceito que pode servir como importante referencial para a interpretação de nossa realidade: “*Memória Proibida*”.

Para Pollak, há no interior das sociedades memórias que não alcançam o espaço público, permanecem restritas e restringidas a

grupos específicos. Os motivos que podem levar a essa expressão são diversos, dentre estes alguns podem ser destacados: *proibição*, *vergonha*, *indizível*. Porém, no caso das memórias das vítimas da ditadura militar a situação é bem determinada, o *indizível* se preserva.

É claro que tal relação não se expressa de maneira fechada e consensual. A partir da abertura política cada vez mais denúncias chegaram ao foro público. Livros e filmes, hoje renomados, foram construídos com o exclusivo fim de denúncia. Todavia, no antro do *establishment*, no seio dos gestores de Estado, há uma relutância, um silenciamento, ou melhor, a expressão do *indizível*, de levar a questão para o centro do debate público.

A eleição da presidente Dilma Rousseff, em 2008, e em seguida a instalação da Comissão Nacional da Verdade (em 2012), vem em contramão das posturas firmadas até aquele momento. Certamente é uma ruptura das tendências, uma opção política que não opta pelo silenciar. Contudo, aquilo que deveria se firmar como marco progressista pode acabar como letra morta. Não há no interior do projeto da Comissão da Verdade nada estabelecido a respeito de possíveis julgamentos para aqueles que cometeram crimes contra a humanidade. Não seria a omissão uma espécie de silenciamento?

Para aqueles que não concordam com tão passivas opções políticas resta a construção e a expressão de relações de resistência. Se o *não-dizer* está inscrito na lógica do *establishment*, o *dizer* certamente se edifica como uma expressão de oposição a tal lógica. Desta maneira, os diversos trabalhos publicados a respeito da ditadura militar brasileira são, no mínimo, uma clara tentativa (posição política) de levar ao centro do debate público a memória do passado recente do país.

Nos últimos tempos, principalmente devido ao meio século do golpe militar brasileiro (1964-2014), muitos livros que tangem tal temática foram publicados – prodigiosas ações com afinco ao momento do debate.

É a partir da consideração desses pressupostos que desejamos entrar na análise na obra de Rovai: a compreensão que *Osasco 1968* [...] não é uma expressão unitária. Um livro nunca é apenas um livro, ele está ligado intimamente com os diversos processos que

estão em desenvolvimento no interior da realidade que ele é escrito.

Rovai faz um interessante exercício de pesquisa e análise a respeito da ditadura brasileira, exercício esse que certamente contribui para o desmiuçar de diversas questões, ainda hoje, pouco trabalhadas pela comunidade científica. Existe uma bibliografia muito significativa, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, sobre a resistência ao regime militar brasileiro. No entanto, como em outras áreas da ciência, por razões diversas, há uma exploração maior de determinados setores do que de outros. No caso da oposição ao regime essa característica é particularmente marcante. É exatamente por ir na contramão dessa tendência, isto é, optar por analisar um setor da resistência que ainda hoje conta com poucos trabalhos, que a obra de Rovai se mostra virtuosa.

Todavia, o caráter inovador da obra não se restringe somente à análise de setores pouco explorados da resistência, o livro se permite ir mais longe: toca temáticas ainda mais intocadas pela historiografia. O gênero, as interações entre pequenas cidades periféricas com as grandes metrópoles (Osasco e São Paulo, no caso do livro) e o cotidiano fabril das empresas são algumas análises que o livro possui o mérito de trazer, em termos de novos referenciais.

Dentre esses pontos de abordagem, certamente o gênero é o mais explorado. Na verdade, se for para definir qual é a grande temática do livro, as palavras gênero e resistência seriam centrais. A própria autora afirma como foco de pesquisa a análise das relações de gênero entre os membros da comunidade: “perceber como as relações de gênero se manifestariam na memória coletiva dos colaboradores” (2013, p. 24).

Gênero relacionado à ditadura militar é um assunto muito pouco trabalhado pela academia brasileira. A bibliografia existente, até poucos anos atrás, se caracterizava por ser extremamente pontual – alguns poucos títulos e teses. No entanto, tal realidade vem se transformando nos últimos tempos, novos surtos de interesses e propostas de pesquisas vêm acarretando uma série de publicações. O próprio livro de Marta Rovai pode ser colocado nessa esteira de inovadoras abordagens.

Um ponto interessante dessa safra editorial são as novas perspec-

tivas de estudo. As abordagens mais tradicionais se focavam principalmente na descrição das mulheres presentes no interior da luta armada - trabalhos herdeiros do clássico e precursor filme *Que bom te ver viva* (1989), da diretora Lúcia Murat. As mais recentes publicações se permitiram referenciais inovadores de pesquisa, o foco não é mais somente a guerrilheira, mas a esposa do militante, a panfletária, a professora universitária, a deputada, em suma, uma série de originais ópticas a respeito do mundo feminino que viveu a repressão. O livro *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino* traz diversos desses focos em suas páginas. As várias *transcrições* permitem um olhar mais aprofundado e crítico a respeito daquelas mulheres.

As perspectivas históricas mais tradicionais, principalmente herdeiras de um *marxismo ortodoxo*, entendem a resistência aos meios de dominação somente como a opção pela luta armada, ou seja, o enfrentamento direto com as tropas oficiais. Tal leitura, apesar de ter o seu mérito interpretativo, acaba por ser injusta, pois cria uma gigantesca massa de indivíduos assujeitados, quando, na verdade, a resistência se caracteriza por ser um quadro muito mais amplo de que somente o levantar de armas. Entre o sequestro de um diplomata e o calar diante da tortura há uma série de outras maneiras de resistir.

Dar aulas para uma série de operários analfabetos, como no caso de Helena; participar e militar nas greves da Cobrasma, como Maria; falar com os policiais para, de alguma maneira, entrar em contato com o marido e com os companheiros presos, como Teresinha; e até mesmo escrever poesias, como Risomar; para não citar uma série de outras ações apresentadas pelo livro de Marta Rovai, também são maneiras de resistir.

Talvez a maior de todas as virtudes da obra, entre as várias existentes, seja a exata capacidade de romper com uma leitura histórica assujeitadora. O descrever uma série de mulheres como protagonistas e não passivas, certamente, é uma contribuição muito significativa para a construção de uma memória e sociedade mais éticas.

Retornando ao livro de Érico Veríssimo, Marta Rovai faz algo semelhante aos mortos de Antares. As memórias podem parecer

caladas e silenciadas pelos discursos dominantes, todavia, ainda é possível romper as leis sociais, até mesmo pelas leis não existirem, são apenas convenções que podem se dissolver no ar.

Referências bibliográficas:

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. 1º Ed. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol.02, nº.03, pp.03-15, 1989.

ROVAI, Marta. *Osasco 1968: A greve no masculino e no feminino*. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. 3º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Memórias da prostituição brasileira:
Vozes que ecoam pelo mundo
Resenha de Meihy, José Carlos Sebe Bom.
Prostituição à brasileira: cinco histórias.
São Paulo: Contexto, 2015.

Fabiana de Pieri¹

Paola Barbosa Dias²

O livro *Prostituição à brasileira: cinco histórias* foi lançado em 2015 pela editora Contexto e escrito por José Carlos Sebe Bom Meihy, professor aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo e coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). É também professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e um dos precursores da moderna história oral no Brasil, além de ser um dos idealizadores da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Suas obras envolvem temáticas contemporâneas com estudos sobre identidade e memória, tais como história oral, teoria e metodologia, cultura brasileira, guerra civil espanhola, literatura e movimentos migratórios com ênfase no tema dos deslocamentos de brasileiros fora do Brasil, entre outras (MEIHY, 1991; MEIHY, 2004; MEIHY, 2005; MEIHY, 2012; MEIHY, 2014; MEIHY, 2015).

A prostituição é um tema permeado de complexidades, principalmente por ser um termo impregnado de, como o próprio autor denomina, “cacoetes discursivos”, argumentos historicamente construídos que se referem a essa prática de forma muitas vezes deturpada, limitando-a à interseção trabalho-sexualidade. Além deste tema, outros como tráfico de pessoas, turismo e indústria sexual emergem

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

e são recorrentes, tanto na Academia quanto nos jornais e em outras mídias sociais. Porém, neste universo multifacetado são poucos os olhares voltados para os personagens e suas experiências. O autor aponta que há maior valorização de debates sobre o tráfico do que acerca dos indivíduos envolvidos. A desumanização dos estudos sobre a prostituição reforça a ideia de uma suposta neutralidade com o trato deste tema.

Por intermédio da história oral, Meihy apresenta elementos à prostituição brasileira, mediante cinco narrativas de brasileiros e brasileiras que moram no exterior, buscando traçar caminhos conceituais que sejam capazes de garantir a compreensão da percepção desses indivíduos inseridos num cenário globalizado que utiliza o sexo como negócio, a fim de tecer considerações sobre a situação da prostituição brasileira no âmbito internacional e o impacto social na trajetória dos sujeitos envolvidos.

O autor reconhece os perigos dessa abordagem temática e propõe uma gênese conceitual mais ampla, para além do mero relato de fatos, números e situações, ressaltando a importância da herança histórica. Na primeira parte da obra, “O Arco da História”, é feita uma retomada do tema da prostituição, partindo da Antiguidade até a Idade Média e chegando à contemporaneidade, cuja lógica comercial capitalista transforma tudo em mercadoria. Assim, o autor propõe uma análise das concepções sobre a prostituição no passado, buscando compreender como elas permanecem ainda nos dias de hoje. Nessa parte, observam-se as diferentes conjecturas e juízos no transcorrer dos tempos, concebendo-a como prática natural, necessária ou como mal menor. Apresentam-se, também, argumentos utilizados pelo prisma ético e religioso que remetem a interpretações contraditórias da temática em questão.

A prostituição no Brasil, e mesmo no mundo, pela qual é possível observar as relações de poder impostas, demanda a ampliação e mudança de perspectiva, situando o uso do sexo como alternativa para a composição de novas estruturas familiares e variações morais, assim como na época em que se considerou a prostituição como atividade aceitável para que as virgens fossem preservadas e os rapazes tivessem oportunidade de mostrar sua virilidade, ou como

quando ela se tornou um problema de transgressão social. É dentro deste processo de transformações que as reflexões sobre essa prática ganham sentido, denotando seu caráter perene, porém inserido na diversidade espaço-temporal e cultural, além das múltiplas subjetividades.

O autor contou com centenas de colaboradores, mas foram escolhidas apenas cinco narrativas, que são apresentadas com detalhes suficientes para nos conduzir ao cenário das entrevistas. A prostituição é apresentada de acordo com os gêneros e as condições sociais e urbanas dos sujeitos envolvidos, o que contribuiu para leituras plurais sobre o assunto. Muito mais do que histórias novelescas de dramas pessoais, esses relatos evidenciam a fragilidade dos direitos humanos, o machismo, os absurdos da sociedade sexista e as redes de negociações advindas do tráfico de pessoas.

A primeira narrativa apresenta a trajetória de uma moça pobre, do interior, cujo pai era empregado da fazenda onde foi criada e palco de suas efervescentes memórias sobre a infância. A sua história é repleta de mudanças repentinas e de busca pela sobrevivência e afirmação pessoal. Ainda muito jovem, ela decidiu mudar de vida e aceitou enfrentar os riscos de ganhar a vida em metrópoles brasileiras e até fora do Brasil. O que mais se acentua nesse relato é a vontade e a determinação em ser prostituta, colocando em cheque a frequente visão vitimizadora dessas mulheres, desconstruindo ideias morais tomadas como parâmetro de análise deste assunto. Em seu apartamento, são descritas características de um passado brasileiro da infância, da família e do local onde cresceu e que se relacionam com sua entrada no mundo da prostituição.

A segunda narrativa, ambientada na Espanha, próximo da divisa com a França, é apresentada como se fosse uma personagem de um livro tropical que, fugindo da seca de São Luiz do Maranhão, embarcou para o Rio de Janeiro e de lá para seu destino nos luxuosos prostíbulos europeus. Sua história compõe um mosaico frenético que desvia do padrão, devido às particularidades e incertezas que permeiam sua trajetória. O autor aponta que ambas as narrativas possuem aspectos em comum, como a vulnerabilidade social, emocional e econômica, mas tomando o cuidado de não vitimar os su-

jeitos.

Os relatos sobre a infância e o início da profissão das prostitutas são permeados por uma iniciação sexual precoce, por um passado carregado de erotização, como pontos em comum.

Já na terceira narrativa, o autor remete o leitor às nuances do tráfico de pessoas, que para muitos brasileiros são desconhecidas, apresentando a trajetória de uma pessoa heterossexual e casada. Levando uma vida típica de indivíduo pobre do interior do Rio Grande do Norte, relata ter sido enganado e forçado a viver do sexo na Espanha, tendo que, para sobreviver a esta realidade, tornar-se dependente químico.

A penúltima narrativa é de uma jovem que, desde sua infância, foi abusada sexualmente e começou a se prostituir mesmo sem saber que o fazia. Mudou-se para Portugal onde continuou na indústria do sexo. A sua opção em deixar o Brasil pode ser compreendida como forma de expurgar o passado.

A última história apresenta a trajetória de um garoto de programa em Nova York, jovem que se apresenta como tendo boa aparência e traz em seu percurso a prostituição masculina desde sua meninice até sua vida adulta.

Ao final de cada narrativa são elencados temas como: relação familiar, exclusão social, direitos humanos, globalização, aspectos que contribuem para a análise do objeto de pesquisa possibilitando, assim, conhecer a seleção de fatos que podem ter sido sublinhados pelos colaboradores e que são de fundamental importância para a interpretação histórico-social da prostituição. O projeto cumpre com seu objetivo de provocar e trazer à luz reflexões sobre a prostituição internacional, o tráfico de pessoas e a “escravidão moderna” como problemas do mundo globalizado contemporâneo. O sucesso deste trabalho envolve o posicionamento, o rigor metodológico e a postura ética do autor adotada no tratamento das fontes orais.

Referências Bibliográficas

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá: História Oral de Vida*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *O outro Lobato: Juca Tatu*. São Paulo: EDUNITAU, 2012.

_____. (org.). *Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. São Paulo: Contexto, 2015.

{Normas de Publicação

1. A Revista Oralidades recebe textos inéditos, em fluxo contínuo. São aceitos artigos em português, inglês e espanhol. Dossiês e números temáticos terão chamada e normas especiais.

2. São aceitos trabalhos nas seguintes modalidades: Artigos, Resenhas, Histórias de vida, Informes de pesquisa, Entrevistas e Ensaios. Artigos traduzidos podem ser enviados, desde que não publicadas no Brasil.

3. Entrevistas/histórias de vida e artigos traduzidos devem ser acompanhados de autorização de uso. Em ambos os casos, preferem-se autorizações formais por meio de carta de cessão. Autorizações informais (gravação em fita/mp3, escrito ou e-mail) e entrevistas anônimas passarão pelo conselho editorial para avaliação dos riscos legais.

4. Os originais (exceto resenhas e ensaios) devem ter entre 21.000 e 42.000 caracteres (contando espaços), fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5, devendo ser acompanhados de resumo (máximo 10 linhas) e palavras-chave (entre 3 e 5). Resenhas de livros deverão conter no máximo 12.000 caracteres. Ensaios têm apenas limite máximo de caracteres (42.000).

5. Título, resumo e palavras-chave devem ser apresentados em português ou espanhol e inglês.

6. As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte orientação: A) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo do texto, devendo constar, entre parênteses, o sobrenome do autor seguido da data de publicação da obra e número da página. Exemplo: (CARVALHO, 1998, p. 128); B) As referências bibliográficas deverão ser listadas em ordem alfabética no final do artigo.

7. Os autores brasileiros deverão seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a NBR 6023 e a NBR 10520 que tratam, respectivamente, das referências bibliográficas e da apresentação de citações em documentos.

8. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.

9. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.

10. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

11. As imagens devem ser enviadas separadamente em arquivos JPG com resolução de 300 dpi.

12. O nome do autor deve ser acompanhado por titulação, filiação institucional e função exercida no momento do envio do texto.

13. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.

14. O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados “ad hoc”. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.

15. Em conformidade com a proposta de avaliação por pares, os autores com titulação mínima de Doutor que tenham textos aprovados podem ser incluídos no corpo de consultores “ad hoc” da revista.

16. Os textos devem ser enviados para: oralidades.neho@gmail.com.

{Editorial rules

1. The Oralidades Journal receives unpublished writings in ongoing flood. Articles are accepted in Portuguese, English and Spanish. Dossiers and thematic volumes will have special convocation and rules.

2. Productions are accepted in the following sorts: articles, reviews, life histories, research reports, interviews and essays. Translated articles may be sent as long as they haven't been published in Brazil.

3. Interviews/life histories and translated articles must be followed by an authorization of use. In both cases, formal authorizations are preferred by using letter of cession. Informal authorizations (recording on tape/mp3 or any sound file type, writing or e-mail) and anonymous interviews will be sent to the editorial council for evaluation of legal risks.

4. The original papers (save reviews and essays) must have from 21.000 to 42.000 characters, in Times New Roman font, size 12, space between lines 1,5, followed by an abstract (maximum of 10 lines) and 3 to 5 keywords. Book reviews must have a maximum of 12.000 characters. Essays have only a maximum of characters (42.000).

5. Title, abstract and keywords must have both Portuguese and English versions.

6. The bibliographical references must submit to the following orientation: A) The bibliographical quotations must be in the text body, with the author's last name, the publishing date and the page, using parenthesis. Example: (CARVALHO, 1998, p. 128); B) The bibliographical references must be listed alphabetically at the end of the article.

7. The publication has the right to return the articles to its authors without the patterns listed above.

8. The publication has the right to review the writings both orthographically and grammatically.

9. The sending of the writings implies authorization for pu-

blishing and remission of copyrights.

10. Pictures must be sent individually in JPG files with 300 dpi quality.

11. The author's name must be followed by academic background, institutional links and position hold at the current moment of the sending.

12. The editorial commission will analyze all articles presented within these rules.

13. The analysis process follows the international rules of peer review. The writings received are given to two different people from the editorial council, consultants or guests "ad hoc", who pass sentence upon the work. In special cases, a third reviewer can be consulted. Both the author and consultants' anonymity are kept.

14. The papers must be sent to: oralidades.neho@gmail.com.

{Normas editoriales

1. La Revista Oralidades recibe textos inéditos, en flujo continuo. Dossiers y números temáticos tendrán llamada y normas especiales.

2. Son aceptos trabajos en las siguientes modalidades: Artículos, Reseñas, Historias de Vida, Informes de investigación, Entrevistas y Ensayos. Artículos traducidos pueden ser enviados, desde que no publicados en Brasil.

3. 3. Entrevistas/historias de vida y artículos traducidos deben ser acompañados de autorización de uso. En ambos casos, son preferibles autorizaciones formales por medio de carta de cesión. Autorizaciones informales (registro en fita/mp3, escrito o correo electrónico) y entrevistas anónimas serán enviadas a el consejo editorial para la evaluación de los riesgos legales.

4. Los originales (excepto reseñas y ensayos) deben tener entre 21.000 y 42.000 signos, fuente Times New Roman, tamaño 12, espacio entre líneas 1,5, debiendo ser acompañados de resumen (máximo 10 líneas) y palabras-clave (entre 3 y 5). Reseñas de libros deberán conter como máximo 12.000 signos. Ensayos sólo tienen un máximo de caracteres (42.000).

5. Título, resumen y palabras-clave deben ser presentados en español y inglés.

6. Las referencias bibliográficas deberán obedecer a la siguiente orientación: A) Las remisiones bibliográficas deberán figurar en el cuerpo del texto, debiendo constar, entre paréntesis, el apellido del autor seguido de la data de publicación de la obra y el número de la página. Ejemplo: (CARVALHO, 1998, p. 128); B) Las referencias bibliográficas deberán ser listadas en orden alfabética al final del artículo.

7. La publicación reservase el derecho de devolver para los autores los textos fuera de los patrones descriptos.

8. La publicación reservase el derecho de ejecutar revisión ortográfica y gramatical en los textos publicados.

9. La simple remesa de textos implica autorización para publi-

cación y cesión gratuita de derechos autorales.

10. Las imágenes deben ser enviadas separadamente en archivos JPG con resolución de 300 dpi.

11. El nombre del autor debe ser acompañado por titulación, filiación institucional y función ejercida en el momento del envío del texto.

12. Todos los artículos presentados dentro de las normas serán analizados por la comisión editorial.

13. El proceso de evaluación sigue las normas internacionales de peer review. Los textos recibidos son encaminados a dos examinadores integrantes del consejo editorial, consultivo o a invitados "ad hoc". En casos especiales, se puede consultar a un tercero revisor. Es mantenido el anonimato del autor y de los consultores.

14. Los textos deben ser enviados para: oralidades.neho@gmail.com.